

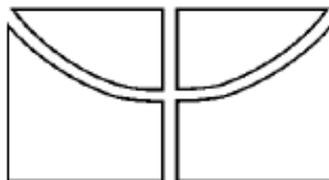
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DA PRECARIZAÇÃO DA
PROFISSÃO NA VIDA DO JORNALISTA**

Juliana Bulhões Alberto Dantas

BRASÍLIA

2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DA PRECARIZAÇÃO DA
PROFISSÃO NA VIDA DO JORNALISTA**

Juliana Bulhões Alberto Dantas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Comunicação Social pela linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. David Renault

Coorientador: Prof. Dr. José Ricardo Pinto
Carvalho

BRASÍLIA

2019

O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DA PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO NA VIDA DO JORNALISTA

Juliana Bulhões Alberto Dantas

Orientador: Prof. Dr. David Renault

Coorientador: Prof. Dr. José Ricardo Pinto Carvalheiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Comunicação Social pela linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David Renault – Orientador

Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Elen Cristina Geraldês - Avaliadora interna

Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva - Avaliador externo

Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Solano Nascimento - Avaliador interno

Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura - Avaliadora suplente

Universidade de Brasília (UnB)

*Dedico a vovô Ozanan (em memória),
quem muito incentivou o estudo na família.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que colaboraram direta e indiretamente nesta pesquisa. Agradeço especialmente aos meus pais, pois por meio do trabalho deles tive o privilégio da educação. Agradeço à minha família brasiliense e potiguar, especialmente Matheus, tia Ozanete, Do Carmo, Marcela, vovó e Vanessa. Em especial a tio Mário (em memória), que me emprestou seus livros sobre Psicologia e saúde mental, a luta de sua vida.

Agradeço a Andrielle Mendes, que em 2014 leu e comentou meu anteprojeto que agora é tese; a Gustavo Sobral, com quem desenvolvi pesquisas paralelas e me ajudou na revisão dessa tese; a Gisa Carvalho e Natália Pelison, pelas angústias compartilhadas; e a todos os orientadores que tive desde a graduação, em especial ao professor Itamar Nobre e ao professor Juciano Lacerda.

Agradeço imensamente ao professor David Renault pela paciência e pelos ótimos conselhos durante os quatro anos de orientação; e ao professor José Ricardo Carvalheiro pela cooperação antes e depois da minha estadia na Universidade da Beira Interior.

Agradeço aos colegas de turma da FAC que me auxiliaram diretamente: Hadassa David, Vinícius Pedreira e Vanessa Beltrame, que me acolheram e deram suporte; Giselle Pecin e Diana Fernandes, que me auxiliaram na divulgação da pesquisa quantitativa em Brasília; Djenane Arraes e Sarita González, que leram e revisaram meus escritos e me deram muito apoio.

Agradeço aos governos Lula e Dilma por todas as oportunidades geradas no âmbito da educação; à Capes pelas bolsas de pesquisa; à FAP-DF pelo apoio financeiro dado para a participação nos eventos internacionais; e aos jornalistas, que em meio aos afazeres, cederam parte de seu preciso tempo participando dessa pesquisa.

Agradeço aos membros da banca pela gentileza em aceitarem de pronto a participar da minha banca. Professoras Dione Moura e Elen Geraldês, gratidão! Professores Luiz Martins e Solano Nascimento, muito obrigada!

O sujeito de desempenho acaba se entregando à coação livre a fim de maximizar seu desempenho. Assim ele explora a si mesmo. Ele é o explorador e ao mesmo tempo o explorado, o algoz e a vítima, o senhor e o escravo.

Byung-Chul Han

RESUMO

A tese procurou investigar o impacto das condições de trabalho na vida dos jornalistas brasileiros, tendo como premissa que a precarização da profissão é uma realidade nas redações tradicionais e nos outros ambientes de trabalho desses profissionais, como as assessorias de comunicação. Para desenvolver o arcabouço teórico, apresentamos o contexto único da profissionalização do jornalismo no Brasil, observando a intersecção com a história portuguesa, já que parte do trabalho acadêmico foi desenvolvido em Portugal. Ao mesmo tempo, buscamos marcos históricos da organização de classe, do estabelecimento de códigos deontológicos e do ensino universitário, de forma a caracterizar a profissão de jornalista e entender essa complexa identidade. Discutindo as relações entre empresas e profissionais, patrões e empregados, tentamos entender as condições de trabalho e seus impactos na qualidade de vida e na saúde dos jornalistas, elementos que mostram a precarização da profissão e da atividade jornalística. A pesquisa empírica com profissionais buscou entender como se dá o exercício jornalístico no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal, locais selecionados para a amostra do trabalho. Trata-se de uma pesquisa descritiva, por vezes comparativa, que privilegiou estratégias metodológicas focadas no ouvir, tendo como aporte a etnometodologia. Foram realizadas entrevistas em profundidade e aplicados questionários *online* na comunidade jornalística potiguar e brasiliense, obtendo uma amostra de 372 jornalistas profissionais na segunda etapa. Os resultados obtidos foram comparados entre as duas cidades e também com um censo nacional de jornalistas e dados demográficos da população brasileira em geral. Alguns dos dados mais surpreendentes são os que se referem à saúde dos jornalistas. Por meio da estratégia de buscar compreender a autopercepção da saúde dos entrevistados, inferimos que uma maioria expressiva tem condições e doenças que pela literatura são relacionadas ao exercício profissional.

Palavras-chave: Jornalismo; condições de trabalho; precarização do Jornalismo; saúde do jornalista.

ABSTRACT

We investigate the impact of working conditions on Brazilians journalists' lives, with the premise that the precariousness of the profession is a reality of newsrooms and other work environments of these professionals. To develop the theoretical framework, we present the unique context of the journalism's professionalization in Brazil, observing the intersection with the Portuguese history. We point out the historical milestones of the class organization, the establishment of codes of ethics and university teaching. We characterized the profession of journalist to understand this complex identity. We discussed labor relations, we dealt with the issue of quality of life and working conditions, the health of journalists and we point out elements of the precariousness of the profession of journalist. We seek understand through the empirical research how the journalist's work in to these contexts, both in Rio Grande do Norte and in the Federal District, locations selected for our sample. Our descriptive research, which by comparative times, gave preference to methodological strategies that focused on listening, as ethnomethodology. We conducted in-depth interviews and applied questionnaire online in the potiguar and brasiliense journalistic community, obtaining a sample of 372 journalists. We were able to compare the results obtained only between the two cities, but also with an important national census of journalists and with demographic data of the Brazilian population in general. Some of the most surprising data are those referring to the health of journalists, because through the strategy of seeking to understand the self-perception of health of the interviewees, we infer that an expressive majority has conditions and diseases that are related to professional practice in the literature.

Keywords: Journalism; work conditions; precariousness of journalism; health of the journalist.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Postagem feita no grupo do Facebook	110
Figura 2: Um dos modelos de emails enviados ao mailing	111
Figura 3: Página de apresentação do questionário online	112
Figura 4: Página de finalização do questionário online	115
Figura 5: Aglutinação de questões com relação às ocupações atuais como jornalista	189
Figura 6: Aglutinação de questões com relação à saúde e às condições de trabalho do jornalista	197
Figura 7: Aglutinação de questões com relação a realização, relevância, objetivos, prazer e estresse no trabalho	202
Figura 8: Nuvem de tags com as respostas para "o que é qualidade de vida?"	218
Figura 9: Aglutinação de perguntas sobre a saúde dos jornalistas	221
Figura 10: Aglutinação de perguntas sobre acidente de trabalho, assédio, desistência e equilíbrio com a vida pessoal	227
Figura 11: Aglutinação de perguntas sobre sindicalização, política e questões de gênero	241
Figura 12: Rendimento no Rio Grande do Norte, segundo o Censo 2010	249
Figura 13: Rendimento no Distrito Federal, segundo o Censo 2010	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Números nacionais de registros ativos de jornalistas no Ministério do Trabalho	103
Gráfico 2: Registros ativos no Ministério do Trabalho de jornalistas do Rio Grande do Norte	104
Gráfico 3: Registros no Ministério do Trabalho de jornalistas do DF	105
Gráfico 4: Idade dos potiguares	160
Gráfico 5: Idade dos brasilienses	161
Gráfico 6: Dados do RN e do DF sobre gênero	162
Gráfico 7: Estado civil dentre os jornalistas potiguares e brasilienses	163
Gráfico 8: Proporção de jornalistas que têm filhos	164
Gráfico 9: Autodeclaração de raça e cor dentre jornalistas potiguares e brasilienses	165
Gráfico 10: Meu estado/distrito de origem é onde atuo como jornalista no momento	166
Gráfico 11: Escolaridade dos jornalistas	168
Gráfico 12: Escolaridade dos jornalistas - aglutinadas por formação	169
Gráfico 13: Cursos de graduação dos jornalistas brasilienses	170
Gráfico 14: Cursos de graduação dos jornalistas potiguares	170
Gráfico 15: Jornalistas que estão ou não estudando	171
Gráfico 16: Tempo de atuação como jornalista	173
Gráfico 17: Quantidade de empresas para as quais os jornalistas trabalharam	174
Gráfico 18: Principais razões para a troca de emprego	175
Gráfico 19: Funções desempenhadas pelos jornalistas ao longo da carreira	177
Gráfico 20: Quantidade de ocupações como jornalista no RN	178
Gráfico 21: Quantidade de ocupações como jornalista no DF	179
Gráfico 22: Motivos pelos quais os jornalistas têm múltiplas ocupações	181
Gráfico 23: Opinião sobre a qualidade do trabalho diante das múltiplas ocupações jornalísticas	182
Gráfico 24: Distribuição dos tipos de vínculos	184
Gráfico 25: Categorias de vínculos empregatícios	186

Gráfico 26: "Você exerce a função que está no seu contrato ou carteira de trabalho?"	188
Gráfico 27: Trabalho mais horas do que o combinado?	189
Gráfico 28: Há exigência de produção ou meta em meu trabalho?	190
Gráfico 29: Há demandas online extra em meu trabalho?	191
Gráfico 30: Há preocupação com a saúde dos funcionários em meu trabalho?	191
Gráfico 31: Há boas condições de trabalho?	192
Gráfico 32: Sinto-me confortável em meu trabalho?	193
Gráfico 33: Sinto-me valorizado no meu trabalho?	193
Gráfico 34: Sinto-me estável no meu trabalho?	194
Gráfico 35: Posso crescer no meu trabalho?	195
Gráfico 36: Relaciono-me bem com meus colegas?	195
Gráfico 37: Relaciono-me bem com meus chefes?	196
Gráfico 38: Há ginástica laboral no meu trabalho?	197
Gráfico 39: Há ambulatório médico ou similar em meu ambiente de trabalho?	198
Gráfico 40: Há material de trabalho e equipamentos adequados em meu ambiente de trabalho?	198
Gráfico 41: Há níveis de ruído e temperatura adequados em meu ambiente de trabalho?	199
Gráfico 42: Há estrutura física adequada em meu trabalho?	200
Gráfico 43: Há mobília adequada em meu trabalho?	200
Gráfico 44: O ambiente de trabalho é seguro?	201
Gráfico 45: O ambiente de trabalho é limpo?	202
Gráfico 46: Sinto-me realizado profissionalmente?	203
Gráfico 47: Meu trabalho é relevante para a sociedade?	203
Gráfico 48: Tenho objetivos profissionais a curto, médio e longo prazo?	204
Gráfico 49: Sinto prazer em trabalhar?	204
Gráfico 50: Sinto-me estressado por causa do trabalho?	205
Gráfico 51: Rendimentos dos jornalistas convertidos em salários mínimos	208
Gráfico 52: Você acha sua remuneração atual justa?	210
Gráfico 53: Você acha que os jornalistas do seu estado/distrito são bem remunerados?	211

Gráfico 54: O que você acha do piso de jornalista do seu estado/distrito?	212
Gráfico 55: Opinião sobre o salário que normalmente se recebe no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal	214
Gráfico 56: Você é responsável financeiramente pela sua família?	215
Gráfico 57: Carga horária de trabalho jornalístico	216
Gráfico 58: Sou preocupado com a saúde	222
Gráfico 59: Tenho uma boa saúde	223
Gráfico 60: Tenho uma boa qualidade de vida	223
Gráfico 61: Faço atividade física	224
Gráfico 62: Fumo regularmente	224
Gráfico 63: Sinto-me esgotado mentalmente com frequência	225
Gráfico 64: Tenho alguma doença devido ao trabalho como jornalista	225
Gráfico 65: Fui diagnosticado com uma doença relacionada ao trabalho como jornalista	226
Gráfico 66: Sofri acidente de trabalho	228
Gráfico 67: Presenciei assédio moral	228
Gráfico 68: Sofri assédio moral	229
Gráfico 69: Presenciei assédio sexual	230
Gráfico 70: Sofri assédio sexual	230
Gráfico 71: Desisti de desejos da vida pessoal	231
Gráfico 72: Pensei seriamente em desistir da profissão	232
Gráfico 73: Tive problemas para equilibrar a vida pessoal com a profissional ...	232
Gráfico 74: Jornalistas que marcaram doenças ou condições na listagem oferecida	236
Gráfico 75: Marcações das doenças/condições citadas - amostragem do RN ...	237
Gráfico 76: Marcações das doenças/condições citadas - amostragem do DF ...	238
Gráfico 77: Esta doença/condição foi diagnosticada por um médico?	239
Gráfico 78: Você acha que essa doença/condição é relacionada ao trabalho como jornalista?	239
Gráfico 79: Sou sindicalizado como jornalista	242
Gráfico 80: Acompanho o trabalho da FENAJ	242
Gráfico 81: Sou filiado a um partido político	243

Gráfico 82: Participo de grupo político, ideológico, movimento social ou similar	244
Gráfico 83: Minha identificação ideológica/política já atrapalhou no trabalho	244
Gráfico 84: Já fui discriminado por questões ligadas à minha identidade de gênero ou orientação sexual no trabalho	245

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Representação do duplo discurso das empresas de notícias	88
Tabela 2: Comparativo dos dados obtidos acerca da quantidade de jornalistas no Brasil, no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal	106
Tabela 3: Perfis dos entrevistados no pré-teste	117
Tabela 4: Categoria 1 - Dados pessoais	119
Tabela 5: Categoria 2 - Relação com o Jornalismo	119
Tabela 6: Categoria 3 - Experiência profissional	128
Tabela 7: Categoria 4 - Indicadores de QVT	130
Tabela 8: Categoria 5 - Remuneração e produção	139
Tabela 9: Categoria 6 - Indicadores de saúde	143
Tabela 10: Categoria 7 - Ideologia	148
Tabela 11: Categoria 8 - Vida pessoal	151
Tabela 12: Funções jornalísticas já desempenhadas pelos entrevistados	176
Tabela 13: Tipos de vínculos nas ocupações	183
Tabela 14: Cumprimento da função prevista no contrato/carteira de trabalho ...	187
Tabela 15: Faixa salarial dos entrevistados	207
Tabela 16: Benefícios não salariais	209
Tabela 17: Opinião sobre o salário que normalmente se recebe no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal	213
Tabela 18: Em média quantas horas por dia você trabalha como jornalista?	215
Tabela 19: Doenças e condições apontadas pelos jornalistas	235

APRESENTAÇÃO

Durante quatro anos, entre 2015 e 2019, desenvolvemos a pesquisa no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília. De lá até aqui, o objetivo foi tentar entender o impacto das condições de trabalho na vida dos jornalistas brasileiros.

A categoria de jornalista é um universo que engloba cerca de 145 mil profissionais em todo o país, concentrados principalmente no estado de São Paulo (36,1%) e em outros estados do Sudeste (23,8%). Em menor proporção, estão as outras regiões¹ (MICK; LIMA, 2013).

O interesse pelo tema remonta ao início da minha trajetória no Jornalismo, iniciada no ano de 2007, período a partir do qual passei por diversas ocupações jornalísticas. Fui, inclusive, uma estagiária que efetivamente trabalhou como jornalista, responsável pelo setor. Nessas ocupações, as condições de trabalho poucas vezes foram ideais. Sempre me perguntei: por que os jornalistas se submetem a isso? Essa questão ecoou em todas as pesquisas que realizei desde a graduação até o doutorado. Logo, não é por acaso que pesquiso sobre precarização do jornalismo desde o mestrado, concluído em 2014.

Esta pesquisa é resultado desses anos de observação e participação desse contexto mercadológico. Em 2015, quando iniciamos essa investigação, o foco principal era a saúde do jornalista. Após discussões e sugestões durante a realização da banca de qualificação, em junho de 2016, entendemos que a prioridade do trabalho deveria ser entender e analisar as condições de trabalho dos jornalistas. Houve, assim, uma ampliação do foco inicial.

Além disso, desde o início do doutorado, estabeleci contato com professores da Universidade da Beira Interior, em Portugal, que mantém acordo de cooperação com a FAC/UnB, visando realizar um estágio doutoral sanduíche. Em 2016, fiz uma visita técnica à Universidade e, em 2017, obtive a bolsa sanduíche pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nessa oportunidade, pude passar um semestre letivo no país e desenvolver uma pesquisa bibliográfica que resultou no Capítulo 1 desta tese,

¹ São 16,2% na região Sul; 12% no Nordeste; 12,2% do Norte e Centro-Oeste e 2,1% fora do país (MICK; LIMA, 2013).

supervisionada pelo professor doutor José Ricardo Pinto Carvalheiro, (posteriormente oficializado como coorientador do trabalho).

Durante o período em que o doutorado foi realizado, participamos de congressos e eventos para fazer circular o conhecimento apreendido entre os nossos pares e receber contribuições. No ano de 2015, participei do IX Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), em Coimbra, Portugal, por meio de recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Para esse evento, produzi o capítulo "O silêncio do jornalista brasileiro perante a precarização da profissão" do livro *Comunicação e Transformações Sociais*, publicado pela Sopcom².

No mesmo ano, frequentei a II Escola de Verão Pesquisa em Comunicação na América Latina, realizada pela Associação Latinoamericana de Investigadores em Comunicação (Alaic) na FAC-UnB, cujo trabalho apresentado resultou no capítulo "Perspectivas iniciais para o estudo da saúde do jornalista" do livro *Pesquisa em Comunicação na América Latina*³. Nesse mesmo ano, participei da comissão organizadora do 24º Encontro Nacional da Compós, realizado na FAC-UnB.

Em 2016, apresentei trabalhos no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, em Goiânia⁴; e no X Seminário Internacional Metodologias Transformadoras da Rede AmLat, em Natal⁵. Já em 2017, pude participar do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em São Paulo⁶; e em 2018 da *2nd Conferences on Pathologies and*

² BULHÕES, Juliana; RENAULT, David; LACERDA, Juciano de Sousa. **O silêncio do jornalista brasileiro perante a precarização da profissão**. In: Carlos Camponez, Bruno Araújo, Francisco Pinheiro, Inês Godinho, João Morais. (Org.). *Comunicação e Transformações Sociais*. v. 4. Coimbra, Portugal: Sopcom, 2017.

³ BULHÕES, Juliana. **Perspectivas iniciais para o estudo da saúde do jornalista**. In: Fernando Oliveira Paulino, Liziane Guazina e Fábio Henrique Pereira (Orgs.). (Org.). *Pesquisa em Comunicação na América Latina*. 1ed. Brasília: FAC-UnB, 2016.

⁴ BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. **Caminhos iniciais para o estudo do impacto das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida do jornalista**. In: Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. São Paulo: Intercom, 2016.

⁵ BULHÕES, Juliana. **Condições de trabalho do jornalista: precarização da profissão, saúde e qualidade de vida**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

⁶ BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. **Precarização do trabalho jornalístico no Brasil e em Portugal: aproximações a partir da perspectiva da profissionalização**. In: Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). São Paulo: SBPJor, 2017.

Dysfunctions of Democracy in Media Context, em Covilhã, Portugal⁷ (com recursos da FAP-DF), e da II Jornada Discente de Pesquisa em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, realizada na FAC-UnB⁸.

Outras produções científicas resultaram da participação nesses eventos, publicadas especialmente em anais e em revistas científicas. Em 2015, publiquei "Caminhos conceituais e metodológicos para a construção de um objeto de estudo: perspectivas teóricas para o estudo da saúde do jornalista" na Revista Passagens⁹.

Em 2016, na Parágrafo, o trabalho "A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista"¹⁰. Em 2017, foi a vez do *paper* "Profissionalização e precarização do trabalho jornalístico no Brasil e em Portugal", publicado pela Estudos de Jornalismo, de Portugal¹¹, e de "Condições de trabalho do jornalista: o que revela a pesquisa empírica" na Vozes e Diálogo¹², do Brasil.

Ainda em 2017, foi publicado na revista portuguesa Mediapolis o artigo "Crise, precarização e mudanças estruturais no Jornalismo: reflexões sobre tendências teóricas", feito em parceria com os colegas de turma Vanessa Beltrame, Hadassa David, Vinícius Pedreira e Elton Pinheiro¹³.

Também foi lançado "Em busca da consciência metodológica: limites e possibilidades da pesquisa em Comunicação", coordenado pela professora

⁷ BULHÕES, Juliana; FALCÃO, Priscila Dallva de Oliveira. **Mídia Ninja, democracy and online citizen journalism in Brazil**. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência).

⁸ BULHÕES, Juliana. **Condições de trabalho e precarização da profissão de jornalista em Brasília e Natal: apontamentos empíricos**. In: Anais do II Jornada Discente de Pesquisa em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2018.

⁹ BULHÕES, Juliana. Caminhos conceituais e metodológicos para a construção de um objeto de estudo: perspectivas teóricas para o estudo da saúde do jornalista. **Passagens**, v. 5, p. 94-111, 2014.

¹⁰ BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista. **Parágrafo**, v. 4, p. 164-174, 2016.

¹¹ BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. Profissionalização e precarização do trabalho jornalístico no Brasil e em Portugal. **Estudos de Jornalismo**, v. 1, p. 21-35, 2017.

¹² BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. Condições de trabalho do jornalista: o que revela a pesquisa empírica. **Vozes e Diálogo**, v. 16, p. 137-149, 2017.

¹³ BULHÕES, Juliana; PINHEIRO, Elton; PEDREIRA, Vinícius; BELTRAME, Vanessa; DAVID, Hadassa. Crise, precarização e mudanças estruturais no Jornalismo: reflexões sobre tendências teóricas. **Mediapolis**, v. 1, p. 39-49, 2017.

doutora Elen Geraldles, obra conjunta publicada pela Editora Baraúna¹⁴ e pela FAC Livros¹⁵ na qual escrevi o capítulo "Caminhos metodológicos para a construção de uma pesquisa sobre saúde e qualidade de vida no trabalho do jornalista".

Além de produzir de trabalhos científicos, também fui parecerista das revistas Vozes e Diálogo, Inter-Legere e Quipus. Participei da comissão julgadora do XIV Prêmio Denatran (2015), do I Prêmio Comigo de Jornalismo (2015) e avalei comunicações para eventos da SBPJor e Intercom realizados entre 2015 e 2018. Também conduzi a "Oficina de preenchimento e revisão de Currículo Lattes" na FAC em 2016.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu em três etapas: pesquisa exploratória, realizada no ano de 2015; pesquisa bibliográfica, feita durante quase toda a pesquisa; e pesquisa de campo, cuja fase de entrevistas em profundidade se deu no mês de abril de 2016 e a fase de aplicação de questionários *online* se deu após a banca de qualificação (junho de 2016), entre os meses de agosto de 2016 e janeiro de 2017. No ano de 2017, fizemos a análise dos dados e realizei o doutorado sanduíche em Portugal. Durante o ano de 2018, nos dedicamos à escrita da tese, que teve o texto finalizado em dezembro e revisado em janeiro de 2019.

¹⁴ BULHÕES, Juliana. Caminhos metodológicos para a construção de uma pesquisa sobre saúde e qualidade de vida no trabalho do jornalista. In: FREITAS, Angélica; GERALDES, Elen; NEGRINI, Vanessa. (Org.). **Em busca da consciência metodológica**: limites e possibilidades da pesquisa em Comunicação. São Paulo: Editora Baraúna, 2016.

¹⁵ BULHÕES, Juliana. Caminhos metodológicos para a construção de uma pesquisa sobre saúde e qualidade de vida no trabalho do jornalista. In: FREITAS, Angélica; GERALDES, Elen; NEGRINI, Vanessa. (Org.). **Em busca da consciência metodológica**: limites e possibilidades da pesquisa em Comunicação. Brasília: FAC UnB, 2016.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO NO BRASIL: RAÍZES PORTUGUESAS	27
1.1 O mercado jornalístico na atualidade	44
2 IDENTIDADE DO JORNALISTA, CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO	51
2.1 O jornalista e as relações de trabalho	57
2.2 Condições de trabalho, qualidade de vida e saúde do jornalista	63
2.3 Elementos da precarização da profissão de jornalista	74
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	90
3.1 Pesquisa exploratória	95
3.2 Pesquisa bibliográfica	96
3.3 Pesquisa de campo	97
3.3.1 Primeira fase: entrevistas em profundidade como pré-teste	98
3.3.2 Segunda fase: pesquisa quantitativa	100
3.3.2.1 De quantos jornalistas estamos falando?	102
3.3.2.2 Aplicação do questionário	107
4 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE: DESENHANDO A PESQUISA EMPÍRICA	116
4.1 Dados pessoais	118
4.2 Relação com o Jornalismo	119
4.3 Experiência profissional	128
4.4 Indicadores de QVT	130
4.5 Remuneração e produção	138

4.6 Indicadores de saúde	143
4.7 Ideologia	148
4.8 Vida pessoal	150
4.9 Reflexões sobre as entrevistas	153
5 O QUE REVELA A PESQUISA QUANTITATIVA	159
5.1 Dados demográficos	159
5.2 Dados profissionais	172
5.3 Dados sobre saúde	217
5.4 Dados sobre convicções	241
5.5 Reflexões sobre os dados	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	270
REFERÊNCIAS	278
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	293
APÊNDICE	307

INTRODUÇÃO

Entre as mudanças que podemos apontar no mundo do jornalista brasileiro nas últimas duas décadas (algumas delas globais), destacamos a ampliação das áreas de atuação profissional, as mudanças nas relações de trabalho, a não obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão, a redução do número de profissionais nas redações, o conseqüente acúmulo de funções e de atribuições pelo mesmo jornalista. Algumas dessas mudanças ocorreram devido aos avanços dos aparatos tecnológicos e pela própria influência da tecnologia no trabalho jornalístico. Diante desse panorama, acreditamos que houve uma piora nas condições de trabalho, bem como o reforço da ideia de precarização da profissão.

Nesse contexto, nossa pergunta-problema se desenha da seguinte forma: como as condições de trabalho impactam na vida dos jornalistas brasileiros, tendo como recorte geográfico os profissionais que atuam nas cidades de Natal e Brasília? Logo, nosso objetivo principal foi investigar acerca das condições de trabalho e da precarização da profissão dos jornalistas brasileiros, tendo como amostra referencial a realidade das duas localidades.

Como objetivos específicos, buscamos caracterizar a profissão de jornalista e as condições de trabalho dos jornalistas brasileiros; mapear indicadores da precarização da profissão, verificar como isso afeta o exercício profissional; e entender como se dá a precarização em distintas cidades e regiões do Brasil.

Natal e Brasília foram escolhidas, em primeiro lugar, pela proximidade acadêmica da autora dessa pesquisa, que atuou como jornalista nas duas cidades. Importante para definir a pesquisa foi também verificar as enormes discrepâncias em termos de condições de trabalho e de salários dos jornalistas nas duas capitais, segundo informações obtidas por meio do exercício profissional e pela pesquisa exploratória.

Brasília, sem dúvida, é um dos principais centros de referência do jornalismo no Brasil, pois tem a maior concentração de jornalistas *per capita* do país, que é aproximadamente um jornalista para cada quase 385 moradores

(SILVA, 2014). Também é onde há um dos maiores pisos salariais de jornalista no país, enquanto Natal teve, por anos, o mais baixo do país¹⁶.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016b), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Brasília deixa a cidade em nona posição com o melhor IDHM, enquanto que Natal consta na 320ª posição dentre os 5.565 municípios brasileiros. Os dados também apontam que a renda *per capita* na capital federal é de R\$ 1.715,11, enquanto que em Natal é R\$ 950,34 (PNUD, 2016a).

A pesquisa em nível de doutorado se justifica também pela necessidade de valorização da profissão de jornalista no país e pela ampliação do debate, no âmbito da sociedade, sobre as condições de trabalho, até como tentativa de desmistificar a ideia corrente de *glamour* da profissão jornalística, um campo no qual todos ganham muito bem, viajam muito e trabalham pouco. Na seara comunicacional, a pesquisa contribui para promover a interface entre os campos da Comunicação e da Saúde.

Destacamos que a problemática aqui apresentada traz uma abordagem não satisfatoriamente explorada dentre as pesquisas da área de Comunicação, apesar de tratar de situações reais do mercado jornalístico brasileiro, questões inclusive bastante discutidas no senso comum e entre os profissionais. Sendo assim, acreditamos se tratar de uma pesquisa necessária.

Apesar de a nossa investigação se valer de temáticas ligadas à saúde, ela não se enquadra nos estudos específicos do campo Jornalismo e Saúde, pois não pesquisamos coberturas midiáticas e nem se trata de uma pesquisa interdisciplinar, com profissionais de várias áreas contribuindo para um estudo. É uma pesquisa com interface com a saúde, contudo centrada nas práticas jornalísticas contextualizadas e, conseqüentemente, nas condições de trabalho do ponto de vista de pesquisadores jornalistas.

Diante desse panorama, há algumas limitações com relação a essa interface. Não podemos ir fundo em questões ligadas a estresse, por exemplo, pois a mensuração de estresse é realizada por profissionais da Psicologia, os

¹⁶ Até o momento em que a pesquisa de campo foi realizada, era o piso de jornalista mais baixo do país.

quais realizam protocolos específicos (LIPP, 1996). Também não podemos, bem como não é nosso objetivo, realizar nenhum tipo de diagnóstico médico.

Trabalhamos a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, e por esse motivo nos baseamos no conceito de autopercepção de saúde, que, de acordo com Agostinho *et al.* (2010), baseia-se em critérios subjetivos e objetivos, sendo utilizada para entender como a pessoa percebe sua própria saúde. Salientamos que essa escolha traz implicações, pois essa percepção pode não ser acompanhada de diagnósticos precisos.

Selecionamos uma tríade metodológica composta pela etnometodologia, análise da conversa e entrevista em profundidade. Essas três abordagens focam no "ouvir" e corroboram com a ideia que desenvolvemos de autopercepção da saúde, o que de certa forma soluciona algumas limitações da interface com a saúde, tendo em vista se tratar de uma investigação desenvolvida por jornalistas.

Uma peculiaridade da pesquisa etnometodológica é que os problemas encontrados no percurso e todas as interações constituem parte fundamental do material de pesquisa. Por esse motivo, é comum, neste tipo de investigação, o abandono das hipóteses de pesquisa antes da ida ao campo. Seguindo esses direcionamentos, desde o início da investigação evitamos ao máximo a formação de hipóteses de pesquisa.

Braga (2005) defende que as hipóteses de trabalho são mais dinâmicas do que as hipóteses de pesquisa, pois podem ser usadas como base para organizar a observação e fazem com que o pesquisador foque mais no problema de pesquisa, mas sem amarras. Nesse sentido, trabalhamos com algumas hipóteses de trabalho:

- Há peculiaridades nas condições de trabalho dos jornalistas brasileiros que interferem diretamente na vida deles;
 - A profissão de jornalista no país passa por um processo de precarização;
 - Existem diferenças marcantes entre o exercício jornalístico no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal que vão além das diferenças socioeconômicas entre as regiões Nordeste e Centro-Oeste (PNUD, 2016a, 2016b);
- Mesmo ocupando a maioria dos postos de trabalho jornalístico (MICK; LIMA, 2013), é provável que as condições de trabalho tenham maior impacto na

vida de jornalistas mulheres, tal qual acontece em outras profissões, segundo relatório da OIT (2016).

Sobre os capítulos

Ao longo da nossa pesquisa, procuramos entender diversos pontos que emergem da profissão de jornalista, em função da literatura e dos dados empíricos. No Capítulo 1, pudemos entender o contexto único da profissionalização do jornalismo no Brasil, observando a intersecção com a história portuguesa. Foi possível observar, por meio da leitura, marcos históricos da organização de classe, do estabelecimento de códigos deontológicos e do ensino universitário específico. Esses itens são considerados por Nelson Traquina (2004) como essenciais e, por conseguinte, foram basilares para nos debruçarmos sobre a temática da profissionalização.

Também entendemos como a prática jornalística passou de ofício utilizado para se galgar postos nobres da sociedade até se tornar uma profissão regulamentada. Discorremos sobre as principais legislações relacionadas à profissão e por meio delas pudemos observar a evolução das funções jornalísticas.

Um marco que destacamos dessa história foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, em 2009, pôs fim à obrigatoriedade do diploma para ao exercício profissional. Uma década após esse acontecimento ainda não sabemos todas as reverberações, mas consideramos o ato como um passo atrás em termos de profissionalização da carreira jornalística, uma desregulamentação ou até mesmo como uma desprofissionalização.

Discorremos sobre o mercado jornalístico brasileiro e português, com isso, observamos os reflexos da profissionalização. Percebemos também que em ambos os países há marcas severas de precarização da profissão e más condições de trabalho. Ao longo dessa parte do texto, apresentamos diversos autores que abordam essa temática (MICK; LIMA, 2013, GARCIA; MARMELEIRA; MATOS, 2014; CRESPO et al, 2017; FIGUEIRA, 2016).

Já no Capítulo 2, buscamos caracterizar a profissão de jornalista e entender um pouco dessa complexa identidade, por meio de autores como Travancas (2011), Ribeiro (2001), Pereira (2004), Lopes (2013), Silveira (2010), Barsotti (2014) e outros. Discutimos sobre as relações de trabalho (FÍGARO, 2015; GROHMANN, 2012; ANTUNES, 2009), tratamos da temática de qualidade de vida no trabalho e das condições de trabalho (FERREIRA, 2012; HELOANI, 2003, 2005, 2006), da saúde dos jornalistas (AGUIAR, 1996; REIMBERG, 2015) e apontamos elementos da precarização da profissão de jornalista (DUARTE, 2004; DRUCK, 2011).

No Capítulo 3, mostramos como foi o nosso caminho metodológico e as escolhas de métodos e de técnicas. Explicamos que, em nossa pesquisa descritiva, que por vezes foi comparativa, demos preferência a estratégias metodológicas que focassem no ouvir, recorrendo a duas abordagens específicas, a etnometodologia e a análise de conversa.

Também demonstramos o porquê de realizar dois tipos de entrevistas: uma em profundidade, na fase qualitativa; e a outra por meio de questionário *online*, na fase quantitativa. Ademais, tentamos mensurar, por meio de dados do Ministério do Trabalho e dos sindicatos, a quantidade de jornalistas no Brasil, no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Esses dados foram essenciais para a pesquisa de campo, principalmente para resguardarmos as proporções entre os locais. Em suma, discorreremos sobre todas as etapas da pesquisa.

No Capítulo 4, apresentamos os resultados das entrevistas em profundidade, que em nossa pesquisa correspondeu ao pré-teste do instrumento. Foram quatro entrevistas com jornalistas de Natal e de Brasília e neste momento da pesquisa pudemos testar nosso extenso questionário. Esta fase foi o alicerce para a etapa seguinte, pois a partir daí foram feitos ajustes no questionário.

No Capítulo 5, elencamos todos os dados colhidos por meio do questionário *online* que aplicamos na comunidade jornalística potiguar e brasiliense, considerando as 372 respostas válidas obtidas. Em seguida, comparamos os resultados obtidos tanto entre as duas cidades, como também confrontamos com um censo nacional de jornalistas (MICK; LIMA, 2013) e com

dados demográficos da população em geral obtidos no último censo brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Por fim, apresentamos um apanhado da pesquisa e refletimos sobre os dados alcançados. O principal destaque é para a comunidade de jornalistas, que aparentemente tem uma unidade em crenças e comportamentos em ambos os locais da nossa amostra. A principal diferença se dá nas condições de trabalho, pois no Rio Grande do Norte elas são muito piores do que no Distrito Federal. Observamos que o trabalho, de fato, traz repercussões para a saúde dos jornalistas, tendo em vista que a maioria de nossa amostra apontou ter doenças laborais.

CAPÍTULO 1

PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO NO BRASIL: RAÍZES PORTUGUESAS¹⁷

Traçamos neste capítulo uma linha cronológica do desenvolvimento do ofício de jornalista no Brasil e sua intersecção com a história do Jornalismo em Portugal. Listamos abaixo, de forma sucinta, os principais acontecimentos que envolveram a profissionalização nos dois países e seus respectivos contextos sociais.

O autor português Fidalgo (2007) aponta que o caminho histórico para a profissionalização do jornalismo no mundo se deu basicamente em cinco períodos. No primeiro período, que ele chama de primórdios (séculos XVII e XVIII), há destaque para a invenção da máquina de Gutenberg e para as primeiras publicações periódicas. A segunda etapa corresponde à industrialização da imprensa após a expansão do telégrafo, quando é desenvolvida a escrita técnica: pirâmide invertida, lead, objetividade e gêneros textuais.

No terceiro período, o da institucionalização da profissão (virada do século XIX ao XX), o autor destaca a criação da carteira profissional na França e suas consequências. Na quarta etapa (pós Segunda Guerra Mundial) o rádio e a TV se desenvolvem como meios de comunicação de massa e enfatiza-se a ideia de responsabilidade social do jornalismo. No quinto e último período, chamado pelo autor de era digital (a partir da década de 1990), o jornalismo perde exclusividade com relação à transmissão de informações.

Segundo o autor, a afirmação profissional dos jornalistas se deu essencialmente na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX em âmbito mundial, "por força de um conjunto de circunstâncias globais (políticas, econômicas, culturais, tecnológicas) e por causa da industrialização da imprensa – ou seja, da sua transformação de uma atividade artesanal, amadora e irregular, numa atividade regular, permanente, com grande

¹⁷ Este capítulo foi desenvolvido durante o doutorado sanduíche realizado na Universidade da Beira Interior (Portugal) entre abril e agosto de 2018, sob supervisão do Prof. Dr. José Ricardo Pinto Carvalheiro. Por mais que na pesquisa empírica não falemos sobre Portugal, há aqui um peculiar enlace histórico.

força no mercado e forte influência na sociedade" (FIDALGO, 2007, p. 42).

Para Traquina (2004), três searas demonstram a profissionalização do jornalismo: a organização de classe, o estabelecimento de códigos deontológicos e o ensino universitário específico. Considerando esse contexto, destacamos a seguir alguns acontecimentos históricos que fizeram parte do processo de profissionalização do jornalismo em Portugal e no Brasil.

Temos como marco inicial do jornalismo em Portugal a primeira metade do século XVI, quando surge a publicação periódica das *Gazetas da Restauração* (1641-1647), que tinha conteúdo político e frequência mensal (TENGARRINHA, 2006). No princípio, não se fazia distinção em quem exercia o jornalismo: "de fato, nos seus inícios, o jornalismo (ou a atividade de escrever em jornais) foi algo a que acedia qualquer um, normalmente escritor ou político, pelo simples fato de ter jeito para a escrita e de ter alguma coisa a dizer em público" (FIDALGO, 2007, p. 39).

De acordo com Lopes (2008), a imprensa no Brasil surge em 1706, no estado de Pernambuco, com posteriores iniciativas em 1747 no Rio de Janeiro e em 1807 na Vila Rica, Minas Gerais, todas suprimidas por ordem do governo português.

No ano de 1808, quando houve a transferência da corte portuguesa para o Brasil, foi regulamentada a tipografia no país e criada a Impressão Régia, responsável por autorizar publicações. "A estruturação e vigência da primeira oficina tipográfica, a Impressão Régia, foi uma absoluta novidade para a colônia que, por mais de três séculos, fora privada de um contato maior com a palavra impressa" (MEIRELLES, 2007, p. 02).

Há muita discussão sobre o atraso na implantação da tipografia e da imprensa no Brasil, somente três séculos depois do descobrimento, enquanto em colônias espanholas nos séculos XVI e XVII já existiam impressões locais. No caso brasileiro, há "mais perguntas do que respostas, talvez porque são poucos os fatos conhecidos", como diz Matias Molina (2015, p. 15).

Os portugueses não queriam a imprensa, assim como proibiram a instalação de indústrias, de um correio interno e também de universidades. Há a alegação que o país, composto basicamente por analfabetos, não precisaria de

tipografias. Mas não há explicação para o fato dos jesuítas, nos séculos XVI e XVII, instalarem os equipamentos em colônias portuguesas na Ásia e na África para imprimir obras de catequese e não no Brasil para catequizar os índios (MOLINA, 2015).

Com frequência é citado também o interesse de Portugal em evitar que informações preciosas sobre sua rica colônia chegassem ao velho mundo, despertando mais cobiça. E que no Brasil circulassem informações, por exemplo, sobre os anseios de libertação em tempos de revolução francesa e independência dos Estados Unidos, fomentando o processo de resistência interna contra a corte portuguesa.

Ainda em 1808, ano da chegada da família real, foram publicadas as primeiras edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁸ e do *Correio Braziliense*¹⁹, que segundo Hohlfeldt (2008) foram os primeiros jornais a circular no país, mantendo públicos restritos tendo em vista o analfabetismo quase absoluto dos habitantes do Brasil colônia.

Para compreendermos a gênese do Jornalismo, precisamos entender como era visto o ofício nos primórdios de seu desenvolvimento no país, antes da profissionalização. Nessa fase inicial, a imprensa no Brasil era composta basicamente por panfletagem relacionada a lutas políticas e questões sociais, em contextos como o da independência do Brasil (1822) e da proclamação da república (1889).

Inicialmente, ser jornalista era uma ocupação secundária, provisória, realizada para aumentar a renda, divulgar projetos e ideias político-ideológicas, atacar adversários e defender aliados, além de ser um meio para alcançar posições em outras esferas. Segundo Petrarca (2005, p. 02), "nesse período os jornais eram fundados principalmente por escritores, padres, ex-militares, personagens políticos e revolucionários vinculados aos movimentos sociais e políticos do momento".

Eram basicamente jornais que defendiam posições políticas, contra ou a favor da monarquia, da república ou da escravidão, embora alguns tivessem

¹⁸ Jornal institucional produzido pela Imprensa Régia (MEIRELLES, 2007).

¹⁹ Jornal editado em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa, livre de censura e controle da Imprensa Régia.

notícias de interesse de alguns segmentos, como o *Diário do Rio de Janeiro*, de 1821, que publicava preços de produtos e mercadorias, anúncios de casas para vender e alugar, escravos a venda e informações sobre movimentação de embarcações no porto. Em 1827, surgiu o *Jornal do Commercio*, que tinha como objetivo principal trazer informações de interesse dos comerciantes da cidade.

Na segunda metade do século XIX a imprensa se descaracteriza como basicamente política e passa a ser também literária, tendo escritores como Machado de Assis, José de Alencar, Euclides da Cunha, entre outros, publicando seus trabalhos nos jornais e chegando a ter cargos como redatores e chefes de redação. Nesta época, ser jornalista era compatível com o status de ser escritor. "Os 'homens de letras', como eram comumente designados os literatos, procuravam encontrar nos jornais a notoriedade e a recompensa econômica que não encontravam nos livros" (PETRARCA, 2005, p. 04).

A autora destaca que a figura do repórter no Brasil surgiu em meio à cobertura da guerra de Canudos, em 1897, acontecimento que consolida essa função jornalística e a reportagem em si. "Como se pode observar, no Brasil a imagem do repórter aparece associada à literatura e a política, constituindo-se como aquele que imbuído de uma missão política vai desvendar o Brasil autêntico" (PETRARCA, 2005, p. 06).

Por volta da passagem do século XIX para o XX, os jornais começaram a se tornar empresas jornalísticas de fato, com equipamento gráfico, aumento de tiragem, ampliação dos espaços para anúncios e valorização das entrevistas, reportagens e notícias, além do surgimento dos postos de editor, caricaturista e ilustrador. Assim, o ofício de jornalista foi deixando de ser secundário. Essas modificações nas estruturas dos jornais:

Fizeram com que as colaborações literárias, que antes eram parte integrante dos jornais, passassem a ser separadas constituindo matéria à parte. Mas essas modificações também conduziram os próprios escritores que trabalhavam em jornais a se responsabilizar pelas notícias, elaborando e produzindo matérias, ao invés de dedicarem-se apenas ao comentário ou crítica literária. Destacaram-se nesse momento, os caricaturistas e os ilustradores como os primeiros profissionais de jornais. Esses fatos proporcionaram o desenvolvimento da carreira no jornalismo e passaram a se destacar aqueles que se dedicaram ao exercício dessa atividade (PETRARCA, 2005, p. 07).

Alguns fatos marcam o início do século XX. Em 1908 o jornalista Gustavo de Lacerda criou a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com objetivo de "assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação" (ABI, 2017, p. 01). Nesta ocasião foi proposta a criação de um curso superior de Jornalismo no país, cujo projeto foi elaborado pela diretoria no ano de 1915 e aprovado em 1918 no 1º Congresso Brasileiro dos Jornalistas, organizado pela entidade (MOURA, 2002).

Moura (2002) afirma que existiu em 1934 um curso de Jornalismo vinculado à Escola de Sociologia e Política, em São Paulo, e uma cátedra de Jornalismo na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, no ano de 1935, o que caracterizaria um curso superior na área.

Em Portugal, no ano de 1934 foi criado o Sindicato Nacional dos Jornalistas. Em 1938, é criada a primeira carteira de identidade do jornalista, que se torna Carteira Profissional de Jornalista em 1941. Já em 1943, o governo publica a primeira legislação relacionada aos jornalistas, um despacho que fixa um piso salarial (ANDRINGA, 2008; SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2002a, 2002b).

No contexto brasileiro, nesse mesmo ano de 1934 foi fundado, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, o Sindicato dos Intelectuais Proletários Militantes da Imprensa²⁰, que apesar da nomenclatura, foi o primeiro sindicato dos jornalistas do país. Em 1935 foi fundado o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e em 1937 foi criado o de São Paulo (RIBEIRO; BARONCELLI, 2008; PETRARCA, 2010).

A partir deste ponto, o ofício inicia seu processo de profissionalização. Em 1938, foi criada pelo governo Getúlio Vargas²¹ e pelos sindicatos de jornalistas de São Paulo e do Rio de Janeiro a primeira legislação sobre a profissão, o Decreto-Lei nº 910 de 30 de novembro de 1938. A legislação determinava que ela se aplicava às pessoas que prestam serviço como jornalistas, revisores, fotógrafos e

²⁰ A nomenclatura Sindicato dos Jornalistas de Juiz de Fora foi adotada em 1941 e permanece até hoje.

²¹ Apesar dessa legislação ser considerada um avanço em termos de profissionalização, durante a época conhecida como Estado Novo (1937-1946) a imprensa vivia sob forte censura.

ilustradores em empresas jornalísticas. E ainda determina quem é jornalista: "o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até à redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho" (BRASIL, 1938, p. 01).

É disciplinada a duração normal de trabalho, que não deveria passar das cinco horas tanto de dia quanto à noite, podendo ser elevada a sete, mediante acordo e aumento proporcional de salário. Também regulamenta o pagamento de horas extra e fala da não aplicação desse regime de horário a quem exerce as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina de ilustração e chefe de portaria.

É instituída a obrigatoriedade de registro de jornalistas para o exercício da profissão. Apesar da indicação nessa legislação de 1938, o Ministério do Trabalho²² só tem os registros a partir do ano de 1940, dados que iremos explorar adiante.

Somente poderão ser admitidos ao serviço das empresas jornalísticas como jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos os que exibirem prova de sua inscrição no Registro da Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre (BRASIL, 1938, p. 01).

É apresentada a informação que o governo federal criará escolas de preparação ao Jornalismo voltadas à formação dos profissionais da imprensa, e que a partir deste ponto os novos profissionais só poderão obter o registro profissional em posse dos diplomas. Este é o primeiro indicativo de uma futura obrigatoriedade do diploma para o exercício jornalístico.

O Art. 20º ainda regulamenta que: "não haverá incompatibilidade entre o exercício de qualquer função remunerada, ainda que pública, e o de atividade jornalística, sendo permitida a acumulação de proventos de aposentadoria ou pensão" (BRASIL, 1938, p. 01), o que ainda deixa margens para que o Jornalismo seja um trabalho secundário.

²² O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi fundado em 1930 pelo presidente Getúlio Vargas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017). O órgão sofreu modificações de estrutura e nomenclatura diversas vezes desde a sua criação e especialmente nos últimos anos; devido a isso, optamos por chamá-lo apenas por Ministério do Trabalho.

Cinco anos após esta legislação, foi publicado o Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943, que "institui o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências" (BRASIL, 1943, p. 01). De acordo com Petrarca (2005), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada sob o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943b), repete os decretos anteriores no que diz respeito aos jornalistas.

Um ano depois é publicado o Decreto-Lei nº 7.037, de 10 de novembro de 1944, que "dispõe sobre a remuneração mínima dos que trabalham em atividades jornalística e dá outras providências" (BRASIL, 1944, p. 01). A partir dele, fica definido que a remuneração do jornalista não deve ser menor do que a estabelecida pelo Decreto-Lei.

Também são caracterizadas as empresas jornalísticas: "aquelas cujas atividades consistem na edição de jornais, revistas, boletins, periódicos ou na distribuição de noticiário" (BRASIL, 1944, p. 01), sendo equiparadas a "empresas nos quais se exerçam as atividades mencionadas neste artigo, bem como as de radiodifusão e as de propaganda comercial, em suas seções destinadas à redação de notícias, comentário ou publicidade" (BRASIL, 1944, p. 01).

Tal Decreto-Lei mantém o conceito de jornalista identificado anteriormente e identifica três categorias de funções exercidas pelos jornalistas: em comissão (diretor, redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão), permanente (redator, redator auxiliar, noticiarista, repórter, repórter de setor e repórter auxiliar) e auxiliar de redação (revisor, ilustrador ou desenhista, fotógrafo e arquivista).

Também são feitas definições para cada função; os redatores de radiodifusão e de redação publicitária são inclusos como jornalistas e é proposta uma hierarquia, ficando os fotógrafos como função auxiliar de redação ao lado do revisor, ilustrador ou desenhista e arquivista:

- a) redator aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir matéria de crítica ou orientação através de editoriais ou crônicas;
- b) redator - auxiliar aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo que contenha apreciações ou comentários;

- c) noticiarista aquele que, coadjuvando nos trabalhos comuns de redação, tem o encargo de redigir informações, desprovidas de apreciações ou comentários;
- d) repórter aquele que tem o encargo de colher e transmitir notícias ou informações, sobre assuntos pré-determinados, preparando-as para publicação;
- e) repórter de setor aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos pré-determinados, preparando-as para publicação;
- f) repórter auxiliar aquele que tem o encargo de colher e transmitir notícias ou informações, segundo determinação que receba ou conforme designação o prévia (BRASIL, 1944, p. 01).

Mais dois fatos marcaram esta década. Em 1946 foi fundada a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que "congrega Sindicatos de Jornalistas do Brasil e representa os jornalistas, em nível nacional, para defesa dos seus interesses profissionais, lutas e reivindicações" (FENAJ, 2010, p. 01).

E em 1947, portanto nove anos após a primeira legislação instituir a criação das escolas de Jornalismo, foi aberta a primeira turma na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo, apontada como a pioneira no país, apesar dos indícios de que houve outras iniciativas anteriores (HIME, 2004; MOURA, 2002).

No início década de 1960, houve outras duas legislações que versaram sobre o exercício jornalístico. O Decreto nº 51.218, de 22 de agosto de 1961, alega que a falta de regulamentação do Decreto-Lei de 1938 prejudica as escolas de Jornalismo já existentes, pois já que estas não são obrigatórias para o exercício profissional, não há procura.

Assim, é feita a exigência do diploma de nível superior, sendo excluídos os profissionais já filiados ao sindicato de jornalistas profissionais e à ABL e os que atuam há mais de dois anos, bem como revisores, fotógrafos e arquivistas, pois estas atividades têm "natureza puramente técnico-materiais" (BRASIL, 1961).

O Decreto nº 1.177, de 12 de junho de 1962, regulamenta o registro de jornalistas profissionais, nomenclatura que vem sendo adotada desde a legislação de 1961, e também de estagiários de Jornalismo, que podem exercer esta função pelo prazo máximo de 36 meses. Diferente dos documentos anteriores, ele define como jornalista profissional aquele:

Cuja função, remunerada e habitual, compreende a busca ou documentação de informações, inclusive fotográficas, a redação de matéria a ser publicada, contenha ou não comentário; a revisão de matéria, quando já composta tipograficamente a ilustração, por desenho ou por outro meio, do que for publicado; a recepção radiotelegráfica e telefônica de noticiário nas redações de empresas jornalísticas; a organização e conservação, cultural e técnica, do arquivo redatorial; bem como a organização, orientação e direção de todos esses trabalhos e serviços (BRASIL, 1962, p. 01).

Além disso, a legislação enumera as categorias profissionais e elenca suas respectivas atribuições. As diferenças entre esta caracterização e as anteriores explicitam a própria evolução e complexidade do Jornalismo enquanto ofício:

- a) Redator - aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de escrever originais, redigir matéria de crítica ou orientação, através de editoriais ou crônicas;
- b) Redator auxiliar - aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, que contenha apreciações ou comentários;
- c) Noticiarista - aquele que, coadjuvando nos trabalhos comuns de redação, tem o encargo de redigir informações desprovidas de apreciações ou comentários;
- d) Repórter - aquele que tem o encargo de colher, segundo determinação que receba, notícias ou informações preparando-as para publicação;
- e) Repórter de setor - aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos pré-determinados preparando-as para publicação;
- f) Repórter auxiliar - aquele que tem o encargo de colher e transmitir notícias ou informações, segundo determinação que receba ou conforme designação prévia;
- g) Revisor - aquele que tem a seu cargo a revisão das provas tipográficas de matéria jornalística;
- h) Ilustrador ou desenhista - aquele a quem compete, pelo desenho artístico ou técnico, ilustrar ou planejar graficamente as páginas do periódico;
- i) Fotógrafo - aquele a quem cabe, fotograficamente, registrar os fatos jornalísticos ou documentar noticiário;
- j) Arquivista - aquele que se encarrega da organização e conservação cultural e técnica, do arquivo redatorial;
- k) Locutor - aquele a quem incumbe a transmissão oral, lida ou improvisada, de matéria jornalística, nas emissoras de radiodifusão e televisão;
- l) Radiotelegrafista e Telefonista - aquele que tem como encargo específico a recepção ou transmissão de matéria jornalística destinada a divulgação (BRASIL, 1962, p. 01).

O Decreto nº 53.263, de 12 de dezembro de 1963, também foi voltado à regulamentação do registro profissional e mantém o mesmo conceito de jornalista profissional e de empresa jornalística dos documentos anteriores, porém faz modificações nas categorias existentes e suas funções, substituindo a figura do locutor pela do rádio repórter e do repórter cinematográfico.

O rádio repórter é "aquele a quem incumbe a transmissão oral, lida ou improvisada de matéria jornalística, nas emissões de radiodifusão e televisão" (BRASIL, 1963, p. 01), enquanto que o repórter cinematográfico é "aquele a quem cabe, cinegraficamente, registrar os fatos jornalísticos ou documentar o noticiário, responsável pelo roteiro da filmagem determinada pela empresa, e pela redação da reportagem" (BRASIL, 1963, p. 01).

Além disso, a legislação determinou que os estagiários deveriam ter o mesmo salário que os jornalistas profissionais, podendo permanecer com este vínculo por um total de 36 meses ininterruptos em uma mesma empresa ou 48 meses em variadas empresas. Essa fase encerra o Jornalismo pré-profissionalização, apesar dos movimentos de legitimação citados anteriormente estarem em desenvolvimento há mais de três décadas.

O período de governos do regime militar brasileiro, que durou de 1964 a 1985, impactou o Jornalismo em diversas searas. A partir do golpe militar de 1964 houve muita censura à mídia, mas também maior interação entre a imprensa e a política governamental, inclusive em termos de investimento estatal. Nesta época de ditadura militar se desenvolveram alguns tipos de jornalismo especializado, com destaque para o jornalismo econômico, em função de ser um instrumento de divulgação da política econômica do governo e principalmente devido ao crescimento econômico do país, por meio de investimentos estatais e privados, o que levou automaticamente ao aumento no volume de notícias e do público leitor.

Em 1967, foi sancionada a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regulava a liberdade de manifestação de pensamento e de informação. Também conhecida como Lei de Imprensa²³, essa legislação foi utilizada pelo governo

²³ Em 2009 o Supremo Tribunal Federal revogou a Lei de Imprensa, uma das únicas legislações da época da ditadura que ainda estavam em vigor naquele ano. Mais de quatro décadas após sua publicação, ela "foi compreendida como elemento limitador da liberdade de expressão assegurada na Constituição" (MELO; COUTINHO, 2009, p. 202).

militar como instrumento de repressão à liberdade de imprensa e impedia o trabalho jornalístico no país (MELO; COUTINHO, 2009).

Cabe destacar que, diferente das legislações anteriores, ela considerava como jornalista profissional quem tinha vínculo empregatício com empresa de comunicação; quem produzisse regularmente artigos ou programas transmitidos; e redatores, diretores ou redatores-chefes de periódico, programa ou agência.

Apesar de todos os decretos já publicados, o Jornalismo tornou-se oficialmente uma profissão no Brasil em 1969, neste contexto de ditadura militar, com a publicação do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Para Petrarca (2005, p. 14), o Decreto-Lei: "teve como uma das principais funções valorizar os cursos de jornalismo e impedir o exercício da profissão a pessoas que não eram formadas em cursos de nível superior". Ele foi complementado pelo Decreto-Lei nº 65.912, de 19 de dezembro de 1969 (BRASIL, 1969b).

Nesta legislação foi feita mais uma modificação no conceito de jornalista - quando comparamos com a de 1963 -, trazendo funções mais esmiuçadas e explicitando a figura do professor de Jornalismo:

A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

- a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;
- b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão;
- c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;
- d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;
- e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea "a";
- f) ensino de técnicas de jornalismo;
- g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;
- h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem;
- i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
- j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;
- l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico (BRASIL, 1969, p. 01).

Mais uma vez foi cobrado o diploma de nível superior em Jornalismo para o exercício profissional, exceto para quem exerce as funções de revisor, arquivista, fotógrafo, ilustrador e similares²⁴. Também foi feita uma mudança no que diz respeito aos estagiários: estes passaram a só poder ter essa experiência no último ano do curso superior.

A especificação das funções possíveis de serem desempenhadas pelos jornalistas profissionais também sofreram modificações perante a última legislação, que no caso foi a de 1963. Assim, no documento de 1969 o jornalista profissional pode ter as seguintes funções:

- a) Redator: aquele que além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;
 - b) Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, desprovida de apreciação ou comentários;
 - c) Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando-a para divulgação;
 - d) Repórter de setor: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos pré-determinados, preparando-as para divulgação;
 - e) Rádio-repórter: aquele a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;
 - f) Arquivista-pesquisador: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente, o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
 - g) Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;
 - h) Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;
 - i) Repórter fotográfico: aquele a quem cabe registrar, fotograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;
 - j) Repórter cinematográfico: aquele a quem cabe registrar cinematograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;
 - l) Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.
- Também serão privativas de jornalista profissional as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no artigo 2º como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão (BRASIL, 1969, p. 01).

²⁴ Funções explicitadas de H a L na listagem anterior.

Podemos observar outras diferenças em comparação à legislação anterior: foram extintas as figuras de redator auxiliar, repórter auxiliar radiotelegrafista/telefonista; o noticiarista aparece como coadjuvante; o arquivista passa a ser arquivista-pesquisador; a figura do o ilustrador/desenhista passou a ser dividida em duas separadas, ilustrador e diagramador; e o fotógrafo tornou-se repórter fotográfico.

A legislação de 1969 estabelece ainda que o salário relativo a cinco horas de trabalho do jornalista diário não poderá ter ajustes em contratos individuais com base inferior ao salário estipulado por convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa da Justiça do Trabalho - o piso salarial do jornalista. Também delibera que "poderão os sindicatos de jornalistas reclamar o estabelecimento de critérios de remuneração adicional pela divulgação de trabalho produzido por jornalista em mais de um veículo de comunicação coletiva" (BRASIL, 1969, p. 01).

De acordo com Petrarca (2005), a profissionalização passa a ser privilegiada e a efetivação da profissionalização torna-se um recurso diante do contexto de regime militar, tendo em vista que "a referência profissional constituiu uma forma dos intelectuais se organizarem como ator político capaz de, em nome de um conhecimento específico, remeter-se a uma racionalidade própria contra a tecnoburocracia do regime" (PETRARCA, 2005, p. 15).

Segundo ela, o Decreto teve sua importância na "constituição de uma ética profissional e a formação universitária como imprescindível para apreensão dos critérios técnicos da profissão, dentro de um contexto mais geral da sociedade brasileira" (PETRARCA, 2005, p. 15). Também havia acusações de que a exigência do diploma superior para exercer o jornalismo foi uma forma do governo militar evitar que intelectuais e outros adversários do regime tivessem acesso aos jornais e revistas para criticar o governo.

Nesta época, temas como objetividade e responsabilidade social do jornalista eram vistos como necessários. "A objetividade estava relacionada ao engajamento do jornalista na informação que deve estar a serviço da sociedade, como também no domínio de um conhecimento técnico específico para fazer jornalismo" (PETRARCA, 2005, p. 16).

Nesse sentido, após a legislação de 1969 grandes jornais em circulação como *Folha de S.Paulo* e *Estado de S. Paulo* começam a adotar manuais de redação visando uma orientação técnica, enquanto que as universidades passaram a oferecer uma formação mais técnica. Petrarca (2010, p. 82) afirma que em situações como a do nosso país "a regulamentação das profissões e a exigência da formação acadêmica voltaram-se não só para uma reserva de espaços, mas constituíram-se como recursos fundamentais para atuar na esfera política".

Apenas em 1979 foi criado em Portugal o primeiro curso superior, a Licenciatura em Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, três anos após ser aprovado o primeiro Código Deontológico dos Jornalistas. Nessa época, quando ainda não era comum a formação superior específica, o jornalista português era formado apenas pela prática nas redações, a chamada tarimba.

Nesse quesito educacional dos jornalistas, Portugal se atrasou em mais de um século em comparação a outros países europeus, e mais ainda com relação aos Estados Unidos, pioneiros na década de 1860. Isso se deu, grande parte, devido a décadas de ditadura (1933-1974) pelas quais o país passou, período conhecido como Estado Novo ou salazarismo (MENDES, 2011; SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2002b).

De acordo com Veríssimo (2003, p. 11), esse período é marcado "por um regime autoritário, em que existe um aparelho repressivo e mecanismos de censura, pelo que não podemos pensar em informação livre". Sobreira (2003) aponta que habitualmente se identifica a Revolução dos Cravos, de abril de 1974, como um marco no desenvolvimento do jornalismo no país, apesar de haver vários avanços em termos de profissionalização em épocas anteriores.

Na década de 1980 a profissão de jornalista no Brasil foi marcada por modificações nos seus ambientes de trabalho. Com o fim da ditadura, no ano de 1987 é aprovado o primeiro código de ética dos jornalistas brasileiros. Segundo Duarte (2011), a migração de jornalistas para áreas fora do mercado tradicional das redações se deu nessa época, quando se consolidavam as assessorias de imprensa no país. O autor relata que em 1993 o Sindicato dos Jornalistas do

Distrito Federal calculou em 50% os profissionais que atuavam em comunicação institucional.

Saltando para tempos mais atuais, apesar de todos os esforços em busca da profissionalização, Petrarca (2005) acredita que este processo não está totalmente consolidado em função do fim da exigência do diploma, que ocorreu em 2009, após anos de ameaças. O processo teve início em 2001, quando o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Sertesp) e o Ministério Público Federal (MPF) solicitaram que o governo deixasse de exigir o diploma, obrigatoriedade sustentada desde a legislação de 1969 (LOPES, 2013).

Vale ressaltar que, em meio a este processo do diploma, a FENAJ, representante da classe jornalística, estava à frente da criação do Conselho Federal de Jornalismo. A autarquia teria como função "defender o direito à livre informação plural, a liberdade de imprensa, a observância dos princípios éticos no exercício da profissão e o aperfeiçoamento do jornalismo" (FENAJ, 2017a, p. 01), um projeto que existia desde 1965 e que, no entanto, não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Segundo Lopes (2013), esta era mais uma iniciativa no sentido da regulamentação da profissão de jornalista no país, e também acreditamos que seria um avanço em termos de profissionalização.

Em última instância, no ano de 2009 o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fim da obrigatoriedade, após quase uma década de processo judicial. Por oito votos favoráveis à derrubada e apenas um contra, os ministros acataram o pedido do Sertesp e do MPF.

Relator do processo, o presidente do STF, Gilmar Mendes, concordou com o argumento de que a exigência do diploma não está autorizada pela Constituição. Para ele, o fato de um jornalista ser graduado não significa mais qualidade aos profissionais da área. "A formação específica em cursos de jornalismo não é meio idôneo para evitar eventuais riscos à coletividade ou danos a terceiros" (ABREU, 2009, p. 01).

A polêmica envolveu outros atores sociais, além dos patrões (Sertesp) contra os empregados (representados pela Fenaj), instituições como a ABI, Repórteres sem Fronteiras e o âmbito acadêmico (LOPES, 2013). Lopes (2013) avalia que na disputa judicial sobre o diploma foram utilizadas estratégias

retóricas; a retórica classista (o jornalista como defensor da sociedade), a retórica do risco (o perigo do exercício sem diploma, amparado pela Campanha em Defesa do Diploma da Fenaj) e a plausibilidade (persuasão da opinião pública em favor da causa), bem como se buscou uma construção identitária do jornalista a partir do *ethos* da profissão.

Ainda no ano de 2009 foram registradas várias Propostas de Emenda à Constituição (PECs), sendo a mais divulgada a PEC 33/2009, que ficou conhecida como PEC dos jornalistas, uma iniciativa encabeçada pelo Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE). Uniu-se a ela a PEC 386/2009, organizada pelo deputado Paulo Pimenta (PT/RS), a PEC 388/2009, do deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE) e a PEC 389/2009, da deputada Gorete Pereira (PR/CE).

De acordo com Castro (2013, p. 13), "no dia 30 de novembro de 2011, portanto mais de dois anos depois da decisão do STF, o Senado colocou a PEC em votação em plenário, sendo ela aprovada em primeiro turno por 65 votos contra sete". A partir daí, teve origem a PEC 206/2012, ainda sem um desfecho na Câmara dos Deputados (SENADO FEDERAL, 2009; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

No ano de 2014 a senadora Ângela Portela (PT-RR) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, cujo objetivo é modificar a CLT para "conceder adicional de periculosidade aos profissionais da área de jornalismo que exercerem a atividade em condições de risco e dá outras providências" (SENADO FEDERAL, 2014, p. 01). No dia 27 de dezembro de 2018 esse PLS teve sua tramitação encerrada, e consta na decisão que ela foi arquivada por motivos de finalização de legislatura. Segundo a Agência Senado (2016), tanto a PEC 206/2012 quando a PLS 114/2014 são iniciativas de valorização da profissão de jornalista.

Para Oliveira (2009), a exigência do diploma tem variados significados, pois em nossa sociedade o detentor de formação superior possui status diferenciado, um capital simbólico, mesmo que historicamente as oportunidades educacionais no país sejam favoráveis às classes altas.

A autora aponta que a exigência é um aspecto importante no processo de profissionalização dos jornalistas: "a posse de um título escolar específico foi

associada à necessidade de 'dignificar' a profissão, sendo um mecanismo eficiente de capitalização de prestígio social para o grupo, isto é, de apropriação de vantagens simbólicas" (OLIVEIRA, 2009, p. 05).

A credencial acadêmica pode ser vista como uma justificativa ao monopólio do exercício da profissão, "o controle do direito de entrada e da autoridade para dizer quem está autorizado a dizer-se jornalista" (OLIVEIRA, 2009, p. 14). No contexto da identidade do jornalista profissional tal controle "passou a ter como princípio de organização a distinção entre jornalistas 'legítimos' - profissionais diplomados - e 'ilegítimos' - que não transitaram pelo caminho da formação universitária" (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

Silveira (2010) aponta que a "queda do diploma", como ficou conhecida popularmente a decisão, modificou a dinâmica do mercado jornalístico e foi negativa para a organização formal da profissão, que já sofria consequências das realidades precárias, o que dialoga com Dias (2013), que afirma que o processo de profissionalização da profissão de jornalista no Brasil ainda não se consolidou - sendo este último ponto também a visão de Petrarca (2005), com os quais corroboramos.

Dias (2013) enfatiza que a flexibilidade da prática jornalística, principalmente com relação aos registros provisionados, oculta uma condição permanente de inúmeros profissionais. "Muitos jornalistas do interior do país recebem registros provisionados para o exercício da atividade até hoje, pois não dispõem de condições para cursar faculdades para a formalização do registro profissional" (DIAS, 2013, p. 77).

Segundo o autor, após a ditadura militar houve a discussão da profissionalização não somente no âmbito do que é ou não profissional, mas sobre o limiar de onde se emprega o jornalista, se no ambiente jornalístico ou não. "As assessorias de imprensa passaram a ser domínio também dos jornalistas dada transparência que as organizações passaram a ter a com a abertura de mercado nos anos 90 e a política neoliberal" (DIAS, 2013, p. 81).

Em um pensamento semelhante, Silveira (2010) aponta que o enfraquecimento do mercado jornalístico perante a não obrigatoriedade do diploma fortalece a assessoria de imprensa como opção de trabalho: "ser um

jornalista-assessor viceja, então, como uma saída para não vivenciar uma realidade de tanta precariedade profissional sem que, para isso, o jornalista, obrigatoriamente, tenha que abandonar o 'guarda-chuva' da profissão" (SILVEIRA, 2010, p. 231).

Segundo ele, a condição de assessor traz maior mobilidade no mercado, posto que "não há uma filiação a qualquer linha editorial vigente nas redações convencionais, facilitando, inclusive, o vínculo a mais de um emprego de assessoria" (SILVEIRA, 2010, p. 231). Apontamos que essa peculiaridade é observada no mercado, pois é muito comum o trabalho em assessoria não tem carga horária diária definida, passando a ser um trabalho sob demanda.

1.1 O mercado jornalístico na atualidade

E como são os mercados jornalísticos brasileiro e português hoje? Em Portugal, pode atuar como jornalista somente quem tem a carteira profissional, e há fiscalização para concessão e renovação por parte do órgão responsável, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista²⁵. Tal fiscalização é vista como rigorosa por alguns profissionais e quase inexistente por outros, portanto não há unanimidade. Para receber o Título Provisório de Jornalista, se deve fazer estágio obrigatório remunerado por no mínimo 12 meses, a depender do curso realizado pelo estudante, que não necessariamente precisa ser Jornalismo (CCPJ, 2017).

Estando comprovado o período de atuação é que se pode solicitar a Carteira Profissional, que deve ser renovada a cada dois anos, exceto em casos especiais. Além do mais, a carteira fica retida durante o exercício de atividades que em Portugal são consideradas como não jornalísticas, como é o caso de publicidade, marketing e assessoria de comunicação. Ou seja, mesmo quando a pessoa tem diploma acadêmico de jornalista, se não tem a carteira, não é considerado jornalista em Portugal (CCPJ, 2017; SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2012).

²⁵ Composta por jornalistas e representantes dos órgãos de informação, foi criada por lei nos anos 1990 para retirar do Sindicato de Jornalistas a competência de atribuir os títulos profissionais, uma vez que a sindicalização não é obrigatória.

No Brasil, até 2009 podia ser oficialmente jornalista quem tinha o diploma de nível superior na área, o que garantia o registro no Ministério do Trabalho, feito por meio dos Sindicatos, onde eles existiam. Também existe uma carteira da categoria (FENAJ, 2018), mas é meramente um documento de identificação e não tem o mesmo peso que no contexto português.

Hoje, como discutimos, não há exigência para que se atue como jornalista no Brasil, bastando solicitar o registro no Ministério. Esse registro pode ser feito apenas com comprovação de atuação jornalística, quesito controverso. Logo, ficamos em um limbo quanto a quem pode ser considerado jornalista ou não, o que para nós representa uma desprofissionalização, pelo menos se considerarmos os três indicativos desse processo apresentados por Traquina (2004), como mencionamos anteriormente.

Em pesquisas anteriores (BULHÕES; RENAULT, 2017), identificamos que todos os tipos de precarização apontados por Druck (2011) podem ser associados ao exercício do jornalismo no Brasil: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; insegurança e saúde no trabalho; perda das identidades individual e coletiva; fragilização da organização dos trabalhadores; e a condenação e o descarte do Direito do Trabalho.

Faz parte da vida laboral de muitos jornalistas ter longas, intensas e irregulares jornadas de trabalho, acumular funções, ter frágeis vínculos de trabalho, ter baixa remuneração (e por isso necessitar ter mais de um emprego ou ocupação) e estar suscetível às demissões em massa, comumente chamadas de passarálhos, seja pelo enxugamento das redações ou pelos fechamentos de veículos.

O projeto de Jornalismo de Dados intitulado Volt Data Lab realizou o levantamento sobre demissões em massa e mostrou que entre 2012 e junho de 2015, pelo menos 1.084 jornalistas foram demitidos, de um total de 3.568 trabalhadores dispensados em aproximadamente 50 empresas de comunicação do Brasil (BULHÕES et al, 2015).

Além disso, são crescentes os casos de violência contra jornalistas e também há uma evidente diminuição da liberdade de imprensa (FENAJ, 2017b).

Vale destacar que o Brasil figurou como o país com o maior número de jornalistas mortos nas Américas (BBC, 2014).

Destacamos que a ideia de precarização da profissão de jornalista não é recente, tampouco exclusiva do Brasil. No contexto europeu, o francês Accardo (1998) aponta que os efeitos da precariedade e da proletarização dos chamados "trabalhadores-jornalistas" resultam em um empobrecimento material (diminuição do poder de compra, endividamento crescente, deterioração das condições de vida) e em problemas de ordem psicológica, como o estresse.

Em Portugal também se vive uma precarização do trabalho jornalístico. Ao iniciarem as carreiras hoje, os jornalistas se deparam com "sobreoferta de aspirantes ao jornalismo, formas de recrutamento pouco criteriosas, precariedade laboral, polivalência multiforme, atividades extraprofissionais, flexibilização e expectativas frágeis", de acordo com Garcia, Marmeleira e Matos (2014).

Os autores apontam que os jovens jornalistas são os que mais possuem contratos de trabalho precários nas organizações, o que não tem muita relação com o nível de formação acadêmica, visto que muitas vezes há pessoas nas mesmas funções recebendo salários destoantes. "Este quadro geral de vínculos laborais produz sérios efeitos sobre as mais variadas esferas da vida do jornalista: da relação com a própria atividade jornalística à intervenção política, passando pelo equilíbrio entre tempo de trabalho e de vida. A este respeito, os dados indicam um elevado número de jornalistas a trabalhar nove ou mais horas por dia" (GARCIA; MARMELEIRA; MATOS, 2014).

Vale ressaltar que, em termos de quantidade, o universo de jornalistas em Portugal e no Brasil sempre foi muito diferente, logicamente devido às proporções de tamanho e população dos dois países. De acordo com Guimarães (2006), a Fenaj estimava que por volta do ano de 2006 existiam 50 mil jornalistas em exercício no Brasil. Apesar da regulamentação da profissão ter se iniciado em 1938, até o fim da década de 1940 houve apenas 5 registros, cujo pico se deu somente na década de 1990, época da redemocratização do país²⁶.

Entre 1940 e 2015, o que corresponde a 75 anos, houve 113.935 registros de jornalistas junto à entidade brasileira. Mick e Lima (2013) retrabalharam a

²⁶ Podemos considerar como marco da redemocratização do Brasil o ano de 1988 devido à promulgação da Constituição Federal.

estatística nacional a partir dos registros de cada estado e chegaram à conclusão que o Brasil tinha no máximo 145 mil jornalistas com registro profissional, ao final de 2011.

De acordo com Andringa (2008), na década de 1940, portanto cerca de quatro décadas antes de existirem jornalistas diplomados em Portugal, só havia cerca de 200 jornalistas no país, e poucos deles tinham o título profissional. Já em 2006, a Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas contabilizava 7.402 títulos profissionais. Segundo Andringa (2008, p. 04), "este crescimento vai determinar profundas alterações na estrutura do grupo profissional", principalmente juvenilização, feminização e melhoria das habilitações escolares.

Em 2007 havia 6.839 jornalistas ativos no país, e em 2014 esse número caiu para 5.621, alegadamente devido ao crescimento do desemprego no país e ao processo de precarização (EUROPEAN JOURNALISM OBSERVATORY, 2014), e em 2017, esse número subiu para 6.114 (CRESPO et al, 2017). De acordo com Figueira (2016), esse decréscimo de 17,8% entre 2007 e 2014 reflete "uma crise das organizações jornalísticas e do seu modelo de negócio (com impacto evidente no despedimento de jornalistas) e não do jornalismo, uma vez este continuar, embora por outros meios e com outras formas de organização, a produzir notícias e a distribuir informação, desejavelmente adaptado aos novos contextos" (FIGUEIRA, 2016, p. 67).

Para o autor, o cenário mercadológico é de crise, com fechamento de veículos, demissões, má remuneração, atrasos de salários e até problemas ético-deontológicos apontados pelo Sindicato dos Jornalistas. Tal panorama não impede que tantos estudantes se matriculem anualmente em cursos de Jornalismo em Portugal, e para ele isso se deve principalmente às oportunidades que os futuros jornalistas podem encontrar na paisagem comunicacional.

"As competências que pode adquirir ao longo da sua formação universitária lhe serão úteis no acesso e desempenho de outras funções e profissões em que a comunicação, a informação e, portanto, a produção de conteúdos nos mais diversos suportes está longe de servir unicamente ou em primeiro lugar a instância jornalística" (FIGUEIRA, 2016, p. 69-70). O autor ainda aponta que as assessorias, a comunicação organizacional e as relações públicas se tornam,

nesse novo contexto, atraentes também pela alta taxa de empregabilidade e pelo melhor pagamento.

Crespo et al (2017) apresentam em seu estudo “Os jornalistas portugueses são bem pagos? Inquérito às condições laborais dos jornalistas em Portugal”, desenvolvido pelo Instituto Universitário de Lisboa e pelo Sindicato dos Jornalistas, um panorama preocupante do jornalismo português. O rendimento médio mensal é de 1.113 euros²⁷; quase 58% não progredem na Carreira Profissional há pelo menos sete anos; cerca de 64% assumem que já ponderaram o abandono do jornalismo, e entre as razões estão o baixo rendimento, degradação da profissão ou condições de trabalho, precariedade contratual e ainda o estresse.

Quase 40% afirmam já terem estado desempregados ao longo do seu percurso profissional de jornalista e 46% que é difícil conciliar a vida pessoal com a vida profissional; só cerca de 30% afirmam trabalhar um número de horas similar ao previsto no contrato de trabalho e quase 82% que não são pagas horas extra. Além disso, apenas dois terços têm formação superior em Ciências da Comunicação ou Jornalismo e cerca de 70% fizeram pelo menos um estágio. Quanto ao gênero, o resultado foi praticamente equilibrado, com 51,8% de homens e 48,2% de mulheres (CRESPO et al, 2017).

O estudo de Mick e Lima (2013), "Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país", realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com a FENAJ, demonstrou que no Brasil a população feminina é notavelmente preponderante (64%); nove em cada dez eram diplomados em Jornalismo, especificamente; três em cada quatro tinham registro no Ministério do Trabalho; 75% realizaram estágio; dois terços tinham renda até cinco salários mínimos²⁸ e quase metade dos jornalistas trabalhavam mais de oito horas por dia. De cada dez jornalistas, um era professor, quatro trabalhavam predominantemente fora da mídia e cinco trabalhavam principalmente em mídia.

Apesar de terem sido aplicadas em anos, contextos e com critérios diferentes, as duas pesquisas são as mais recentes nos respectivos países e nos servem como panorama. Alguns itens podem ser comparados, como a

²⁷ O salário mínimo em Portugal na altura do inquérito era de 530 euros.

²⁸ O salário mínimo no Brasil na época da pesquisa era R\$622.

feminização que é maior no Brasil, bem como a formação específica em Jornalismo - mesmo a pesquisa tendo sido aplicada após a "queda" do diploma. É semelhante a taxa de realização de estágio e, curiosamente, os salários médios dos jornalistas são aproximados, quando convertemos para qualquer uma das moedas - porém distintos se compararmos ao salário mínimo de cada país.

Assim, podemos inferir que, surpreendentemente, a história do jornalismo profissional brasileiro tem mais aproximações do que distanciamentos com a portuguesa. Apesar de questões relativas à colonização do Brasil, diferenças entre continentes e todo o complexo contexto relacionado a isso, e também levando em conta o surgimento tardio do jornalismo no Brasil, podemos considerar que os processos de profissionalização foram bastante semelhantes.

Há também uma diferença enorme de quantidade de jornalistas: em 2006 havia 50 mil jornalistas em exercício no Brasil, enquanto que em Portugal havia, em 2007, menos de 7 mil. Em 2011 havia 145 mil jornalistas com registro profissional no Brasil e cerca de 5.600 profissionais ativos em Portugal em 2014. Apesar de diferentes critérios de contagem, tendo em vista que os órgãos portugueses conseguem mensurar com exatidão devido às regras da carteira profissional, é visível a diferença de proporção²⁹. Além disso, enquanto Portugal inteiro tem um Sindicato dos Jornalistas, no Brasil há 31 sindicatos e a Fenaj.

Voltando às semelhanças, os primeiros sindicatos de jornalistas surgem em ambos os países na década de 1930. As primeiras legislações que versam sobre a profissão são publicadas em 1938 e 1943, e os códigos de ética/deontológico em 1987 e 1976, respectivamente no Brasil e em Portugal.

Com relação ao ensino superior específico, em ambos os casos a prática profissional veio antes do ensino superior específico, mas há diferença significativa de mais de três décadas: no Brasil a primeira faculdade surge em 1947 e em Portugal apenas em 1979, apesar de tentativas anteriores terem sido reprimidas pela ditadura.

Aliás, a ditadura em Portugal (1933-1974) e a ditadura militar no Brasil (1964-1985) foram marcadas pela censura à mídia, sendo que no período brasileiro houve avanços mais significativos na profissionalização do jornalismo,

²⁹ Portugal tem pouco mais de 10 milhões de habitantes, enquanto que no Brasil há aproximadamente 207 milhões (AGÊNCIA BRASIL, 2017; PORTAL G1, 2017).

por interesse do governo em controlar os jornalistas e usar a imprensa a favor do regime.

A partir da redemocratização brasileira, os jornalistas consolidaram as assessorias de comunicação e similares como postos de trabalho, fenômeno que não aconteceu em Portugal. Hoje, inclusive, a Fenaj apoia iniciativas como a do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, que promove desde 2014 a campanha "Assessor de Imprensa é Jornalista".

Em contraponto, sabemos que em Portugal há muitas pessoas com formação em Jornalismo atuando em assessorias, mesmo sem serem considerados jornalistas e sem terem direito à carteira profissional. Ou seja, é uma questão de nomenclatura e legislação, pois na prática em Portugal pessoas formadas em Jornalismo também ocupam esses espaços, mas com a ressalva de não poder fazer isso simultaneamente ao trabalho jornalístico na imprensa, como é comum no Brasil.

Acreditamos que a "queda" do diploma no Brasil resultou na desprofissionalização do jornalismo. Há quem diga que na prática não houve mudanças no mercado, mas acreditamos que foi pelo menos um retrocesso em termos de regulamentação e organização da profissão.

Com relação aos dias atuais, vemos que são bastante semelhantes os indicadores de precarização da profissão de jornalista nos dois países: más condições laborais, baixa remuneração, jornadas de trabalho, acúmulo de funções, vínculos precários de trabalho e demissões. Apesar disso, há mais violência dentre jornalistas brasileiros (FENAJ, 2017b), mas há de se considerar que há mais violência no Brasil, de forma geral.

CAPÍTULO 2

IDENTIDADE DO JORNALISTA, CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO

Diante do panorama histórico apresentado acerca da profissionalização do Jornalismo no Brasil, cujo exercício passou de uma ocupação secundária para uma profissão relativamente reconhecida, nos indagamos: o que significa ser jornalista? Concomitantemente à construção do jornalista enquanto profissional houve a consolidação de características identitárias capazes de delimitar o que é ser jornalista, como veremos a seguir.

A identidade do jornalista é mais complexa do que seu exercício em si (TRAVANCAS, 2011) e é difícil definir a profissão devido à ambiguidade e multiplicidade de suas funções (PEREIRA, 2004). Entretanto, por baixo da fluidez do status da profissão "há um sentimento de funcionalidade social que vai permear a construção identitária do jornalista" (PEREIRA, 2004, p. 02).

Segundo Ribeiro (2001), houve uma evolução histórica não linear do perfil do jornalista, pois cada nova fase aglutinou características anteriores, e ele "resulta do entrecruzamento de referências históricas, da identidade da empresa, da subjetividade e da classe social preponderante no grupo de jornalistas" (RIBEIRO, 2001, p. 199) e considera os valores próprios dos jornalistas e a resistência à imposição de valores externos. Para Travancas (2011), a maioria dos jornalistas se insere na camada média urbana, o que representa mais um elemento em meio à identidade; Fígaro (2013) também aponta essa prevalência de classe dentre os jornalistas.

Há uma concepção romântica da profissão na qual os jornalistas podem ser vistos como os cães de guarda da sociedade e a imprensa como um quarto poder³⁰ (PEREIRA, 2004). Assim, há variadas construções imagéticas em torno dos jornalistas e que eles ajudam a perpetuar: representante da sociedade, mediador imparcial, contrapoder, herói, intelectual, membro da elite pensante (OLIVEIRA, 2005).

³⁰ A visão de quarto poder sugere que a mídia é um complemento à tríade poder judiciário, poder legislativo e poder executivo.

Para Lopes (2013, p. 248): "imagens hegemônicas e sentidos compartilhados aparentemente de maneira ampliada não significam, necessariamente, a existência de um consenso acerca da identidade jornalística". Uma imagem que oscila entre o herói (alguém com prestígio e poder) e o bandido (marginal ou elemento perigoso), podendo ser visto também como *blase*³¹, devido ao estilo de vida com excesso de estímulos, e até como individualista e egocêntrico.

A boemia também é traço marcante, sendo o bar apontado como uma instituição tipicamente jornalística, sobretudo entre os profissionais de redação de impresso: "ele não é só o que está na redação 24 horas por dia, é também o boêmio que depois da redação vai para um bar beber, relaxar e compartilhar com os colegas o que viveu durante o dia" (TRAVANCAS, 2011, p. 124).

A antiga imagem de "jovem correndo atrás da notícia que anseia se tornar um furo de reportagem" (TRAVANCAS, 2011, p. 19) se modificou na atualidade em meio à ampliação de funções possíveis de serem desempenhadas: "ser jornalista hoje significa trabalhar em jornal, rádio, televisão, revistas, sites e assessorias de imprensa" (TRAVANCAS, 2011, p. 19).

"Ele [o jornalista] estaria, por princípio, comprometido com a sociedade - que lhe delega o poder de fiscalizar as instituições em seu nome - e com os valores democráticos" (PEREIRA, 2004, p. 02). Em uma visão semelhante, Silveira (2010, p. 245) considera que "o modo de agir de cada jornalista considera o que a sociedade espera desse profissional e, até certo ponto, seus códigos de ação e de conduta são construídos em harmonia com esses anseios".

Segundo o autor, o "jeito de ser" do jornalista está vinculado ao seu *ethos* profissional, pois os jornalistas constroem várias representações para si, em uma tentativa de compreender seu próprio papel profissional. O autor ainda os considera distintos de outros profissionais da sociedade: "os costumes que os diferenciam das outras profissões são oriundos dessa dimensão de confluência entre os valores da categoria e os dos setores sociais que com ela interagem" (SILVEIRA, 2010, p. 245).

³¹ Expressão francesa que pode ser interpretada como indiferente.

Para Travancas (2011, p. 154), o jornalista acredita ser superior aos demais profissionais "por ter acesso fácil a locais importantes e livre trânsito com autoridades". Segundo a autora, "para a sociedade, o jornalista é um indivíduo que detém informações importantes, circula em áreas de poder político e financeiro, e por essa razão possui um status que o insere em uma elite que tem, portanto, poder" (TRAVANCAS, 2011, p. 136), apesar desse poder nem sempre ser real. Ribeiro (2001) destaca que alguns jornalistas ainda se veem como trabalhadores militantes, libertários e independentes, reforçando assim o mito da profissão.

Silveira (2010) acredita que, enquanto os jornalistas lutam pelas adversidades, alimentam seu próprio *ethos*. "Eles agem com a pretensão de consolidar uma visão favorável à profissão, por mais que as ações possam parecer díspares" (SILVEIRA, 2010, p. 256). Para Grando (2012), os jornalistas sustentam princípios básicos que são utilizados pela própria sociedade para representar o *ethos* jornalístico: a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade. Segundo ela, "a sociedade, de modo geral, tende a representar o *ethos* jornalístico como neutro, imparcial, objetivo, verdadeiro etc." (GRANDO, 2012, p. 33), apesar dos grupos destinatários estarem cada vez mais críticos em relação ao jornalismo.

A autora acredita que a credibilidade, no discurso jornalístico, é necessária para a eficácia discursiva do jornalista com a sociedade; ou seja, seu *ethos* é essencial para a crença em um profissional e empresa sérios. Para Ribeiro (2001):

Mesmo quando se proclama imparcial, o jornalismo é uma forma de construção da realidade e não mera reprodução dos acontecimentos. Evidentemente a objetividade é necessária, pois a captação e transmissão fiel dos fatos é a base da credibilidade. Mas isto não basta: é necessária a intervenção da subjetividade na composição do fato. O juízo ético, a ideologia, a opinião são pré-condições da abordagem dos fenômenos. Por precisar oferecer os dados devidamente ambientados, o jornalista não é uma testemunha isenta (RIBEIRO, 2001, p. 10).

O pesquisador português Traquina (2004) propõe que existe uma tribo jornalística transnacional, na qual os sujeitos possuem o mesmo perfil e as

mesmas rotinas em vários lugares do globo. Dentre as características peculiares dessa tribo estão o imediatismo, uma maneira própria de agir diante dos fatos, de ver o mundo e de falar – o jornalês. Eles contam uns com os outros, compartilham cultura profissional e maneira de pensar. Nesta perspectiva, os jornalistas são os profissionais que dominam o *ethos* e o discurso inerentes à profissão.

Travancas (2011) observou que é comum jornalistas utilizarem a expressão "gente de fora" para designar quem não é jornalista, o que segundo ela reflete esse sentimento de tribo. Ela pesquisou sobre a carreira do jornalista e seu "mundo" a partir de uma etnografia, buscando compreender como se constitui a identidade do jornalista e em que ela está ancorada, escolhendo o repórter de impresso em função da ocupação ser paradigmática na profissão. "Para o grande público e o senso comum, é a imagem do repórter que define o jornalista" (TRAVANCAS, 2011, p. 44).

Travancas (2011, p. 23) caracteriza a redação tradicional de um jornal impresso como "o centro vivo do jornal, ou melhor, seu coração que bate e pulsa", com regras próprias, funcionários divididos hierarquicamente com funções bem delimitadas, divididos entre repórter, redator (mais raro na atualidade), fotógrafo, diagramador, subeditor, editor, chefe de reportagem, pauteiro, editor-chefe ou diretor de redação e editorialista³².

Este jornal divide-se em editorias, geralmente de esporte, cultura, internacional, economia, política, geral ou cidade, ciência e ou saúde e cadernos especiais, tendo como foco a notícia: "de definição ampla e complexa, a notícia é a mola mestra do Jornalismo, atrás da qual corre o jornalista" (TRAVANCAS, 2011, p. 37).

Tal notícia não é um texto qualquer, ele segue regras técnicas, como o lide: "primeiro parágrafo da notícia, será organizado levando-se em conta o aspecto de mais interesse, que, por sua vez, seguirá os valores de proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana" (TRAVANCAS, 2011, p. 38).

A autora identifica que na década de 1990 era comum um jornal impresso de grande porte ter cerca de três mil funcionários, sendo 500 deles jornalistas.

³² Na atualidade podem existir também as figuras do analista de mídias sociais, equipe de vídeo e também informática nessas redações, em função de seus portais noticiosos.

Duas décadas depois, essa realidade se modificou pelo que acreditamos ser resultado dos avanços tecnológicos e do consequente enxugamento das redações. Nesse novo contexto tecnológico o jornalista passou a ter mais funções, o que pode ter contribuído para longas jornadas de trabalho e outras questões que indicam a precarização do trabalho jornalístico e que também nos suscita a ideia de crise.

Lopes (2013) indica que não podemos confundir o atual momento de instabilidade da profissão devido ao fim da exigência do diploma com uma crise de identidade jornalística, apesar do início do século XXI ter sido marcado por uma série de transformações na profissão - no ambiente midiático, no contexto educacional e profissional - que puseram em xeque algumas crenças acerca dessa identidade.

Seguindo outro viés, Barsotti (2014) acredita que o jornalismo é atravessado pela crise da modernidade³³. A autora acredita que "vivemos sem utopias em um espaço público esvaziado, em que predominam os valores individuais, o encerramento em comunidades e a intensificação do presente" (BARSOTTI, 2014, p. 30).

Ela demonstra que a crise do jornalismo é anterior à internet, porém esta acelerou o processo. Com ênfase nos jornais, ela destaca a circulação em queda (em detrimento ao aumento no número de jornais), o encolhimento da receita publicitária, os cortes nas redações e a expansão rumo aos meios digitais. Le Cam, Pereira e Ruellan (2015, p. 13) apontam que "a retórica sobre a crise do jornalismo é por si só um dos discursos mais permanentes e mais recorrentes".

Barsotti (2014) acredita que a atual fase do jornalismo, que corresponde ao da era eletrônica, põe em xeque a profissão de jornalista, mas que no fim das contas torna-o mais necessário. Ela não tem pretensão de atribuir as mudanças no campo do jornalismo exclusivamente ao avanço das novas tecnologias digitais, mas destaca a importância de observarmos esta dinâmica.

O conceito de mudanças estruturais no jornalismo, atribuído aos canadenses Charron e Bonville (2016), é explicado por Pereira e Adghirni (2011, p. 39) como o "conjunto de transformações no jornalismo, que incluem novas

³³Para Fígaro (2014, p. 24), a contemporaneidade trata-se de uma modernidade tardia "instituída nos marcos do capitalismo global financeiro e informacional e da democracia representativa".

formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios".

Tais mudanças têm três eixos principais de análise: mudanças estruturais na produção da notícia, mudanças estruturais no perfil do jornalista e as novas relações com os públicos. Le Cam, Pereira e Ruellan (2015) defendem que o jornalismo não sofre alterações mudando todas as dinâmicas anteriores, ele se ancora na história e conserva permanências em suas práticas.

Apesar dos problemas elencados com relação a crises e falta de valorização devido à não obrigatoriedade do diploma, Travancas (2011) aponta que ainda há uma busca por prestígio e ascensão social a partir da profissão de jornalista, característica marcante da fase de pré-profissionalização do ofício, como apresentamos anteriormente. "As noções de prestígio e ascensão social, bastante relacionadas, também ajudarão a compor o quadro da construção da identidade do jornalista" (TRAVANCAS, 2011, p. 150).

No contexto da sociologia das profissões, Petrarca (2009) investigou sobre os modelos de ascensão profissional entre jornalistas, identificados a partir de entrevistas biográficas e construções de histórias de vida. Três padrões de ascensão foram preponderantes: via origens sociais e redes de relações; via *network*³⁴ das redações; e via militância política e partidária.

No primeiro padrão, ela identificou o que chamou de ascensão profissional advinda da "cultura trazida de casa", padrão no qual "as origens sociais elevadas tornam-se trunfos no acesso ao jornalismo e favorecem a ascensão profissional" (PETRARCA, 2009, p. 13). O fato de pertencer a classes sociais mais elevadas possibilita o contato com o universo jornalístico, o que acaba por servir de recurso para acessá-lo. Neste tipo se enquadram profissionais que fizeram carreira em redações jornalísticas (rádio, televisão, jornal ou em revista)³⁵, sobretudo nos postos de editores, chefes e diretores de redação.

³⁴ No ambiente profissional, *network* significa rede de contatos e relacionamentos com fins profissionais.

³⁵ "Apesar das diferenças inerentes ao jornalismo de rádio, de televisão, de revista e o jornalismo impresso, é possível agrupar esses jornalistas, uma vez que, nessa modalidade, podemos encontrar recursos acumulados que se aproximam e que estão relacionados com o exercício do jornalismo em redação de diferentes tipos" (PETRARCA, 2009, p. 12-13).

O segundo padrão, designado de *network* das redações, enfatiza a experiência prática da profissão como forma de ascensão. Os jornalistas desse padrão assumem diversas funções para conquistar conhecimento e formação jornalística, destacando-se em redações e assessorias de imprensa. A vocação para o Jornalismo é descoberta em espaços como a escola e a redação: "a sua história de triunfo profissional está calcada nos contatos internos estabelecidos no jornalismo, uma vez que as origens sociais o distanciam dele" (PETRARCA, 2009, p. 20).

O terceiro padrão é o dos jornalistas "em defesa da sociedade", que articulam as atividades profissionais com o engajamento político. Eles "associam recursos obtidos nas redações com militância sindical e político-partidária para a ocupação de cargos diversos, seja nas assessorias de imprensa, na universidade, seja em cargos políticos" (PETRARCA, 2009, p. 20) e costumam ocupar postos em universidades, entidades de classe, assessorias de imprensa pública e movimentos sociais.

A identificação desses padrões de ascensão demonstra que as visões sobre o Jornalismo e seus sentidos têm muita relação com o processo de ocupação das posições dominantes da hierarquia jornalística em todos os âmbitos (redações, assessorias, universidade etc.). Os jornalistas têm diferentes percepções identitárias de acordo com a multiplicidade de espaços sociais nos quais estão inseridos (PETRARCA, 2009).

A autora conclui com o estudo que os vínculos criados nos ambientes de redação são essenciais para a ascensão hierárquica, pois possibilitam indicações e acesso a determinados postos mais cobiçados e ainda que "os principais espaços sociais que contribuíram para a carreira profissional e para a identificação com a profissão, foram a família, a redação jornalística, os partidos políticos e as organizações sociais" (PETRARCA, 2009, p. 08).

2.1 O jornalista e as relações de trabalho

Um viés que identificamos como favorável para contextualizar nossa pesquisa foi a do trabalho, pois não há como pensar condições de trabalho sem

evocar as próprias relações de trabalho. Hannah Arendt (2005, p. 176) se vale de uma antiga distinção entre dois modos de vida, a contemplativa e a ativa: "a vida ativa é não apenas aquela em que a maioria dos homens está engajada, mas ainda aquela de que nenhum homem pode escapar completamente", pois até a contemplação depende do labor para manter o organismo vivo.

Ela utiliza a expressão *vita activa* para se referir às três atividades humanas fundamentais, que para ela são labor, trabalho e ação³⁶: "*with the term vita activa, I propose to designate three fundamental human activities: labor, work, and action. They are fundamental because each corresponds to one of the basic conditions under which life on earth has been given to man*"³⁷ (ARENDR, 1958, p. 07).

Para a autora, o labor "corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida" (ARENDR, 2007, p. 15).

A ação é a "única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade" (ARENDR, 2007, p. 15) e o trabalho:

Correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade (ARENDR, 2007, p. 15).

A autora ressalta a importância das três atividades, apesar de dizer em obra posterior que é a ação ocupa a posição mais elevada (ARENDR, 2005). Segundo ela, o labor assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. Enquanto isso, "o trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa

³⁶ Outras traduções optaram pelos termos trabalho, obra e fabricação em detrimento a labor, trabalho e ação, respectivamente, mas optamos por adotar o que consideramos ser mais próximo à versão original em inglês.

³⁷ Em tradução livre: "com o termo *vita activa*, proponho designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Eles são fundamentais porque cada um corresponde a uma das condições básicas sob as quais a vida na terra foi dada ao homem".

permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano" (ARENDDT, 2007, p. 16).

Por fim, "a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história" (ARENDDT, 2007, p. 16). Assim, propomos uma reflexão: a atividade jornalística, no contexto atual, é labor, trabalho ou ação?

Outros autores que nos ajudam a pensar a temática do Trabalho são o brasileiro Ricardo Antunes (2009) e o francês Christophe Dejours (1992). Para o primeiro, o trabalho é uma atividade vital, podendo trazer felicidade social ou não, ter um sentido ou não: "mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não existentes de trabalho" (ANTUNES, 2009, p. 11).

Já Dejours (1992) destaca que o trabalho pode causar tanto sofrimentos quanto prazeres, além da busca pelo significado, pela motivação e pela satisfação. Ele inclusive divide as doenças oriundas do trabalho em duas categorias, doença mental e doença somática, apontando que estas se desenvolvem quando há desequilíbrio entre o sofrimento e o prazer no labor.

Outro pensador contemporâneo que se debruça sobre o trabalho é o sul-coreano Byung-Chul Han (2018). Ele acredita que vivemos em uma sociedade do cansaço e do esgotamento, na qual doenças neurais como a depressão, Síndrome de *Burnout*, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH) e outras enfermidades determinam a paisagem patológica do século XXI. Ele fala também que o assédio moral alcança uma desproporção pandêmica.

Há uma pressão pelo desempenho, alcançado pelo excesso de trabalho e pela autoexploração, no qual o sujeito se torna uma máquina de desempenho e, como consequência, adoece.

A partir de um certo nível de produção, a autoexploração é essencialmente mais eficiente, muito mais produtiva que a exploração estranha, visto que caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. A sociedade de desempenho é uma sociedade de autoexploração. O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (*Burnout*) (HAN, 2018, p. 101).

Para ele, o homem não nasceu para o trabalho, pois quem trabalha não é livre. "O hipercapitalismo transforma todas as relações humanas em relações comerciais. Ele arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor de mercado" (HAN, 2018, p. 127).

Partindo para uma perspectiva brasileira e no âmbito comunicacional, Roseli Fígaro (2015, p. 65) acredita que o campo da Comunicação tem elementos conceituais suficientes para "questionar o que se passa no mundo do trabalho, colaborando para que se compreenda a relevância das transformações sociais e culturais que enfrentamos na contemporaneidade". A linha teórico-metodológica com a qual ela trabalha vê a comunicação e o trabalho como atividades interconectadas e inseparáveis; "não há trabalho sem interação social, sem comunicação" (FÍGARO, 2015, p. 65).

Para a autora, as mudanças nos meios de produção do jornalismo alteram as relações de trabalho; no pensamento dela é possível enxergar a dualidade entre lucratividade e utilidade social do jornalismo:

O jornalismo está vinculado a determinada lógica de organização empresarial que o enquadra nos objetivos da lucratividade. Por outro lado, desde a origem, o arcabouço discursivo que dá sustentação ao jornalismo é fundamentado nos valores da autonomia e da emancipação do cidadão (FÍGARO, 2013, p. 08-09).

Segundo ela, "ao se observar o mundo do trabalho do jornalista, a partir de sua fala sobre a atividade de trabalho e a partir da configuração de seu perfil, compreenderemos os problemas, os desafios e as tendências do seu exercício profissional" (FÍGARO, 2013, p. 13).

De acordo com Rafael Grohmann (2012, p. 27), a capacidade de trabalhar faz parte do homem, é "um produto especial de nossa espécie, uma atividade que altera o estado natural das coisas. Por isso, não podemos considerar o trabalho apenas do ponto de vista 'técnico', a partir das maneiras de trabalhar".

Em sua pesquisa contextualizada no materialismo histórico³⁸, o indivíduo não é autônomo, e sim um ser social constituído de relações sociais. O autor

³⁸ Abordagem metodológica associada ao marxismo que, grosso modo, explica os fenômenos sociais a partir da análise dos modos de produção.

ainda evoca termos como trabalho alienado³⁹, forças produtivas⁴⁰, relações de produção⁴¹ para nos fazer pensar sobre as relações de trabalho.

Grohmann (2012) discute sobre as mudanças no mundo do trabalho. Ele enfatiza a racionalização do processo produtivo proposto por Taylor e Fayol no início do século XX, no qual fazem parte desse mundo a hierarquia, o aumento da produtividade, a fragmentação do trabalho e a consequente especialização, além do rígido controle do tempo. Após a Segunda Guerra Mundial surgiu o modo toyotista de produção, que evoca a polivalência do trabalhador e a consequente valorização da multifuncionalidade deles.

No "novo" espírito do sistema capitalista, identificado por exemplo nas práticas da década de 1990 de organização por equipes pluridisciplinares enxutas, são valorizados a "comunicabilidade, abertura para o outro, sensibilidade para as diferenças, atração pelo informal, aceitação de múltiplas experiências e busca de contatos interpessoais" (GROHMANN, 2012, p. 31).

Fígaro (2013) enfatiza que nessa época houve uma reestruturação produtiva no mundo do trabalho que modificou profundamente as relações de trabalho.

Foi a partir dessa década que aumentou o número de jornalistas contratados sem registro em carteira profissional, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de contratação, como a terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), cooperados e *freelancers*, entre outros (FÍGARO, 2013, p. 45).

A partir desse ponto, a vida pessoal e a profissional podem se confundir devido à formação de redes de contatos necessária no desenvolvimento do trabalho. Nesse contexto, o jornalista tem que ser polivalente não só no âmbito tecnológico, mas midiático e temático: "o jornalista tem que ser multiplataforma e polivalente, com a exigência de domínio dos mais variados meios e linguagens,

³⁹ Podemos simplificar esse conceito como a situação em que o trabalhador não tem controle sobre o processo de trabalho ou mesmo quando esse trabalho só satisfaz ao mercado e ao sistema capitalista, não ao trabalhador.

⁴⁰ "As habilidades e os instrumentos para possibilitar o controle da natureza para a produção" (GROHMANN, 2012, p. 27).

⁴¹ "As relações entre os homens no processo de produção, passando pelas diferentes formas de organização da produção e pelos tipos de propriedades dos meios de produção" (GROHMANN, 2012, p. 27).

assumindo funções desempenhadas antes por outros profissionais" (GROHMANN, 2012, p. 32).

Em uma mesma visão, Fígaro (2013) aponta que "as empresas requerem um profissional com habilidades em multiplataformas, com destreza no uso da língua e das linguagens para produzir enunciados de acordo com os requisitos das diferentes plataformas e dos objetivos de consumo" (FÍGARO, 2013, p. 14). A autora ainda aponta que "exigem que tenham habilidades no uso dos artefatos de navegação na internet e atuação nas redes sociais; e maturidade intelectual para coletar, selecionar e organizar as informações disponíveis em abundância cada vez maior" (FÍGARO, 2013, p. 14).

Para Grohmann (2012), a flexibilidade pode aparentar uma autonomia e liberdade dadas ao trabalhador, mas traz malefícios. Para Fígaro (2013), nesse contexto o peso das incertezas do mercado é transferido aos trabalhadores: "como mão de obra maleável, seja em termos de horário, de jornada de trabalho ou de vínculo empregatício (como empregados temporários, precários ou trabalho autônomo), esses profissionais não têm podido planejar suas vidas em termos econômicos e em termos afetivos" (FÍGARO, 2013, p. 46).

Grohmann (2012) questiona se todos querem mesmo este tipo de autonomia e reflete sobre algo que pode ser visto como contraditório: autores apontam que jovens com diploma universitário buscam um trabalho "autônomo, interessante, responsável e criativo, mas querem esta autonomia no âmbito das grandes organizações" (GROHMANN, 2012, p. 33), pois visam empregos estáveis que tornem possível uma carreira, em detrimento à sobrevivência apenas "por projetos".

Estes empregos estáveis muitas vezes são resultados de longos anos de precariedade de trabalhos temporários. Fígaro (2013) aponta que "são os jovens, não sindicalizados, que mantêm vínculos precários, trabalham entre oito e dez horas por dia e em ritmo acelerado" (FÍGARO, 2013, p. 45).

2.2 Condições de trabalho, qualidade de vida e saúde do jornalista

Condições de trabalho são os elementos físicos e psíquicos oferecidos pela empresa e pelo empregador que permitem um trabalhador executar suas tarefas da melhor e mais adequada forma possível, sem prejuízos ou dificuldades externas.

Para Ferreira (2012), as condições de trabalhos e o suporte organizacional são compostos por cinco elementos: equipamentos arquitetônicos (piso, paredes, teto, portas, janelas, decoração, arranjos físicos e layout), ambiente físico (espaço de trabalho, iluminação, temperatura, ventilação, acústica), instrumental (ferramentas, máquinas, aparelhos, dispositivos informacionais, documentação, postos de trabalho, mobiliário complementar), matéria-prima (materiais, bases informacionais) e suporte organizacional (informações, suprimentos, tecnologias, políticas de remuneração, de capacitação e de benefícios).

Juntamente com a organização do trabalho, as relações socioprofissionais de trabalho, o reconhecimento e crescimento profissional e o elo entre trabalho e vida social, as condições de trabalho e o suporte organizacional compõem os fatores de vivência de bem-estar e mal-estar no trabalho (FERREIRA, 2012).

Neste contexto evocamos o conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT). Para Ferreira (2012), apesar da QVT ser estudada por diferentes perspectivas, a visão mais corriqueira é a denominada por ele como assistencialista hegemônica. Esta prática visa atingir uma boa qualidade de vida no trabalho por meio da restauração corpo-mente, focando em serviços e atividades cujos focos são a produtividade da organização e o indivíduo a ser "reeducado".

Este formato é, obviamente, estressante e gerador de tensões: dá-lhe, então, a "pílula QVT" como remédio para a restauração corpo-mente. Pode-se afirmar, desde já, que os programas e práticas de QVT destacados caracterizam, desta maneira, formas de dominação própria do capitalismo moderno em que a maximização da produtividade permanece o objetivo central (FERREIRA, 2012, p. 96).

Em sua proposta centrada no olhar dos trabalhadores, o autor propõe que é essencial o conhecimento profundo do contexto de trabalho e da avaliação dos

trabalhadores para que se consiga agregar a qualidade de vida ao trabalho. A visão auto denominada contra-hegemônica de Ferreira (2012) tem como objetivo alcançar três dimensões: vigilância em saúde e segurança, assistência psicossocial aos trabalhadores e promoção do bem-estar no trabalho.

Walton (1973) organiza a QVT em oito categorias: remuneração justa e adequada, condições de trabalho, desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento, integração social, constitucionalismo, equilíbrio entre vida e trabalho e relevância social do trabalho na vida.

Em estudo sobre QVT de jornalistas realizada quase 15 anos atrás, o pesquisador e psicólogo Roberto Heloani (2003) sintetizou essas oito categorias de Walton (1973) em três mais abrangentes, que nos parecem mais aplicáveis à realidade dos jornalistas: remuneração justa e adequada; ambiente de trabalho seguro, saudável e espaço total de vida; e crescimento, segurança e integração social.

Para o autor, diferente do que foi sugerido nos anos 1950 e 1960, a busca por QVT não necessariamente implica em maior produtividade. Nesse ponto há uma dicotomia: enquanto se nota uma deterioração de QVT, a produtividade nunca esteve tão alta nas organizações.

Ainda segundo Heloani (2003, 2005, 2006), os trabalhadores mais qualificados - incluindo os jornalistas - que sobrevivem aos cortes corporativos acabam fazendo o trabalho equivalente ao de um grupo inteiro de funcionários. Trabalha-se por mais horas, entretanto sem ajuste ou incremento salarial. As demissões, inclusive, muitas vezes são feitas todas em um curto período de tempo e visando somente cortes de custos, sem avaliações mais amplas, prática que o autor associa ao conceito de *downsizing*⁴².

Para ele, a tecnologia é fator determinante nessa problemática: "as organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas" (HELOANI, 2006, p. 192).

⁴² "O *downsizing* consiste em um forte processo de enxugamento de pessoal e de eliminação de procedimentos 'morosos'. Isto se faz mediante a diminuição de níveis hierárquicos" (HELOANI, 2006, p. 195).

O autor destaca ainda alguns problemas de saúde que resultam dessas práticas: "o suposto bem-estar, apregoado pelos entusiastas da tecnologia, não foi apenas substituído por cargas de trabalho excessivas e invasão da vida pessoal dos executivos, mas também por desconfortos físicos: olhos irritados, dores no pescoço e nas costas, e talvez o mais sério, lesões por esforços repetitivos (LER/Dort)" (HELOANI, 2005, p. 152).

O autor destaca também que a mentalidade extremamente financeirista das empresas colabora com a deterioração do que ele chama de integração social nas organizações ou senso de coletividade, o que torna as relações mais desumanas e os ambientes de trabalho mais propícios a práticas antiéticas e até mesmo de assédio moral.

O rompimento de vínculos de relações fundamentais para a manutenção e o fortalecimento da subjetividade humana atua de forma a desencadear o assédio moral, que tem sido compreendido, atualmente, como a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho. Conseqüentemente, as relações ficam mais desumanas e antiéticas e nelas predominam os desmandos, a manipulação do medo, a competitividade desenfreada e os programas de qualidade total associados à produtividade e dissociados da QVT (HELOANI, 2005, p. 150).

Nesse contexto há a exclusão do trabalhador enquanto sujeito e podem acontecer situações como: "disseminação das práticas agressivas e naturalização dos desmandos administrativos, o que gera indiferença ao sofrimento do outro; desmotivação psíquica no trabalho; comprometimento da saúde física e mental; e sensação de inutilidade, junto a uma progressiva deterioração identitária" (HELOANI, 2005, p. 150).

Reimberg (2015) aponta que o assédio moral consiste em humilhações constantes que podem desestruturar o trabalhador e até levá-lo a desistir do emprego. É mais comum em ambientes com relações hierárquicas autoritárias. Essa "prática desmoralizante recebe adesões dos demais e se propaga de modo a isolar cada vez mais a pessoa visada" (REIMBERG, 2015, p. 05). A autora colheu diversos depoimentos em que pôde ser constatado que tanto o assédio moral quanto o sexual podem fazer parte das rotinas de trabalho do jornalista.

Alguns jornalistas apontaram que se deve enfrentar a situação e tentar se impor. Por outro lado, o que se percebe é que quando a situação acontece a pessoa se vê sem força para reagir ou as relações são naturalizadas a tal ponto que se impede a reação, pois há a conveniência organizacional. Algumas situações de humilhação parecem ser usadas no jornalismo como uma forma de extrair produtividade ou como forma de controle para limitar as ações do outro e o fazer obedecer. A humilhação também serve para controlar o outro, que passa a se vigiar e a se submeter para não ser o próximo (REIMBERG, 2015, p. 13).

A da saúde dos jornalistas é um tema bastante debatido no senso comum, porém não frequente em pesquisas acadêmicas, salvas raras exceções, como é o caso das pesquisas do próprio Heloani (2003, 2005, 2006), de Aguiar (1996) e de Reimberg (2015). No âmbito sindical, há algumas iniciativas pontuais que visam principalmente a conscientização dos sindicalizados.

O Sindicato dos Jornalistas do Ceará realizou em 2010 uma pesquisa sobre a saúde e qualidade de vida e de trabalho dos jornalistas nas redações dos jornais impressos *O Estado*, *O Povo* e *Diário do Nordeste* e constatou que 61,39% dos trabalhadores que responderam ao questionário dizem apresentar problemas de saúde oriundos do trabalho, como dores nas costas, pescoço e articulações, seguidos de estresse, ansiedade, problemas de visão, dores nos braços, pernas e articulações, dores de cabeça, depressão e palpitações (SINDJORCE, 2010).

O Sindicato de Jornalistas da Bahia defende que os jornalistas podem ser os profissionais com a saúde mais afetada. O Sindicato aponta que "dores nas costas, na cabeça, L.E.R., insônia, gastrite, depressão, fadiga visual são alguns problemas motivados pelo estresse que comprometem a saúde dos jornalistas devido ao conturbado e alucinante dia-a-dia nas redações" (SINJORBA, 2015, p. 01).

Já o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal lançou em 2016 uma campanha contra assédio moral no ambiente de trabalho jornalístico. Esse tipo de prática está longe de ser incomum nos ambientes de trabalho, como já mencionado por Heloani (2005). Visando o combate, o sindicato lançou também uma cartilha sobre o tema (SJPDF, 2016), orientando os jornalistas a denunciar os casos e chamando atenção para este grave problema de saúde mental.

Voltando para o âmbito acadêmico, Heloani (2003, 2005, 2006) enfatiza, em sua investigação acerca da qualidade de vida do jornalista, a incidência de problemáticas psíquicas relacionadas ao trabalho. Ele ressalta a escassez de estudos que considerem a atividade do jornalista como sendo propiciadora de estresse e de outras doenças ocupacionais e fala: "A experiência clínica nos leva a supor que o estresse nesta área advém, sobretudo, do trabalho que faz do jornalismo uma profissão de risco e também de morte precoce" (HELOANI, 2005, p. 154).

O autor teve como pressuposto a deterioração da QVT dos jornalistas (e dos trabalhadores como um todo). Ele cita resultados de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com sindicatos de jornalistas, que demonstraram tendências para a profissão, enfatizando mais uma vez os Dort, a saúde mental e os impactos das tecnologias:

Devido às doenças insidiosas e, portanto, de difícil diagnóstico precoce, parte significativa desses profissionais não alcança sequer a aposentadoria. Ademais, a partir da implantação de novas tecnologias nas redações nacionais, os usuários – jornalistas em sua maioria – se veem cada vez mais diante dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort)⁴³. Tais perspectivas, portanto, consideram, respectivamente, a existência de uma relação negativa entre trabalho e saúde mental e entre modos de gestão e saúde em geral (HELOANI, 2005, p. 154).

O autor reitera em toda sua pesquisa a associação entre trabalho jornalístico e estresse. Ele aponta o estresse, aliás, como uma quebra do equilíbrio interno, uma reação física e psíquica do organismo a situações de irritação, medo, excitação, confusão ou imensa felicidade, considerando estressores externos e internos. Também define estresse como:

(...) o esforço despendido por determinado organismo diante de determinada demanda externa, seja essa solicitação excessiva ou moderada, boa ou ruim. Os estressores externos são todos os eventos, bons ou maus, que ocorrem na vida da pessoa, no seu mundo externo, como morte, promoção, dificuldades financeiras (...). Os estressores internos pertencem ao mundo das cognições do indivíduo, seu modo de perceber o mundo, seu nível de assertividade, suas crenças, seus valores, suas características pessoais, seu padrão de comportamento, suas vulnerabilidades, sua

⁴³ Também chamadas de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT).

ansiedade e seu esquema de reação à vida (HELOANI, 2005, p. 154).

O autor destaca ainda que não é apenas o trabalho que incide sobre o estresse. O equilíbrio psíquico sofre influência de "aspectos do desenvolvimento, modelos familiares, educação, sociabilidade, vida profissional, relações conjugais, situação financeira, fantasias, desejos, conflitos, entre outros elementos" (HELOANI, 2005, p. 155).

O autor realizou pesquisa empírica com 44 jornalistas paulistas de diversos segmentos, entre 20 e 39 anos, e entrevistou em profundidade metade dessa amostra. Dentre os resultados, destacamos os pontos a seguir. Todos os entrevistados reclamaram das dificuldades em conciliar o trabalho com a vida pessoal, relatando falta de tempo para os familiares e até mesmo para constituir família.

Há uma relação entre pouca idade e salário ainda mais baixo, com destaque para o papel do estagiário nessa problemática, que muitas vezes atua sem remuneração e ocupa lugar de profissionais formados demitidos. Este futuro jornalista profissional anseia por adquirir experiência e muitas vezes aceita situações de trabalho ultra precárias, conforme o depoimento anônimo abaixo:

Depoimento 1: "Na redação, o cara chegava lá com uma lista de 10 pessoas sendo demitidas numa fornada só, aí botava 15 estagiários de graça. Desses 15, não sobrava nenhum, porque os caras tavam encantados com a profissão [...]. Nós sofremos uma concorrência desleal de quem quer trabalhar de graça" (HELOANI, 2005, p. 158).

Outro padrão observado é o de carreiras relativamente curtas, visto que os entrevistados têm no máximo vinte anos de profissão. Também foi notada uma rotatividade elevada de empregadores, movimento que o autor chama de *turnover*, além da diversidade de funções assumidas no âmbito jornalístico.

Da fala desses narradores podemos inferir que, principalmente no início da carreira, as condições de trabalho são bastante desfavoráveis e penosas, sendo que quase todos os profissionais da área jornalística apresentam elevado *turnover* (às vezes 7 a 8 empregos) na busca de novas oportunidades e de melhores condições de trabalho (HELOANI, 2005, p. 159).

Com relação à diversidade de funções e ocupações dentro da área do jornalismo, o autor alerta para os perigos da polivalência e multifuncionalidade, o que ele classifica como “jornalismo pósfordista”. Ele acredita ser evidente que as mudanças tecnológicas no mundo do trabalho jornalístico⁴⁴ impactaram de forma negativa a QVT dos profissionais da área, tendo em vista a sobreposição de funções não remuneradas.

Ele relata que o repórter de impresso, antes apenas responsável pela escrita do texto, passou a ter que revisá-lo e empregar outros recursos, além de absorver funções não-jornalísticas como a de motorista. Alguns depoimentos colhidos por ele dão suporte a isso:

Depoimento 2: "De uns anos para cá, piorou muito. Teve um período... que todos os jornais, as empresas tiveram seus ajustes aí. Teve cortes. Informatizaram as redações. Mudaram o sistema de impressão, então, isto já eliminou muita função... é um setor que foi extinto em todas as redações... Hoje o repórter é que fica responsável pelo texto. Ele tem que editar o seu texto também. Então, hoje, você tem muito menos gente nas redações fazendo muito mais coisas (...). Teve um acúmulo de funções (...). Os jornais todos enxugaram as suas estruturas e quem ficou tem muito mais acúmulo de coisas. Tem mais sobrecarga" (HELOANI, 2005, p. 159).

O enxugamento das estruturas teve por consequência não somente o acúmulo de funções e tarefas, mas também fez com que os jornalistas passassem a trabalhar mais horas cotidianamente; o pesquisador identificou que seus depoentes trabalham em média 10 horas por dia.

Quando analisamos a totalidade dos dados, temos que a maioria dos entrevistados trabalha de 41 a 60 horas semanais. Essa constatação leva-nos à reflexão de que a carga de trabalho da grande maioria dos trabalhadores-jornalistas supera, e muito, as prescrições legais às quais essa categoria profissional está submetida, cinco horas diárias acrescidas de mais duas horas extras. Assim, vale a pena observar que a média real diária supera em quase cem por cento a prescrita, ou melhor, é de quase 10 horas diárias (HELOANI, 2005, p. 160).

⁴⁴ Vale ressaltar, mais uma vez, que a pesquisa foi realizada quinze anos atrás, época em que o jornalismo digital não estava tão desenvolvido, portanto na atualidade, seguindo a lógica do autor, isso estaria muito piorado com a responsabilização do jornalista por postagens em mídias sociais, uso de vídeos e outras ferramentas online.

Essa carga de trabalho excessiva é um dos padrões observados entre os jornalistas entrevistados. Acreditamos ser uma prática natural da área, sobretudo entre jornalistas de redação. É possível observar isso no depoimento abaixo, colhido pelo autor:

Depoimento 3: "Legalmente, a gente tem uma jornada de cinco horas mais duas. Duas são consideradas horas-extras. Todo mundo faz mais que sete horas. Faz oito, nove, dez, onze, doze, treze [...]. Os jornais não pagam horas extras e você nem cobra [...]. Acaba criando uma inversão: se a pessoa faz apenas o que deveria ser a sua jornada, passa por privilegiado. Até as outras pessoas acham estranho" (HELOANI, 2005, p. 160).

Outros depoimentos retratam esta comum realidade e também ressaltam outra peculiaridade da profissão, que além de constantes horas extras não pagas, inclui regulares plantões e escalas em feriados: "sexta-feira, que é o dia da alegria de todo mundo, que é normal, menos para jornalista, que nunca é normal, é o pior dia porque existe uma coisa chamada pescoção⁴⁵" (HELOANI, 2005, p. 160). Também vemos esse discurso no depoimento abaixo:

Depoimento 4: "Oficialmente são sete horas. Mas, normalmente, a gente faz dez, nove, doze [...] é uma jornada puxada [...]. Você faz plantão nos finais de semana, carnaval você trabalha, eleições você trabalha, feriado você trabalha [...]. A folga é no Natal ou no Ano Novo [...]. A jornada é bastante rigorosa, cruel. Não temos horários fixos de trabalho, para comer [...]. Às vezes entro a uma, às vezes saio à meia-noite [...]. Eu já entrei aqui às oito e saí às quatro da manhã" (HELOANI, 2005, p. 161).

Um dos mais fortes padrões observados pelo autor foi o entrelaçamento da vida particular com a vida profissional, chegando a se confundirem, o que faz com que a vida em si seja somente o trabalho. Segundo o autor, os depoentes têm consciência disso, mas não sabem como resolver esse problema.

Com uma visão habermasiana, ele classifica essa situação como uma colonização do mundo do trabalho em relação ao mundo da vida. E, como os jornalistas não têm vida particular apropriada, o lazer também não é presente satisfatoriamente em seus cotidianos.

⁴⁵ Pescoção é um jargão jornalístico usado pra se referir às horas extras necessárias, geralmente dadas nas sextas-feiras, para o fechamento das edições de sábado e domingo do jornal.

Muitos dos nossos depoentes demonstraram apreciar atividades diferenciadas de lazer, mas só têm acesso, com maior frequência, àquelas menos onerosas, tais como cinema, ida a restaurantes etc. As que exigem maior disponibilidade financeira tornam-se mais raras ou só se realizam justamente quando perdem sua qualidade de diversão, ou melhor, quando proporcionadas pelo trabalho. Viajar, atividade tão desejada e tão postergada, serve de exemplo (HELOANI, 2005, p. 163).

Três discursos recorrentes também foram observados por Heloani (2005). Um deles é a vontade de cursar Direito, seja por interesse em aprender a fundo questões jurídicas, seja visando a defesa em processos. “A maioria dos jornalistas sofre processos” (HELOANI, 2005, p. 158), disse um depoente. O outro, a falta de continuação dos estudos após a graduação, sendo a falta de tempo, a falta de dinheiro e incerteza sobre o futuro as principais causas apontadas, em detrimento à vontade de se aprofundar nos conhecimentos.

O terceiro é a menção à desunião da classe, uma peculiaridade que nos faz entender o porquê do jornalista ter tanta dificuldade de mudar sua realidade, o que reflete também na baixa adesão aos sindicatos.

Faz-se mister comentar que no transcorrer das entrevistas houve o surgimento espontâneo, geralmente acompanhado de forte carga emocional, de falas relacionadas a competição, desunião, inveja e falsidade entre colegas de profissão. A menção à falta de ética no manejo dos fatos e informações não foi rara (HELOANI, 2005, p. 162).

E, vale ressaltar, apesar de todos os problemas elencados, o autor aponta que o jornalista faz da sua profissão um fetiche, é apaixonado pelo trabalho e ama o que faz. “Os jornalistas gostam, e muito, do que fazem, alguns nutrindo verdadeira paixão por sua atividade” (HELOANI, 2005, p. 161).

Além de ficar explícita a paixão pela profissão, que pode chegar a ser motivação de vida para alguns profissionais, nos depoimentos observamos também certa conformidade com as condições de trabalho, apesar do sofrimento que estas podem ocasionar; vejamos abaixo:

Depoimento 5: “Eu acho que a minha vida pessoal e o meu trabalho não são coisas díspares [...]. A minha motivação de viver tá relacionada ao orgulho que eu tenho do que eu faço”.

Depoimento 6: “Um salário superbaixo, fiquei um tempão trabalhando com ele [...]. Bem baixinho mesmo [...]. Mas eu gostava do que eu faço. Às vezes, até esquecia de receber o salário, de tanto que eu gostava e gosto ainda”.

Depoimento 7: “Eu sempre gostei muito da minha profissão. Eu sempre fui trabalhar com muito entusiasmo [ri], cantarolando não, mas eu ia feliz. Quando eu estou escrevendo, eu me sinto bem. Isso me satisfaz muito”.

Depoimento 8: “Eu gosto de redação, apesar de sofrer. Eu acho que é que nem cachaça. Você vicia [...]. O nível de adrenalina é muito forte, assim, e você vicia. Fica escravo dessa coisa” (HELOANI, 2005, p. 161).

Alguns poucos depoentes apontam que estão em busca de saídas individuais para a profissão, apesar da paixão pela profissão e do *glamour* e do fetiche que reconhecem existir na atividade: "(...) alguns buscam outras saídas pois, ao contrário de outros colegas, não suportam mais adiar a felicidade e temem não mais aguentar o ritmo de trabalho por muito tempo, ou melhor, até a aposentadoria" (HELOANI, 2005, p. 166).

Nesse ponto, o autor indaga-se sobre o porquê dos jornalistas, geralmente pessoas qualificadas, informadas e formadoras de opinião se submeterem a essas condições de trabalho: "se quase todos reconhecem haver uma instrumentalização da subjetividade no ambiente de trabalho, por que não desistem? Por que insistem na profissão?" (HELOANI, 2005, p. 166). Como solução para a grande problemática da profissão, ele aponta: "se há um caminho para uma reversão dessa lógica, este deve iniciar-se no fortalecimento do coletivo, dos órgãos de representação, tal como associações de classe e sindicatos" (HELOANI, 2005, p. 167).

De modo semelhante pensa a pesquisadora Cristiane Reimberg (2011). Segundo ela, é comum no trabalho jornalístico ter cargas horárias excessivas, ritmo de trabalho acelerado, pressão e outras características que podem levar ao adoecimento mental e físico, como por exemplo LER/DORT e estresse. A subjetividade do trabalhador jornalista é subtraída por meio da flexibilização do trabalho e das relações trabalhistas. "Os jornalistas sofrem ao cumprir longas jornadas de trabalho, fazer plantões, não ter a compensação de horas ou o

pagamento de horas extras devidos e há casos em que não são contratados conforme a CLT" (REIMBERG, 2015, p. 352).

Apesar de ser direito do trabalhador ter condições de trabalho adequadas que preservem sua saúde, para haver mudança na situação é necessário reivindicações dos profissionais e fortalecimento da classe. "Um sindicato mais ativo e atento aos problemas, com maior participação dos jornalistas, pode ser um caminho" (REIMBERG, 2011, p. 13), aponta, e ainda complementa:

O engajamento dos profissionais como categoria para gerar melhores condições de trabalho e maior autonomia na realização do trabalho é fundamental para construir um ambiente mais saudável para o jornalista. Os reflexos positivos para a saúde do jornalista são inegáveis e, ao mesmo tempo, poderia contribuir para uma qualidade melhor dos textos. É necessário buscar uma organização do trabalho em que se respeitem os limites físicos e mentais dos profissionais e assim o próprio direito à saúde no trabalho. Com condições organizacionais adequadas, possibilita-se um espaço mais propício ao diálogo, à observação do interesse público e ao direito à informação que todo cidadão tem (REIMBERG, 2011, p. 14).

Para a autora, é evidente que os jornalistas gostam demasiadamente do que fazem e isso os impede de lutar por melhores condições de trabalho. Ela acredita que os jornalistas "reconhecem situações negativas como a precarização do trabalho, mas ao mesmo tempo declaram o grande envolvimento que têm com a profissão, pois o trabalho dá sentido à vida, e o reconhecimento e o sentido do trabalho podem transformar o sofrimento em prazer" (REIMBERG, 2011, p. 08).

Mesmo com os direitos deixados de lado, eles encontram formas de lidar com o sofrimento, que se interliga a dois sintomas: insatisfação e ansiedade. A insatisfação é favorável para o aparecimento de descompensações mentais ou doenças somáticas e pode vir do trabalho repetitivo. Nos depoimentos colhidos, Reimberg (2015) identificou que um trabalho robotizado causa um sentimento de vergonha em alguns profissionais. "Já as tarefas perigosas resultam no medo. Para lidar contra esse medo ou contra a insatisfação, os trabalhadores elaboram estratégias defensivas, e o sofrimento é disfarçado (REIMBERG, 2015, p. 03).

No mesmo sentido, Herbert (2001), ao falar das questões da prática dos repórteres em uma visão global, indica que um dos maiores problemas desse tipo

de trabalho é o esgotamento e aponta que o exercício profissional pode inclusive causar traumas, como é o caso de cobertura de guerras e desastres.

2.3 Elementos da precarização da profissão de jornalista

Quando as condições de trabalho estão abaladas, acreditamos que está instalado o processo de precarização laboral, entendido aqui como um conjunto de fatores relativos às condições de trabalho que faz com que a prática profissional apresente dificuldades no seu pleno exercício. Sustentamos a visão de que a precarização do trabalho jornalístico vem desde o surgimento da profissão, quando ela ainda não passava de um ofício secundário, como debatemos anteriormente.

Segundo a socióloga portuguesa Ana Maria Duarte (2004), a precarização laboral é um termo de difícil definição e operacionalização que representa uma noção multidimensional com dificultosa relação estatística. Em uma visão geral, a precariedade do trabalho remete a "todas as formas de vulnerabilidade, insegurança e instabilidade decorrentes do desenvolvimento de práticas flexíveis de trabalho e de emprego, independentemente do vínculo de emprego propriamente dito" (DUARTE, 2004, p. 12).

A autora destaca que, no início dos anos 2000, o tema ganhava visibilidade junto ao termo flexibilidade do trabalho devido ao aumento das formas e modalidades do que ela chamou de empregos atípicos.

A expressão "empregos atípicos" é, geralmente, utilizada para englobar todas as formas de emprego que se afastam do perfil do que social e juridicamente se convencionou designar como emprego assalariado "típico" (emprego por tempo indeterminado, a tempo inteiro e com proteção social). Tal pode ocorrer, quer do ponto de vista da duração e da estabilidade (contratos a termo, trabalho temporário, sazonal), quer do ponto de vista do tempo de trabalho e do salário (trabalho a tempo parcial). Dependendo dos objetivos e da problemática subjacente à análise dos diferentes autores, pode-se ainda incluir neste conjunto outras formas de emprego, tais como o trabalho independente e o trabalho no domicílio (DUARTE, 2004, p. 11).

Estas formas atípicas de emprego correspondem quase sempre à noção de empregos precários, "pois são exercidas com um caráter não voluntário, ou seja, as pessoas têm que se lhes sujeitar por falta de outras alternativas" (DUARTE, 2004, p. 11). Entretanto, não necessariamente um emprego atípico é precário, pois há casos em que a atipicidade é escolha do próprio assalariado ou mesmo é uma questão cultural⁴⁶, fugindo da imposição e do constrangimento inerentes à noção de precariedade.

A degradação das condições laborais é cada vez mais abundante devido à prática de flexibilidade do trabalho e também por causa do enfraquecimento das regulamentações laborais, resultados da busca incessante pela redução dos custos de mão-de-obra por parte das empresas. Para a autora, estas situações têm como características "menor proteção social, menores oportunidades de progressão na carreira, menores níveis salariais, menor acesso à formação profissional, piores condições de trabalho etc." (DUARTE, 2004, p. 12).

Outra discussão apresentada pela autora é a diferenciação entre precariedade do emprego e precariedade do trabalho. A precariedade do emprego é identificada em situações laborais nas quais os trabalhadores sofrem por não poderem se planejar em longo prazo seja devido ao contrato incerto, seja pela possibilidade de demissão coletiva. Já a precariedade do trabalho se refere às situações nas quais os trabalhadores têm pouca ou nenhuma satisfação pessoal no trabalho.

(...) quando o salário é baixo, as condições de trabalho penosas, as relações com os superiores ou os colegas muito débeis, o trabalho pode perder todo o interesse para os assalariados, em particular quando os sofrimentos que eles suportam não são compensados pela esperança de uma mudança ou pelo menos pelas reivindicações coletivas (DUARTE, 2004, p. 12).

Para ela, a precariedade laboral expressa um fenômeno de transições e exposição aos diferentes riscos associados às dinâmicas atuais do mercado de trabalho. A autora relaciona esta questão aos vínculos contratuais instáveis, às

⁴⁶ Segundo a autora, "a própria noção de atipicidade deve ser considerada em relação à definição de tipicidade em cada contexto nacional. Por exemplo, no nosso país [Portugal] e noutros, como a França, o trabalho a tempo parcial é considerado atípico, mas para as mulheres britânicas ele aparece como um trabalho típico" (DUARTE, 2004, p. 12).

mudanças organizacionais constantes e à irregularidade crescente no que tangem os horários e as remunerações, mesmo em vínculos contratuais estáveis.

Para Graça Druck (2011, p. 37), "a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microssocial". A autora mapeou seis tipos de precarização do trabalho oriundos do contexto brasileiro: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; insegurança e saúde no trabalho; perda das identidades individual e coletiva; fragilização da organização dos trabalhadores; e a condenação e o descarte do Direito do Trabalho.

Com relação ao primeiro tipo, que diz respeito à vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, ela destaca não somente o índice de desemprego, mas também a informalidade - e conseqüentemente o fato de que trabalhadores sem carteira assinada geralmente não contribuem para a previdência social, ou seja, não tem nenhuma proteção social e trabalhista -, os baixos níveis de rendimento e produtividade, a alta rotatividade nos empregos e a alta desigualdade entre diferentes grupos - especialmente mulheres e população negra.

O segundo tipo versa sobre a intensificação do trabalho, que tem como característica a imposição de metas inalcançáveis, a extensão da jornada de trabalho e a polivalência; e sobre a terceirização, situação na qual os trabalhadores estão submetidos a tipos de contrato, remuneração, condições de trabalho, saúde e representação sindical precários. Segundo Druck (2011), estas condições estão associadas a formas de abuso de poder, como a imposição do medo e o assédio moral.

O terceiro tipo de precarização envolve a insegurança (reforçada pela falta de treinamento e disseminação de informações sobre riscos e pela ausência de medidas preventivas coletivas etc.) e a saúde no trabalho, itens que têm como indicadores os crescentes números de acidentes de trabalho no país.

A quarta modalidade está relacionada à perda das identidades individual e coletiva ocasionada pelo "isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da

descartabilidade, da desvalorização e da exclusão" (DRUCK, 2011, p. 50) e que ainda desencadeiam uma concorrência ou competição entre os trabalhadores. Este tipo de precarização é fruto da condição de desempregado e da ameaça de perda de emprego - uma das estratégias de dominação no âmbito do trabalho.

O quinto tipo, fragilização da organização dos trabalhadores, pode ser identificado na escassez ou dificuldade de organizações sindicais e similares se manterem e aglutinarem adeptos e na diminuição de greves, apesar de crescerem os itens de reivindicações dos trabalhadores. O último tipo diz respeito à condenação e descarte do Direito do Trabalho. Segundo a autora, o mercado insinua uma crise do Direito do Trabalho, pondo em xeque as leis trabalhistas com vistas à flexibilização do trabalho. Para ela, os tipos de precarização

Para Druck (2011), a precarização social do trabalho é o centro dinâmico do capitalismo flexível, sustentado por um grau ilimitado da mercantilização do trabalho e da vida.

É preciso ainda ir mais além, para definir o que são empregos de qualidade, num momento em que essa mercantilização atingiu níveis extremos, encoberta pelo fetichismo do mercado, banalizando os riscos, os acidentes e a saúde dos trabalhadores, conforme indica o crescimento do número de acidentes de trabalho, e desrespeitando normas elementares de segurança do trabalho, conforme é revelado pelas fiscalizações do MTE. Tal quadro é agravado por uma política de monetarização da saúde e dos riscos, que passa a pautar as negociações e julgamentos da Justiça do Trabalho, em contraposição às determinações de políticas de prevenção e proteção, principalmente, o controle do seu exercício (DRUCK, 2011, p. 54).

Nossa investigação tem tantas aderências aos seis tipos de precarização propostos por Druck (2011) que não podemos escolher um tipo preponderante no objeto de estudo. Entretanto, elencamos alguns fatores de precarização do trabalho jornalístico que em vários aspectos corroboram com os tipos apresentados pela autora: as longas, intensas e irregulares jornadas de trabalho; o acúmulo de funções oriundo da popularização da tecnologia na última década.

E também a baixa remuneração e os frágeis vínculos de trabalho, especialmente a terceirização, a pejetização e a questão da rotatividade de empregos; os crescentes casos de violência contra jornalistas - tendo em vista que o Brasil já é o país com o maior número de jornalistas mortos nas Américas

(BBC, 2014) - e a diminuição da liberdade de imprensa (FENAJ 2015, 2016c). Acreditamos que todos esses fatores interferem diretamente a saúde dos jornalistas-trabalhadores e são índices da precarização da profissão.

Tratando de uma realidade brasileira, Sant'Anna (2009, p. 16) relata que os veículos de comunicação brasileiros "reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais", enquanto que Marcondes Filho (2009) ressalta que o jornalista teve seu trabalho aumentado com as tecnologias, passou a ter mais atribuições, o contingente nas redações foi reduzido, o prestígio diminuiu, a responsabilidade aumentou e, hoje, qualquer um pode exercer a profissão. Segundo o autor, este conjunto contribui para a precarização profissional, posição que endossamos.

Para Fígaro (2013), as mudanças no mundo do jornalista aconteceram, sobretudo, nos últimos 20 anos. "As mudanças tecnológicas apropriadas no fazer jornalístico redesenharam as maneiras de se trabalhar. As redações ganharam outro formato, outro ritmo, muitas profissões desapareceram" (FÍGARO, 2013, p. 07).

David Renault (2013), referindo-se às redações, expressa uma das consequências do que ele chama de convergência jornalística, que fazem com que o jornalista produza conteúdos diversos a serem distribuídos em múltiplas plataformas. "O que se vê hoje é um mesmo profissional exercendo múltiplas funções, o jornalista multimídia, acossado por uma maior carga de trabalho e rigorosa pressão para cumprir os diversos prazos (...)" (RENAULT, 2013, p. 467).

Silveira (2010, p. 89) considera que devido ao fato de que os jornalistas do Brasil "enfrentam um processo de precariedade nas condições de trabalho e de remuneração, talvez poucas vezes visto no mercado convencional, eles têm sido hábeis em encontrar saídas que lhes permitam viver com menos privações". Uma dessas saídas citadas pelo autor é justamente a múltipla jornada de trabalho, que implica em uma carga horária excessiva de trabalho.

Segundo Travancas (2011), os jornalistas são unânimes ao apontar o baixo salário como o mais sério problema da profissão e a carga horária excessiva em seguida.

Não houve um jornalista sequer que não tivesse comentado ou reclamado da remuneração. Para todos, esse é o

problema mais grave e sem solução a curto prazo. Em seguida à questão salarial, vem outra, também vinculada à primeira: a carga horária. Muitos salientam que a jornada de trabalho do jornalista de cinco horas, com possibilidade de mais duas extras no contrato, raramente é cumprida à risca. São inúmeros e frequentes os casos de jornadas de nove ou dez horas, muitas vezes sem o devido pagamento. Outro aspecto levantado é o pequeno e fechado mercado de trabalho, que, aliado à grande oferta de mão de obra barata, dificulta, segundo os entrevistados, a melhoria de salário e das condições de trabalho (TRAVANCAS, 2011, p. 121).

Lima (2015) aponta cinco indicadores da precarização do trabalho: a jornada de trabalho excessiva, a intensidade do trabalho, o vínculo precário, o salário e os indícios de multifunção. Para o autor, "os jornalistas brasileiros vivem uma gravíssima situação de adoecimento, gerada por uma combinação de todos esses fatores" (LIMA, 2015, p. 223).

Em meio a tantos problemas e dificuldades para o exercício profissional, por que os jornalistas permanecem na profissão? Acreditamos que a resposta a isso seja mais simples do que pareça: identificação com a profissão. Há autores que veem isto como uma forma de adesão, enquanto outros associam a uma espécie de religião.

Travancas (2011) é uma delas e destaca: "é interessante perceber como poucos se veem em outra ocupação, trabalhando em outra área. Aqui outra vez profissão e felicidade estão intimamente ligadas, como se a primeira fosse o caminho para a segunda, como se fossem elos de uma mesma corrente" (TRAVANCAS, 2011, p. 120).

Esta relação peculiar do jornalista com sua ocupação é incomum em outras profissões. Para a autora, isso se dá porque a atividade exige de seus "eleitos" uma espécie de adesão tamanha que as searas pessoais não conseguem tomar tanta dimensão na vida do jornalista. "O trabalho e a profissão dos jornalistas têm especial importância em suas vidas e em seu mundo. O mundo do trabalho é um domínio que se ligará a outros e constituirá um referencial para várias experiências" (TRAVANCAS, 2011, p. 43). Em suma, o jornalista vive sua vida profissional como se esta fosse sua vida em sua totalidade.

Ainda que alguns demonstrem decepção ou pensem em trocar de profissão, a maioria acredita ter um vínculo afetivo com o trabalho e acha difícil sair dele. Mas mesmo os que

gostam da profissão citam uma série de problemas, entre eles o baixo salário e a extensa carga horária. São muitos os que permanecem ligados ao trabalho 24 horas por dia, independentemente de estar ou não na redação, o que é inerente à profissão, já que o jornal pode estar sempre em contato com um empregado seu, quando necessário. Eles se sentem elementos essenciais e de muita responsabilidade em uma sociedade (TRAVANCAS, 2011, p. 116).

Assim como a autora, enfatizamos que a paixão pelo jornalismo por parte de seus praticantes é marca da profissão. Dificilmente encontramos um jornalista sem esta característica, que Travancas (2011) vê também como vínculo afetivo com a profissão. "Paixão, para os jornalistas, será um sentimento e, portanto, vinculado à emoção e não à razão, e significará um envolvimento de ordem afetiva com o trabalho" (TRAVANCAS, 2011, p. 118).

Tal envolvimento com o trabalho traz consequências nas outras áreas da vida do jornalista. Variados autores tratam desta implicação; Travancas (2011), Heloani (2003), Ribeiro (2001) e Reimberg (2015) são alguns deles. Segundo Travancas (2011), é visão do jornalista que seu trabalho se assemelha ao de um médico, sempre disposto a abrir mão de horários e da família para praticar sua profissão.

Ela acredita que isso seja mais um reforço à imagem de adesão e reforça que um estilo de vida específico é gerado a partir desse ponto. "Para todos os entrevistados, parte deles casados e com filhos, a família é muito importante em suas vidas, mas com frequência tem de ser sacrificada pela profissão" (TRAVANCAS, 2011, p. 128).

Ela ainda diz que há muitos jornalistas com problemas em conciliar trabalho e vida familiar, principalmente as mulheres e mães. E ainda diz: "o que se percebe ao discutir o papel da família na vida desses profissionais é que há uma tensão sempre presente entre os dois mundos: o do trabalho e o da família (TRAVANCAS, 2011, p. 130).

Para Travancas (2011), os jornalistas sabem que não são donos de seu próprio tempo e estão dispostos a trabalhar nos fins de semana e feriados, abrir mão de férias e abdicar de outros pontos de sua vida pela profissão, por um

motivo "maior". Neste ponto, nos indagamos se a profissão se demonstra compensatória para seus praticantes.

(...) nota-se que inevitavelmente uma profissão que exija esse nível de empenho e dedicação dê algo em troca, para contrabalançar os muitos problemas e continuar mantendo e atraindo profissionais. Vários entrevistados salientam que, apesar do desgaste e do corre-corre diário, a carreira é gratificante não só pela sempre enfatizada responsabilidade social como pelas relações que possibilita. Um repórter lida com pessoas dos mais diferentes níveis sociais e econômicos. Ele é colocado literalmente na rua e precisa estar preparado para esse choque. Porque, segundo também esse grupo, só se é jornalista com a prática (TRAVANCAS, 2011, p. 116-117).

Segundo Ribeiro (2001, p. 171), "há jornalistas que fazem um investimento afetivo tão grande no emprego que ele se transforma em casa", surgindo daí um esvaziamento nos outros campos de sua vida. Heloani (2003) aponta que os profissionais mais afetados por problemas de QVT geralmente são "fracassados" no que diz respeito à vida afetiva e familiar e no cuidado com a saúde.

Tanto Travancas (2011) quanto Ribeiro (2001) relacionam jornalismo com religião. Para Ribeiro (2001), este é um fenômeno travestido em mil manifestações: "(...) do ponto de vista antropológico e até psicológico, a cultura nos jornais apresenta fortes traços de uma religião secular, embora o jornalismo se proclame adepto da dúvida racional e não da crença" (RIBEIRO, 2001, p. 123).

Travancas (2011) apoia a aproximação entre jornalismo e sacerdócio, o que ela acredita culminar em uma espécie de missão do jornalista:

Aqui não é mais a medicina que se utiliza como parâmetro, e sim algo mais forte, ao nível do sagrado. Isso explica o que para muitos é considerado um problema da profissão, que é o jornalismo invadir a vida particular do profissional, por exemplo, às vezes chamado pela empresa no meio da noite. Isso se justifica quando se leva em conta não se tratar de um simples ofício ou trabalho assalariado, mas de uma ocupação de "outra esfera" e que por isso exige como "pré-requisito" uma disponibilidade constante e eterna. Esse ponto me remete à ideia de missão do jornalista, que estaria ligado a algo divino, a uma função concebida por alguma coisa exterior a ele, da ordem do sagrado. Não se trata, porém de questionar os problemas ou as consequências que a profissão acarreta, e sim de entendê-la a partir desse ponto de vista (TRAVANCAS, 2011, p. 121).

Ribeiro (2001) aponta que, no final dos anos 1990, houve uma série de mudanças na profissão de jornalista, sendo a principal delas o aumento da rotatividade nas empresas; até certo tempo, era comum o profissional permanecer na mesma empresa por décadas. Mas, mesmo isso estando em transformação, perdurava a ideia de missão jornalística.

Apesar das mudanças no quadro geral da profissão, muitos jornalistas ainda acreditam no mito do trabalhador militante, libertário e independente. (...) No entanto, a questão da missão do jornalista nunca fica muito bem elaborada; a imprensa tem uma função e, dentro dela, tem a missão do jornalista. Certamente, essa função não é salvar o mundo, mas é defender o interesse do dono do jornal; o jornalista tem uma ideia da sua missão, mas precisa amoldar-se à empresa e não há como ficar com a utopia de que ele vai escrever o que quiser. Esse conflito é permanente e não resolvido (RIBEIRO, 2001, p. 142).

Para o autor, o uso da expressão "missão jornalística" traz uma conotação religiosa à expressão "olhos e ouvidos do leitor"⁴⁷. Ele destaca uma série de componentes religiosos que podemos detectar no jornalismo: a teologia, os agentes (empresários, corpo sacerdotal), carisma e revelação, iniciação e "possessão", os rituais e a mística. "Os componentes religiosos penetram o comportamento cotidiano dos agentes envolvidos na produção de notícias - tanto os donos de jornais como vários tipos de jornalistas" (RIBEIRO, 2001, p. 127).

Para Ribeiro (2001), o jornalismo necessita de figuras carismáticas para enfatizar o teor emocional simbólico que envolve a profissão e, nesse contexto, toma isso para si. "Ao assumir o carisma como sua inteira propriedade, o jornalista corre o risco de, ingenuamente, deixar de perceber a mudança das condições em que foi autorizado a exercê-lo" (RIBEIRO, 2001, p. 134).

O autor acredita que esse envolvimento emocional do jornalista com sua profissão tem reverberações almejadas pelos empregadores.

O elevado teor místico do ambiente jornalístico, que se cristaliza em torno de temas como missão e sofrimento, é alimentado pelas empresas e assimilado pelos jornalistas. Embora não corresponda mais à realidade de uma atividade que se industrializou, essa mística pode tanto ser fator de resistência profissional como, transformada em

⁴⁷ "A ancoragem da imprensa no tempo também lhe confere um patamar de eternidade, uma vez que a sucessão ininterrupta de edições configura um permanente retorno ao hoje, ao eterno presente (RIBEIRO, 2001, p. 126).

fantasmagoria, contribuir para uma gloriosa extração de mais-valia (RIBEIRO, 2001, p. 140).

Neste complexo ambiente há também um fator marcante a ser entendido: o jogo de poderes. Para Ribeiro (2001), o poder que se exerce sobre os jornalistas, especialmente por parte dos empresários, é um dos elementos mais característicos da identidade do jornal. "Envolvendo jornalistas e direção, o jogo de poder procura articular tensões aparentemente contraditórias: aliciamento e pressão; reforço positivo e reforço negativo. O objetivo dessa estratégia das empresas é obter a adesão do trabalhador numa área intelectual, tradicionalmente rebelde" (RIBEIRO, 2001, p. 149).

Para o autor, nesse campo de disputa de poderes se destaca o papel da remuneração do jornalista, fator problemático da profissão. "De alguma forma as empresas de notícia sabem que, além da função material de garantir a sobrevivência, os salários têm um valor simbólico, como uma avaliação da dedicação e competência profissional" (RIBEIRO, 2001, p. 149).

O autor cita o caso da Folha de São Paulo, que certa vez assumiu que não há padronização salarial e há má organização das estruturas de carreira jornalística na empresa. Segundo ele, para as camadas mais baixas da redação os desníveis salariais: "funcionam como efeito/demonstração de como as promessas da empresa se realizam para os bem sucedidos; essas discrepâncias também podem resultar na rejeição da própria situação pelo indivíduo, desestimulando reivindicações coletivas e suscitando aspirações obsessivas de ascensão" (RIBEIRO, 2001, p. 149).

E diz ainda que "com o passar do tempo, podem resultar em desestímulo, desespero, oportunismo, internalização do insucesso e, no limite, na saída da empresa" (RIBEIRO, 2001, p. 149-150). O autor acredita que os jornalistas são aliciados para atender aos propósitos das empresas para as quais trabalham e, além disso, sofrem coerção e pressão. Segundo ele, o aliciamento é prioritário frente à pressão, sendo as promessas sua forma mais barata.

O sistema de aliciamento, com seus favores e expectativas, não é suficiente, entretanto, para produzir no trabalhador o resultado pretendido pelas empresas: o ritmo, as exigências, os métodos de produção industrial e de exploração comercial não são compatíveis com o processo intelectual.

É necessário complementar o aliciamento com um regime de coerção, para obter a subordinação do jornalista. A coerção articula disciplina, anonimato, tensão "produtiva" e sanções (RIBEIRO, 2001, p. 154).

Muito além de apenas trabalhar em prol do cumprimento do *deadline*, o jornalista sofre vários tipos de pressão em seu exercício. Há uma espécie de tensão fabricada por parte das chefias para que os prazos sejam cumpridos, os furos sejam dados e os jornalistas trabalhem muito mais do que o esperado ou combinado, o que Ribeiro (2001) relaciona com o conceito de mais-valia⁴⁸.

Para Silva (2013), faz parte do trabalho jornalístico estar sempre em busca do extraordinário "e isto, por si só, representa uma mais-valia extra, um sobretrabalho, o *plus* de estar muito mais atento aos fatores imprevisíveis e às acidentalidades do que a se contentar com a "rotina produtiva" de organizador e empacotador de fatos" (SILVA, 2013, p. 14).

Segundo González (2017), tempo e jornalismo se relacionam e sempre caminharam juntos. A partir do webjornalismo a pressão pelo "tempo real" houve novos tensionamentos na produção jornalística:

Assim como prevalece a rapidez no consumo de informações (em forma de texto, imagens ou vídeos), vive-se uma época em que se endeusa o presente, o instante, o efêmero e a velocidade das pessoas e das relações que estabelecem entre si. Ganha força o fenômeno de ser aquilo que se publica (seja uma foto ou um texto) e o instante recebe primazia. Depois disso, tudo já é considerado velho demais (GONZÁLEZ, 2017, p. 14).

Ribeiro (2001) diz que a tensão é uma das principais características da atividade jornalística: "ela apresenta duas faces: é inerente aos ritmos e procedimentos da própria tarefa; é estimulada e, então, canalizada para a obtenção de resultados específicos - trata-se da mais-tensão, a tensão fabricada com o objetivo de extrair produtividade" (RIBEIRO, 2001, p. 156).

Para ele, "a tensão está cotidianamente presente nos comentários de colegas que se queixam de problemas nervosos, ou dos que, ao entrar em férias, demoram a desarmar mecanismos de trabalho, ou daqueles que têm pesadelos

⁴⁸ Mais-valia é um termo marxista que diz que a base do lucro no sistema capitalista é a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho.

com os computadores, com chefes" (RIBEIRO, 2001, p. 157). O autor cita um depoimento anônimo que colheu em sua pesquisa, no qual um jornalista de redação menciona o uso de drogas no exercício da profissão.

Depoimento 1: nossa situação de trabalho era completamente antinatural. Não é normal, por exemplo, ver um chefe desatinado logo de manhã, gritando feito um desesperado. O consumo de drogas era enorme, porque a droga faz você trabalhar muito mais, além de dar uma sensação de poder, que se traduz na sua capacidade de ser mais eficiente, redigir mais depressa, ordenar melhor as ideias. Para mim, isso foi um desastre total; mas parei (RIBEIRO, 2001, p. 157).

Relacionamos essa prática de abuso de substâncias como algo antigo, tendo em vista os relatos de que por volta dos anos 1970 eram comuns nuvens de fumaça de cigarro e bebidas alcoólicas nas redações jornalísticas brasileiras (SOBRAL; BULHÕES, 2018).

Em outro depoimento anônimo, o autor apresenta a fala de um jornalista dez meses após deixar um trabalho em um jornal impresso no qual trabalhou durante oito anos; ele também relata o uso de drogas e problemas de saúde.

Depoimento 2: até hoje estou completamente perturbado. Não me sinto uma pessoa normal, não "encontrei meu eixo". Isso se deve sem dúvida à loucura, ao ambiente de paranóia da redação. Minha incompatibilidade com o ambiente era tão grande que eu sofria queda da pressão, ficava pálido, suava, não conseguia escrever. Se insistisse, eu caía, de tão tonto. A válvula de escape, a compensação de boa parcela do pessoal - eu inclusive -, era a corrida para a droga. Eu me sentia enlouquecer, dizia que era problema de tireóide, mas era psicossomático (RIBEIRO, 2001, p. 196).

Seus entrevistados apontam que o momento de fechamento de uma edição de jornal é o ápice da tensão, pois além de ter inestimável valor enquanto ritual no jornalismo, é o momento em que todo o trabalho é condensado para que o material vá da redação à oficina. "Presenciei subeditores normalmente cordiais transformarem-se em indivíduos possuídos pelo nervosismo que, no ápice, amaldiçoavam sua vida e apresentavam taquicardias frequentes" (RIBEIRO, 2001, p. 157).

Outra menção à saúde do jornalista é feita quando ele se refere ao trabalho em meio à pressão, as possibilidades de erros e o cumprimento de prazos: "A

precariedade aumenta a margem de entropia e a possibilidade de erro, obrigando o profissional a compensá-la através do investimento em tempo extra e na aquisição de conhecimentos" (RIBEIRO, 2001, p. 158).

Segundo ele, nesse contexto surgem "a ansiedade e o pânico de errar, que resultam em esgotamento progressivo e, com frequência, se somatizam em doenças alérgicas e até cardíacas" (RIBEIRO, 2001, p. 158). O esgotamento progressivo mencionado pode ir muito além de um "simples" estresse. Nogueira (2012) aponta que a profissão de jornalista propicia o desenvolvimento de distúrbios mentais ao logo da carreira, devido ao desgaste profissional desta ocupação.

Ele aponta que a depressão, ansiedade, estresse, sintomas pós-traumáticos e Síndrome de *Burnout* - síndrome cujos estudos começaram mais recentes - são constantemente associados ao jornalista, especialmente aos que trabalham em veículos tradicionais (jornal, rádio e TV). Ele atribui esse problema às mudanças que a profissão sofreu nos últimos anos.

Antigamente, as redações de jornais eram lotadas quando havia jornalistas especializados, onde cada um era responsável por uma editoria. Hoje, o que percebemos são redações cada vez mais enxutas, onde o jornalista exerce várias funções, ou seja, "assovia e chupa cana ao mesmo tempo", o que faz com que o profissional fique mais angustiado e ansioso (NOGUEIRA, 2012, p. 37).

Apesar de o autor acreditar que os problemas de saúde têm causa nas mudanças na prática jornalística, acreditamos que essa relação não pode ser comprovada, tendo em vista que a literatura dos anos 1980 e 1990 já mencionava problemas desse tipo no contexto da atuação jornalística (TRAVANCAS, 2011; RIBEIRO, 2001). Pode ter havido uma intensificação desses problemas, inclusive no mundo do trabalho em geral.

Ribeiro (2011) destaca ainda o papel da rotatividade e das ameaças de demissão em meio à lista de tensões com as quais os jornalistas convivem. "A rotatividade, além de ser um dos elementos mais frequentes na profissão, é um dos principais geradores de tensão no jornalista, por exigir adaptação a novas situações dentro de curtos períodos de tempo" (RIBEIRO, 2001, p. 160).

Para ele, um dos efeitos da demissão é provocar tensão produtiva em quem permanece na empresa, e o ritual de dispensa é tão poderoso que o demitido interioriza a culpa. "A mensagem oculta parece ser: 'ninguém aqui é insubstituível, você também não'" (RIBEIRO, 2001, p. 161). O autor aproxima novamente jornalismo e religião: ser demitido é como ser excluído, excomungado.

É válido lembrar que na atualidade os jornalistas brasileiros também convivem com o temor constante dos “passaralhos” nas redações, isto não é prática do passado. Passaralho é o termo pejorativo que ilustra as demissões em massa nos veículos de comunicação e “remete a pássaros, revoadas de algo que destrói tudo por onde passa” (FONSECA et al., 2013, p. 01).

O projeto de Jornalismo de Dados *Volt Data Lab* realiza o levantamento “Um panorama sobre as demissões de jornalistas brasileiros desde 2012” (SPAGNUOLO, 2015, 2017). O estudo mostra que, entre 2012 e junho de 2015, pelo menos 1.084 jornalistas foram demitidos, de um total de 3.568 trabalhadores dispensados em aproximadamente 50 empresas de comunicação do Brasil.

Entre os que mais demitiram, está a Editora Abril, que, em três anos, mandou embora ao menos 440 pessoas (163 jornalistas), seguida pelos grupos Estado e Folha, com ao menos 65 demissões cada um. Como os dados da pesquisa foram coletados a partir de notícias publicadas em sítios especializados na divulgação de informações sobre a imprensa brasileira, provavelmente houve bem mais demissões.

Em 2017, a ocorrência de passaralhos no Brasil alcançou o maior patamar desde 2012. O total de demissões de jornalistas em redações chegou ao segundo maior nível desde 2012, com 380 dispensas, um salto de mais de 60% sobre o ano anterior.

O volume de desligamentos no ano ainda é bem menor do que em 2015, quando foram apuradas 685 demissões em meio a reestruturações de grandes redações, em diversas mídias. Mas o montante de ocorrências dos chamados “passaralhos” foi o maior desde o início da série, com 53 episódios registrados neste ano (sete a mais do que o segundo lugar), evidenciando que as demissões acontecem mais recorrentemente, embora em menor escala a cada vez. Com a nova lei trabalhista, que entrou em vigor em novembro [2017], a partir desses dados será possível observar, em 2018, como se darão essas movimentações nas empresas jornalísticas e em suas redações,

principalmente por conta da nova regra de terceirização de atividade-fim e de maior flexibilização em novos contratos de trabalho (SPAGNUOLO, 2017, p. 01).

Ribeiro (2001) aponta que mesmo em meio a essas reconhecidas tensões há um duplo discurso entre as empresas e os jornalistas. Para ele, essa dualidade é explícita em várias dimensões do jornal, a saber:

- a) como empresa, visa o lucro e a produtividade; como veículo de comunicação social, sua meta é o serviço público, que não deveria ser comercializável;
- b) é uma indústria, dotada de processos rigorosos e homogeneizadores; mas produz bens culturais, caracterizados pela diferença e pela surpresa;
- c) seus jornalistas devem executar um trabalho disciplinado e anônimo; na imagem pública, entretanto, esses jornalistas são liberais, personalidades inspiradas por uma missão heróica;
- d) desenvolve práticas de aliciamento para suscitar nos jornalistas a adesão, a confiança; ao mesmo tempo, usa a coerção, cobra a competência e repele todo erro (RIBEIRO, 2001, p. 164).

Assim, o autor identifica que os dois níveis de discurso, que se interpenetram dialeticamente, podem ser resumidos pelos seguintes elementos (Tabela 1). Para o autor, no primeiro nível do discurso está a fase tradicional, carregada de ideologia, sendo que esta visão ainda perdura na memória social; no segundo nível do discurso está a fase moderna, visão que apenas o público interno tem acesso.

Tabela 1: Representação do duplo discurso das empresas de notícias

1º nível	Cultural	Liberal	Confiança	Missão	Herói	Imagem pública
2º nível	Industrial	Disciplina	Competência	Trabalho	Operário	Anonimato

Fonte: Reprodução de Ribeiro (2001)

O jornalista, assim, vive no limiar entre esses dois níveis, pois contraditoriamente maneja esses dois níveis de discurso e é afetado por eles: "antes de se profissionalizar, como integrante do público em feral, absorve o primeiro nível do discurso como parte da sua socialização. Mas quando ingressa

na imprensa, passa a ser alvo direto do segundo nível de discurso" (RIBEIRO, 2001, p. 164).

Mas por que os próprios jornalistas ajudam a corroborar com essa imagem mitológica da profissão, que não mais (ou nunca foi) corresponde ao que acontece dentro das redações e outros espaços de atuação? Ribeiro (2001) nos ajuda a entender: "percebendo o prestígio de que a profissão ainda goza na memória social (jornalistas falecidos costumam "assinar" edifícios, ruas, praças e até cidades), muitos profissionais colaboram com o mito - acreditando que são mesmo seres à parte, ou reforçando a crença alheia" (RIBEIRO, 2001, p. 165). O autor ainda diz:

Diversos jornalistas (...) temem que a revelação das circunstâncias operárias que envolvem a atividade signifique trair essa instituição respeitável, habitada por tradições sacrossantas e por profissionais nobilíssimos. Há também os que intuem que, ao tornarem públicas suas reivindicações e denúncias, poderiam reduzir o capital de prestígio de que a profissão (e, portanto, cada profissional) ainda goza. Esta pode ser mais uma razão por que muitos demitidos saem à francesa da redação. Afinal, sacerdotes não fazem greve: para manterem acesa a aura de distinção de sua vocação e missão, sacerdotes devem sofrer em silêncio. No entanto, jornalistas não são sacerdotes e sim, cada vez mais, funcionários de grandes conglomerados. Daí resulta uma identidade profissional e pessoal contraditória (RIBEIRO, 2001, p. 165).

Oliveira (2005) identificou que a imagem que se tem da profissão e o que acontece no mercado jornalístico não corresponde, e que muitas vezes: "há flagrante discrepância entre as imagens construídas em torno da profissão e a realidade operacional do grupo investigado (...). A defesa de grande parte dos sujeitos na capacidade do jornalismo de retratar a realidade encaixa-se nessa constatação" (OLIVEIRA, 2005, p. 202). Essa é uma importante pista para entendermos o porquê dos jornalistas não se organizarem e lutarem por melhoras na profissão, pois talvez eles não queiram que seja de conhecimento da população que a profissão é, de fato, tão *glamourosa* como parece.

CAPÍTULO 3

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para Lago e Benetti (2010), os objetos de estudo em Jornalismo são frequentemente multidisciplinares, o que pode nos levar a utilizar metodologias de outras disciplinas. No nosso caso, o arcabouço metodológico é também pautado na interface entre o Jornalismo e outros campos, como os da Sociologia, Psicologia e saúde em geral.

A metodologia não pode se resumir às escolhas de métodos e técnicas, tem que representar estratégias para resolver os problemas da pesquisa (LAGO; BENETTI, 2010). Pensando nessa questão e tendo em vista a fragilidade de alcançar os objetivos traçados, fizemos escolhas metodológicas que se pautam no "ouvir" e enfatizam o lugar de fala dos sujeitos pesquisados: os jornalistas.

Diante da proposta de realizar uma pesquisa descritiva com base em uma realidade social do jornalista, chegamos à ideia de ter como fonte primária as visões dos próprios profissionais, pois acreditamos que são as pessoas mais indicadas para falar de suas vidas profissionais. Para Gil (2010), as pesquisas descritivas têm como objetivo fundamental descrever um grupo ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis.

Este tipo de investigação tem como característica a coleta de dados e, por vezes, se aproxima de uma pesquisa explicativa quando pretende determinar as relações entre as variáveis. Segundo o autor, "as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática" (GIL, 2010, p. 28). Vale salientar que consideramos a pesquisa exploratória como uma fase e não como uma tipologia, conforme explicaremos adiante neste capítulo.

A pesquisa também não deixou de ser comparativa, pois na fase empírica tecemos aproximações e distanciamentos entre os mercados jornalísticos do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal. Para Gil (2010, p. 16), este método "procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles".

Assim, por meio de conversas com jornalistas de Natal e Brasília, pudemos investigar a influência das condições de trabalho na vida deles. Nesse intuito, selecionamos uma tríade metodológica composta pela etnometodologia, pela análise da conversa e pela entrevista em profundidade, mais tarde somadas à pesquisa quantitativa por meio de aplicação de questionário *online*.

Recorremos a uma mentalidade analítica que nos guia para a família das abordagens etnometodológicas, que são consideradas naturalistas por enfatizarem os fenômenos sociais em situações naturais de ocorrência. Neste contexto, focamos em duas abordagens: a etnometodologia e a análise de conversa.

A etnometodologia pode ser entendida como a linguagem comum locutora da realidade social (COULON, 1995) e também como o estudo dos métodos usados pelas pessoas em suas vidas cotidianas (WATSON; GASTALDO, 2015). Sendo assim o jornalista, ao falar de sua vivência profissional, pode revelar melhor a realidade social na qual está inserido.

A etnometodologia é uma corrente da sociologia americana surgida nos anos 60 que mudou a tradição sociológica, dando maior importância à abordagem qualitativa do social. Para Gil (2010), o método é uma tentativa de investigar sobre os procedimentos que os atores sociais utilizam em suas operações cotidianas; é o estudo das atividades cotidianas (comunicar-se, tomar decisões, raciocinar).

O autor acredita que é evidente que a etnometodologia sofre influência da fenomenologia, "já que analisa as crenças e comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de todo comportamento socialmente organizado" (GIL, 2010, p. 40).

Segundo Coulon (1995), os etnometodólogos desejam estar mais perto das realidades da vida social que os outros sociólogos. "Onde outros veem dados, fatos, coisas, a etnometodologia vê um processo através do qual os traços da aparente estabilidade da organização social são continuamente criados" (POLLNER, 1974 *apud* COULON, 1995).

Ela foi desenvolvida por Harold Garfinkel (1917-2011), sociólogo que teve como principais influências os sociólogos Talcott Parsons (1902-1979) e Alfred

Schütz (1899-1959), e teve como marco o ano de 1967, ocasião da publicação de *Studies in Ethnomethodology*.

A ideia central da etnometodologia de Garfinkel é que a linguagem comum revela a realidade social, descreve-a e a constitui; ele se volta às atividades práticas, ao raciocínio prático, quer seja profissional ou não. “A importância teórica e epistemológica da etnometodologia se deve ao fato de efetuar uma ruptura radical com modos de pensamento da sociologia tradicional. Mais que teoria constituída, ela é uma perspectiva de pesquisa, uma nova postura intelectual” (COULON, 1995, p. 07).

Para Coulon (1995), os cinco conceitos-chave da etnometodologia são: a prática, a indicialidade, a reflexividade, a *accountability* e a noção de membro. Sobre o primeiro conceito-chave: as atividades práticas são temas centrais dos estudos empíricos etnometodológicos, visto que é empreendida às atividades corriqueiras do dia a dia a mesma atenção que aos acontecimentos extraordinários.

A indicialidade diz respeito à incompletude já esperada das palavras da linguagem natural, a exigência de um entendimento mais completo de acordo com o contexto dado; o sentido é sempre local, ou seja, uma palavra - ou mesmo uma instituição - só pode ser analisada considerando-se sua situação. A indicialidade, para Coulon (1995, p. 34), “quer dizer que todas as formas simbólicas, como os enunciados, os gestos, as regras, as ações, comportam uma ‘margem de incompletude’”.

A reflexividade é estabelecida quando um sujeito, ao mesmo tempo em que descreve uma situação, a constitui. “No decorrer de nossas atividades ordinárias, não prestamos atenção ao fato de que ao falar construímos ao mesmo tempo, enquanto fazemos nossos enunciados, o sentido, a ordem, a racionalidade daquilo que estamos fazendo naquele momento” (COULON, 1995, p. 41).

A *accountability*, por sua vez, seria uma “analisabilidade” das práticas. “Dizer que o mundo social é *accountable* significa que ele é algo disponível, isto é, descritível, inteligível, relatável, analisável. Essa analisabilidade do mundo social, a sua descritibilidade e sua objetividade se mostram nas ações práticas dos atores [sociais]” (COULON, 1995, p. 45).

O quinto conceito-chave se refere à noção de membro, não pelo pertencimento social, mas pelo domínio da linguagem natural. Um membro “é uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca” (COULON, 1995, p. 48). No caso dos jornalistas, é o que Traquina (2004) chama de tribo jornalística.

Partindo para a análise de conversa, ela é uma abordagem da família etnometodológica e representa uma observação de ações e situações naturalmente ocorrentes e requerem transcrições das conversações e posterior análise. Muito semelhante à etnometodologia, a análise da conversa também considera a linguagem como foco, por ser o meio da vida social que se almeja pesquisar. Assim como a etnometodologia, a análise da conversa analisa o senso comum por meio da complexa atividade prática de conversar (WATSON; GASTALDO, 2015).

Na pesquisa de campo, os etnometodólogos usam métodos variados, oriundos de outras sociologias qualitativas e também diversos instrumentos de coletas de dados, como diálogos, observação participante, estudos de dossiês; sempre com a prerrogativa da observação de campo. Heritage (1999) aponta que a atividade organizacional – o trabalho, o exercício profissional - é, por vezes, foco das pesquisas etnometodológicas.

Por proximidade com a metodologia escolhida, optamos aliá-la com a técnica/método da entrevista em profundidade, que consoante com Duarte (2008) serve para que se recolham respostas a partir da experiência de uma fonte. Pereira (2012) aponta que o uso da entrevista como metodologia de pesquisa remonta do final do século 19, época de consolidação das ciências sociais. Para o autor, a pesquisa no campo do Jornalismo é bem valorizada, pela proximidade deste profissional à técnica, muitas vezes usada em sua prática diária.

O autor destaca que a realização de pesquisas qualitativas exige um preparo extra do pesquisador entrevistador, que precisa considerar diferentes aspectos da interação com o entrevistado e considerar durante o processo de interpretação dos dados, analisando “a própria atuação do pesquisador no processo de construção da narrativa” (PEREIRA, 2012, p. 43), visão que

corroborar plenamente com os preceitos da etnometodologia e da análise da conversa, tendo em vista que elas consideram tudo que acontece nas conversas, muito além das palavras ditas.

A entrevista em profundidade permite a identificação de diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. Para Duarte (2008, p. 62), representa uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”.

De acordo com o autor, temos que considerar muito além das respostas proferidas nas entrevistas. É necessário observar o ambiente da entrevista, a relação entre as pessoas nesse ambiente, o comportamento do entrevistado, seus movimentos e gestos, cruzando esses dados com as respostas obtidas no contexto. Essa característica da entrevista em profundidade pode ser relacionada à indicialidade da etnometodologia (COULON, 1995), visto que esse conceito diz respeito à necessidade de um entendimento mais contextualizado da linguagem do ator social.

Para Duarte (2008), as entrevistas em profundidade geralmente são individuais, mas não obrigatoriamente. Realizaremos as sessões de entrevista com uma fonte por vez, a fim de obter respostas espontâneas o tanto quanto possível, assegurando que contemplemos o conceito de reflexividade da etnometodologia. Outro ponto que nos interessa contemplar é o local das entrevistas: consideramos que se o local é escolhido pelo entrevistado, há mais chances dele ficar à vontade e falar mais abertamente sobre as questões propostas.

Uma característica da entrevista em profundidade é a variedade de tipologias. As pesquisas qualitativas podem ter questões não estruturadas ou semiestruturadas; a entrevista pode ser aberta ou semiaberta; o modelo pode ter uma questão central ou um roteiro; sendo assim, a abordagem sempre será em profundidade e as respostas indeterminadas. Em pesquisas quantitativas, as questões são estruturadas, a entrevista é fechada, o modelo é o de questionário, a abordagem é linear e esse conjunto de fatores resulta em respostas previstas (DUARTE, 2008).

Neste caso, optamos por trabalhar com questões semiestruturadas, em entrevista semiaberta e com o modelo de roteiro, escolhas feitas com o intuito de não nos perdermos dentre todos os temas que possam surgir nas entrevistas, tendo em vista que pretendemos deixar o tempo da conversa a cargo do entrevistado.

Para Gil (2010), cada pesquisa social é única. Entretanto, ele considera que é consenso que tenham pelo menos quatro processos: planejamento, coleta de dados, análise e interpretação e redação do relatório. Ele sugere que de forma detalhada essas pesquisas podem ter até nove fases, nem sempre explícitas: formulação do problema; construção de hipóteses ou determinação de objetivos; delineamento da pesquisa; operacionalização dos conceitos e variáveis; seleção da amostra; elaboração dos instrumentos de coleta de dados; coleta de dados; análise e interpretação dos resultados; redação do relatório.

Corroboramos com a proposta de Gil (2010), tendo em vista que a nossa pesquisa tem divisões de fases semelhantes ao que autor apresentou. Entretanto, para melhor explicar como se deu o processo da nossa investigação em específico, dividimos nosso desenvolvimento em três etapas: pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Falaremos sobre cada uma dessas fases a seguir.

3.1 Pesquisa exploratória

Apesar do conhecimento prévio sobre o tema da investigação desenvolvido no mestrado, iniciamos a pesquisa com uma exploração da problemática, a fim de verificar a viabilidade da proposta. Sendo assim, a pesquisa exploratória se deu nos dois primeiros semestres da investigação (no ano de 2015) e por meio dela fechamos não somente a problemática, como também o recorte da pesquisa.

Vale ressaltar que entendemos a pesquisa exploratória do ponto de vista de Bonin (2011), que a considera como um movimento de aproximação ao fenômeno pesquisado, com vistas a conhecer suas especificidades. Pode incluir um levantamento de dados referente ao problema, além de trazer pistas que irão contribuir para a construção investigativa. Consideramos a pesquisa exploratória

como uma fase ou etapa da pesquisa, o primeiro passo da execução de um projeto, anterior à revisão de literatura.

Nesta etapa, tivemos conversas informais com jornalistas e pesquisadores das duas cidades a fim de elencar pistas para uma construção de um objeto de estudo mais palpável. A partir das conversas, pudemos pensar em uma estratégia metodológica que atendesse aos nossos interesses de pesquisa, bem como conseguimos chegar a uma proposta teórica mais coerente.

Também na fase de pesquisa exploratória fizemos contato via email com todos os 31 sindicatos de jornalistas do país a fim de identificar iniciativas que envolvesse os temas saúde do jornalista, qualidade de vida do jornalista e precarização da profissão de jornalista. Entretanto, obtivemos poucos retornos, sendo estes com negativas. Sendo assim, desistimos desta estratégia.

3.2 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica se desenvolveu durante quase toda a pesquisa, sendo dividida em duas subfases para melhor organização. Na primeira subfase, que foi concluída ao final do terceiro semestre da pesquisa, ou seja, antes da qualificação, desenvolvemos um mapa do estado da arte conceitual.

Nesse período fizemos buscas de textos em bancos de dados online, bibliotecas de Universidades, revistas científicas da área de Comunicação e também da Saúde, sebos de livros, revistas científicas e anais de congressos da área. Além disso, observamos as referências utilizadas nas obras já previamente localizadas.

De forma auxiliar, somamos a esta lista de obras notícias e postagens sobre os temas trabalhados, pois algumas destas questões com as quais trabalhamos são debatidas com mais vigor em sites autorreferenciais da mídia - como o Observatório da Imprensa e o Portal Imprensa -, além de blogs de jornalistas e sites dos sindicatos de jornalistas. Acreditamos que desprezar esses dados com menor rigor acadêmico signifique deixar de explorar uma gama de informações referentes à prática do mercado jornalístico.

Também faz parte da pesquisa bibliográfica o levantamento de obras autobiográficas e biográficas de jornalistas brasileiros. Moraes (2014, p. 324), ao citar obras autobiográficas de jornalistas, afirma que estas "em geral consistem na narrativa de um indivíduo inserido em seu grupo, entremeada com a história da imprensa e do país".

Optamos por usar este recurso como suporte para compreender a prática jornalística, a imprensa e o mercado jornalístico brasileiro, por entendermos que a visão dos próprios jornalistas pode ser rica neste quesito, indo muito além dos escritos acadêmicos sobre os temas. Este movimento resultou em outras breves pesquisas (BULHÕES; SOBRAL, 2016, 2017; SOBRAL, BULHÕES, 2016, 2017).

Na segunda subfase da pesquisa bibliográfica houve a atualização bibliográfica pós-qualificação, tendo em vista algumas mudanças de enquadramento conceitual. Por exemplo, passamos a focar menos na bibliografia referente à área de Saúde e mais nas referências ao próprio exercício jornalístico. Também nessa etapa foi realizado o doutorado sanduíche na Universidade da Beira Interior, em Portugal, oportunidade na qual desenvolvemos o Capítulo 1 desta tese.

3.3 Pesquisa de campo

Terminado o primeiro ano da pesquisa, no qual realizamos a pesquisa exploratória e boa parte da pesquisa bibliográfica, pudemos perceber as mudanças de perspectivas. Anteriormente, tínhamos o foco inicial diretamente na saúde e na QVT dos jornalistas. Ao perceber que teríamos dificuldade em tangenciar diretamente esses dois itens da pesquisa, devido a limitações enquanto pesquisadora-jornalista não pertencente à área de saúde, optamos por focar no âmbito das condições de trabalho, que naturalmente dariam pistas também para o estudo da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

Avançamos também no delineamento da pesquisa. Havia o plano de investigarmos apenas a atuação dos profissionais com múltiplos empregos, entretanto durante a pesquisa exploratória identificamos que boa parte dos profissionais que atuam em Brasília possui apenas um emprego; sendo assim,

não fazia sentido restringir este quesito, que foi substituído por um recorte de perfis.

Assim, partimos para a pesquisa de campo no segundo na da pesquisa, dividindo esta em duas fases. Na primeira realizamos o pré-teste, no qual desenvolvemos o nosso instrumento, que consiste em um roteiro de perguntas; desenvolvemos uma lista de possíveis entrevistados de Natal e Brasília, da qual selecionamos quatro para realizar o pré-teste; realizamos as entrevistas, providenciamos as transcrições dos áudios e analisamos os dados. Na segunda fase, após a qualificação, revisamos o instrumento e realizamos uma pesquisa quantitativa abrangente e capaz de nos mostrar uma ampla visão das condições de trabalho dos jornalistas.

3.3.1 Primeira fase: entrevistas em profundidade como pré-teste

Para Gil (2002), é essencial que façamos um pré-teste quando estamos trabalhado com questionários e entrevistas. O autor recomenda que devemos selecionar um número restrito de indivíduos típicos do grupo pretendido. Segundo ele, após o pré-teste deve ser analisado a eficiência do instrumento (no caso, a entrevista) pautando-se em cinco itens: clareza e precisão dos termos, quantidade de perguntas, forma das perguntas, ordem das perguntas e introdução das perguntas. Sendo assim, estamos cientes de que se o roteiro de perguntas se mostrar ineficiente durante o pré-teste, ele deverá ser modificado antes de serem executadas as demais entrevistas.

Com relação aos sujeitos de pesquisa, trabalhamos com perfis que nos fizeram refletir sobre as diferentes formas de trabalho jornalístico em Natal e Brasília, inicialmente sem número fechado. Nossos entrevistados precisariam estar atuando como jornalistas na época da entrevista, pois queríamos investigar as condições de trabalho daquele momento.

As quatro entrevistas em profundidade ocorreram de forma individual no mês de abril de 2016, em Brasília e Natal, em datas e locais escolhidos pelas fontes, com duração entre 40 minutos e uma hora e dez minutos cada. No início

das entrevistas foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido⁴⁹; todos aceitaram os detalhes e assinaram.

Foi oferecida a opção de manter o anonimato; como três dos quatro entrevistados preferiram que os nomes reais não figurassem na pesquisa, optamos por usar designações genéricas (Entrevistado 1, 2, 3 e 4 ou E1, E2, E3 e E4) e não especificar detalhes que pudessem identificá-los.

Por causa disso, informações das fontes como nomes das empresas em que trabalham e cidades de origem são apresentadas de forma genérica. Esse é um esforço de mantê-los realmente no anonimato, pois algumas temem desconfortos nos empregos ou até mesmo retaliações caso tenham as identidades reveladas. Da mesma forma, Heloani (2003) optou pelo anonimato de suas fontes em sua pesquisa sobre estresse e qualidade de vida dos jornalistas: "com o intuito de assegurar o sigilo dos depoentes, optamos por não mencioná-los nominalmente" (HELOANI, 2003, p. 33).

Tratando do caso de anonimatos em etnografias, Fonseca (2008) fala que a prática pode ser por vezes naturalizada, pois não é debatida no meio acadêmico, apesar de poder representar um problema ético entre entrevistador e entrevistado. Além disso, a autora diz que "o uso de nomes fictícios não garante o anonimato aos informantes. Justamente porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais" (FONSECA, 2008, p. 45), pensamento com o qual corroboramos e, portanto, nos atemos.

Foi utilizado um roteiro de perguntas, manuseado apenas pela pesquisadora. O roteiro foi elaborado a partir dos estudos bibliográficos, especialmente influenciado por Bulhões (2014), Lima e Mick (2015) e Reimberg (2015). Ao todo, elencamos cerca de 100 perguntas, algumas atreladas às variações das respostas.

O roteiro tinha questões abertas e fechadas, divididas em oito categorias: dados pessoais, relação com o Jornalismo, experiência profissional, indicadores de QVT, remuneração e produção, indicadores de saúde, ideologia e vida pessoal. Tínhamos interesse em uma diversidade de tipos de instituições nas quais eles atuavam como jornalistas, fossem em meios de comunicação

⁴⁹ Apêndice desta tese.

hegemônicos e contra-hegemônicos da mídia (emissoras de TV e rádio, jornais impressos, revistas, portais etc.), em funções da comunicação organizacional ou mesmo na docência, em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor.

Almejavamos contemplar diferentes funções - repórter, editor, pauteiro, locutor, apresentador, blogueiro, assessor de comunicação ou imprensa, marketing, comunicação interna, relações públicas, analista de mídias sociais, chefe, dono de empresa, professor etc. e diversos tipos de vínculos - carteira assinada, estagiário, *freelancer*, pessoa jurídica (PJ), contrato informal, contrato com carteira assinada em outra função (embora atuando como jornalista), contrato temporário, concursado como outra função (mas exercendo a função de jornalista), concursado como jornalista etc.

Também nos interessavam questões relacionadas a gênero, idade, tempo de profissão, tipo de formação (se eram formados em universidades públicas, privadas ou sem diploma), trajetória, ideologia profissional, sindicalização, não deixando de considerar aqueles que possuem múltiplos empregos e demais questões que possam surgir no desenvolvimento da pesquisa.

Com relação aos instrumentos de coleta de dados, registramos as entrevistas por meio de gravações em áudio, com transcrição literal em seguida. Após isso as entrevistas foram ouvidas novamente para que fossem inseridos os comentários do diário de campo, instrumento no qual anotamos os comportamentos, reações e principalmente os *insights* no decorrer das conversas.

Todo esse material constituiu a base para nossa análise dos dados empíricos iniciais, bem como as impressões e interpretações dos gestos e falas dos entrevistados. Os trechos dos relatos utilizados foram editados o mínimo possível. Debruçamo-nos a falar sobre os resultados desta etapa no Capítulo 4.

3.3.2 Segunda fase: pesquisa quantitativa

A ideia inicial era que na segunda etapa da pesquisa de campo fizéssemos mais entrevistas em profundidade. Como acreditamos que a metodologia de uma pesquisa se baseia em processos e mudanças e nunca em algo fechado e pré-determinado, após a aplicação do pré-teste e da banca de qualificação da

pesquisa chegamos à constatação que uma pesquisa quantitativa serviria melhor de subsídio para o que estávamos buscando.

A partir desse ponto, almejávamos entender de forma mais global as condições de trabalho às quais estavam submetidos os jornalistas brasileiros naquela altura (tendo como recorte Natal e Brasília), partindo das realidades particulares representativas observadas nas entrevistas em profundidade da fase anterior.

Assim, decidimos aplicar um questionário online entre jornalistas das duas cidades⁵⁰. De acordo com Gil (2010), o que ele chama de levantamento de campo ou *survey* é um tipo de pesquisa que tem por característica a:

Interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados (GIL, 2010, p. 55).

Quando a amostra corresponde ao universo total pesquisado, temos um censo. Mas, normalmente, usa-se uma amostra significativa desse universo por meio de procedimentos estatísticos. Dentre as principais vantagens de um levantamento estão o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e quantificação (GIL, 2010).

E, como desvantagens, ele apresenta a possibilidade de uma *survey* dar ênfase nos aspectos perspectivos, ocasionar pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais e ter uma limitada apreensão do processo de mudança, quesitos estes que em nossa pesquisa conseguimos alcançar por outras abordagens, portanto não foram prejudiciais.

O autor ainda coloca: "considerando as vantagens e limitações expostas, pode-se dizer que os levantamentos tornam-se muito mais adequados para estudos descritivos que explicativos" (GIL, 2010, p. 57). Tal direcionamento se aplica totalmente à nossa investigação, tendo em vista a natureza descritiva desta.

⁵⁰ Em alguns momentos nos referimos aos jornalistas de Natal e Brasília como sendo os do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, pois essas cidades concentram as maiores populações destes profissionais em ambos os casos. Vale salientar que os gentílicos "potiguar" e "brasiliense" coincidem são os mesmos para moradores do estado/distrito e das cidades.

3.3.2.1 De quantos jornalistas estamos falando?

Tendo como objetivo quantificar os jornalistas atuantes no Brasil, e também especificamente no Distrito Federal e no Rio Grande do Norte, contatamos o Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Norte (Sindjorn)⁵¹, além de buscarmos referenciais na literatura disponível para chegarmos a uma quantidade próxima do universo da amostra desta pesquisa.

De acordo com Guimarães (2006), a Fenaj estimava à época - há mais de dez anos - que existiam 50 mil jornalistas em exercício, dos quais cerca de 10 mil desempregados, 20 mil atuando em veículos como agências de notícias, jornais, emissoras de rádio e de televisão) e 20 mil em assessorias ou em regime precário, como *freelancers*, pejotas⁵² ou filiados a cooperativas sem registro em carteira profissional.

De acordo com o autor, neste período havia indicativos de estabilidade no número de empregos, um forte crescimento da população de mulheres jornalistas e a redução da idade média dos jornalistas atuantes. "Em 1999, por exemplo, havia 19.444 jornalistas com carteira assinada no país, 43,59% dos quais eram mulheres; em 1986, ano do primeiro levantamento, elas eram 35,24%" (GUIMARÃES, 2006, p. 192).

Partindo para estimativas nos âmbitos do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, locus da pesquisa, encontramos alguns referenciais. No âmbito do Distrito Federal, Silva (2014) obteve junto ao SJPDF a quantia aproximada de 6.500 jornalistas atuantes no distrito, estando aproximadamente 2.500 deles sindicalizados. "A entidade acredita que 45% dos jornalistas que atuam na capital federal estão em assessorias de imprensa, principalmente em órgãos do Executivo Federal" (SILVA, 2014, p. 28).

⁵¹ Os contatos foram realizados no mês de agosto de 2016 e em setembro de 2018, de forma eletrônica.

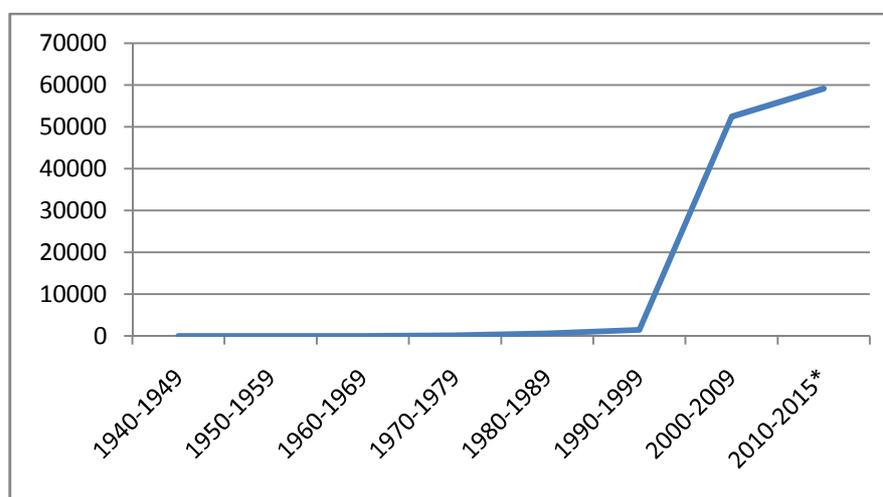
⁵² Chama-se de PJ ou pejota o profissional que trabalha com registro de Pessoa Jurídica, o que não lhe garante os direitos trabalhistas de um trabalhador comum, Pessoa Física.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Norte, Maia e Femina (2012), identificaram que até o mês de junho de 2012 o Ministério do Trabalho (estadual) contabilizava um total de 1.734 jornalistas com registro profissional no estado. Segundo os sindicatos do Distrito Federal e do Rio Grande do Norte, em agosto de 2016 havia 5.505 e 1.090 jornalistas sindicalizados nas respectivas entidades, o que dá uma proporção de cinco para um, ou seja, há cinco vezes mais jornalistas no Distrito Federal do que no Rio Grande do Norte.

De acordo com o Ministério do Trabalho, até 2015 havia 113.935 registros ativos de jornalistas junto à entidade brasileira. Da década de 1940 há apenas cinco registros em atividade; da década de 1950, 25; da década de 1960, 30; da década de 1970, 186; da década de 1980, 645; da década de 1990, 1.463; da década de 2000, 52.436 e, por fim, dos registrados entre 2010 e 2015, período de apenas seis anos, há 59.145 jornalistas com cadastros ativos.

Por meio do gráfico 1 podemos acompanhar a proporção da origem dos registros ativos até 2015. Em uma atualização dos dados feita em setembro de 2018, o Ministério do Trabalho informou que há 114.329 registros ativos.

Gráfico 1: Números nacionais de registros ativos de jornalistas no Ministério do Trabalho



Fonte: Autoria própria

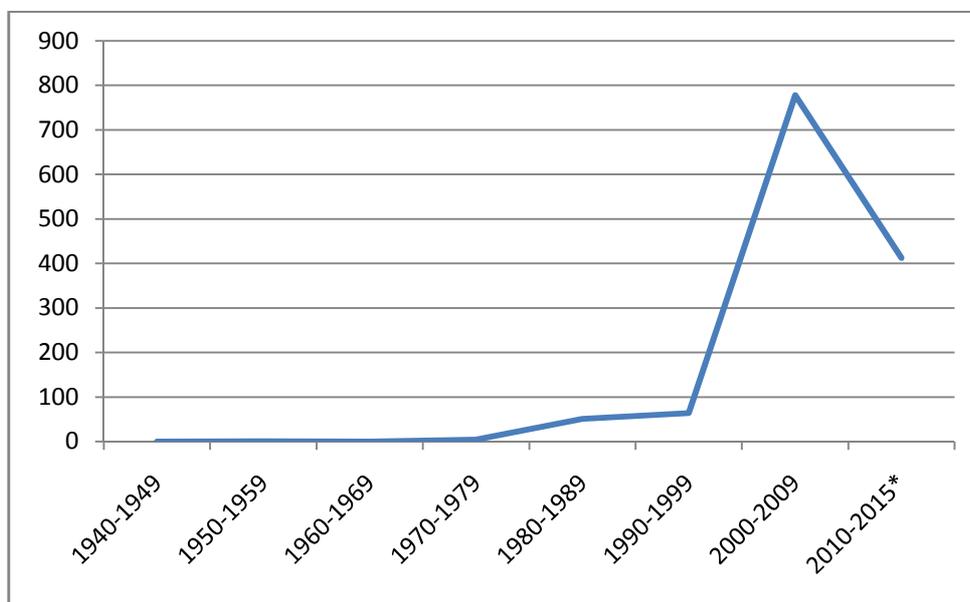
Nota: *Não corresponde a uma década completa

Apesar da regulamentação da profissão ter se iniciado em 1938, como apontamos no início desse capítulo, o pico de registros só se deu na década de

1990, na época da redemocratização do país⁵³. O início desse registro se deu em anos diferentes em cada estado; no Rio Grande do Norte começou a ser realizado em 1959, já no Distrito Federal apenas em 1962, e até 2015 havia 1.310 e 6.700 cadastros ativos, respectivamente⁵⁴.

Assim, proporcionalmente há cerca de cinco vezes mais registros no Distrito Federal do que no Rio Grande do Norte. Utilizamos essa proporção em nossa pesquisa empírica. Também podemos observar que os registros do Distrito Federal correspondem a quase 6% do país, enquanto que o Rio Grande do Norte detém pouco mais de 1%.

Gráfico 2: Registros ativos no Ministério do Trabalho de jornalistas do Rio Grande do Norte



Fonte: Autoria própria

Nota: *Não corresponde a uma década completa

No Rio Grande do Norte há apenas cinco registros ativos dentre os realizados até o final da década de 1970 (um de 1959, dois de 1970 e dois de 1979). Da década de 1980 há realizados 51 registros; da década de 1990, 64 registros; da década de 2000, 778 registros; e nos últimos seis anos da estatística, 412 cadastros, totalizando os 1.310 (gráfico 2). Cabe ressaltar que a

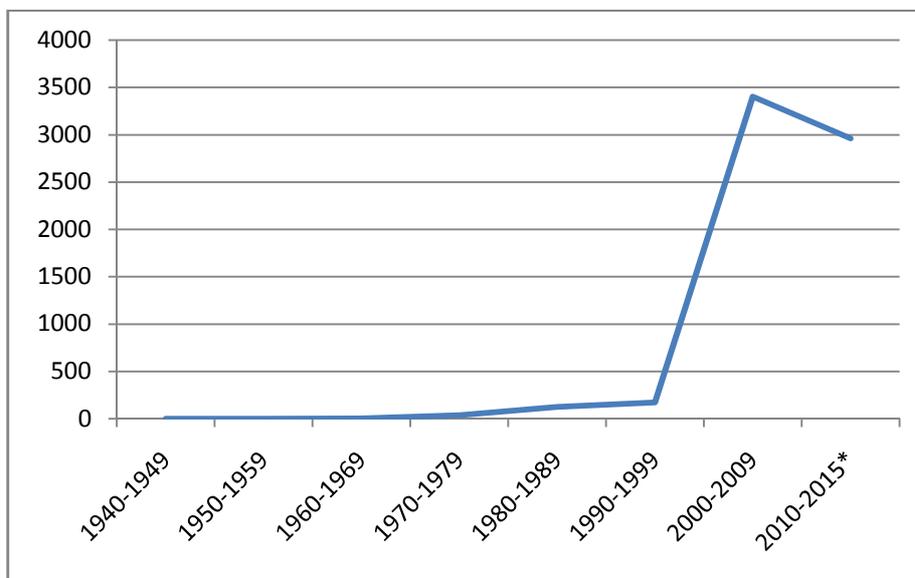
⁵³ Podemos considerar como marco da redemocratização do Brasil o ano de 1988 devido à promulgação da Constituição Federal

⁵⁴ Em 2018 esse número passou a ser 987 e 5.676, porém os dados considerados à época da nossa pesquisa empírica foram os de 2015, os mais atualizados até então.

Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, primeira do estado e que depois se integrou à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, começou suas atividades no início da década de 1960 (QUEIROZ *et al*, 2015).

No Distrito Federal, oriundos do final da década de 1960 só há cinco registros (um de 1962 e quatro de 1968). Da década de 1970 há 36 cadastros ativos, sendo que dos anos de 1972 e 1973 não há nenhum. Da década de 1980, 124 registros; da década de 1990, 172; da década de 2000, 3.403 e, por fim, do período entre 2010 e 2015 há 2.960, totalizando 6.700 cadastros (gráfico 3). A Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília foi criada em 1963 (FAC, 2013).

Gráfico 3: Registros no Ministério do Trabalho de jornalistas do Distrito Federal



Fonte: Autoria própria

Nota: *Não corresponde a uma década completa

Comparando os dados obtidos por meio dos autores (GUIMARÃES, 2006; MAIA; FEMINA, 2012; MICK; LIMA, 2013; SILVA, 2014) e diretamente com o Ministério do Trabalho (206 e 2018) e com os sindicatos de jornalistas do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal (2016), chegamos aos dados abaixo (tabela 2):

Tabela 2: Comparativo dos dados obtidos acerca da quantidade de jornalistas no Brasil, no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal

Ano	Fonte	Jornalistas no Brasil	Jornalistas no DF	Jornalistas no RN
2006	Guimarães (2006) com dados da FENAJ	50.000 em exercício		-
2012	Maia e Femina (2012) com dados do Ministério do Trabalho (estadual)	-		1.734 registrados
2013	Mick e Lima (2013) com dados do Ministério do Trabalho e dados extra	145.000 registrados		
2014	Silva (2014) com dados do SJPDF		6.500 atuantes 2.500 sindicalizados	
2016	Diretamente com os sindicatos (2016)		5.505 sindicalizados	1.090 sindicalizados
2015	Diretamente com o Ministério do Trabalho (2016)	113.935 registros ativos	6.700 registros ativos	1.310 registros ativos
2018	Diretamente com o Ministério do Trabalho (2018)	114.329 registros ativos	5.676 registros ativos	987 registros ativos

Fonte: Autoria própria

Os dados apresentados anteriormente, transmitidos pelo Ministério do Trabalho (2016 e 2018), são oficiais; entretanto, representam estimativas e estão defasados quando somados os estados separadamente. Mick e Lima (2013) identificaram essa lacuna e retrabalharam a estatística nacional a partir dos registros de cada estado. Isso porque o sistema de catalogação desse registro só foi digitalizado no ano 2000, segundo Mick (2013). Assim, eles chegaram à conclusão que "ao final de 2011, o Brasil tinha no máximo 145 mil jornalistas com registro profissional, mais da metade deles registrados depois do ano 2000" (MICK, 2013, p. 04).

Apesar de obtermos esse quantitativo, fogem desta estatística os jornalistas que são formados e ou atuam, mas não têm registro junto ao Ministério, por diversos motivos - dentre eles, a não obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, que perdura desde o ano de 2009, como tratamos no início deste capítulo. Mesmo antes deste contexto, havia jornalistas que

atuavam sem o registro - chamado de DRT ou MTB⁵⁵ -, apesar dele ser exigência legal a partir de 1938, como explanamos anteriormente.

O número também não considera os jornalistas registrados falecidos ou que nunca atuaram, é um dado referente a profissionais que efetivamente entraram com a documentação para obter o registro oficial como jornalista. Diante de fatos como esse, optamos por trabalhar como autodeclaração de jornalista: se uma pessoa se identifica como tal, para nós ela é jornalista.

Consideramos ainda que há no Distrito Federal muitos jornalistas de outras localidades, circulando constantemente em Brasília realizando coberturas políticas e atuando em sucursais de veículos de grande porte, que ficam de fora dos registros do Ministério do Trabalho, do sindicato e das demais estimativas. Por tratar-se da capital do país, essas peculiaridades devem ser consideradas quando compararmos ao mercado jornalístico potiguar, que além de ter menor porte, não tem essa característica.

3.3.2.2 Aplicação do questionário

Desenvolvemos o questionário online utilizando a plataforma Google Formulários⁵⁶, tendo como base as questões desenhadas na fase de pré-teste em versões aprimoradas. Nesta etapa organizamos as questões por níveis personalizados: dependendo da resposta dada, surgia um novo conjunto de questões.

A chamada para o questionário foi realizada em duas etapas: de 29 de agosto a 26 de setembro de 2016 e de 8 de dezembro de 2016 a 10 de janeiro de 2017, períodos cuja soma dá cerca de dois meses. Na primeira fase utilizamos a rede social digital Facebook, usando o perfil pessoal da pesquisadora para divulgar na própria página, na página de colegas e em grupos de jornalistas.

⁵⁵ DRT refere-se à Delegacia Regional do Trabalho e MTB ao Ministério do Trabalho. São nomes populares para o registro de jornalista. Antigamente, ao assinar publicações, os jornalistas utilizavam a numeração estadual, como forma de legitimação profissional.

⁵⁶ Ferramenta gratuita que possibilita criar e editar questionários online. Disponível em: <www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>. Acesso: 19 jan. 2017.

Os grupos escolhidos para a divulgação do questionário foram: Jornalistas Potiguares⁵⁷, que tinha pouco mais de 1.000 membros na época; Jornalistas do RN⁵⁸, com cerca de 1.900 participantes; Jornalistas de Brasília⁵⁹, com mais de 5.600 membros; Jornalistas de Brasília - Utilidade⁶⁰, com aproximadamente 3.600 participantes; e Jornalistas de redação do DF⁶¹, com mais de 1.800 membros.

Houve aderência de colegas de profissão, que compartilharam a pesquisa e divulgaram entre os pares. Foi solicitado auxílio aos sindicatos de jornalistas; o Sindjorn divulgou a pesquisa por meio de uma postagem em sua página no Facebook⁶², no entanto teve pouca repercussão.

Nesta fase, obtivemos 128 respostas ao questionário, sendo 67 delas de jornalistas do Rio Grande do Norte, 36 de jornalistas do Distrito Federal e 25 inválidas⁶³. Acreditamos que o baixo índice de respostas no âmbito do Distrito Federal foi devido principalmente a dois fatores: a pouca vivência da pesquisadora no Distrito Federal, já que atuou na maior parte do tempo no mercado potiguar, tendo assim menos contatos na região em comparação ao estado potiguar; e a época da divulgação, na qual boa parte dos jornalistas do distrito estava empenhada na cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Dessa forma, até então as respostas só foram satisfatórias no âmbito do Rio Grande do Norte, pois conforme apresentado anteriormente, consideramos que há no estado cerca de 1.300 jornalistas, logo essa amostragem representa pouco mais de 5% do universo.

Segundo Gil (2010), é muito comum que as pesquisas sociais trabalhem com amostras de seu universo pesquisado. Ele apresenta, no contexto da Teoria da Amostragem, o conceito de universo como sendo um conjunto de elementos ou população a ser investigada e o conceito de amostra como sendo um subconjunto deste universo capaz de representar as características do todo.

⁵⁷ Disponível em: <www.facebook.com/groups/443972365629954>. Acesso: 19 jan. 2017.

⁵⁸ Disponível em: <www.facebook.com/groups/210397485638403>. Acesso: 19 jan. 2017.

⁵⁹ Disponível em: <www.facebook.com/groups/jornalistasdebrasil>. Acesso: 19 jan. 2017.

⁶⁰ Disponível em: <www.facebook.com/groups/1621054484780163>. Acesso: 19 jan. 2017.

⁶¹ Disponível em: <www.facebook.com/groups/416354555046263>. Acesso: 19 jan. 2017.

⁶² Disponível em: <www.facebook.com/Sindjorn-Rgn-919862178078371>. Acesso: 19 jan. 2017.

⁶³ Consideramos inválidas as respostas descartadas pela pergunta-triagem do questionário, conforme iremos apresentar em seguida.

O autor aponta que as amostragens podem ser probabilísticas (aleatória simples, sistemática, estratificada, por conglomerado e por etapas) e não probabilísticas (por acessibilidade, por tipicidade e por cotas), não tendo esta última uma fundamentação matemática e estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador, como é o nosso caso. Nosso tipo de amostragem foi por tipicidade ou intencional, que requer conhecimento da população selecionada. Consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

Como as respostas de jornalistas do Distrito Federal foram insuficientes até esse ponto, principalmente considerando que o objetivo era atingir a proporção de um para cinco em relação ao estado potiguar - ou seja, seguir a proporção e tendência de registros no Ministério do Trabalho e também sindicalização -, optamos por iniciar uma segunda fase de divulgação da pesquisa online, reformulando as estratégias e aplicando somente entre os jornalistas do distrito.

Na segunda fase repetimos a divulgação junto aos grupos do Facebook citados, mas com uma nova estratégia: utilizamos o mínimo de palavras possível na chamada e usamos uma pergunta de impacto para chamar atenção, como "A profissão de jornalista é valorizada no DF?" (figura 1).

Além disso, incentivamos a marcação de outros jornalistas e mantivemos interação com os participantes do grupo, respondendo dúvidas, agradecendo a colaboração e a divulgação. Também repetimos o pedido de divulgação ao sindicato, que fez uma postagem em sua página de Facebook⁶⁴ e repercutiu em grupos do Facebook, os mesmos em que havíamos feito a divulgação.

⁶⁴ Disponível em: <www.facebook.com/SJPDF>. Acesso: 19 jan. 2017.

Figura 1: Postagem feita no grupo do Facebook



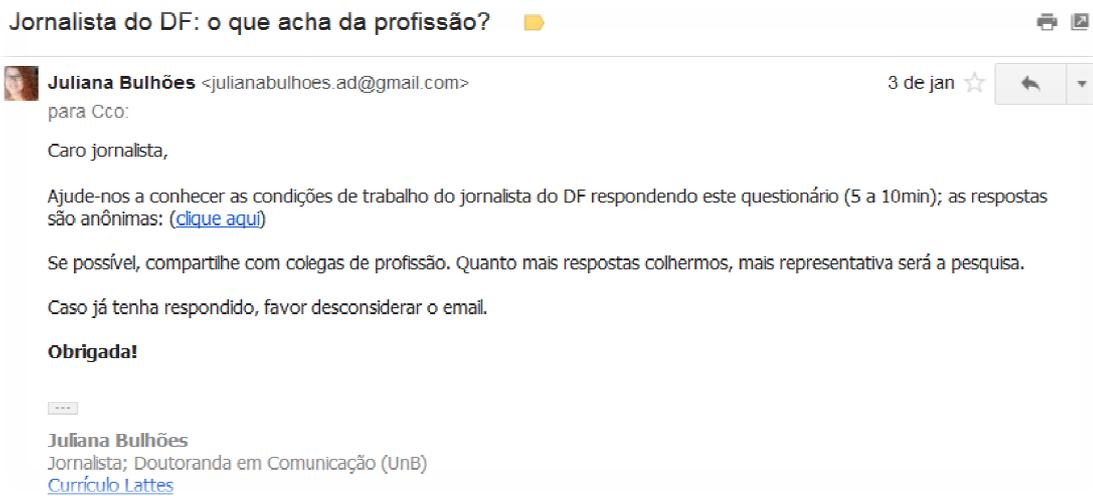
Fonte: Captura de tela/Autoria própria.

Outras estratégias foram adotadas na segunda fase de divulgação. Criamos um *mailing list* de jornalistas do Distrito Federal a partir da colaboração de colegas que atuam no mercado. A lista contou com mais de 1.700 emails de jornalistas, para os quais enviamos emails com o link da pesquisa⁶⁵ (figura 2), utilizando o assunto do email para chamar atenção.

O *mailing* foi confeccionado manualmente e nele estavam listados jornalistas dos principais jornais impressos, portais na web, revistas, emissoras de TV, emissoras de rádio, assessorias de imprensa privadas, secretarias do Governo do Distrito Federal, Ministérios e órgãos ligados ao governo federal e blogs, contemplando a maior variedade possível de perfis. Houve muita devolução de emails, fato que remetemos à mobilidade de empregos dos jornalistas, pois isso infere que os emails institucionais tornam-se desatualizados em pouco tempo.

⁶⁵ Os emails foram enviados entre 9 de dezembro de 2016 e 4 de janeiro de 2017.

Figura 2: Um dos modelos de emails enviados ao mailing



Fonte: Captura de tela/Autoria própria

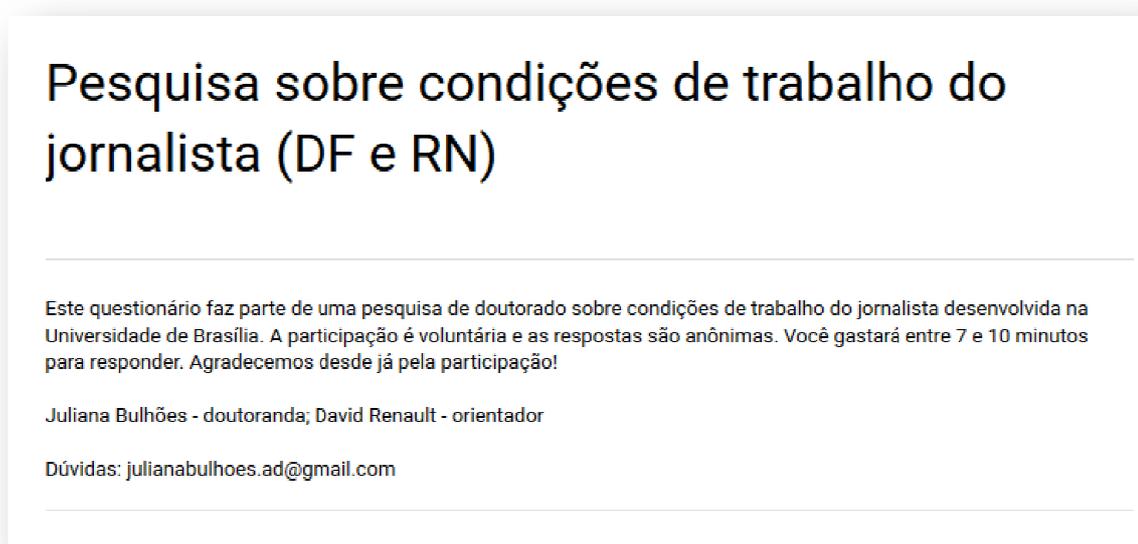
Nessa fase atingimos 297 respostas, sendo 269 válidas. Somando com as 36 respostas da primeira fase, temos no Distrito Federal uma amostragem de 305 jornalistas, o que corresponde a quase 5% do universo considerado de 6.700 jornalistas, mesma porcentagem aproximada do estado potiguar. Dessa forma atingimos a amostra pretendida, apesar de a pesquisa ter sido divulgada durante o recesso de vários órgãos dos governos, época propícia às férias e, portanto, um fator de dificuldade a ser considerado.

Assim, nas duas fases da pesquisa obtivemos ao todo 425 questionários respondidos, sendo 305 respostas válidas no Distrito Federal, 67 válidas do Rio Grande do Norte e 53 inválidas. Com esse resultado, temos uma amostra com uma proporção aproximada de um para cinco entre o número de respondentes do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, como era almejado. Ou seja, nossa amostra representa cerca de 5% da população de jornalistas de cada uma das duas localidades investigadas.

O alto índice de respostas descartadas, cerca de 12%, pode ser atribuído à existência de jornalistas das duas localidades que não se consideraram atuantes por não terem emprego no momento e o acesso ao questionário por jornalistas de outros estados, como iremos debater a seguir.

O link do questionário dava acesso à apresentação da pesquisa (figura 3). Nesse espaço identificamos que a pesquisa tratava da temática "condições de trabalho do jornalista" em detrimento a outras nomenclaturas por acreditar que alguns deles trariam juízo de valor e poderiam guiar as respostas, como por exemplo se explicitássemos que tratava-se de uma pesquisa sobre precarização da profissão - o termo por si só demonstraria que nossa visão é que a profissão é precária.

Figura 3: Página de apresentação do questionário online



Fonte: Captura de tela/Autoria própria

Também na apresentação deixamos claro que se tratava de uma pesquisa de doutorado, cuja participação seria voluntária, garantindo anonimato - detalhe que acreditamos ter influência na decisão sobre responder ou não - e explicitando o tempo médio que se gastaria no questionário⁶⁶. Além disso, deixamos contato para o caso de dúvidas.

Ao clicar para iniciar o questionário, aparecia nossa pergunta-triagem: "Onde você atua como jornalista?". Foram dadas três opções: a) No Distrito Federal; b) No Rio Grande do Norte; c) Não atuo como jornalista ou atuo em outro estado. Os que escolhiam as opções "a" e "b" eram encaminhados para o próximo

⁶⁶ Realizamos testes prévios com jornalistas voluntários para chegar ao tempo de 7 a 10 minutos.

nível de perguntas, enquanto que quem optasse pela opção "c" receberia um aviso de encerramento do questionário, pois não se enquadrava em nosso perfil.

Nosso objetivo era que apenas jornalistas com atuação no mercado do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal prosseguissem às questões seguintes. Optamos por usar o verbo "atuar" por acreditar que ele seria o menos restritivo possível, tendo em vista nossa visão de que é jornalista quem se declara como tal - e não apenas quem tem diploma. Apesar disso, estávamos cientes de que a escolha poderia excluir jornalistas inseridos no mercado de trabalho que no momento poderiam estar sem vínculo e fossem levados a escolher a opção "c". Isso de fato pode ter acontecido, pois jornalistas desempregados podem se considerar não-atuantes, cabendo neste quesito a interpretação própria com relação a isso.

O questionário do pré-teste constava de oito categorias de perguntas: dados pessoais, relação com o jornalismo, experiência profissional, indicadores de QVT, remuneração e produção, indicadores de saúde, ideologia e vida pessoal. Quem tinha acesso ao primeiro nível de questões se deparava com o conjunto que anteriormente era o de "dados pessoais": questões de múltipla escolha sobre idade, gênero, estado civil, raça ou cor e escolaridade. Foram deslocadas para esse espaço questões sobre filhos e estado/distrito de origem, por julgarmos que todas essas informações são dados demográficos dos jornalistas. Quem respondia que estava estudando era levado a uma questão extra acerca do tipo de estudo.

A próxima seção era correspondente à anterior "experiência profissional", na qual perguntamos sobre tempo de atuação no jornalismo, quantidade de empresas por onde passou, motivação de troca de emprego, funções desempenhadas e quantidade atual de ocupações.

A partir deste ponto abriam-se vários caminhos: quem marcava que não tinha nenhuma ocupação como jornalista no momento era levado a uma pergunta extra sobre a motivação para tal; quem optava por dizer que tinha mais de uma ocupação no momento era levado a responder sobre os motivos para a múltipla jornada e sobre a qualidade do trabalho.

Quem indicava no mínimo um emprego atual como jornalista era levado a responder sobre esta ou ocupação, o que correspondia no pré-teste às categorias "indicadores de QVT", "indicadores de saúde" e "remuneração e produção". Assim, eram feitas perguntas sobre o tipo de vínculo, função contratada e detalhes das condições de trabalho (jornada de trabalho, metas, demandas online, condições físicas e tipo de ambiente de trabalho, valorização, satisfação, relação com os colegas e chefes etc.).

Optamos por reformular esta seção, aglutinando várias questões em uma só, para que o questionário fluísse mais rapidamente, dando as opções "sim", "não" e "dde" - que significa "depende do emprego", o que contempla quem tem mais de um vínculo.

A próxima seção foi respondida por todos, independentemente de ter emprego ou não: renda atual, contribuição na renda familiar, benefícios, opinião sobre a remuneração própria e a dos pares, sobre o piso salarial e sobre a duração da jornada de trabalho. Ela continha questões originalmente das categorias já mencionadas e também da "vida pessoal".

No grupo de questões seguintes havia a primeira questão discursiva: "pra você o que é qualidade de vida?", em seguida questões de múltipla escolha sobre saúde, hábitos, acidentes trabalhistas, assédio moral e sexual, desistências e equilíbrio da profissão com a vida pessoal, com as opções "sim", "não" e "outro". Foram acrescentadas questões antes não existentes sobre tabagismo e acidentes de trabalho.

Na lista seguinte de questões era possível escolher mais de uma opção dentre as doenças ou condições citadas; em relação à lista original havia a nova opção alcoolismo. Quem escolheu alguma era levado a responder sobre diagnóstico médico e a relação do problema com o trabalho jornalístico. A categoria "ideologia" foi transformada em uma lista de questões denominada "minhas convicções", disponível a todos, com opções "sim", "não" e "outro", com os temas: sindicalização, afiliação e identificação política e discriminação.

Por fim, era apresentada a todos uma página agradecendo pela contribuição, consultando quem gostaria de participar de uma entrevista individual

pessoalmente, em caso positivo solicitando os contatos e, por fim, deixando espaço para comentários sobre a pesquisa (figura 4).

Figura 4: Página de finalização do questionário online

Finalizando

Descrição (opcional)

Você se interessaria em participar de entrevista presencial sobre os temas tratados nesse questionário? *

Sim

Não

Outro...

Seu email e telefones para contato:

Texto de resposta longa

Muito obrigada pela colaboração na pesquisa!

Se desejar, utilize o espaço abaixo para observações (críticas, sugestões etc.).

Fonte: Captura de tela/Autoria própria.

Ficaram de fora do nosso questionário as questões da categoria "relação com o jornalismo", por serem muito abertas e porque julgamos que o questionário já estava muito extenso. Também foram excluídas questões consideradas redundantes ou desnecessárias, bem como os porquês de algumas escolhas, devido à dinamicidade necessária para o questionário online.

CAPÍTULO 4

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE: DESENHANDO A PESQUISA EMPÍRICA

Iniciamos a pesquisa de campo com o pré-teste do instrumento. Dessa forma, selecionamos para essa fase quatro jornalistas oriundos da lista desenvolvida de possíveis entrevistados e realizamos entrevistas em profundidade. Apresentamos, neste capítulo, o desenvolvimento e os resultados desta etapa da investigação.

Nossa amostragem optou principalmente pela diversidade de tipos de instituição ou veículo e também visou contemplar variadas funções no Jornalismo. Uma entrevistada trabalha em um órgão público do governo federal, outro em uma empresa privada de jornalismo impresso e online, a terceira em uma empresa privada de televisão e a última em uma empresa privada de jornalismo, em um órgão público do governo federal e com dois clientes particulares.

Com relação às funções, temos a representatividade de assessoras de imprensa, repórteres de impresso, online, TV e uma gestora. Os tipos de vínculo incluem carteira assinada como jornalista, celetista, contratos informais e contrato terceirizado. O fato de termos três mulheres dentre quatro entrevistados reflete um dado: cerca de dois terços dos jornalistas brasileiros são do gênero feminino (MICK; LIMA, 2013).

Os perfis gerais dos entrevistados desta etapa podem ser observados abaixo (tabela 3); tratam-se de dados importantes para a caracterização da amostragem: identificação, cidade de atuação, gênero, tipo de instituição, função, tipo de vínculo e tempo de profissão.

Tabela 3: Perfis dos entrevistados no pré-teste

Fonte: Autoria própria

Identificação	Cidade de atuação	Gênero	Tipo de instituição	Função	Tipo de vínculo	Tempo de prof.
Entrevistada 1 (E1)	Brasília	Feminino	Órgão do governo	Assessora de imprensa	Terceirizado	4 anos
Entrevistado 2 (E2)	Brasília	Masculino	Impresso e online	Repórter	Carteira assinada como jornalista	11 anos
Entrevistada 3 (E3)	Natal	Feminino	Televisão	Repórter e apresentadora	Carteira assinada como jornalista	5 anos
Entrevistada 4 (E4)	Natal	Feminino	Portal de notícias, instituição pública etc.	Gestora e assessora de imprensa	Carteira assinada como jornalista, concursada e contratos informais	25 anos

A primeira entrevista da pesquisa foi realizada com E1, no dia primeiro de abril de 2016. O local escolhido, uma loja de açaí de uma superquadra de Brasília, serviu para que ela contasse sua história recente no emprego como assessora de imprensa terceirizada de um órgão do governo federal. Ela veio há poucos meses de uma capital nordestina para a capital federal com seu filho e marido - que aguardavam nos arredores do açaí a entrevista acabar.

Ela é formada em Jornalismo por uma Universidade pública, tem quatro anos de experiência na área e já passou por três empresas. Ela se mostrou bastante entusiasmada com a entrevista, sobretudo até a metade; depois teve um pouco de pressa por causa do filho, que aguardava a conclusão da conversa nos arredores junto ao pai.

A entrevista seguinte, ocorrida no dia quatro do mesmo mês, aconteceu com E2 em um café localizado em área nobre da capital do país. Objetivo e direto em suas respostas, E2 é oriundo de um estado do eixo sul-sudeste do país, formado em Jornalismo por uma faculdade particular, tem 11 anos na profissão e é correspondente em Brasília de um veículo de jornalismo impresso e online.

A primeira entrevista em solo potiguar aconteceu no dia 15 de abril de 2016, em uma praça de alimentação de um shopping. Atrasada para a entrevista devido a urgências no trabalho, E3, repórter e apresentadora de uma emissora de TV, é estudante de Jornalismo em uma Universidade pública e graduada em Comunicação Social. Trabalhando em média há cinco anos no Jornalismo, já

atuou em um portal de jornalismo online e em uma empresa de assessoria de comunicação.

E4, a mais experiente dos quatro, não consegue quantificar as empresas nas quais já trabalhou e quantos clientes de assessoria de comunicação ela já atendeu ao longo dos quase 25 anos de profissão. Formada em Jornalismo em uma Universidade pública, no momento da entrevista possuía quatro vínculos: como das gestoras de uma empresa de comunicação, concursada como jornalista em outra instituição e respondia por duas assessorias de comunicação.

Já atuou em impresso, online, TV e assessoria e continua na ativa. Podemos considerá-la uma das jornalistas pioneiras no estado, pelos cargos de destaque que já ocupou. Nosso encontro aconteceu no dia 26 do mesmo mês e ano, nas dependências da empresa onde comanda outros jornalistas, na segunda tentativa; na primeira data que marcamos, ela adoeceu e tivemos que cancelar.

Nosso questionário foi dividido em oito grupos de perguntas: dados pessoais, relação com o Jornalismo, experiência profissional, indicadores de QVT, remuneração e produção, indicadores de saúde, ideologia e vida pessoal. Abaixo discorreremos sobre todas as questões elencadas.

4.1 Dados pessoais

O primeiro bloco de perguntas diz respeito às informações pessoais dos entrevistados (tabela 4). As idades variam entre 27 e 41 anos. Três se declararam do gênero feminino e um do masculino. Os quatro se denominaram solteiros, porém dois deles disseram que apesar disso vivem em união estável.

Com relação à etnia, houve respostas indecisas. E1 se vê como parda, mas se diz identificada por outras pessoas como branca. E2 se declara branco; E3 alega que na certidão consta a informação que é parda. E E4 se diz uma mistura de branca, índia e negra.

Tabela 4: Categoria 1 - Dados pessoais
Qual a sua idade?
Qual o seu gênero?
Estado civil?
Etnia/raça?
Escolaridade?
Qual a sua formação?
Você está estudando atualmente? Se sim, o quê?
Se não, gostaria de estar estudando? Se sim, o que e por que não está?

Fonte: Autoria própria

Os quatro são graduados, sendo três em Jornalismo e outro em outro um curso relacionado à Comunicação. E3 exerce o jornalismo sem ter o diploma na área, pois ainda é estudante do curso - prática comum no mercado natalense. Nesse caso, dois estão estudando no momento - E2 cursa uma especialização.

E1 e E4 gostariam de estar cursando pós-graduações; E1 está se preparando para tentar um mestrado na área e E4, que já tem especialização em Comunicação, quer fazer outra - não cursa no momento por "falta de tempo e dinheiro". Três se formaram em Universidades públicas e um em Universidade paga.

4.2 Relação com o Jornalismo

No conjunto de perguntas sobre a relação com o Jornalismo, buscamos revelar um pouco do histórico do entrevistado com a área, sua identificação com a profissão e conhecer algumas opiniões. As oito perguntas versaram sobre assuntos desde o motivo da escolha do campo para atuação até a visão acerca da importância do diploma no exercício da profissão (tabela 5).

Tabela 5: Categoria 2 - Relação com o Jornalismo
Por que você escolheu o Jornalismo como campo profissional?
Qual a importância do Jornalismo em sua vida?
Você indica a profissão de jornalista para outras pessoas?
Você acredita que seu trabalho como jornalista traz prestígio social?
Como você acha que a sociedade vê o jornalista?
Você vê diferença entre a profissão de jornalista de quando você iniciou sua carreira e a profissão hoje?
Qual importância você dá à formação superior em Jornalismo para o exercício profissional?
Defina Jornalismo em uma palavra.

Fonte: Autoria própria

Ao serem questionados sobre a escolha do Jornalismo como campo profissional, os quatro foram muito assertivos. E1, E2 e E4 demonstraram que um caminho natural os levou até a profissão, enquanto que E3 demorou a se encontrar, tendo iniciado outras três graduações antes de ingressar no curso de Comunicação.

Porque eu sempre gostei de ler e de escrever. Desde pequenininho, sempre gostei muito de ler jornal - E2.

Porque eu queria ter uma profissão dinâmica, que não me prendesse, que não fosse rotineira, que não fosse cansativa, sabe? Não queria fazer a mesma coisa todo dia - E4.

E1 destacou o papel social da profissão e sua crença em uma visão utópica, enquanto que E3 demonstrou dúvidas sobre ter arrependimentos ou não em ter se envolvido com a profissão de jornalista.

Porque eu acredito muito na função social do jornalista e do Jornalismo. Pode parecer utopia, mas ainda acredito que existe um papel, uma responsabilidade enorme da imprensa, da mídia, da comunicação na transformação da sociedade mesmo, pra uma sociedade mais justa, mais livre, que dê mais autonomia pras pessoas, mais consciência política, mais cultura, educação, enfim. Acredito muito nisso e escolhi por isso. Nunca tive dúvida sobre o que fazer da vida e eu acho que é bem por causa disso mesmo. Acho que o Jornalismo é uma via pra transformar o mundo, pra fazer do mundo um lugar melhor - E1.

Eu já tinha tentado outras coisas, outros cursos, mas nenhum me agradava, nenhum era interessante pra mim. (...) Aí eu tentei cursar alguns diferentes, pagar disciplinas de cursos diferentes pra ver o que me interessa. Infelizmente foi comunicação. (risos) Ou felizmente - E3.

As respostas à pergunta sobre a importância do Jornalismo na vida deixaram muito clara a paixão e a identificação pela profissão por parte dos entrevistados. Os quatro explicitaram que o Jornalismo é parte fundamental em suas vidas.

Desde os meus 10 anos de idade que eu quero ser jornalista, então toda a minha trajetória de adolescente... apesar de eu ter já exercido outras profissões, eu sempre foquei no Jornalismo. (...) Moldei a minha vida pra ser jornalista - E1.

Acho que é um pouco do que me move, porque eu gosto do meu trabalho. Por exemplo, o fato de eu ter me adaptado em Brasília foi determinante eu gostar do que eu faço, me sentir bem. [Na cidade anterior] o trabalho não ia tão bem. (...) Hoje é um dos pilares da minha vida - E2.

Hoje, acaba sendo minha prioridade. 24 horas por dia eu tenho que estar ligada. Não importa o que eu esteja fazendo com minha família, tenho que estar prestando atenção no que tá acontecendo, então acaba sendo meu cotidiano, minha companhia diária - E3.

[O jornalismo tem] grande importância, porque eu... a minha vida foi dentro do Jornalismo do Rio Grande do Norte. Desde o momento que eu entrei na faculdade, em 1993 - E4.

Entretanto, quando perguntados se indicam a profissão a outras pessoas, a criticidade com relação a ser jornalista nos dias de hoje veio à tona. E2, E3 e E4 foram bem enfáticos em dizer que não indicam. E1 disse que indica, porém com ressalvas. E4 destacou a questão da não obrigatoriedade do diploma e do exercício profissional por jornalistas sem formação universitária na área.

Pergunta delicada... (risos) (...) Acho que pelo ideário, pela coisa bonita que o Jornalismo carrega – que eu acho que ainda carrega, apesar dos pesares -, eu indico, sabe? (...) Mas, em termos profissionais, em termos de mercado, se a pessoa quer ganhar dinheiro, se a pessoa quer crescer profissionalmente e tal, eu já não sei se o Jornalismo seria a melhor indicação, mas eu acho que é muito de vocação da pessoa e se ela de fato acredita e gosta daquilo, ela vai fazer independente da... infelizmente ou não. Pode ser que ela desista depois, mas enfim. Acho que é meio inevitável. Se eu indico, eu indico com ressalvas. Sempre lembrando que a coisa não é esse glamour que as pessoas acreditam, nem é também esse terror todo que pintam em termos de censura, não sei o que... - E1.

Não. Porque eu acho que nosso nível de qualificação não bate com nossa renda. Aconselharia a pessoa a fazer algo que lhe desse prazer e conhecimento que fosse mais, que desse um retorno financeiro melhor - E2.

Não. Porque você não tem descanso, nem quando você quer, nem quando você tá de férias, você acaba... você se obriga a estar por dentro de tudo o tempo todo - E3.

Nos dias de hoje, não. Porque eu vejo a profissão desvalorizada, vejo a profissão na clandestinidade, porque

...você estudar quatro anos e meio numa graduação e depois dizer que o diploma dela não precisa... Então é um desestímulo pra isso e hoje em dia os meios de comunicação, os aplicativos de transmissão ao vivo, os microblogs, todo mundo se considera jornalista, ao mesmo passo – acho que depois você ainda vai voltar pra esse tema – a gente enfrenta muito. (...) Eu vejo o futuro do Jornalismo com uma completa incerteza, porque são os jornais fechando porque não têm dinheiro pra se manter e os portais tentando sobreviver, porque os anunciantes do setor privado ainda não enxergam o portal como substituto do jornal. (...) Estamos numa fase de transição muito difícil pro Jornalismo e para os jornalistas - E4.

E4 destaca ainda a falta de crença em um Jornalismo utópico e as dificuldades dos veículos em se manterem como negócios viáveis - e culpa o público pela falta de interesse.

Todo mundo tem uma linha editorial. Eu já saí da Universidade sabendo, abandonando a utopia do Jornalismo imparcial. (...) Não fui [enganada pela utopia], porque eu preciso pagar as contas no final do mês, e como eu já escutei de dono de veículo: “quer escrever o que você quer? Abra um jornal pra você”. Não se referindo a mim pessoalmente, “ah, fulano quer escrever o que ele quer? Então diga a ele que abra um veículo pra ele, e aí vamos ver como é que se sustenta”. As pessoas querem um veículo imparcial, mas elas não estão dispostas a pagar o preço por isso. Elas não são dispostas a pagar uma assinatura de jornal pra elas lerem aquilo e fazer com que um jornal sobreviva das próprias assinaturas. Você acha que um jornal que sobrevivesse das próprias assinaturas – eu não garanto que ele seja imparcial, mas eu garanto que ele vai ter mais chances de ser. Pode ser que ele não seja, mas ele tem mais chances de ser. Mas o que a gente vê? As assinaturas cada vez menores. Se um portal fechar pra ser de acesso só pra assinante, não sobrevive - E4.

"Você acredita que seu trabalho como jornalista traz prestígio social?". Respondendo a esta pergunta, E1, E3 e E4 responderam que sim, enquanto E2 respondeu que não. Na mesma perspectiva, perguntamos como o entrevistado acredita que a sociedade vê o jornalista.

Não. Acho que lá no meu estado pode trazer um pouco, mas eu não posso dizer que sou um jornalista conhecido lá. Então na verdade me dá mais trabalho do que status. (...) Eu acho que tem uma dicotomia muito grande em cima [de como a sociedade vê o jornalista]. Muita gente considera necessário porque revela histórias, conta histórias, mas

também do jeito como as coisas estão hoje, eu acho que essa coisa dessa política que a gente tem, o pessoal olha também com muita desconfiança. De fato, tem muito colega que faz apuração pela metade, comentário tendencioso. É um momento interessante pra credibilidade da profissão - E2.

E3, por meio da ironia, dá a entender que o status da profissão não condiz com o que os profissionais realmente passam no cotidiano e fala do glamour da profissão. Ela ainda destaca que o profissional é visto como uma espécie de agente social.

É interessante, isso. Talvez tenha até influenciado na escolha do curso, sabia? O glamour do Jornalismo e tal. Mas eu vejo que hoje, sei lá, eu tô de chinela e short, aí ninguém liga pra mim. Mas se perguntar quem eu sou, eu digo "eu sou fulana, jornalista", já muda o interesse da pessoa, entendeu? Até meus pais. "Essa aqui é minha filha, ela é jornalista". É, status. Mal sabem eles, coitados. (...) [A sociedade] vê muito o jornalista com aquele glamour, né? De uma vida emocionante de estar por dentro de tudo e em contato com todos os políticos, poderes... talvez até como uma pessoa que pode influenciar, que tem influência, de certo modo. Por exemplo, muita gente pede ajuda. Ontem meu vizinho veio pedir ajuda pra poder consertar o buraco da minha rua. Tem vários, inclusive. "Você tem que resolver isso". Então o jornalista acaba realmente sendo o quinto poder, né? - E3.

E4 também cita o glamour, mas enfatiza que hoje o jornalista é visto como "comprado", em uma visão parecida com a de E2 ao falar da desconfiança com que é visto o jornalista hoje e também com a de E1, que diz que a sociedade banalizou o Jornalismo.

Prestígio social ela traz. Mesmo você sendo lascarado, ganhando este piso que a gente tem, você dizer que é jornalista ainda lhe dá um certo status. As pessoas olham pra você e dizem "ah, é jornalista, é importante". Pra mim ou pra qualquer outra pessoa que é jornalista, porque as pessoas ainda, lá fora, associam o jornalista ao glamour, o jornalista ao formador de opinião. E é um formador de opinião, mas glamour não vejo. Não vejo glamour na profissão, a não ser na bancada do Jornal Nacional ou do Bom Dia Brasil. (...) Ainda tem [prestígio social], mas como a sociedade vê o jornalista hoje, eu temo que seja como um bando de comprado. (...) Pra mim, glamour é uma coisa e a questão da imparcialidade é outra. Eu acho que a sociedade ainda vê a profissional com glamour, mas já sabe que não é uma coisa imparcial - E4.

Eu acho que as pessoas cada vez mais banalizam o Jornalismo e a dificuldade do jornalista. Acham que pra ser jornalista basta saber escrever minimamente bem ou sei lá, você não sendo semianalfabeto, já resolve. E é isso, ter um bloquinho na mão e vai lá e é desinibido e ok, é só isso que precisa. As pessoas hoje não têm o mesmo respeito, a mesma admiração que um dia já tiveram. É até contraditório eu dizer isso, porque acabei de falar que meu trabalho atual me dá prestígio. (...) Mas hoje em dia, o que eu percebo é o seguinte: repórter, jornalista, as pessoas veem muito como uma marionete que tá fazendo uma coisa pra um determinado veículo de comunicação, um grupo de comunicação, que tá simplesmente seguindo uma linha editorial, fazendo o que o chefe manda, enfim. As pessoas não têm noção de que é preciso ética, é preciso técnica, de que o profissional é como outro qualquer, né. Que tem as suas limitações, tem as suas necessidades, seus direitos. As pessoas ignoram isso. O jornalista, ao mesmo tempo em que é visto como um interlocutor, um intermediador importante, as pessoas também olham com um certo preconceito. "Ah, porque é um cara que tá fazendo o que o dono da Globo quer" - E1.

E1 deixa claro que não vê distinção no trabalho feito por um repórter e um assessor, inclusive se denomina como repórter especializada, evocando a ideia de "dois lados do balcão".

Por mais que as pessoas não entendam direito o que é, eu trabalho numa assessoria de comunicação de um órgão, de um ministério, né? Mas a minha função é de repórter para o portal, especializada (nas pautas do Ministério), no caso. Mas como as pessoas veem o Ministério, as pessoas que é uma coisa "nossa...", super importante. Mas é a mesma coisa que eu fazia antes, né? Mais ou menos a mesma coisa. Claro, tem muitas diferenças porque mudou o lado de lá, agora. Mudei de lado, para o outro lado da bancada. Mas a função, o trabalho em si, é a mesma coisa - E1.

Questionados se veem diferenças na profissão de jornalista de quando iniciaram a carreira para hoje, todos foram enfáticos: muita coisa mudou. E1, E2, E3 e E4 tomaram como base a época em que eram estagiários e citaram mudanças nas rotinas de redação, no glamour associado à profissão, na mudança de aparatos tecnológicos e na extinção de algumas funções jornalísticas. E2 destaca a prática do *freelancer*; E4 aponta mudanças na

qualidade de vida, remuneração e novos afazeres incorporados pelos jornalistas hoje.

Eu acho que o Jornalismo tem mudado de maneira muito rápida e sem muito critério. Eu percebo pela rotina da redação. Quando eu comecei – eu já passei por TV e por impresso – eu era produtora, estagiária de um jornal de TV, da TV local que não tinha muita audiência, mas que tinha pretensão de concorrer com a filial da Globo e que apostava muito na qualidade do conteúdo. Os jornais eram extensos, havia muito debate, se chamavam especialistas de diversas correntes pra discutir, mesmo sabendo que aquilo não traria tanta audiência. Quando eu saí da TV, esse jornal já tinha sido desmembrado, não existia mais. A redação do Jornalismo tinha sido reduzida em mais de 50%, a grade da televisão foi toda fatiada, vendida para programas comerciais, programas de empresas, então a gente tava fazendo praticamente outra coisa, não era Jornalismo - E1.

Sim, vejo. Quando eu comecei lá como estagiário, as redações ainda não eram tão enxutas, né. E os online, eles engatinhavam. Já tinha estruturas próprias e equipes, mas o papel ainda era visto como algo mais nobre. Nos jornais que eu trabalho hoje, essa visão tá equilibrada. Eu não sei falar muito bem como vai ser o futuro, porque eu vejo muita gente tentando ser *freelancer* e tal, mas é muito difícil um *freelancer* viver disso confortavelmente - E2.

Talvez sim, porque quando eu comecei a estudar, a gente ainda via com o glamour. Aí depois que você entra mesmo pro campo, você vê que o buraco é mais embaixo. Então tem muita diferença. No campo eu não posso dizer porque eu não vivenciei. Enquanto eu estudava, eu estagiava nuns jornais pequenos, não posso dizer se tem diferença no campo de trabalho. Mas a minha visão mudou - E3.

O exercício da profissão tem muita diferença. Na remuneração, na qualidade de vida também. A gente já via lá atrás o que ia ser no futuro. No exercício da profissão mudou muita coisa, por exemplo, quando eu comecei, eu ainda usei máquina de escrever em redação. No jornal ainda usei máquina de escrever. Quando eu cheguei em outro jornal, há pouco tinha se trocado as máquinas por computadores, mas ainda existiam colunistas que escreviam na máquina e mandava pra lá. Nesse segundo jornal, quando eu cheguei, tinha revisor, digitador, secretário... tudo isso. Os textos eram revisados. E nós jornalistas não, mas de colunistas e articulistas passavam pelos revisores, pessoas formadas em Letras que tavam lá só pra ler os textos. (...) No exercício em si tem algumas mudanças. Não sei se posso dizer pontuais, mas, por exemplo, hoje a maioria dos veículos, dos jornais, já tem um portal. Então o

repórter escreve e é aproveitado nos dois veículos. Eu acho que cabe a cada um se toma tempo ou não, se exige, se dá mais trabalho ou não - E4.

E4 aponta uma nova prática no mercado jornalístico potiguar: a contratação de jornalistas por sete horas diárias, máximo possível segundo a CLT (BRASIL, 1943). Em Brasília, esta já é uma prática corriqueira nas redações, como pudermos verificar na pesquisa exploratória.

[Na] questão de hora extra, muitos veículos começaram a fazer contratos de sete horas ao invés de cinco... aqui a gente usa o banco de horas. Eu sempre... minha mãe me ensinou a querer pros outros melhor do que o que você teve. Eu trato meus repórteres, digamos assim, como se fossem meus filhos. Então eu não os submeto às condições de estagiária que eu fui. (risos) Tipo assim, eu respeito carga horária, procuro respeitar muito isso - E4.

"Qual importância você dá à formação superior em Jornalismo para o exercício profissional?" Respondendo a isso, os quatro entrevistados frisaram dar bastante importância ao diploma para o exercício profissional. E2 teceu críticas à grade curricular, pois acha que o curso não prepara para o mercado, enquanto E4 frisou a importância de ter professor com vivência de mercado.

Eu acho essencial, porque já há uma mercantilização da coisa, mesmo com os profissionais que têm formação. Imagina se chega lá uma pessoa que sei lá, que até tenha uma formação, sei lá, que seja de Letras, por exemplo - E1.

Vejo (importância), mas eu acho que a formação é capenga. Eu acho importante saber refletir os processos de comunicação, entender as teorias, saber principalmente como se joga na opinião pública, o que é opinião pública, como se constroem versões e tal, mas eu vejo que as pessoas no geral saem da faculdade sem alguns conhecimentos que eu acho... a grade devia ser mais um pouco interdisciplinar pra te dar alguns conhecimentos, por exemplo, de legislação. Um conhecimento um pouquinho melhor de economia, de ciência política. Porque tu vai acabar, em algum momento da tua carreira, escrevendo ou tendo que entender isso - E2.

Eu dou grande importância à formação, porque entenda: a formação do jornalista, ela nos ensina, nos instrui na captação das informações, nos instrui na construção de texto, em todos esses aspectos. Na História... até mesmo no convívio com os professores, no meu tempo, eu acho que tava bem equilibrado. Professores que estavam no mercado

de trabalho, dentro de redações e professores com aquela vida mais acadêmica - E4.

Apesar de não ter o diploma de jornalista e exercer a profissão, E3 valoriza a formação para o exercício. E2, E1 e E4 contam que também passaram por isso enquanto estava cursando a graduação. Acreditamos que essa prática de contratar estudantes de Jornalismo como formados é comum, inclusive desde antes da não obrigatoriedade do diploma - característica do mercado que pode ser associada à precarização da profissão.

Infelizmente não precisa do diploma, mas é uma coisa imprescindível. Questão de ética... a gente vê esses blogs hoje, com notícias. Agora mesmo acabei de ver uma notícia, uma nota da Secretaria de Segurança, pedindo pros jornalistas evitarem divulgar áudios de WhatsApp sem confirmação. Isso prum jornalista formado seria uma coisa muito óbvia, apurar antes de informar. Mas pra alguém que não tenha passado por uma capacitação, um curso superior, isso não tem tanta importância. Não viu a importância da questão da ética, até a legislação. Você acaba citando certas coisas que podem lhe prejudicar. Você pode ver isso na faculdade, você vai construindo um Jornalismo mais sério, mais responsável. Talvez no futuro isso se destrua, mas a ideia é de se construir um Jornalismo mais responsável e com outra profundidade também, do viés social... talvez uma coisa que uma pessoa que não passou pela faculdade não se importa muito, só na questão comercial - E3.

Na empresa em que eu trabalhava lá na época, eles contratavam caras sem ser formados. Só exigiam que fosse estudante. Eu comecei como estagiário e em outro período eu tava como repórter contratado, mesmo sem ser formado. Mas eu ganhava o piso do Jornalismo, eles não me sacaneavam nesse aspecto - E2.

Comecei a atuar na redação como estagiária e depois fui efetivada como repórter antes de me formar - E1.

Além de atentarmos para o fato de que todos os entrevistados foram contratados antes de obter o diploma de jornalista, inclusive em épocas em que o diploma era obrigatório, chama atenção na fala de E4 que ela sempre conciliou redação com assessoria. Tratamos deste tema em pesquisa anteriores (BULHÕES, 2014) e podemos afirmar que é uma prática bastante comum no Rio Grande do Norte a atuação concomitante dessas duas funções.

Trabalhei em outras coisas, aí voltei pro jornal como repórter, mesmo não tendo concluído o curso. Acho que foi no quarto, quinto período, que comecei. Aí depois passei num teste pra repórter de outro jornal, voltei pra lá e fiquei até terminar meu curso. Pouco tempo depois de eu me formar, eu saí de lá, fui pra assessoria de imprensa e de lá pra cá, sempre alternando e conciliando assessoria de imprensa com redação - E4.

Solicitamos que as fontes definissem Jornalismo com apenas uma palavra; E2 foi o único que respondeu instantaneamente. E1, E3 e E4 pensaram alguns minutos. As palavras por eles escolhidas podem remeter a como eles enxergam o Jornalismo e ou a profissão de jornalista: sentido (E1), curiosidade (E2), correria (E3) e informação (E4).

4.3 Experiência profissional

A terceira categoria de perguntas focou na experiência profissional dos entrevistados: tempo de profissão, vínculos que já teve e acúmulo de empregos, como pode ser visto abaixo (tabela 6).

Tabela 6: Categoria 3 - Experiência profissional
Desde que ano atua no Jornalismo?
Neste tempo passou por quantas empresas?
Em quais funções/empresas?
O que te motiva/motivou a trocar de emprego?
Quantos empregos/ocupações você tem atualmente?
Se mais de um: Por que mais de um?
Se pudesse ficar em apenas um, qual seria? Por quê?

Fonte: Autoria própria

E1, E2, E3 e E4 atuam no jornalismo há quatro, onze, cinco e vinte e cinco anos, respectivamente. Como jornalista, E1 já atuou em três empresas; em um jornal impresso e em uma emissora de TV do seu estado de origem e no órgão público onde está atualmente em Brasília. Foi repórter de impresso, repórter de TV, produtora de TV e assessora de imprensa. E2 passou por duas empresas, ambas do seu estado de origem, como repórter e, atualmente, como repórter correspondente em Brasília.

E3 passou por três empresas: um jornal impresso, uma empresa de assessoria de comunicação e uma emissora de TV, locais onde já foi repórter de impresso, assessora de imprensa, repórter de TV, pauteira e apresentadora de TV. "Eu sou repórter, sou cinegrafista quando precisa, apresento o jornal e pauta, quando precisa. Quando precisa, tudo, né?" - E3. No momento está apenas na emissora de TV, mas tem vontade de ter um segundo emprego, para aumentar a renda. Não tem porque ainda frequenta a faculdade e isso toma muito tempo.

E4 não consegue dizer em quantas empresas já trabalhou e quantos clientes de assessoria já teve. Passou por jornais impressos, emissoras de TV, portais noticiosos e assessorias de imprensa. Já foi repórter de impresso, apresentadora de TV, pauteira, assessora de comunicação e esteve em diversos cargos de chefia.

Ela já chegou a ter cinco vínculos, mas hoje mantém quatro: um cargo de gestão em uma empresa privada de mídia, um vínculo no qual é concursada como jornalista de um órgão público e, além disso, mantém dois clientes de assessoria particular. Dos quatro entrevistados, ela é a única que possui mais de um emprego, apesar de ser mais comum no estado ter no mínimo dois (BULHÕES, 2014).

Perguntada se preferia ter apenas um emprego, E4 diz que sim. Sobre o motivo, ela fala: "Qualidade de vida. Quando a gente começou a entrevista, você me perguntou porque eu escolhi o Jornalismo. E eu respondi porque eu quis uma coisa dinâmica, uma coisa sem rotina. Hoje eu daria tudo pra trabalhar de tal hora a tal hora (risos) se eu pudesse ganhar o que eu ganho nos quatro atuais" - E4.

Perguntados sobre as motivações para trocas de empregos, os entrevistados alegaram diversos quesitos: oportunidade de crescimento profissional, salário e demissões por causa de fechamentos dos veículos.

Ascensão na carreira. O jornal que eu trabalhava era de uma cidade, tava meio que no teto ali que eu podia chegar... o outro era um jornal estadual, tinha mais relevância - E2.

O salário. Eu ganhava abaixo do piso no portal e lá era jornal impresso, e eu gosto de TV e a emissora me proporcionou participar disso - E3.

Na verdade eu não trocava de emprego não. Graças a Deus não fiquei muito tempo desempregada, mas assim, eu fui

demitida do jornal num corte também, tirando as pessoas novas, aí já recebi convite pra ir pra uma empresa de assessoria de imprensa, aí depois comecei num jornal, aí saí, pedi demissão do jornal pra ficar só na assessoria de imprensa, numa época da minha vida. Não é que trocava de emprego, eu trocava de emprego ou quando eu perdia o emprego ou quando perdia um cliente. Só teve uma vez que eu realmente pedi demissão, por estar muito sobrecarregada. Aliás, duas vezes por isso. Aí tive que abrir mão de algum emprego, mas trocar nunca troquei não, sempre foi por desligamento ou porque o jornal fechou - E4.

4.4 Indicadores de QVT

Na quarta seção de perguntas, trabalhamos com temas ligados à qualidade de vida no trabalho. Foram elencadas vinte questões, muitas delas com respostas de sim ou não, que versaram sobre o emprego atual e sobre os sentimentos ligados a ele, como observamos abaixo (tabela 7). Nosso objetivo com esta seção foi elencar, ao final, possíveis indicadores de QVT no trabalho do jornalista.

Tabela 7: Categoria 4 - Indicadores de QVT
Qual seu tipo de vínculo no emprego atual?
Você exerce a função que está no seu contrato/carteira de trabalho etc.?
Como é seu ambiente de trabalho?
Você considera que seu ambiente de trabalho oferece boas condições?
Com base em que você afirma isso?
A partir da resposta: há condições ergonômicas (material de trabalho e equipamento adequados, ruídos, temperatura, estrutura física, mobília-mesa, cadeira adequadas, segurança, limpeza etc.) no seu trabalho?
Você se sente confortável no seu ambiente de trabalho?
Há ginástica laboral no seu trabalho?
Há ambulatório médico (ou similar) no seu trabalho?
Você se sente realizado profissionalmente?
Você se sente valorizado no seu emprego atual? Por quê?
Se não se sente, o que faria melhorar essa questão?
Você se sente estável no trabalho atual? Por quê?
Você acha que seus sentimentos quanto à valorização, realização e estabilidade interferem no seu trabalho? Como?
Você considera que seus esforços no trabalho são devidamente reconhecidos? Como?
Você acha que há oportunidades de crescimento no seu trabalho atual?
Você acha seu trabalho atual relevante para a sociedade? Por quê?
Você tem objetivos profissionais a curto, médio e longo prazos? Se sim, quais?
Você sente prazer em trabalhar?
Como é seu relacionamento com seus colegas de trabalho?
E o relacionamento com seu superior/chefe?

Fonte: Autoria própria

Os quatro entrevistados têm carteira assinada e ganham pelo menos o piso salarial de jornalista, seguindo a CLT. E1 é contratada de uma empresa que presta serviços ao órgão do governo estadual onde atua; ou seja, é terceirizada. Seu contrato regulamenta cinco horas diárias de trabalho, de segunda a sexta-feira, e segundo ela isto é cumprido. Entretanto, ela não exerce a função que está no contrato: lá não consta a função de jornalista ou mesmo assessora de comunicação, e sim uma função ligada a programação.

E2 é contratado como jornalista, conforme está na carteira de trabalho, entretanto lá está prevista uma jornada de cinco horas diárias mais duas horas extras fixas, configurando o máximo previsto na CLT, que é sete horas diárias. Entretanto, ele estima que trabalha muito mais que isso, principalmente se considerarmos a disponibilidade online. Ele cumpre horas extras não-remuneradas: "no final de semana eu trabalho 5 horas nos dois dias. E aí o acerto que ficou é que como não faço o plantão cheio, fica devendo hora, mas vira e mexe eu faço além" - E2.

E3 tem em sua carteira de trabalho a função de jornalista, apesar de não ter o diploma, como mencionamos, com carga horária diária de cinco horas. Entretanto, estima que trabalha cerca de oito horas por dia, sem contar com a disponibilidade de estar sempre online, como o emprego exige - contando com isso, daria cerca de dez horas por dia dedicadas ao emprego. Ainda há alguns fins de semana em que faz plantão, também não remunerado.

E4 tem três situações de vínculo distintas: no emprego que ela considera como o principal, que é o de gestora, ela tem carteira assinada como jornalista; no órgão no qual ela é concursada, ela é contratada como jornalista celetista; e nas duas assessorias que ela atende, mantém contratos informais. Reunindo todos os vínculos, ela estima que trabalha cerca de dez horas diariamente, inclusive finais de semana.

De segunda a sexta, dez [horas]; sábado e domingo, um pouco menos. Mas assim, tô falando de trabalho efetivo, de estar realmente trabalhando, ou seja, vendo informação, cuidado e tal, mas assim, mesmo nos fins de semana eu tô sempre de *stand by* - E4.

Ela explica melhor como funciona essa dinâmica e demonstra se sentir pressionada diante da responsabilidade de estar sempre *online*, disponível e atenta às demandas que aparecem.

Porque hoje eu não tenho hora pra trabalhar. Trabalho hoje em feriado, em dia santo, final de semana, eu trabalho a todo momento. Da hora que eu acordo à hora que eu vou dormir, eu estou trabalhando porque uma realidade do Jornalismo atual se chama WhatsApp. Tem até um caso interessante do dia que eu, morrendo de sono, eu disse “ah, hoje eu vou dormir cedo” – cedo era 11 horas da noite. Quando eu me virei, aí o WhatsApp plim... é um toque diferenciado que eu tenho pros meus patrões. Quando eu olho, “a ministra do STF deu tal...”, eu disse “esse povo num dorme não!? Por que essas sessões do STF não são de manhã, em nome de Jesus? O povo é notívago, é?” aí lá vou eu, tchau sono, pra poder achar alguém da redação que tivesse no computador aberto pra poder botar essa matéria - E4.

E4 explica de que forma consegue atender às demandas dos quatro vínculos que ela mantém como jornalista, pois desse papel ocupa cargo de gestora e é responsável por outros profissionais.

Tem vínculos que eu não dou expediente, tem outros vínculos que eu não tenho expediente definido. (No) meu vínculo (como gestora), eu não tenho expediente definido. Meu contrato é de cinco horas, mas eu posso vir aqui o dia e passar cinco horas, posso passar oito, três horas aqui, mas 24h eu sou responsável por isso aqui, entendeu? Eu não venho à redação dar o expediente no sábado nem feriados, mas eu sou responsável na hora que sair uma matéria com informação errada ou uma matéria que foge da linha editorial do veículo ou o veículo tem alguma emergência na redação ou ele sai do ar... isso é comigo. Falta uma pessoa, eu vou ter que substituir - E4.

Perguntados sobre o ambiente de trabalho, E1, E2 e E4 apontaram que é satisfatório. E1 compara o órgão onde atua como assessora de imprensa com seu antigo emprego como repórter de impresso, enquanto E3 demonstra insatisfação.

Emocionalmente, é muito mais tranquilo do que num jornal. Bem menos estressante. Fisicamente, em termos de estrutura mesmo, aqui também tem mais estrutura que um jornal. Tudo era muito complicado, o computador era antigo, a cadeira era ruim, o ar condicionado nem sempre funcionava... Aqui também o ar condicionado não é bom, mas enfim. (...) A cadeira também é ruim, mas pelo menos o computador é mais novinho... - E1.

É complicado, porque já faz três anos que eu tô lá e tem tido altos e baixos. Agora talvez eu esteja num momento de baixa, porque eu tô cansando - E3.

Sobre as condições ergonômicas dos trabalhos (material de trabalho e equipamento adequados, ruídos, temperatura, estrutura física, mobília-mesa, cadeira adequadas, segurança, limpeza etc.), há diversos pontos de vista. E1 e E2 demonstram estarem satisfeitos, enquanto E3 aponta condições precárias para o desenvolvimento do trabalho.

Segurança tem, limpeza, mobília bacana, apesar da cadeira modesta, poderia ser melhor... a temperatura realmente é a maior das reclamações - E1.

Estrutura física, computador bom, equipamento bom, motorista. É um lugar perto. A cadeira é boa, ar condicionado... - E2.

Tem pouco investimento em equipamento... exige muito do profissional sem dar muito. (...) A gente vai pra rua sem um telefone da externa, e acaba usando o próprio. A gente vai pra rua sem um tripé, aí lá vai a gente ter que improvisar, encostar em algum lugar, sabe? O cabo tá com mau contato, aí lá vai você se preocupar em estar sempre com cuidado pra não ficar cortando o áudio. O carro da externa precisa pegar um pagamento, abandona a matéria e vai buscar o pagamento (risos), porque só tá com aquele carro. Acabou a gasolina, fudeu, não tem pauta. As condições não são muito boas. (...) O ar condicionado da redação tá quebrado há mais de um mês e não tem janela. Tem um ventilador que uma repórter trouxe de casa. Segurança sim, limpeza nem tanto. Só é uma pessoa pra fazer a limpeza do prédio todo e tem pouco investimento em materiais de limpeza. Papel higiênico... Chega a faltar, precisa levar de casa - E3.

E4 esclarece que considera como principal emprego o de gestora da redação e não se sente confortável em falar de sua atuação como funcionária pública, porém revela um pouco de seu ambiente de trabalho lá.

O (emprego) principal é o com carteira assinada. Nesse emprego eu tenho todas as condições físicas e estruturais de funcionar. No meu emprego público eu não tenho um computador específico, um local específico pra trabalhar. Não tenho os meios pra desenvolver a atividade jornalística, porque lá eu também sou concursada como jornalista, mas eu não tenho todos os meios pra desenvolver a atividade jornalística, então quando você fala 'ambiente de trabalho',

eu considero a redação. Na redação eu tenho computadores, estrutura física, aí eu tenho - E4.

Apesar do que foi exposto por E3, todos quatro entrevistados responderam positivamente quando foram perguntados se sentem-se confortáveis no trabalho. "Me sinto, talvez pelo tempo que eu tô lá. Me sinto em casa" - E3. Nenhum dos quatro tem ginástica laboral no trabalho. "Há em outros setores. No meu, nunca vi" - E1. Apenas no órgão onde E1 trabalha há ambulatório médico.

Partindo para a seara da realização profissional, apenas E2 e E4 se sentem realizados com o emprego atual e sobretudo na atual fase da carreira na qual estão. "Assim, a gente tem ambições de crescer na carreira e tal, mas acho que nas minhas condições hoje, me sinto realizado" - E2.

E1 se mostra insatisfeita especificamente pelo fato de estar trabalhando na função de assessora, e não de repórter. Aparentemente, há neste ponto um problema de falta de identificação com a função.

Nunca foi o que eu sonhei fazer. Eu topei muito pela experiência, pela possibilidade de aumentar a minha experiência, minha vivência mesmo, profissional e pessoal, mas nunca sonhei em ser assessora de um órgão público, trabalhar em administração, nunca foi o meu objetivo. Sempre tive aquela coisa de repórter. É, a vida me trouxe mesmo. Foi uma surpresa, não era uma coisa que eu tinha... quando eu imaginava sair do meu estado pra tentar a vida como jornalista em outros lugares, eu pensava em São Paulo, pensava em outros lugares. Na Folha, no Estadão... Hoje já não penso mais, mas eu nunca pensei em Brasília. Brasília nunca foi o meu objetivo - E4.

Acreditamos que esse seja um exemplo do que acreditamos ser característica da precarização da profissão: o exercício de funções indesejadas por motivos de se manter na carreira. Como Druck (2011) aponta, a falta de identidade individual é uma característica de precarização do trabalho, bem como a flexibilização exacerbada do trabalhador.

E2 também menciona que a assessoria é uma das saídas encontradas para que os jornalistas se mantenham na profissão, tendo em vista o enxugamento das redações e demais fatores que implicam em diminuição dos postos de trabalho. "Muita gente que tem essa pegada de redação não se adapta. E tentar empreender, né? Abrir uma farmácia, uma padaria" - E2.

E1, E2 e E4 se sentem valorizados no emprego atual. E1 destaca o fator financeiro; E3 associa sua sensação de desvalorização à falta de estrutura e à falta de ações para melhoria por parte da direção da empresa

Me sinto. O salário é muito bom. Essa é a grande questão. Em termos profissionais, numa coisa teórica e tal, não é minha realização. Mas em termos práticos, financeiros, eu ganho mais que o dobro que eu ganhava na cidade anterior, trabalhando apenas cinco horas. Na outra cidade eu era repórter por sete horas e trabalhava comumente oito, nove, 10 horas por dia, ganhando apenas a metade - E1.

Já me senti menos, mas agora acho que era paranóia minha - E2.

Não, principalmente em relação à estrutura. A gente sempre faz muitas reuniões, muitas conversas com a diretoria, mas... - E3.

Sobre estabilidade no emprego atual, E3 e E2 se sentem estáveis. "Pelo menos por enquanto..." - E2. E1 não se sente, devido ao fato de seu vínculo ser como terceirizada, bem como E4, que atribui essa sensação ao fato de estar em uma empresa privada que pode falir - como aconteceu nos últimos anos no estado, em que dois de quatro jornais impressos fecharam as portas, sem mencionar outros tipos de veículos - e também à instabilidade política e econômica no país.

Eu sou contratada da agência que presta serviço pro órgão. E daí essa agência pode perder o contrato. Se perder, sai todo mundo. Eu tô bem preocupada com isso - E1.

Não. Empresa particular, privada, nesse tempo eu já vi veículos de comunicação fecharem as portas. Não me sinto estável. Aliás, eu acho que brasileiro nenhum no momento, com carteira assinada, se sente estável, né? E4.

"Você acha que seus sentimentos quanto à valorização, realização e estabilidade interferem no seu trabalho? Como?". Respondendo a isso, apenas E1 acredita que não.

Não, acho que não. Eu tento sempre dar o melhor por mim, pelo meu nome. Muito mais do que pela questão do trabalho em si, da empresa... sempre foi assim no jornal, aqui. Eu tento zelar muito pelo meu nome - E1.

Com certeza. Se eu não me sentisse estável, por exemplo, eu não ia conseguir um trabalho, não ia me esforçar tanto,

porque acaba que muitas coisas eu faço sem nem ter a minha obrigação como funcionária, mas mais por vontade que dê certo. Esse sentido de estabilidade faz eu me esforçar mais pela empresa. Em compensação, o pouco investimento em estrutura faz com que a gente se sinta pouco importante. O trabalho que você faz não é tão importante, que mereça investimento, e isso desestimula - E3.

Pode interferir, interfere. Você se sente valorizada, você se dedica mais. Isso é óbvio. O ser humano é inteligente, onde você se sente valorizada, você se dedica mais - E4.

Os quatro acreditam que os esforços no trabalho são devidamente reconhecidos. E3 tem ressalvas: "Reconhecidos, sim. Remunerados, não" - E3. E2 restringe sua resposta: "Sim, pelo menos perante minha equipe e meu chefe direto" - E2. E1 mais uma vez compara seu emprego em Brasília à antiga ocupação, em um jornal impresso de uma capital nordestina, local onde ela não se via valorizada financeiramente e chegou a ter atritos com a chefia.

São bem mais reconhecidos aqui (em Brasília). Ah, eu já recebi alguns retornos muito bons dos chefes. Isso é uma valorização que... lá no jornal eu também recebia. Eu cheguei a fazer algumas matérias especiais, alguns cadernos, algumas coisas bacanas que a chefia do jornal, os editores tinham o cuidado de dar o retorno, e muitas vezes era um retorno positivo, mas principalmente nos últimos tempos, essa questão da valorização, de eu me sentir valorizada lá tava cada vez mais complicada, por causa da relação mesmo com a minha chefe. Aí eu pensava 'poxa, já não ganho bem aqui, já não sou valorizada financeiramente' e chegar em casa pedindo demissão, chegar em casa chorando porque briguei com minha chefe porque ela foi escrota comigo, não é exatamente o exemplo de valorização que a gente espera. Isso aqui não acontece, é muito mais tranquilo, a relação é muito mais respeitosa, muito mais profissional - E1.

E1, E2 e E3 enxergam oportunidades de crescimento no trabalho atual. E4 não, pois já está no cargo mais alto da empresa. "Vejo, mas eu me exijo paciência. Vai demorar alguns anos. Por exemplo, uma colega nossa que é colunista hoje, tem um cargo com bastante grife e tal, mas levou quase 10 anos pra chegar. Ela fazia o que eu fazia hoje" - E2.

E2, E1, E3 e E4 acreditam que o trabalho que desenvolvem nos empregos atuais é relevante para a sociedade. E3 associa novamente o jornalista ao papel de agente social, enquanto que E4 menciona o direito à informação.

Acaba que as pessoas nos sentem como agentes sociais e a gente acaba agindo como tal. Você faz uma matéria de comunidade, uma matéria de polícia, ajuda a prender um esturador em série... A gente se sente útil pra sociedade, mas precisa ter responsabilidade pra não levar a coisa pro lado sensacionalista, sabe? É muito fácil você levar pra esse lado - E3.

Eu sou essencialmente jornalista, então mesmo com todas as dificuldades que eu tô vendo, acho que é essencial a defesa do Jornalismo e do jornalista, do papel do jornalista na sociedade. Eu acho que nós garantimos o direito à população da informação, mesmo que a população não exerça, estamos lá garantindo esse direito - E4.

Todos quatro sentem prazer em trabalhar. "Sinto falta quando eu tô de férias" - E3. Todos quatro também disseram ter objetivos profissionais a curto, médio e longo prazos. E1 menciona procurar um novo emprego e permanecer com dois, caso não haja algum tipo de promoção; E3 almeja migrar para outro veículo, uma concorrente da atual.

Tenho. Meu objetivo em curto prazo é crescer dentro da empresa. Se por acaso isso não acontecer na velocidade que eu gostaria, eu pensei em procurar outro emprego. Um segundo emprego, na verdade, eu não quero sair do atual. Quero ter outro emprego de manhã. Em longo prazo eu quero fazer concurso e sair do mercado e ir pra vida acadêmica - E1.

Nesse momento eu tô tentando migrar pra outra [TV]... nesse meu ambiente de trabalho eu tava mal, mas tô tentando sair de lá. Tentando migrar pra uma emissora maior. Se der certo, manter os dois, mas pelo visto, não. Mas minha ideia a curto prazo é migrar pra uma empresa maior. De maior porte. Vai oferecer mais condições de trabalho, que apesar de... por exemplo, a outra TV paga (somente) o piso, mas as condições são bem melhores em relação a hora extra, plano de saúde, coisas desse tipo - E3.

E2 acredita que não tem como crescer muito na atual configuração; teria que ir para seu estado original, caso quisesse crescer na empresa em que é

repórter correspondente. E4 diz que seu objetivo é encontrar um emprego que ofereça o valor que ela recebe nos quatro vínculos atuais.

Sim, dentro da empresa, só não sei se conseguiria aqui em Brasília. Tem espaço pra um aqui. Eu gosto do meu colega, eu não trabalharia pra puxar o seu tapete - E2.

Tenho um objetivo profissional, eu rezo toda noite pra Deus me dar um emprego onde eu ganhe tudo que eu ganho nos quatro que eu tenho hoje, num lugar só. É tudo que eu peço a Deus. (risos) Ou então ganhar na Mega Sena. Ou caso eu perca meu emprego, abrir um negócio próprio e abandonar o Jornalismo, se é que eu consigo - E4.

Os quatro alegam que têm bom relacionamento com os colegas de trabalho e com os chefes ou superiores. E1 compara mais uma vez seu trabalho atual com o anterior, enquanto E3 destaca certa ressalva em trabalhar com outros jornalistas devido a uma "guerra de egos".

Tranquilo. Na outra cidade, meu relacionamento com os colegas era maravilhoso, era uma relação muito boa, e com a chefe era muito chato, era difícil - E1.

Isso é uma questão muito pessoal, porque eu, no início, quando comecei a trabalhar com Jornalismo, eu percebi que as coisas são um pouco complicadas. Há muito uma guerra de egos, e isso fez eu me retrair um pouco em relação aos meus colegas de trabalho. Eu procuro não ter um relacionamento muito profundo, estritamente profissional. É um ambiente de trabalho e a gente se trata profissionalmente. A abertura que eu dou é que se mantenha assim - E3.

4.5 Remuneração e produção

Na categoria de perguntas seguinte, "remuneração e produção", as quinze perguntas trataram desde dados como salário e benefícios a opiniões dos entrevistados acerca dos pisos salariais, remuneração em geral, carga horária de trabalho e produção, como consta abaixo (tabela 8). Quisemos ver, nessa seção, se a remuneração das fontes é compatível com suas produções.

Tabela 8: Categoria 5 - Remuneração e produção

Qual a sua renda mensal total? No caso de mais de um emprego, especificar faixas de valor de cada um.
Você tem outros benefícios não-salariais? Quais são e o que você acha deles?
Você acha sua remuneração justa? Por quê?
Você acha que os jornalistas do RN/DF são bem remunerados?
Você sabe quanto é o piso salarial do RN/DF?
O que você acha do piso salarial do RN/DF?
Normalmente se paga o piso, mais que o piso ou menos que o piso no RN/DF?
Você conhece a CLT - regime de trabalho de 30h/semanais para jornalistas?
Com base na sua experiência, os preceitos dessa Lei são seguidos no DF/RN?
Você é responsável financeiramente pela sua família?
Qual a sua renda familiar (casa)?
Em média quantas horas/dia você trabalha como jornalista?
Você trabalha mais horas do que ganha?
Quando está fora do trabalho, há demandas online? Se sim, você é remunerado por essa disponibilidade?
Você tem alguma exigência de produção/meta? Se não: você acha que isso pode estar implícito em seu trabalho?

Fonte: Autoria própria

Com relação às rendas mensais, nenhum jornalista teve problemas em revelar os valores. E1 e E2 disseram que ganham o mesmo valor líquido, cada um R\$ 5.000, aproximadamente o dobro do piso do DF; ambos recebem vale alimentação, e E2 tem ainda plano de saúde pago pela empresa.

Vale ressaltar que apesar do valor ser o mesmo, a carga horária de trabalho é bem diferente, pois E1 trabalha 25 horas semanais - conforme consta em sua carteira de trabalho -, dando expediente de segunda a sexta. "Eu ganhava [na empresa anterior] R\$ 2.400, aqui eu ganho R\$ 5.000. Trabalhando bem menos" - E1. Ela foi a única dos quatro que disse que não trabalha mais do que o estipulado oficialmente; também foi a única que declarou não trabalhar em ambiente online fora do expediente oficial.

Enquanto isso, E2 chega a dedicar mais de 40 horas semanais, somando o expediente na empresa ao trabalho feito em casa nos finais de semana e à dedicação ao ofício em ambiente online. Vale destacar que em seu contrato estão previstas até 35 horas semanais, pois são sete horas diárias, de segunda a sexta-feira. Apesar disso, ele diz: "(o salário) é bem acima [do meu estado de origem]. Se bem que o custo de vida lá é menor. Então acho que ficam elas por elas" - E2.

E3 começa seu expediente no início da manhã e finaliza no começo da tarde. Vai para a faculdade e depois retorna à redação, onde fica uma parte da noite. Contando o expediente de segunda a sexta-feira, os plantões no final de semana e o trabalho feito online, ela cumpre semanalmente uma carga de 50 horas, sendo que seu contrato prevê 25 horas, exatamente a metade. O salário: o piso estadual, R\$ 1.370, sem nenhum outro benefício.

Vale destacar que anteriormente ela trabalhou na mesma empresa recebendo abaixo do piso. "Nessa empresa eu comecei ganhando R\$ 900. (...) Aí quando assinou [a carteira de trabalho], passou a ser o piso. Trabalhei seis meses assim" - E3.

E4 é a que tem a maior carga de trabalho dentre todos os entrevistados; chega a trabalhar 60 horas por semana como jornalista, se somada a dedicação aos quatro vínculos que mantém. O salário total é de R\$ 6.000 líquidos. Apesar dela não ter especificando quanto ganha em cada ocupação, podemos fazer uma média de R\$1.500 por vínculo, o que daria um pouco acima do piso estadual, mas sabemos que os seus empregos principais - como gestora e como funcionária pública - devem ter uma fatia maior neste montante. Seu emprego principal oferece plano de saúde, porém ela já pelo órgão público.

E1 e E4 são totalmente responsáveis financeiramente pelas suas famílias, que são compostas por um companheiro e filho, no caso de E1, e por um filho, no caso de E4. E2 mora com a noiva e eles dividem igualmente os gastos da casa, já que ambos recebem salários semelhantes. Já E3 não é responsável em termos financeiros pela família, composta pelos pais e irmãos, que tem uma renda total aproximada de R\$ 10.000.

Perguntados se acham as suas remunerações justas, todos os entrevistados responderam que sim; E2, E3 e E4 têm algumas ressalvas, todas no sentido de que os salários são justos dentro dos contextos mercadológicos, mas não justos pelo trabalho que desenvolvem.

Dentro de uma realidade de mercado ela é justa, o que eu não considero justa é a realidade do mercado - E2.

Em relação ao ambiente, ao campo de trabalho aqui no Rio Grande do Norte, eu acho que sim, já que eu recebo o piso. Mas eu não acho que o piso seja justo para o profissional jornalista. (Teria que ser) pelo menos R\$ 2.000 - E3.

Se você for falar pela realidade atual, sim. Mas acho que deveria ser mais - E4.

Perguntados se acham que os jornalistas do RN ou DF no geral são bem remunerados, os entrevistados variaram nas concepções. E3 e E4 acham que não; E2 acha que depende do contexto; E1 acha que sim.

Nos jornalões sim, mas com uma carga violenta de trabalho e nas rádios os salários são umas porcarias - E2.

Eu conheço pouco do mercado aqui, ainda. Mas eu tenho contato com pessoas que ganham salários muito bons. Não sei se elas podem representar o mercado, porque não é normal a pessoa ganhar R\$ 7.000. (...) De modo geral aqui eles nivelam por alto. Eu acho que eles ganham bem, mas pra eles pode ser que não. O meu salário, eu acho maravilhoso, comparado com o que eu ganhava lá. Mas eu fui procurar casa, apartamento pra alugar aqui, eu tive uma dificuldade enorme. Porque as pessoas olhavam e diziam, como se meu salário fosse muito pouco. E eu 'gente, não é possível'. (...) Eu achei muito curioso, isso. O salário parecia enorme pra mim e pra eles não era - E1.

Apenas E3 e E4 souberam dizer quanto é o piso salarial estadual para jornalista, destacando que o consideram baixíssimo. E1 e E2 não conheciam o valor distrital, mas ao tomarem conhecimento, não acharam suficiente. E4 destacou ainda que a culpa não é somente dos donos de veículos, e sim da sociedade como um todo.

É uma mixaria - E2.

Olha, não [é compatível com a cidade]. Não mesmo. É uma cidade tão cara - E1.

Acho baixíssimo, mas não acho que seja só culpa dos donos de veículos. Acho que é culpa de toda a sociedade, que não valoriza através da busca por informações. Eu acho que se a sociedade buscasse mais informação, estivesse disposta a pagar por informação, pagar pra ser bem informada, poderia ajudar o Jornalismo. É todo um ciclo que envolve essa desvalorização refletida no piso profissional num estado pequeno do Nordeste brasileiro, com todas as dificuldades culturais e históricas que a gente já sabe, que a gente conhece, não valoriza a informação profissionalmente tratada - E4.

É válido destacar que E1 e E2 indicaram que os jornalistas no Distrito Federal normalmente ganham mais que o piso, enquanto E3 e E4 disseram que no Rio Grande do Norte se paga exatamente o piso. Aparentemente, o problema não é apenas o piso baixo, mesmo considerando que no DF o piso é aproximadamente 64% maior do que o piso do RN, pois os valores vigentes eram de R\$ 2.247 e R\$ 1.370, respectivamente; é também o salário médio pago ao jornalista, ou seja, o valor praticado pelo mercado.

Os quatro entrevistados demonstraram e explicitaram conhecer a CLT. Perguntados se acreditam que o Decreto-Lei é seguido à risca em suas respectivas cidades de atuação, as respostas destoaram. E2 chamou atenção para o fato de que os jornalistas assessores de imprensa por vezes não trabalham no regime especial de jornalista.

Acho que não. A maioria tem essas 2 extra... esse adicional. (...) Mas em assessoria, pelo que eu vejo, quem é secretário parlamentar, aí tu não é contratado como jornalista. Entra como 8 horas normal - E2.

Aparentemente E3 não considera que o fato de trabalhar o dobro da carga horária estabelecida em seu contrato configura problemas com relação à CLT, pois descreveu a situação de uma amiga que muito lembra a sua.

Não, mas no meu trabalho sim, depois da gente reclamar bastante e lutar por isso, mas eu vejo colegas de trabalho que passam 24 horas. Semana passada, uma colega minha de um jornal impresso passou mal e não conseguiu nem almoçar. Trabalhando o dia inteiro, não conseguia comer. Teoricamente, são cinco horas, mas eles trabalham o dia todo. Até quando não está na empresa - E3.

Por fim, perguntados se têm alguma exigência de produção ou meta, E1, E3 e E4 disseram que não. E2 disse que sim: "porque a empresa tem um plano de meta a fazer x reportagens por trimestre, por semestre..." - E2. Questionados se essa exigência pode estar ou não implícita em seus cotidianos, E1 disse que não; E4 também, por ser um trabalho sob demanda; e E3 disse que sim: "se eu não fizer, não vai ter o jornal à noite. Acaba que eu preciso fazer... no momento eu tô fazendo três matérias [por dia] como repórter" - E3.

4.6 Indicadores de saúde

A sexta categoria de perguntas se dedicou aos indicadores de saúde. Foram feitas perguntas sobre saúde em geral, doenças laborais, estresse, uso de medicamentos, assédio moral e sexual. Ao todo foram mais de 22 perguntas sobre esses temas (tabela 9).

Tabela 9: Categoria 6 - Indicadores de saúde
Você se considera uma pessoa preocupada com a saúde?
Como você avalia a sua saúde?
O que você entende por qualidade de vida?
Você acha que tem uma boa qualidade de vida?
Você vê alguma relação entre sua saúde e o tipo de trabalho que você exerce?
Você acha que frequenta médicos de rotina tanto quanto é necessário? Por quê?
Você realiza atividade física? Se sim, com que frequência? Se não, por quê?
Você acredita que tem alguma doença relacionado ao trabalho?
Você já foi diagnosticado com alguma doença relacionada ao trabalho?
Você se sente esgotado mentalmente com frequência?
Você se sente estressado no trabalho/por causa do trabalho?
Você já foi diagnosticado com estresse?
Você acredita que tem alguma dessas doenças, relacionadas ao trabalho de jornalista? Alcoolismo, lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) ou outros distúrbios osteomusculares, insônia, gastrite, depressão, fadiga visual, ansiedade, problemas de visão, dores na cabeça, costas, pescoço, braços, pernas e articulações, palpitações e Síndrome de <i>Burnout</i> . Se sim, qual (quais)?
Você já foi diagnosticado com alguma delas? Qual (quais)?
Há algum transtorno/doença que você acredita que tem ou foi diagnosticado que eu não citei?
Você já recebeu indicação para tomar antidepressivos, ansiolíticos ou outros remédios "tarja preta"?
Se sim, quem te receitou foi um médico da empresa em que você trabalha?
Você acredita que na empresa que você trabalha há uma preocupação com a saúde dos funcionários?
Você já presenciou alguma situação de assédio moral no trabalho?
Você já foi constrangido no trabalho, a ponto de acreditar que era assédio moral?
Você já presenciou alguma situação de assédio sexual?
Você já sofreu assédio sexual? Se sim, você denunciou o assédio? Por que/o que levou a fazer ou não a denúncia?

Fonte: Autoria própria

Apenas E2 e E4 se disseram preocupados com a saúde, avaliam a própria saúde de forma positiva, frequentam médicos de rotina e realizam atividades físicas com frequência. E1 e E3 não se acham preocupadas com a própria saúde,

veem negativamente, não fazem atividades físicas e não frequentam médicos por falta de tempo. "Talvez eu use falta de tempo como desculpa. Eu poderia, por exemplo, acordar mais cedo. Mas, acho que é preguiça mesmo" - E3.

Neste ponto, temos dúvidas se podemos relacionar estes itens ligados à saúde com os trabalhos dos entrevistados, tendo em vista que os que têm maiores cargas horárias semanais de trabalho não coincidem com os que têm maior preocupação com a saúde.

Perguntados sobre o entendimento do conceito de qualidade de vida, os quatro deram respostas que consideraram diferentes aspectos. E1 elencou sensações que ela não tinha em sua cidade anterior, enquanto E3 associou ao sono.

Qualidade de vida é sensação de segurança, é trânsito mais leve, ter mais tempo pra ficar com meu filho. (...) É não me estressar, não me desgastar tanto com a profissão, com o trabalho a ponto de me sentir frustrada, me sentir mal, de chorar, de ficar mal, como já aconteceu. Então essas coisas, a qualidade de vida de ter um parquinho, de usufruir dessa idade, sabe? - E1.

Ter tempo e condições financeiras de fazer coisas que tu gosta, de ter uma rotina mais aprazível - E2.

Você conseguir conciliar trabalho e vida social de uma forma que você não vá dormir cansada. Não acorde cansada no outro dia. Que você durma tranquila, que não prejudique o sono. Principalmente, qualidade de vida pra mim é qualidade do sono - E3.

Eu considero qualidade de vida a pessoa poder desligar o celular, mas eu também considero qualidade de vida a pessoa poder adequar seus compromissos profissionais. Eu gosto de trabalho sem expediente. Eu gosto disso, então eu pago o preço por isso - E4.

Apenas E3 acha que não tem uma boa qualidade de vida e relaciona isso ao fato de acumular o emprego e a faculdade às suas atividades diárias. Apesar de terem respondido positivamente, E2 e E4 acham que poderiam ter uma melhor qualidade de vida.

Eu acho que tenho quando olho pro restante do país, né. Mas acho que podia ser um pouco melhor. Se eu disser que é ruim, estaria sendo ingrato - E2..

Podia ser melhor. Às vezes eu me pergunto se realmente, trabalhando num só lugar com expediente definido, talvez eu tivesse mais qualidade de vida. É uma dúvida. Eu espero tirar em breve - E4.

E1, E3 e E4 veem alguma relação entre a saúde e o tipo de trabalho que exercem e citam algumas reverberações; E2 acredita que não há como relacionar as duas coisas.

Houve momentos em que eu tava muito estressada, que eu tava muito desgastada e eu sentia isso fisicamente. Sentia muita dor de cabeça, enxaqueca quase todos os dias. Sentia dor nas costas por causa da cadeira ruim, enfim. Tinha outras coisas que eu não lembro muito bem, mas eu sempre... essa coisa do estresse do trabalho sempre se refletia no meu corpo - E1.

Vejo, porque eu não consigo me alimentar corretamente no dia-a-dia. Eu trabalho até uma hora da tarde, só que geralmente isso se estende, você já não almoça bem. Quando vai almoçar é na pressa e come no Mc Donalds. (risos) Porque já tem que ir pra aula. E pra jantar na faculdade e já volta pro jornal - E3.

Não só pra mim, acho que todo mundo. Por exemplo, eu tenho colegas que trabalham com expediente definido, cinco horas num veículo pela manhã e cinco horas num veículo à tarde, em duas redações. Ou cinco horas num veículo e cinco horas numa assessoria de imprensa que exija um expediente interno. Aí sim eles contabilizam dez horas nesses dois empregos, mas em compensação quando saem de um, não respondem mais. No meu caso não, eu posso não estar aqui e estar no outro, com um cliente, mas continuo respondendo. E quando estou aqui na redação, continuo respondendo pelo cliente também - E4.

Nenhum dos quatro foi diagnosticado com estresse por um médico, entretanto apenas E1 não se sente estressada no trabalho ou por causa do trabalho. "Por causa do trabalho como um todo, não só por causa da redação, mas conta com a carga de trabalho que eu tenho que ter para custear o padrão de vida pra mim e pro meu filho" - E4. Todos já se sentiram esgotados

mentalmente; E1, apenas no emprego anterior, na redação; E2 não se sentiu nas últimas semanas, apesar do cansaço; E3 e E4 se sentem esgotadas, e E4 destaca que está em um dos auge de esgotamento.

Apesar de nenhum dos quatro ter sido diagnosticado com uma doença relacionada ao trabalho, apenas E2 não acredita que tem algum problema que tenha a ver com essa questão. E1 apontou dores de cabeça; E3 citou alergias devido à falta de limpeza regular do local de trabalho. E4 foi taxativa: estresse.

Citamos algumas doenças e condições relacionadas ao trabalho jornalístico por outras pesquisas (AGUIAR, 1996; HELOANI, 2003; REIMBERG, 2015; SINDJORCE, 2010; SINJORBA, 2015) e perguntamos se eles acreditam que tem alguma delas: alcoolismo, lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) ou outros distúrbios osteomusculares, insônia, gastrite, depressão, fadiga visual, ansiedade, problemas de visão, dores na cabeça, costas, pescoço, braços, pernas e articulações, palpitações e Síndrome de *Burnout*.

E2 citou apenas ansiedade, que em tempos passados ele acha que teve; E1 citou ansiedade, dores nas costas, no pescoço e na cabeça, insônia e fadiga visual. Vale mencionar que ela citou crises de choro, todos esses itens relacionados ao emprego anterior. No atual, só sente eventualmente dores na cabeça.

E3 apontou que talvez sofra de alcoolismo, mas não acredita que seja relacionado ao trabalho. Citou também cansaço em geral, fadiga visual, dores na cabeça, nas costas, no pescoço nos braços, nas pernas e nas articulações, além de obesidade, que não estava na lista. E4 mencionou ansiedade, obesidade, dores nas costas e no pescoço, fadiga visual, e depressão. Aponta que a fadiga visual é o que mais a incomoda no cotidiano.

Destacamos que nenhum deles conhecia ou tinha ouvido falar sobre Síndrome de *Burnout*. Mesmo tendo perguntados posteriormente se havia algum transtorno ou doença não citada que poderia ser relacionada ao trabalho e todos terem respondido negativamente, E4 e E3 mencionaram um item que não estava na lista, a obesidade. E E4 acrescentou também o tabagismo.

Apesar dos problemas de saúde citados, apenas E4 disse que já foi diagnosticada com um desses problemas, no caso as dores nas costas e

pescoço, ocasião na qual o médico relacionou ao uso constante do celular. "O meu celular é trabalho, eu relaciono assim" - E4.

Apesar de E3 apontar ser bastante comum entre jornalistas, somente E4 respondeu positivamente quando perguntada se já recebeu indicação para tomar antidepressivos, ansiolíticos ou outros remédios "tarja preta".

Sim, ansiolíticos. É, questão pessoal. Minha ansiedade... porque assim, você falou em alcoolismo, não falou em tabagismo. Eu nem desconto no álcool nem no cigarro, eu como. Então é uma coisa também bastante associada ao jornalista, excesso de peso por sedentarismo. Esse trio aí eu tenho. Excesso de peso, sedentarismo e ansiedade. Sedentarismo eu tô tentando combater fazendo atividade física, acordando mais cedo pra poder ter atividade, porque depois que eu começo a trabalhar, não tem hora pra acabar - E4.

Perguntados se nas empresas que trabalham há a preocupação com a saúde dos funcionários, apenas E1 disse sim. E2 acha que há alguma, mas que poderia ser maior. E3 disse que não há nenhuma. E4, a única gestora do grupo, disse que apesar de não ser algo definido, a empresa inclusive já financiou, por fora do salário, algumas necessidades dos funcionários nesse sentido. "A empresa já se mostrou, por mais de uma vez, solidária a casos de acidentes com seus funcionários, doenças fatais, depressão, uso de drogas..." - E4.

Todos quatro já presenciaram situações de assédio moral no trabalho, inclusive E3 e E1 já passaram por isso. "Ameaça de demissão, indiretas em relação à demissão" - E3. E4 aponta que nem sempre há o entendimento de que se trata de assédio.

A vítima nunca acha, né. Eu sei, eu tenho conhecimento de casos assim que eu já vi acontecer, mas nunca me considerei vítima, porque pelo que eu entendo, assédio moral tem que ser uma coisa continuada. E tem a ver também, eu já trabalhei com pessoas de temperamento difícil, já me senti explorada, eu já me senti exigida ao extremo, a dar mais que eu teria obrigação funcional de fazer, mas eu não vinculei isso naquele momento a assédio moral - E4.

Com relação a casos de assédio sexual no ambiente de trabalho, E1 e E2 não tomaram conhecimento nem passaram por essa situação. E3 aponta que já

aconteceu com uma colega de trabalho, e não denunciou porque a vítima não reconheceu que foi propriamente assédio sexual. E4 já teve conhecimento de casos no mercado potiguar e destaca: "Nunca me senti vítima de assédio sexual. Até porque eu acho que tem que ter um padrão de comportamento continuado e também, se não me engano, tem que existir certo teor de ameaça, né? De perda do emprego" - E4.

4.7 Ideologia

Nossa penúltima categoria de perguntas diz respeito ao âmbito ideológico dos entrevistados: sindicalização, partidarismo, política e assuntos relacionados. Foram dez questões relacionadas à sétima categoria de questões (tabela 10). Apenas E4 e E2 são registrados no sindicato dos jornalistas de sua região. E3 tentou se filiar, mas por não ter o diploma não conseguiu. Nenhum deles é ligado a nenhum outro sindicato. Nenhum acompanha com frequência o trabalho da FENAJ.

Tabela 10: Categoria 7 - Ideologia
É filiado ao sindicato dos jornalistas do RN/DF?
É filiado a outro sindicato?
Você acompanha o trabalho da FENAJ?
É filiado a algum partido político? Se sim, qual?
Você participa de algum grupo político, ideológico, movimento social ou similar? Se sim, qual?
Sua identificação ideológica/política já atrapalhou no seu trabalho?
Você já foi discriminado/assediado por causa disso?
Você já foi discriminado/assediado por questões ligadas à sua identidade de gênero ou à sua orientação sexual?
Você já perdeu uma oportunidade profissional por causa da sua ideologia/posicionamento político? Se sim, essa perda afetou sua saúde ou sua vida pessoal?
Em seu trabalho, você recebe ou já recebeu alguma recomendação que lhe pareceu parcial ideológica ou politicamente? Como se deu?

Fonte: Autoria própria

Nenhum é filiado a partidos políticos; sobre movimentos sociais, E3 se diz participante dos atos pró-Dilma. Perguntados se a identificação ideológica e ou política já atrapalhou no trabalho, E2 e E4 dizem que não; E1 disse que pelo

contrário, a favorece, pois ela trabalha para o governo federal. E3 aponta que atrapalha no seu exercício profissional: "Os atos *pró-impeachment*, precisei cobrir e não eram coisas que eu gostaria de fazer. Também senti dificuldade em me manter isenta e sã" - E3.

Nenhum dos quatro se sentiu discriminado ou assediado pelas opiniões nesse sentido. E3 aponta que há certo *bullying* dos colegas de trabalho, enquanto E4 aponta como estratégia não compartilhar opiniões políticas publicamente. "Apesar da imprensa não ser parcial, os veículos não serem imparciais, mas eu procuro me manter assim, pelos menos profissionalmente" - E4.

Perguntados se já perderam oportunidades profissionais por causa de um eventual posicionamento político ou ideológico e em caso positivo se essa perda afetou a saúde ou a vida pessoal, todos disseram que não, mas E4 apontou uma ressalva: "Perder oportunidade, não... Mas já teve caso que eu seria a pessoa a ser promovida e eu não fui, foi um homem. E eu só fui promovida depois. (...) Afetar não, mas me causou decepção" - E4.

Perguntamos também se eles já foram discriminados ou assediados por questões ligadas à identidade de gênero ou orientação sexual. E2 disse que não. E4 disse que é tratada melhor por ser lésbica; E4 e E1 mencionam a existência do machismo no ambiente jornalístico.

Eu nunca me senti diminuída por ser mulher, mas eu me sinto incluída por ser lésbica e meus superiores sabem disso, eles me tratam como um dos caras lá. Talvez me levem mais a sério por isso. Outras meninas – hétero – do trabalho eu vejo que não têm a mesma abertura que eu tenho - E3.

Se eu fosse homem, eu poderia ter tido oportunidades que eu não tive, poderia ter tido promoções que eu demorei mais a ter e eu podia ser melhor remunerada. Atualmente, se eu fosse homem, eu tenho certeza que eu ganharia mais. (...) Eu vejo, apesar de eu ter conseguido sobreviver da profissão, apesar de eu ter conseguido alcançar postos de comando nos veículos, e graças a Deus, sem nunca ter passado por assédio sexual, mesmo assim eu vejo que existe [a questão de gênero no Brasil] - E4.

Já passei por uma situação de machismo com meu ex-chefe. Eu fui entrevistar uma pessoa (...) e eu não tinha sido avisada, não tinha sido preparada. Não recebi nenhuma

pauta e tal. Meu chefe chegou e disse: 'te vira, eu quero uma capa'. E aí eu cheguei pra ele (depois) e falei 'sua capa tá garantida'. E aí ele falou "ah, muito bem. Você jogou charme pra ele?" (...) Se fosse um repórter homem, ele nunca ia dizer, nunca ele ia achar que eu tinha conseguido entrevistar o cara por (ser mulher)... Eu fiquei muito indignada. No trabalho atual eu tive também uma situação na produção de conteúdo pro Dia Internacional da Mulher, eu entrevistei mulheres que tinham sofrido muito com o machismo. (...) Quando a matéria saiu, alguns trechos tinham sido editados sem o meu conhecimento. Trechos que tratavam explicitamente dessa questão do machismo, que é a fala da personagem, inclusive - E1.

Por fim, perguntamos se os entrevistados já receberam no trabalho recomendações parciais do ponto de vista político e ou ideológico. E2 disse que não, mas que já houve pautas em que devia exaltar o trabalho de algum político específico. E1, E4 e E3 disseram que sim.

Mas não como a gente tem hoje em dia [em outras empresas], por exemplo a Lava Jato, "ah, só escreve as coisas ruins do PT" - E2.

Não é comum, mas já aconteceu - E3.

Já, já recebi. No atual e no anterior também. 'Ah, vai fazer uma matéria sobre o tal lugar, mas vamos falar da parte boa, tá?', tipo assim, 'não olha pros problemas'. Isso é muito complicado prum jornalista - E1.

Sim. Todos os veículos têm sua linha editorial e geralmente elas são, de alguma forma, parciais - E4.

4.8 Vida pessoal

Nosso último ponto de pauta foi sobre a vida pessoal dos entrevistados, em uma tentativa de perceber o quão o trabalho interfere no cotidiano dos jornalistas. Foram dez perguntas sobre o tema, finalizando nossas entrevistas em profundidade (tabela 11).

Tabela 11: Categoria 8 - Vida pessoal

Você é originalmente do DF/RN? Se não, o que te fez morar no DF/RN?
Já trabalhou em outra área, antes do Jornalismo? Se sim, por que mudou para o jornalismo?
Pensa ou já pensou em trabalhar em outra área e deixar o jornalismo? Por quê?
Você acha que consegue equilibrar sua vida pessoal com a profissional?
De que modo o trabalho interfere em sua vida pessoal?
Tem filhos? Se sim, quantos?
Você já desistiu de um desejo da vida pessoal por causa do trabalho como jornalista? Por quê?
Você tem hobbies?
Você se dedica aos hobbies como gostaria? Se não, por quê?
Há algo que você gostaria de fazer com mais frequência, mas a ocupação com o trabalho não deixa?
Há algo que não abordamos que você queira comentar?

Fonte: Autoria própria

E3 e E4 são originalmente do Rio Grande do Norte. Já E1 e E2 são de outros estados e vieram para o Distrito Federal por oportunidades de emprego. E2 participou de uma seleção para ser correspondente em Brasília, enquanto E1 recebeu um convite para trabalhar na cidade.

Tanto eu quanto meu marido, a gente não via muita perspectiva de crescimento... Ele não tava muito feliz na profissão dele, eu também não como jornalista, ganhava muito pouco, trabalhava muito, quase não conseguia aproveitar meu filho e além de tudo a cidade tava extremamente violenta, tem uma série de questões que afetam nossa qualidade de vida mesmo. Trânsito, várias coisas que juntando tudo, me fizeram achar que Brasília seria uma opção melhor profissionalmente e pra cuidar do filho também, pra viver, sabe? Em termos de qualidade de vida e de financeiro, por enquanto, pelo menos, tá legal. A única questão – pelo menos pra mim – que ainda não tá favorecendo é porque meu marido não tá trabalhando, mas aí já é uma questão do mercado dele - E1.

Acreditamos que ainda hoje Brasília seja um destino almejado para jornalistas, como foi desde a sua fundação, na década de 1960. Em estados menores, como é o caso do Rio Grande do Norte, acreditamos que há menor migração de jornalistas. Apenas E2 não trabalhou em outra área antes do jornalismo: vendas, moda, administração, música. E1 e E2 nunca pensaram em deixar o Jornalismo, E4 hipoteticamente e E3 cogita fortemente.

Dos quatro, apenas E2 acha que não consegue equilibrar a vida pessoal com a profissional, pois acredita que trabalha demais. E1, E3 e E4 acreditam que conseguem. "No último emprego era mais difícil. Geralmente, a vida profissional ganhava mais espaço. Hoje eu consigo ter bem mais tempo pra minha família" - E1.

"De que modo o trabalho interfere em sua vida pessoal?". Feita essa pergunta, os entrevistados responderam de que modo o ofício de jornalista muda a vida deles. E2, E3 e E4 citam impactos negativos, enquanto E1 relata seus altos e baixos na profissão.

Eu acho que fica pouco tempo pra tocar projetos paralelos e pra ficar de bobeira em casa, sair, namorar, passear e tal - E2

Hoje eu consigo equilibrar, mas por exemplo, se eu estiver numa festa num domingo e meu chefe me ligar porque precisa, eu deixo - E3.

Meus familiares e amigos brincam comigo, tiram onda porque eu vivo agarrada no celular. Dizem que o celular já é parte do meu corpo - E4.

Inicialmente, interferia muito positivamente porque foi através do Jornalismo, desde o começo dos estágios e tal, que eu obtive um crescimento social econômico mesmo, (porque) eu sou de uma família pobre e desde a faculdade, mesmo fazendo três estágios ao mesmo tempo, eu consegui conquistar algumas coisas que minha mãe não conseguiria me dar. (...) Depois passou a interferir um pouco negativamente, porque essa conquista inicial se estagnou. (...) Esse salário não acompanhou as minhas necessidades e a inflação. Depois teve esse problema do estresse, de levar muita coisa pra casa, de chegar em casa chorando, querendo pedir demissão... Sem poder pedir demissão. Tava sofrendo de verdade. (...) Não (tinha prazer) pelo ambiente de trabalho. Tava muito desgastado. Muito mesmo. E aí assim, agora essa profissão começa a interferir positivamente de novo na minha vida, porque proporciona uma outra cidade com mais qualidade de vida, que me proporciona mais tempo, que paga melhor, é um trabalho muito mais tranquilo. É um sobe e desce - E1.

Todos quatro alegaram que já desistiram de desejos da vida pessoal por causa do trabalho como jornalista. E1 desistiu de continuar os estudos; E2, de

estudar fora do país; E4 de viajar e folgar; E3 de viajar e tirar férias. "Eu tô querendo viajar e não consigo. Eu não consigo tirar férias reais, porque eles precisam" - E3.

Apenas E1 e E4 tem filhos. Todos têm hobbies e apenas E3 alega não ter tempo para se dedicar a eles como gostaria. Questionados se há algo que gostariam de fazer com mais frequência, mas a ocupação com o trabalho não deixa, apenas E1 disse que não. E2 queria escrever outras coisas além-jornal; E3 e E4 queriam viajar mais.

4.9 Reflexões sobre as entrevistas

Segundo Mick e Lima (2013), o típico jornalista brasileiro é mulher, branca e jovem. Nossa amostragem é fiel a esse perfil: três mulheres e um homem; três entre 23 e 30 anos e uma entre 41 e 50 anos. E2 se diz branco; E1 parda ou branca; E3 é parda; e E4 se identifica como uma mistura entre branca, índia e negra.

Os quatro explicitaram que o Jornalismo é parte fundamental em suas vidas, seja por paixão à profissão ou porque ela demanda muitas horas do cotidiano. E1 se mostrou bastante ideológica no que se refere à profissão; já E2 e E4 transpareceram ser bem realistas e críticos. E3 demonstra sempre insatisfação com a profissão e de certa forma indecisão, tendo inclusive mencionado que tem planos de mudar de emprego e ou de deixar o Jornalismo. E4 pretende transformar as suas quatro ocupações em um só emprego, segundo ela para ter mais qualidade de vida.

Apesar dessas diferenças, todos se mostraram críticos com o fazer jornalístico nos tempos atuais, citando a não obrigatoriedade do diploma e, sobretudo, a crise de credibilidade que todos alegam que o jornalismo vem passando nos últimos meses devido principalmente à cobertura dada ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nenhum dos quatro disse com veemência que indicam a profissão a outras pessoas, o que nos levam a crer que existe uma relação negativa e positiva com a profissão: de um lado a paixão pelo ofício, do outro a insatisfação com os salários e condições de trabalho.

O prestígio social da profissão é visto por eles de formas diferentes, mas todos deixaram claro que mesmo em meio a uma crise de imagem do profissional jornalista, o status da profissão não condiz com o que os profissionais realmente passam no cotidiano. O glamour foi associado à profissão em diversas vezes nas entrevistas, algumas vezes formando uma dicotomia entre glamour e decadência.

É muito forte a ideia de precarização na fala dos quatro. Apesar do termo não ser mencionado, são evocadas outras expressões, como "péssimas condições de trabalho", "profissão difícil", "profissão desvalorizada", dentre outras. Segundo E2 e E1, a função de assessor de comunicação é citada como uma fuga às redações, pois esse trabalho mais "tranquilo" requer menos esforço, horas de trabalho e tem uma remuneração melhor. Entretanto quem tem paixão por redação pode não conseguir se satisfazer nesse ofício.

E1 chega a falar que os trabalhos de um repórter e de um assessor de imprensa são iguais; acreditamos que essa visão tem fundamentos no semelhante uso da técnica jornalística nestas duas funções, porém acreditamos que essa seja uma forma de E1 se legitimar como jornalista acima da função, já que ela deixou claro em outros momentos da entrevista que não se realiza profissionalmente na função de assessora. Apesar de compartilharem a técnica, assessoria e reportagem carregam muitas diferenças na prática (DUARTE, 2011).

As mudanças no mundo do trabalho do jornalista citadas por eles corroboram com nossa visão de precarização da profissão. Enxugamento de redações, acúmulo de funções, baixos salários, piora das condições de trabalho e diminuição do prestígio foram citadas como mudanças ocorridas nos últimos anos. Também podemos relacionar essas características às mudanças estruturais no jornalismo (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011).

Todos declararam com convicção que o diploma é importante para o exercício profissional. Inclusive E3, que atua sem o diploma. Essa situação pela qual ela passa, de trabalhar como jornalista profissional enquanto ainda é estudante de Jornalismo foi vivenciada por todos os entrevistados e pode ser considerada uma prática comum do mercado.

Nossa amostragem teve uma gama diversa no quesito anos de experiência, pois duas entrevistadas têm quatro e cinco anos de profissão, um

tem onze e outra tem vinte e cinco. Mesmo dentre os que têm menos anos de trabalho podemos observar uma mobilidade de empregos.

Apenas E2 só esteve em uma função desde o início da carreira: repórter de impresso e online. Os outros entrevistados passaram por diversas funções: repórter de TV, apresentador de TV, pauteiro de TV, repórter de impresso, repórter de online, assessor de imprensa, assessor de comunicação, chefia de redação. A variação de empregos em curtos períodos de tempo é apontada por nós como fator a ser investigado nas próximas fases da pesquisa, pois acreditamos que é mais um indício de precarização da profissão de jornalista no país.

Os itens a seguir foram apontados como relevantes para o bem-estar profissional; sendo assim, elencamos como possíveis indicadores de QVT no trabalho do jornalista: salário justo, reconhecimento, valorização e relevância do trabalho realizado, estabilidade no emprego, oportunidades de crescimento, realização profissional, prazer em trabalhar, boa convivência com colegas, boa convivência com superiores, boas condições físicas para o trabalho, boa estrutura organizacional e respeito aos direitos trabalhistas.

Três deles trabalham horas não remuneradas semanalmente. O banco de horas é citado em forma de mito no mercado e isso pode ser legitimado pelas falas dos entrevistados, pois ou não é feito o controle - como é o caso de E3 - ou esse controle não serve para uma remuneração efetiva ou folgas assíduas - como é o caso de E2, embora ele tenha dito que eventualmente tira folgas com base no seu vasto banco de horas, mas não chega perto do que ele poderia tirar se fosse feito o cálculo correto. E3, E4 e E2 citaram várias vezes na entrevista que o celular faz parte dos trabalhos desenvolvidos, mesmo em horários após o expediente. Apenas E1 falou que não tem obrigações com o trabalho fora do expediente estabelecido.

Com relação aos salários dos entrevistados, algumas relações chamam atenção. Notavelmente os entrevistados de Brasília têm uma melhor remuneração numérica, apesar do custo de vida ter sido citado como fator de diminuição do poder de compra. E1 e E2 têm salários líquidos iguais, mas cargas horárias completamente diferentes. E1 trabalha 25 horas semanais, exatamente o que

consta em seu contrato, enquanto E2 pode trabalhar até mais de 40 horas em uma semana, cinco horas a mais a cada semana do que está registrado na carteira de trabalho, o que em um mês pode chegar a 25 horas de trabalho não remunerado.

As entrevistadas de Natal destoam completamente nesse quesito. E3 ganha exatamente um piso, o que corresponde a aproximadamente um salário mínimo e meio. E4 tem a renda mensal de R\$ 6.000 oriundos de seus quatro vínculos, o que corresponde a pouco mais de um piso estadual por cada ocupação. A carga horária semanal de ambas é alarmante: E3 trabalha cerca de 50 horas semanais nos dois expedientes diários que dá na empresa, o dobro do que está em seu contrato; E4 tem em seus vínculos expedientes livres que somados dão cerca de 60 horas semanais; como os horários são concomitantes, não temos como verificar qual a carga horária corresponde a cada um.

Vale destacar que o piso salarial no Distrito Federal era aproximadamente 64% maior do que o piso do RN, pois os valores vigentes eram de R\$ 2.247 e R\$1.370, respectivamente. Apesar das diferenças, todos os entrevistados acham que são bem remunerados quando avaliado os mercados onde estão inseridos.

Apenas com os dados das entrevistas não pudemos inferir que o trabalho tem influência direta no estado de saúde dos jornalistas, pois não traçamos uma relação entre quem tem maior carga horária de trabalho e quem mais frequenta médicos e cuida da saúde em geral. Aparentemente tem mais a ver com os hábitos pessoais do que com a falta de tempo que a maioria alega ter.

Algumas doenças foram citadas por mais de um entrevistado. Ansiedade, dores nas costas, dores no pescoço e fadiga visual foram citadas três vezes; dores de cabeça, duas vezes. E insônia, alcoolismo, dores nos braços, dores nas pernas, dores nas articulações e depressão foram citadas uma vez cada. Além dessa lista, foram citadas crises de choro, cansaço e obesidade - nesse último caso, duas vezes. Os entrevistados apontaram que têm ou já tiveram essas condições, que eles acreditam que tem a ver com a atuação profissional como jornalistas. Apesar da lista extensa, poucas delas foram diagnosticadas por um profissional.

Podemos concluir nesta etapa que são indicadores de saúde física e mental que podem ser aplicados aos jornalistas: a QVT, o cuidado com a saúde e o acompanhamento médico, a carga horária, a intensidade do trabalho, o respeito ao descanso, a prática de atividades físicas, o alerta ao estresse e o alerta ao assédio moral ou sexual.

Com relação à ideologia, pudemos notar que há um esforço muito grande por parte dos entrevistados em serem imparciais em seus trabalhos, por mais que reconheçam que isso é uma utopia da profissão. Apesar de todos deixarem claro que acreditam que o exercício profissional é problemático, eles têm pouca atuação sindical e são pouco envolvidos politicamente.

Foram citados casos de machismo nos ambientes jornalísticos, principalmente dentro das instituições, quesito que iremos investigar com mais afinco a partir das próximas entrevistas. Também foram citados casos frequentes de assédio moral nos ambientes de trabalho, e em menor escala casos de assédio sexual.

Os dados são limitados, mas acreditamos que possa haver ainda em Brasília uma propensão maior a ter profissionais oriundos de outros estados. Em estados menores e com mercados mais restritos, como é o caso do Rio Grande do Norte, aparentemente há uma menor migração de profissionais.

E, por fim, com relação às vidas pessoais percebemos que há grande influência da profissão de jornalista nelas, pois muitos planos de vida não são concretizados devido à total dedicação à profissão. Também carecemos de mais dados para tecer afirmações mais incisivas neste quesito.

O instrumento se mostrou eficaz, apesar terem sido necessários ajustes para a próxima fase. Do ponto de vista metodológico, foi possível conduzir a entrevista seguindo os preceitos da etnometodologia, da análise da conversa e da entrevista em profundidade. Além disso, podemos identificar nas entrevistas os cinco conceitos-chave da etnometodologia são: a prática, a indicialidade, a reflexividade, a *accountability* e a noção de membro.

A prática porque nos dedicamos a ela em toda a condução das conversas. A indicialidade esteve presente em todos os momentos, pois pudemos identificar que algumas reações iam além das palavras proferidas pelas fontes. A

reflexividade porque percebemos que eles construíram seus discursos no momento em que foram suscitados aos debates, não chegaram com opiniões fechadas - sobretudo porque não sabiam com exatidão as perguntas que seriam feitas.

A *accountability* pela capacidade crítica que os entrevistados tiveram ao avaliar suas práticas. E, por fim, a noção de membro pode ser percebida muito forte nas respostas proferidas, tanto pelo uso de termos da área, quanto pelo reforço de algumas práticas e discursos próprios da tribo jornalística (TRAQUINA, 2004).

CAPÍTULO 5

O QUE REVELA A PESQUISA QUANTITATIVA

Tendo em vista o pré-teste do instrumento realizado por meio de entrevistas em profundidade e apresentado no capítulo anterior, discorreremos aqui sobre a segunda etapa da pesquisa de campo, que consistiu em uma pesquisa quantitativa. Aplicamos um questionário *online* e consideramos aqui as 372 respostas válidas obtidas no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal.

Para facilitar as comparações, discutimos cada questão com dois gráficos, o primeiro com os dados referentes aos potiguares e o segundo se referindo aos brasilienses. Assim, o universo total corresponde a 372, sendo 67 referentes ao Rio Grande do Norte e 305 ao Distrito Federal.

Utilizamos variadas tipologias de gráficos e tabelas sempre que possível para melhor ilustrar os resultados numéricos obtidos. Devido ao fato da amostragem brasiliense ser aproximadamente cinco vezes maior que a do estado potiguar, enfatizamos os recursos que consideram a porcentagem obtida, para comparação proporcional.

Alguns dados estatísticos foram comparados com a maior pesquisa já feita, até então, dentre os jornalistas brasileiros (MICK; LIMA, 2013), e com a amostragem geral da população dos dois lugares, tendo como base o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retrato da população brasileira da década 2010-2020 (IBGE, 2010).

Todavia sabemos que não é uma comparação fiel, servindo apenas como base, pois a amostragem geral engloba todos os tipos de escolaridade, todas as classes sociais e demais características que compreendemos que dentre os jornalistas são menos diversas; por exemplo, pertencem majoritariamente à classe média (TRAVANCAS, 2011).

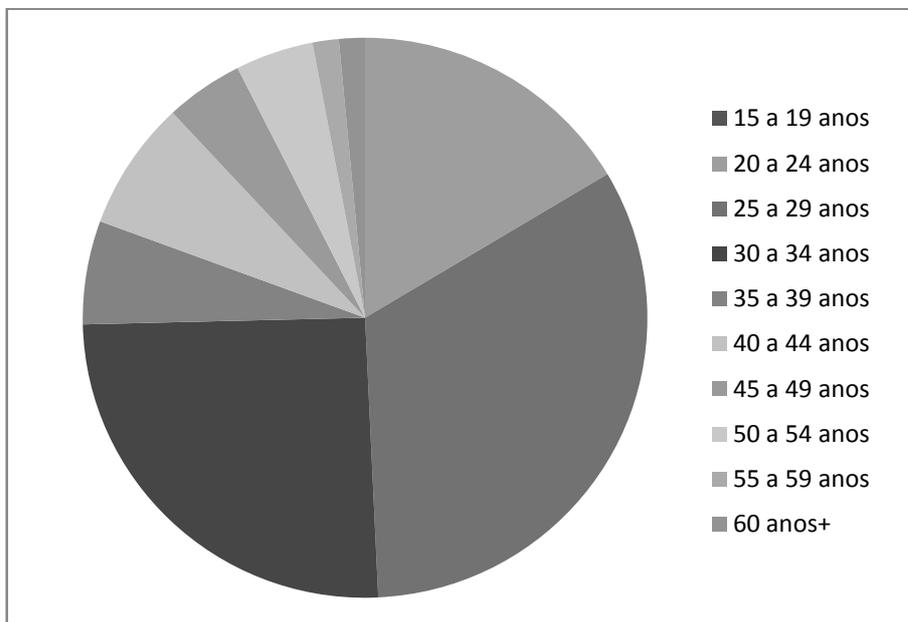
5.1 Dados demográficos

Conforme mencionado no capítulo metodológico, após a questão-triagem a primeira pergunta obrigatória se referia às idades dos jornalistas. Seguindo a

divisão de pirâmide etária adotada pelo censo (IBGE, 2010), dividimos a faixas etárias em grupos de cinco anos. Na amostra do Rio Grande do Norte (gráfico 4), obtivemos: 15 a 19 anos: nenhuma resposta; 20 a 24 anos: 11; 25 a 29 anos: 22; 30 a 34 anos: 17; 35 a 39 anos: 4; 40 a 44 anos: 5; 45 a 49 anos: 3; 50 a 54 anos: três; 55 a 59 anos: 1; e 60 anos ou mais: uma. No Distrito Federal (gráfico 5), os resultados foram: 15 a 19 anos: uma resposta; 20 a 24 anos: 46; 25 a 29 anos: 82; 30 a 34 anos: 56; 35 a 39 anos: 47; 40 a 44 anos: 21; 45 a 49 anos: 13; 50 a 54 anos: 14; 55 a 59 anos: 15; e 60 anos ou mais: dez.

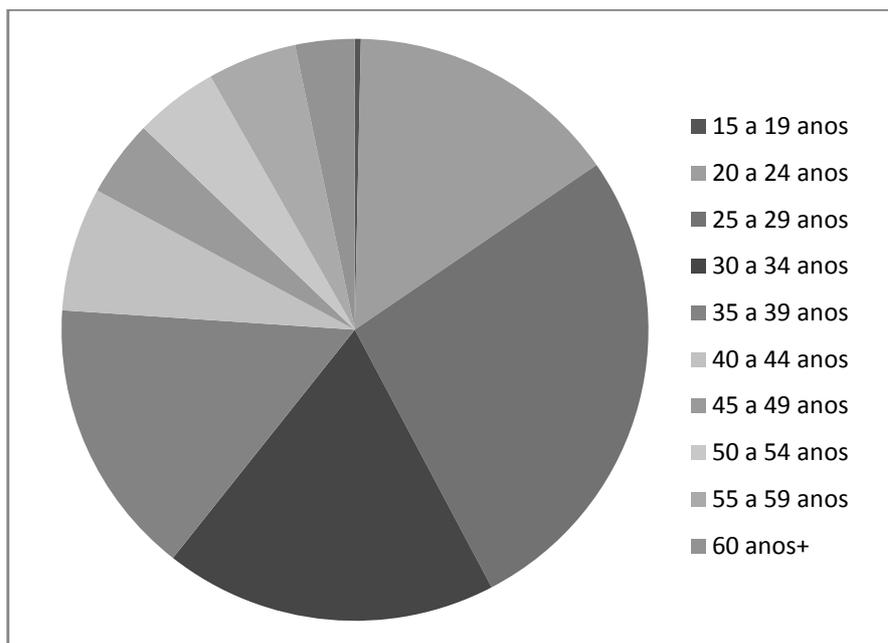
É possível visualizar nos gráficos uma diferença expressiva de faixa etária nos dois lugares. Enquanto praticamente metade da amostra potiguar compreende as duas faixas de idades de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, no Distrito essas mesmas faixas somam pouco mais de um terço da amostra. Ou seja, é notável que a amostra brasiliense tem uma média de idade mais avançada do que no estado potiguar.

Gráfico 4: Idade dos potiguares



Fonte: Autoria própria

Gráfico 5: Idade dos brasileiros



Fonte: A autoria própria

Mick e Lima (2013) apontam que no Brasil 59% dos jornalistas têm até 30 anos e que essa juvenização da profissão foi resultado do crescimento de ofertas de cursos de Jornalismo no país. "Parcela expressiva dos estudantes se engaja desde cedo na vida profissional, como estagiários ou em funções de baixa remuneração, com ou sem carteira assinada: esta é a principal dinâmica de acesso ao mercado de trabalho" (MICK; LIMA, 2013, p. 33).

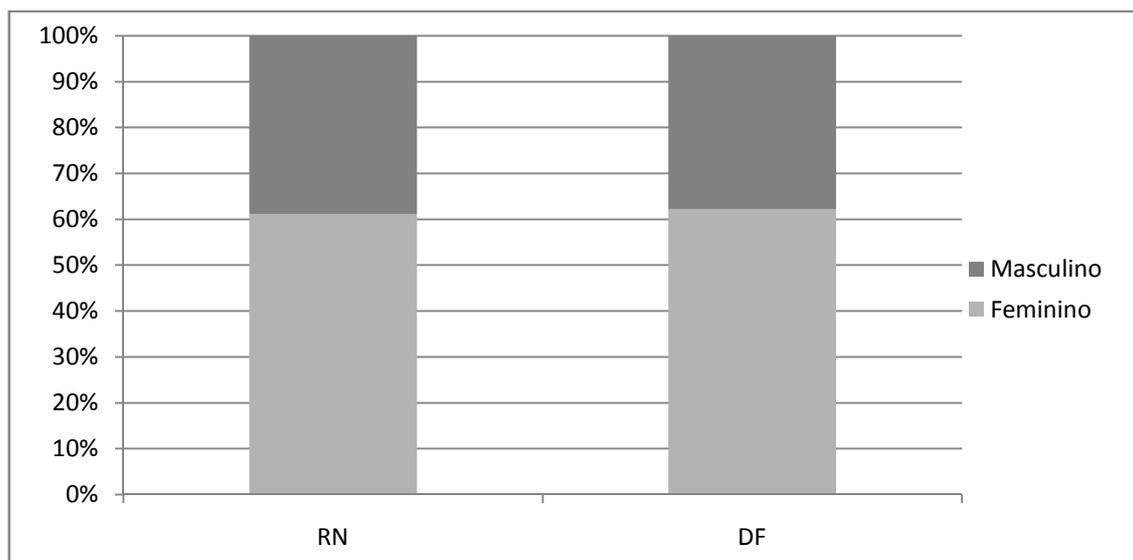
Com relação ao gênero, a questão também era obrigatória e foi respondida por todos (gráfico 6). As opções eram feminino, masculino e outro⁶⁷; apesar do IBGE (2010) só disponibilizar as duas primeiras opções, optamos por deixar aberta a possibilidade para diversas nomenclaturas e identidades de gênero. No entanto, ninguém do universo da amostra optou por "outro". No Rio Grande do Norte os resultados foram: gênero feminino 41 respostas e masculino 26. No Distrito Federal obtivemos no gênero feminino 190 respostas e no masculino 115.

Inclusive, a proporção é praticamente idêntica nos dois locais, com pouco mais de 60% de presença feminina, o que acompanha o dado nacional de

⁶⁷ Sempre que possível, disponibilizamos a opção "outro" nas questões por entender que a dualidade sim/não nem sempre se aplica e também pela possibilidade de haver detalhes não previstos.

jornalistas, que é de 63,7% de mulheres (MICK; LIMA, 2013). Na amostragem geral do Brasil, sabemos que há cerca de 51% de mulheres e 49% de homens, proporção que se repete no RN, entretanto no DF as mulheres passam dos 52% (IBGE, 2010). Ou seja, o jornalismo hoje tem maior presença feminina do que na população em geral.

Gráfico 6: Dados do RN e do DF sobre gênero

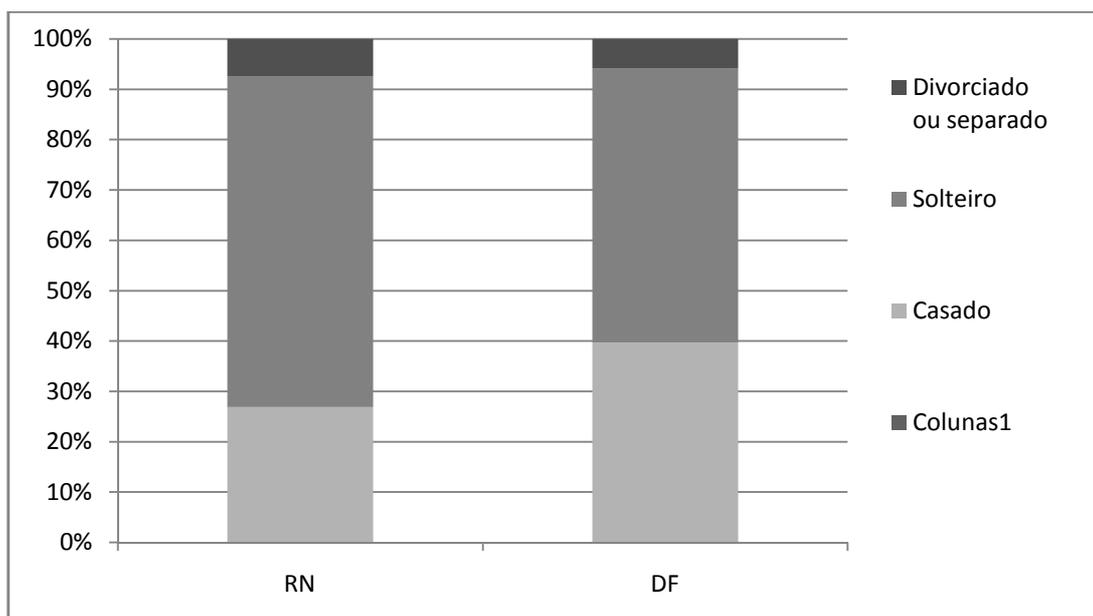


Fonte: Autoria própria

Partindo para a próxima questão, que se referiu ao estado civil dos entrevistados, disponibilizamos as opções: solteiro, casado, viúvo, divorciado ou separado e outro, sendo esta última voltada a nomenclaturas diversas. Baseamos nas opções de nupcialidade disponibilizadas pelo IBGE (2010), que são solteiro, casado, viúvo, divorciado e desquitado ou separado judicialmente. Como era uma questão obrigatória, todos responderam (gráfico 7).

No Rio Grande do Norte, obtivemos: solteiro: 44, casado: 18, divorciado ou separado: cinco. Já no Distrito Federal, o resultado foi: solteiro: 166, casado: 121, divorciado ou separado: 18. Nas opções "outro" e "viúvo" não houve nenhuma resposta.

Gráfico 7: Estado civil dentre os jornalistas potiguares e brasilienses



Fonte: Autoria própria

O dado mais expressivo se refere à quantidade de solteiros, que passa dos 65% no RN e de 55% no DF, dados que são compatíveis com o censo, pois no RN quase 60% da população é solteira e no DF mais de 57% (IBGE, 2010). Também é a aproximada a quantidade de jornalistas casados; no RN somam cerca de 27% e no DF cerca de 40%, sendo que na amostragem geral da população (IBGE, 2010) dos dois lugares é mais de 32% e quase 37%, respectivamente.

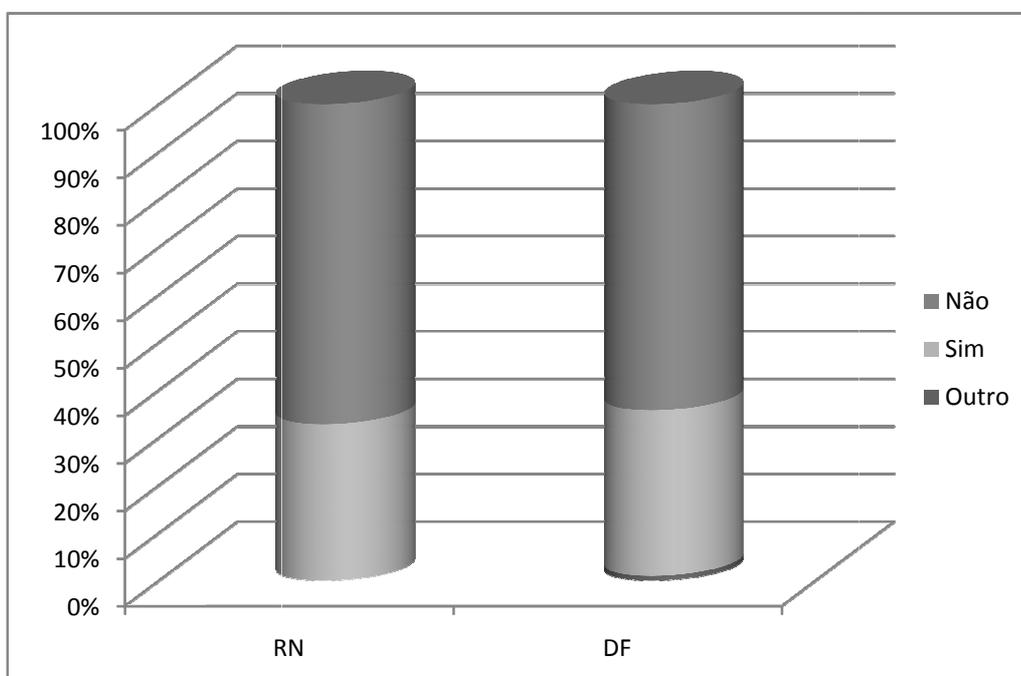
Ou seja, não há tanta diferença de proporção entre jornalistas solteiros e casados em comparação à amostragem geral do censo, no entanto observamos que no RN há bem mais solteiros e menos casados em comparação ao DF, possivelmente pela diferença de média de idade apresentada anteriormente.

Na pesquisa nacional, Mick e Lima (2013) apresentaram as seguintes estatísticas entre os jornalistas: 60,5% solteiros, 22,4% casados, 11,4% em união estável, 1,6% separados, 3,6% divorciados e 0,4% outras categorias. Com relação aos solteiros, os potiguares e brasilienses têm 5% de diferença em comparação à média (para mais e para menos), entretanto no DF há quase o dobro de casados do que a estatística nacional de jornalistas.

Em seguida havia uma questão sobre filhos, na qual as opções eram: sim, não e outro (gráfico 8). Também era uma pergunta obrigatória e que todos responderam. No Rio Grande do Norte foram 45 marcações "não" (aproximadamente 67%), 22 "sim" (quase 33%) e nenhum "outro".

No Distrito Federal: 196 "não" (cerca de 64%), 106 "sim" (quase 35%) e três pessoas marcaram "outro" (menos de 1%), sendo estes com observações relacionadas a gravidezes. Percebemos aqui dados bastante semelhantes nos dois locais. Vale ressaltar que, segundo o censo (IBGE, 2010), casais sem filho e pais sozinhos já são maioria no país (50,5% dos lares).

Gráfico 8: Proporção de jornalistas que têm filhos



Fonte: Autoria própria

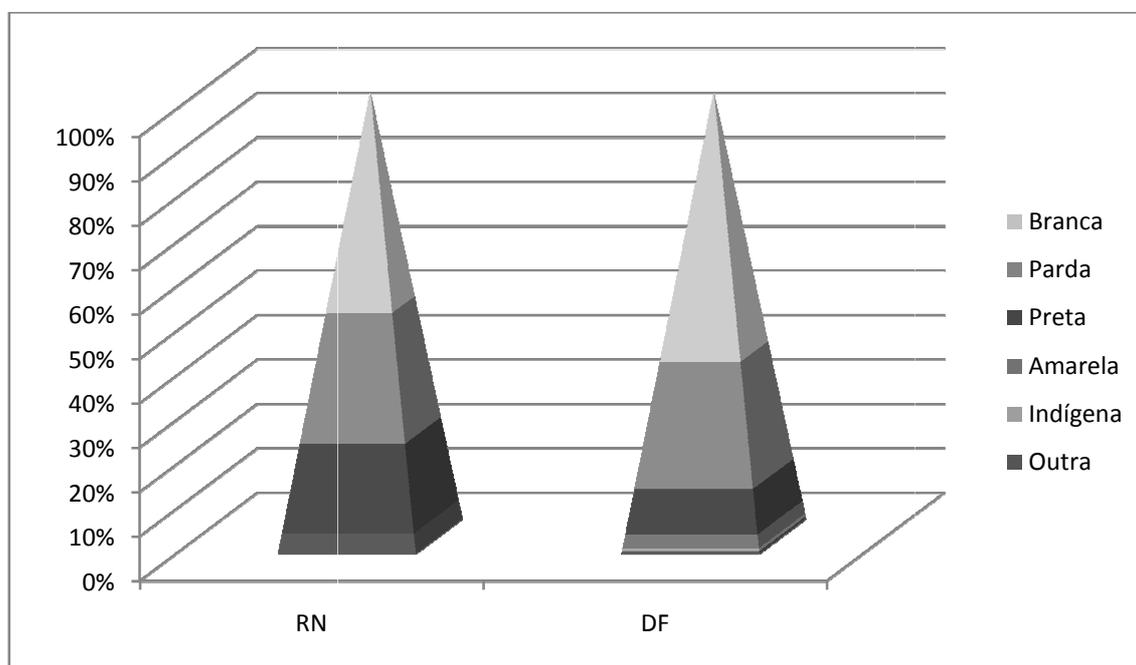
Também seguindo definições do IBGE (2010), utilizamos os termos raça ou cor⁶⁸ com as opções: branca, preta, amarela, parda e indígena, acrescentando a opção "outro" para quem desejasse utilizar outra nomenclatura (gráfico 9). Assim, a pergunta obrigatória foi respondida por todos e obtivemos o resultado a seguir. No Rio Grande do Norte, as marcações foram: branca: 32 (quase 48%), parda: 19

⁶⁸ Os termos raça, cor e mesmo as opções que se apresentam (branca, parda, amarela etc.) nesse sentido são problematizadas por diversos autores, entretanto optamos por manter as designações apresentadas pelo IBGE.

(mais de 28%), preta: 13 (cerca de 19%), amarela: nenhuma, indígena: nenhuma e outra: três (cerca de 5%).

Já no Distrito Federal, obtivemos: branca: 178 (cerca de 58%), parda: 84 (mais de 27%), preta: 30 (menos de 10%), amarela: 9 (quase 3%), indígena: dois (menos de 1%) e outra: dois (menos de 1%). Os que optaram pela última opção citada responderam: latina, mestiço, miscigenado, não sei informar e negra (neste último caso consideramos que não houve concordância com as opções baseadas no IBGE).

Gráfico 9: Autodeclaração de raça e cor dentre jornalistas potiguaros e brasilienses



Fonte: Autoria própria

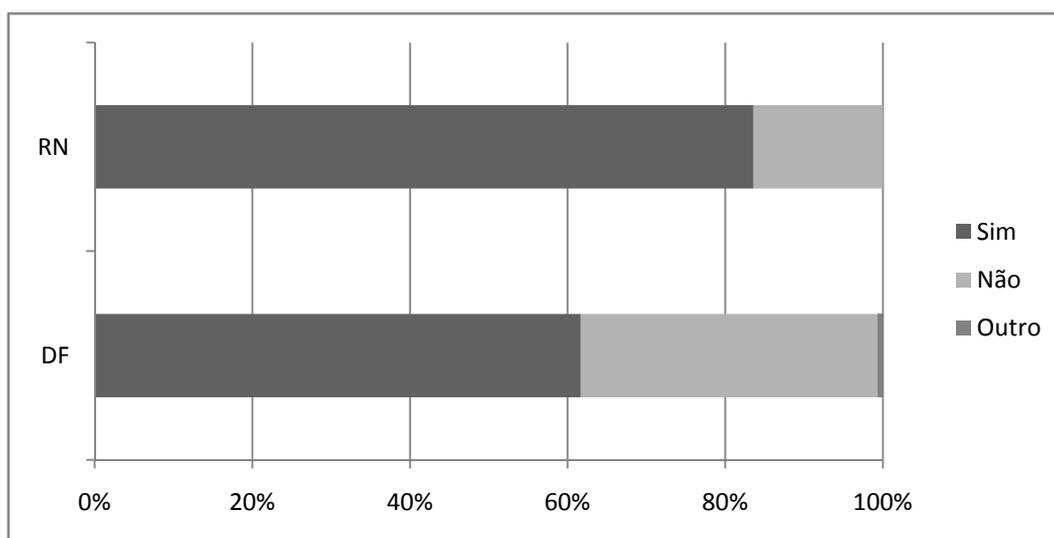
Debruçando-nos sobre estes dados, de pronto identificamos uma diferença de 10% a mais na quantidade de autodeclarados brancos no Distrito Federal, bem como quase 10% a mais de diferença na quantidade de jornalistas que marcaram a opção "preta" no Rio Grande do Norte.

Segundo Mick e Lima (2013, p. 34), é bastante diferente a distribuição por cor e raça entre os jornalistas brasileiros em comparação ao restante da população: "declaram-se brancos 72,2% dos jornalistas, contra 18,4% de pardos, 5,3% de pretos, 1,5% de amarelos e 0,7% de indígenas" e 1,8% outros, enquanto

que na amostragem geral do país os brancos eram 47,7%, pardos 43,1%, pretos 7,6%, amarelos 1,1% e indígenas 0,4% (IBGE, 2010). Os autores ressaltam que entre os jornalistas o total de negros (pretos e pardos, como eles consideram) é menor que a metade destes na população nacional (23,7% contra 50,7%), o que possivelmente decorre da desigualdade de acesso ao ensino superior em função de cor e raça.

Partindo para a questão seguinte, que foi a afirmação "meu estado/distrito de origem é onde atuo como jornalista no momento", apresentamos as opções "sim", "não - vim de outro estado" e "outro" (gráfico 10). No Rio Grande do Norte as marcações foram 56 sim (quase 84%) e 11 não (mais de 16%). No Distrito Federal o resultado foi: 188 sim (mais de 61%), 115 não (quase 38%) e dois marcaram o opção outro⁶⁹ (menos de 1%).

Gráfico 10: Meu estado/distrito de origem é onde atuo como jornalista no momento



Fonte: Autoria própria

A próxima questão, sobre escolaridade, era obrigatória e todos responderam. Demos a orientação que deveria ser considerado o grau mais alto de instrução. As opções dadas foram: ensino médio completo, ensino superior

⁶⁹ Inicialmente, sete jornalistas responderam "outro", sendo que desses 5 indicaram a origem (Goiás, MG, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro) e assim consideramos nas estatística do "não".

incompleto/em andamento⁷⁰, ensino superior completo, especialização ou MBA incompleto/em andamento, especialização ou MBA completo, mestrado incompleto/em andamento, mestrado completo, doutorado incompleto/em andamento, doutorado completo e outro (gráfico 11).

Optamos por não disponibilizar graus abaixo de ensino médio completo por acreditar que os jornalistas devam ter no mínimo essa formação. No entanto, deixamos a opção "outro" (com espaço para escrever a resposta), voltada a casos não previstos⁷¹.

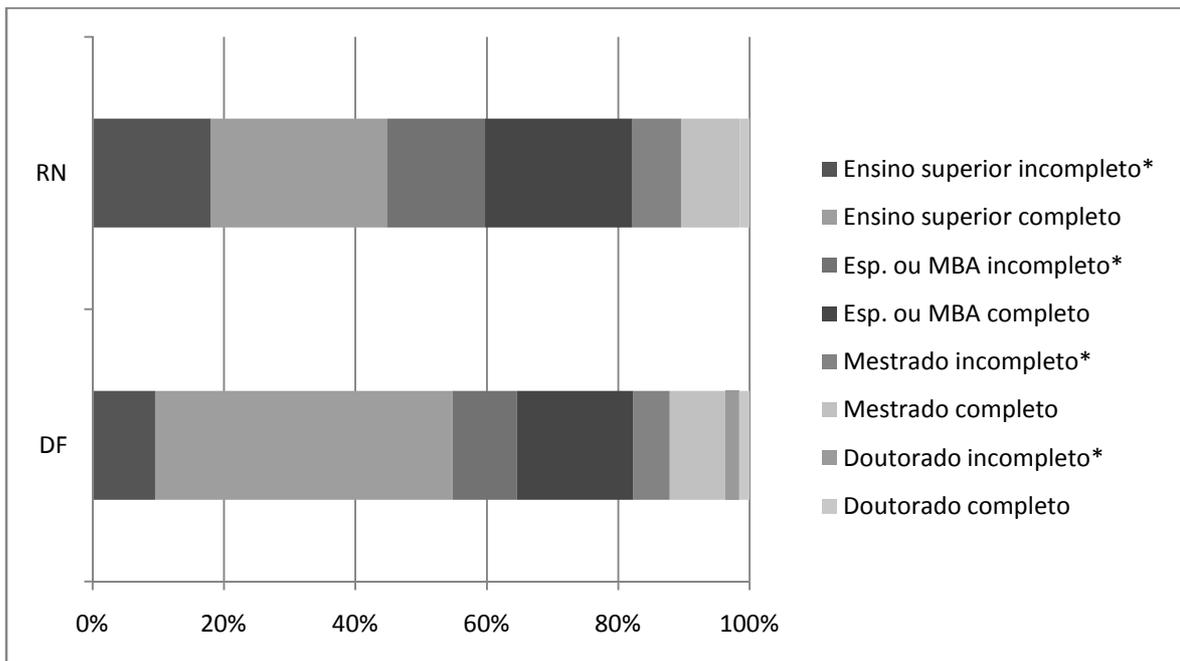
Os números do Rio Grande do Norte apontam: ensino médio completo: nenhum, ensino superior incompleto/em andamento: 12, ensino superior completo: 18, especialização ou MBA incompleto/em andamento: 10, especialização ou MBA completo: 15, mestrado incompleto/em andamento: cinco, mestrado completo: seis, doutorado incompleto/em andamento: nenhum e doutorado completo: um.

As opções escolhidas pelos jornalistas do Distrito Federal foram: ensino médio completo: nenhum, ensino superior incompleto/em andamento: 29, ensino superior completo: 138, especialização ou MBA incompleto/em andamento: 30, especialização ou MBA completo: 54, mestrado incompleto/em andamento: 17, mestrado completo: 26, doutorado incompleto/em andamento: seis e doutorado completo: cinco.

⁷⁰ Diferenciamos "incompleto" de "em andamento" porque o incompleto pode referir-se a quem pausou ou desistiu do curso, enquanto que o em andamento significa que está cursando no momento.

⁷¹ Duas pessoas que marcaram "outro" especificaram "curso técnico em eletrônica" e "pós-graduação incompleto". Após verificação, constatamos que os dois que alegaram ensino médio completo e o que alegou o curso técnico na verdade estão cursando graduações, mas não marcaram tal opção. O que alegou "pós-graduação incompleto" e não especificou, consideramos como graduação completa.

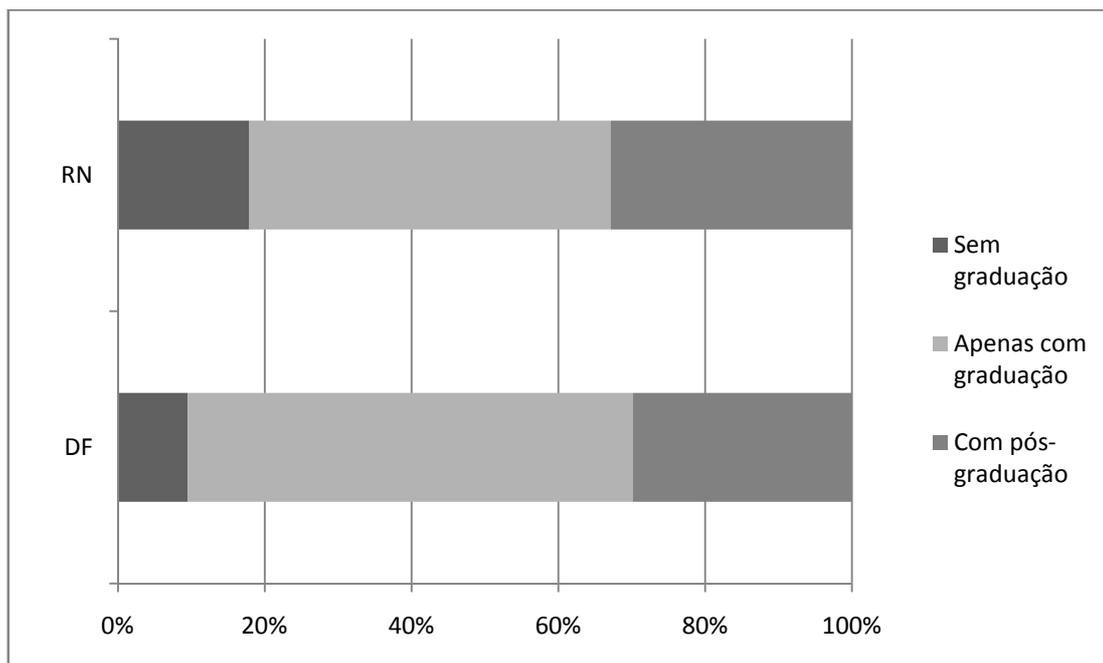
Gráfico 11: Escolaridade dos jornalistas



Fonte: Autoria própria
*Ou em andamento

Visando uma melhor visualização dos dados, aglutinamos os dados em três grandes grupos (gráfico 12): 1) Atuam sem graduação (graduação incompleta ou em andamento); 2) Atuam apenas com a graduação (ensino superior completo, especialização ou MBA incompleto/em andamento, mestrado incompleto/em andamento); 3) Já concluíram alguma pós-graduação (especialização ou MBA completo, mestrado completo, doutorado incompleto/em andamento, doutorado completo).

Gráfico 12: Escolaridade dos jornalistas com respostas aglutinadas por formação



Fonte: Autoria própria

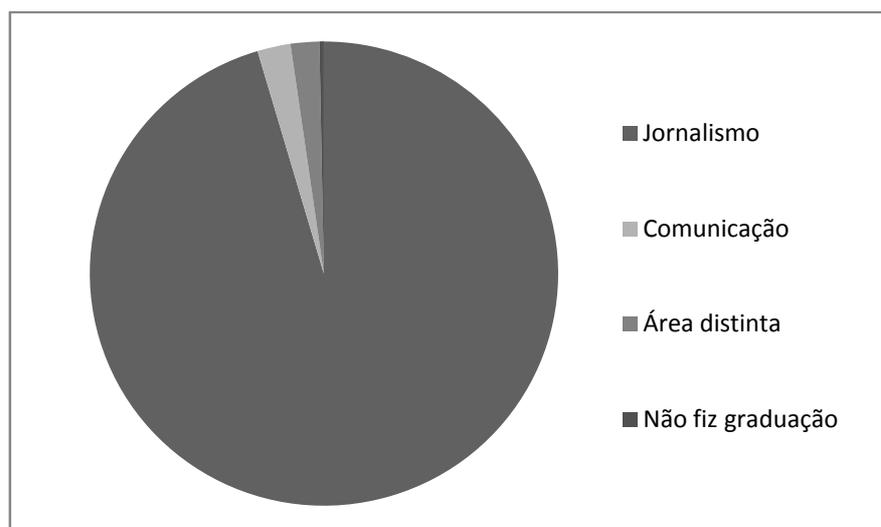
Obtivemos os seguintes números na amostragem do Rio Grande do Norte: quase 18% atuam sem graduação (12 respostas), pouco mais de 49% atuam apenas com graduação (33 respostas) e quase 33% têm pós-graduação (22 respostas) - ou seja, com Ensino Superior são 82%. No Distrito Federal pouco mais de 9% atuam sem graduação (29 respostas), quase 61% atuam apenas com graduação (185 respostas) e quase 30% com pós-graduação (91 respostas), somando assim 91% de jornalistas com Ensino Superior.

Em complementação à pergunta anterior, a próxima questão versava sobre o curso de graduação, com as opções "Jornalismo", "outro curso de Comunicação", "outro curso de outra área", "não fiz graduação" e "outro" (gráficos 13 e 14). Buscávamos verificar se mesmo dentre os formados havia pessoas graduadas em outros cursos e que, mesmo assim, atuavam como jornalistas. A questão era obrigatória e havia a possibilidade de marcar quantas opções quisesse. Não especificamos se a graduação deveria ser completa ou não, pois gostaríamos de identificar a variedade de cursos mesmo dentre os ainda estudantes.

No DF, mais de 95% (292 jornalistas) indicaram que cursam ou cursaram Jornalismo, sendo que 28 destes (quase 10% dos que marcaram Jornalismo)

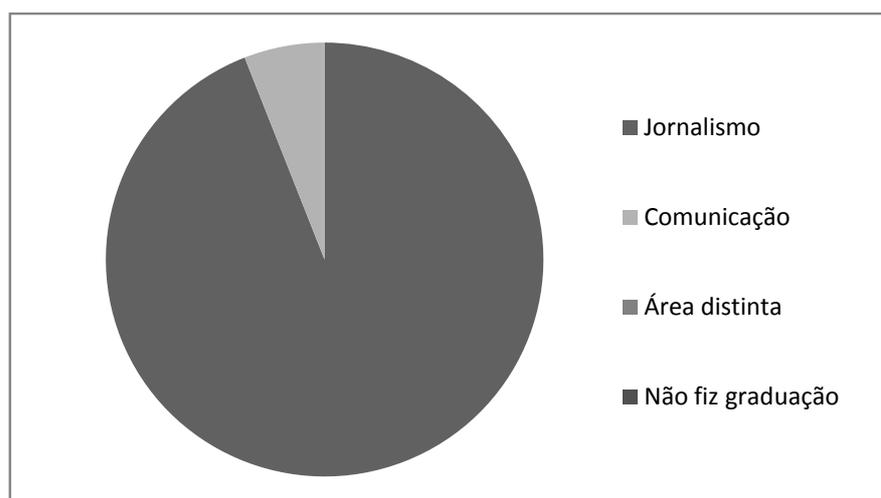
também cursam ou cursaram outras graduações, quase metade sendo outros cursos de Comunicação e o restante em áreas distintas. Os 5% que não cursam nem cursam Jornalismo se dividem entre as opções "outro curso da Comunicação" (sete pessoas, pouco mais de 2%), "outro curso de outra área" (seis pessoas, pouco menos de 2%) e apenas um⁷² marcou "não fiz graduação" (menos de 1%).

Gráfico 13: Cursos de graduação dos jornalistas brasileiros



Fonte: Autoria própria

Gráfico 14: Cursos de graduação dos jornalistas potiguares



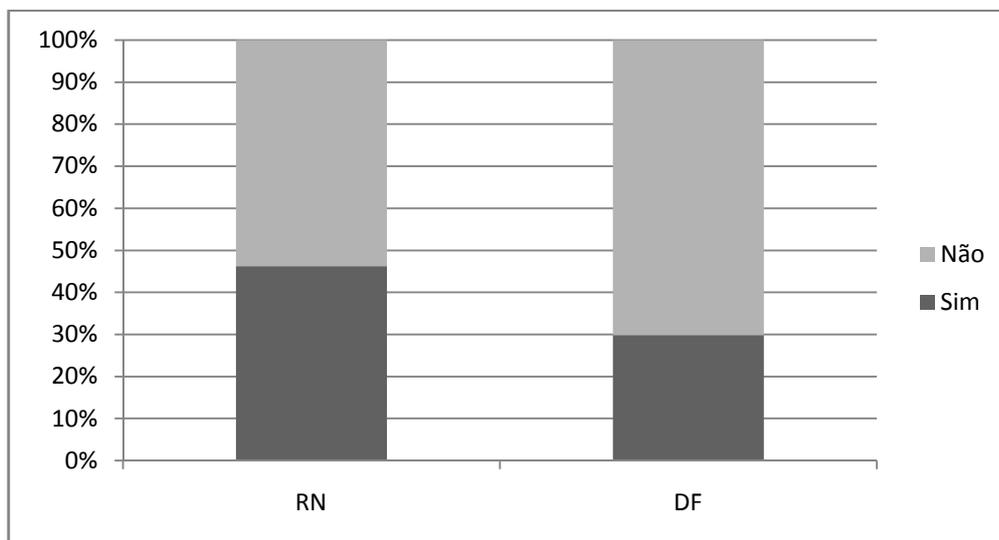
Fonte: Autoria própria

⁷² A pessoa que disse que não fez graduação marcou anteriormente "ensino superior incompleto/em andamento" e como não está estudando no momento, então provavelmente desistiu do curso. Apesar disso, atua no mercado jornalístico de Brasília há pelo menos seis anos.

No RN, quase 94% (63 jornalistas) cursam ou cursaram Jornalismo, destes mais de 22% também fizeram outra graduação, sendo a metade na área de Comunicação e metade em campo distinto. Apenas quase 6% (quatro pessoas) não têm formação no Jornalismo, mas todos esses fizeram outros cursos de Comunicação.

Concluindo o quesito escolaridade, por meio da questão obrigatória seguinte pudemos verificar quem estava estudando no momento, com a recomendação "considere graduação ou pós-graduação" (gráfico 15). As opções eram sim, não e outro.

Gráfico 15: Jornalistas que estão ou não estudando



Fonte: Autoria própria

Na amostra do Rio Grande do Norte foram 36 não (quase 54%) e 31 sim (pouco mais de 46%), enquanto que no Distrito Federal foram 214 não (70%) e 91 sim (30%). Não consideramos nenhuma marcação "outro" nos dois locais⁷³. Sendo assim, observamos que no estado potiguar há muito mais estudantes (uma diferença de 16%), provavelmente a expressão dos quase 18% de jornalistas

⁷³ Duas pessoas escolheram "outro" e especificaram "Letras" e "mestrado", então consideramos como "sim". Foram descartadas oito respostas "sim", sete do DF e uma do RN, porque não atenderam à especificação para considerar apenas graduação e pós-graduação (respostas excluídas: três citaram concurso público, três citaram cursos de línguas, um citou comunicação independente e um citou mídias), checagem que fizemos por meio da questão seguinte.

potigüares que marcaram a opção "graduação incompleta ou em andamento", como observamos anteriormente.

Quem respondeu "sim" ou "outro" teve acesso à questão exclusiva seguinte: "o que você está estudando?", com as opções: graduação - Jornalismo, graduação - outro curso da Comunicação, graduação - outra área, especialização ou MBA - área da comunicação, especialização ou MBA - outra área, mestrado - área da comunicação, mestrado - outra área, doutorado - área da comunicação, doutorado - outra área e outros.

Nosso objetivo era verificar que tipo de estudo estava sendo realizado, se para formação básica em Jornalismo ou pós-graduação, para confirmar dados obtidos nas questões anteriores. As 31 respostas de jornalistas potigüares se distribuíram da seguinte forma: 16 pessoas estavam cursando graduação (12 em Jornalismo e quatro em outros cursos da Comunicação), 10 cursando especialização ou MBA (oito na área da Comunicação e dois em outra área) e cinco cursando mestrado (todos na área da Comunicação).

No Distrito Federal os resultados foram 91 no total, sendo que 35 jornalistas estavam cursando graduação (23 em Jornalismo, dois em outro curso da Comunicação e 10 em outra área), 33 fazendo uma especialização ou MBA (26 na área da Comunicação e sete em outra área), 16 no mestrado (13 na área da Comunicação e três em outra área) e sete cursando doutorado (seis na área da Comunicação e um em outra área).

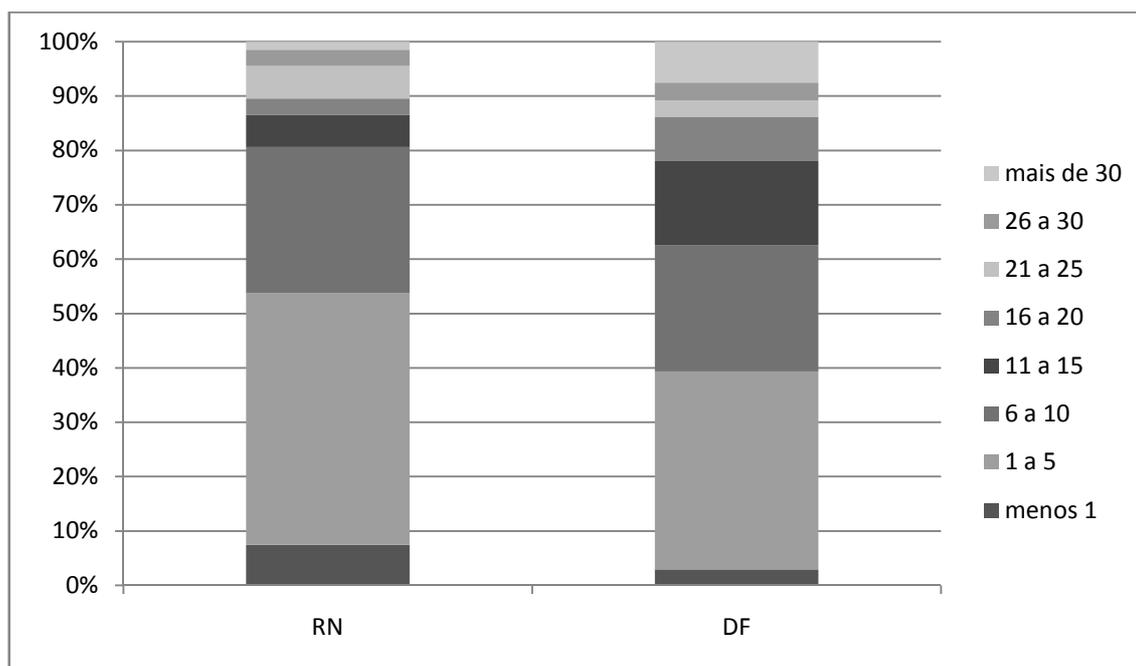
Ou seja, dentre os potigüares quase 52% dos respondentes dessa questão específica estavam cursando graduação e pouco mais de 48% pós-graduação, enquanto que dentre os brasilienses mais de 38% estavam cursando graduação e quase 62% pós-graduação, o que está dentro do esperado resguardando as proporções apresentadas anteriormente.

5.2 Dados profissionais

Iniciando a seção sobre dados profissionais, na primeira questão perguntamos sobre o tempo de atuação como jornalistas. Obtivemos como respostas, respectivamente no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal: menos

de um ano: cinco e nove; entre um e cinco anos: 31 e 111; entre seis e dez anos: 18 e 71; entre 11 e 15 anos: quatro e 47; entre 16 e 20 anos: dois e 25; entre 21 e 25 anos: quatro e nove; entre 26 e 30 anos: dois e 10; e mais de 30 anos: um e 23.

Gráfico 16: Tempo de atuação como jornalista

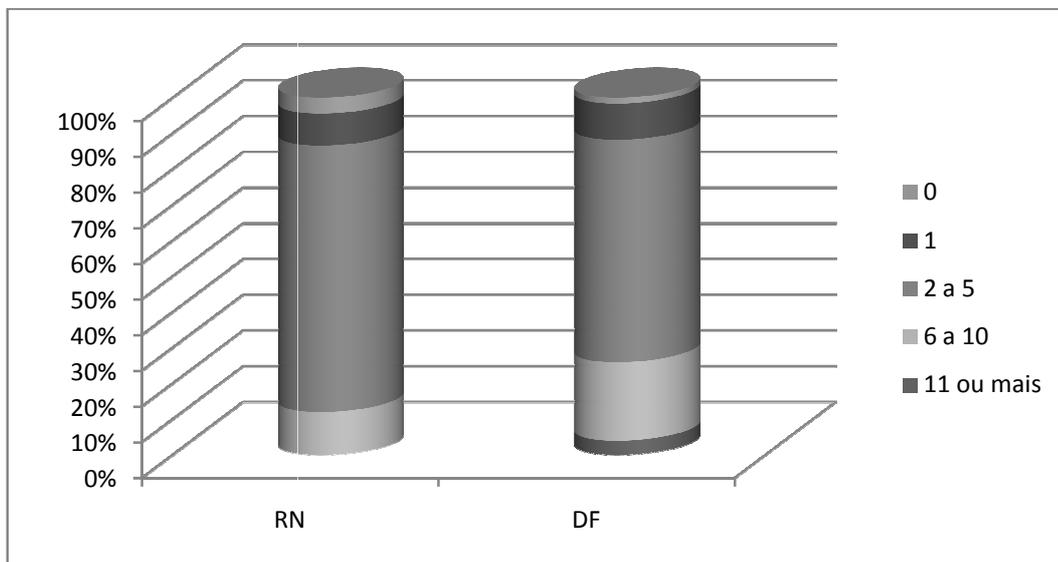


Fonte: Autoria própria

É possível identificar no gráfico 16, por meio de porcentagens, que a distribuição entre as categorias é bem mais irregular no estado potiguar, que concentra cerca de 80% de seus profissionais nas faixas que vão de zero a dez anos de experiência profissional (três das oito categorias), enquanto que as mesmas faixas no DF concentram pouco mais de 62%. O outro extremo também é notável, já que a faixa dos que têm mais de 30 anos de profissão no RN corresponde a menos de 1,5% e no DF 7,5%, em valores aproximados.

Partindo para a questão seguinte, buscávamos saber por quantas empresas os jornalistas passaram ao longo do tempo de carreira até então (gráfico 17), a fim de verificar essa dinâmica de troca de emprego, muito comum na trajetória do jornalista. Ressalvamos que era para ser considerada a quantidade de diferentes vínculos que se teve como jornalista e também pra considerar nessa contagem trabalhos como *freelancer*, estagiário, assessor etc.

Gráfico 17: Quantidade de empresas para as quais os jornalistas trabalharam



Fonte: Autoria própria

No Rio Grande do Norte, pouco mais de 4% (três pessoas) marcaram "nenhuma empresa"; quase 9% (seis pessoas) marcaram "uma empresa"; quase 75% (50 pessoas) optaram por "de duas a cinco empresas"; quase 12% (oito pessoas) escolheram a opção "de seis a 10 empresas"; e nenhuma marcou "mais de 10 empresas".

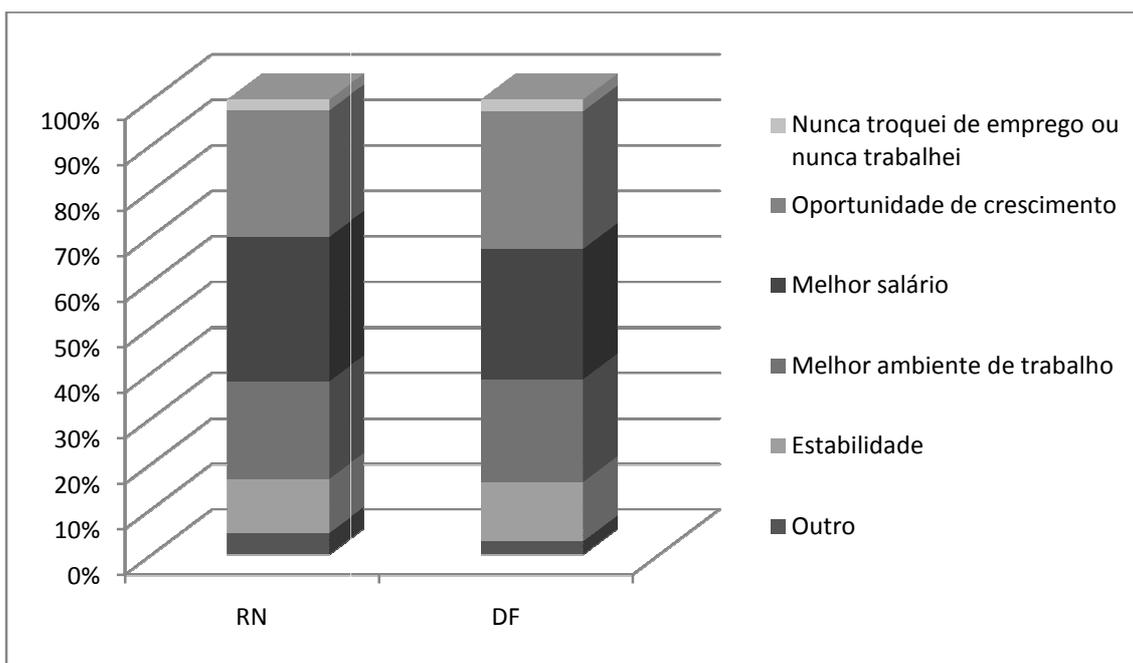
No Distrito Federal foram feitas as seguintes marcações: "nenhuma empresa" foi marcada por menos de 2% (cinco pessoas); "uma empresa" por pouco mais de 10% (31 pessoas); "de duas a cinco empresas" por mais de 62% (190 pessoas); "de seis a 10 empresas" por quase 22% (67 pessoas); e "mais de 10 empresas" por quase 4% (12 pessoas).

No intuito de descobrir os principais motivos para troca de emprego, a pergunta seguinte era de múltiplas marcações e disponibilizou as seguintes opções: nunca troquei de emprego ou nunca trabalhei (três marcações no RN e 17 no DF), oportunidade de crescimento (35 no RN e 197 no DF); melhor salário (40 no RN e 187 no DF); melhor ambiente de trabalho (27 no RN e 147 no DF); estabilidade (15 no RN e 85 no DF); e outro (seis no RN e 19 no DF).

Nessa questão a divisão por local foi quase equivalente, como podemos observar no gráfico 18. A opção que prevaleceu dentre os potiguares foi "melhor

salário", marcada por quase 60% dos respondentes, seguida por "oportunidade de crescimento", escolhida por pouco mais de 52%. Dentre os brasilienses a opção mais marcada foi "oportunidade de crescimento", escolhida por mais de 64%, e em seguida "melhor salário", com pouco mais de 61%.

Gráfico 18: Principais razões para a troca de emprego



Fonte: Autoria própria

Os jornalistas que marcaram a opção marcaram "outro" fizeram observações; algumas soaram como opções já disponíveis: "oportunidade", "novas oportunidades", "crescimento profissional", "desafios novos", "um misto de projeto mais excitante, salário e necessidade", "um misto de oportunidade de trabalhar com o que gosto com um salário mais legal".

A especificação "demissão" foi feita seis vezes, enfatizando que as trocas de trabalho não se trataram de escolhas próprias. Outras dinâmicas do mercado também foram citadas: "passaralhos", "crise", "demissão por corte de gastos", "troca-troca de empresa/licitação", "[pelo fato de] não conseguir algo fixo", "[para obter] carteira assinada". Outros conceitos utilizados na pesquisa, porém não mencionados no questionário, surgiram espontaneamente: "qualidade de vida", "para deixar de ser assediado moralmente no trabalho", "melhores condições de trabalho".

Algumas observações não fizeram sentido diante da pergunta, então acreditamos que tais pessoas recorreram a esse espaço para fazer alguma observação geral: "trabalho atualmente como assessora de imprensa de um candidato a prefeito", "atuava como estagiária e bolsista", "desenvolvo de forma continuada meu trabalho em diversas empresas", "só se fosse pra sair de Brasília", "estou há 27 anos no Globo".

A próxima questão, "quais funções do jornalismo você já desempenhou?" (tabela 12), teve como observação que poderia ser marcada mais de uma opção e que deveria ser utilizado o item "outro" para funções não listadas. Optamos por disponibilizar as funções mais tradicionais na lista e também por não especificar o tipo de mídia em que trabalham.

As opções eram: repórter ou produtor de conteúdo (jornal, revista, TV, rádio, web etc.), apresentador (TV, rádio, web etc.), pauteiro (jornal, revista, TV, rádio, web etc.), fotojornalista, editor de conteúdo ou similar (jornal, revista, TV, rádio, web etc.), chefe de redação ou similar (jornal, revista, TV, rádio, web etc.), gestor ou similar (diretor de veículo ou de empresa de Comunicação, dono de veículo etc.), assessor de imprensa, assessor de comunicação ou similar, professor ou instrutor (na área de Jornalismo), "outro" e ainda "nenhuma, nunca atuei como jornalista". O quantitativo das respostas obtidas pode ser verificado abaixo:

Tabela 12: Funções jornalísticas já desempenhadas pelos entrevistados

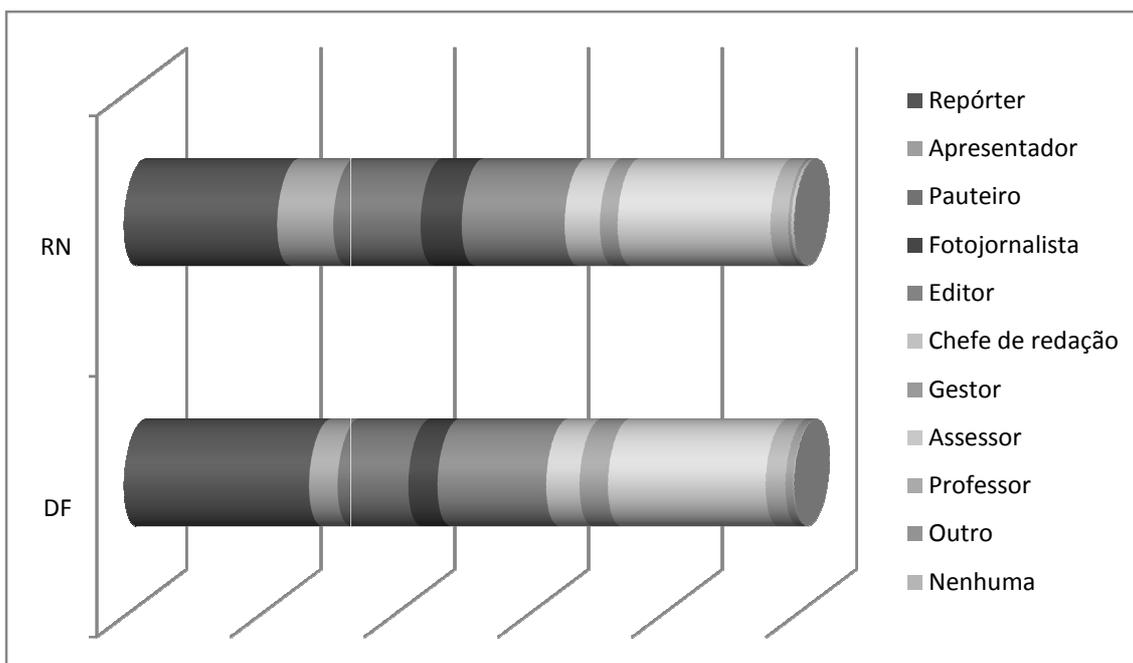
Função	RN	DF
Nenhuma	01	01
Repórter	52	260
Apresentador	19	40
Pauteiro	30	101
Fotojornalista	14	41
Editor	35	153
Chefe de redação	12	47
Gestor ou similar	06	40
Assessor de imprensa	52	222
Professor	06	28
Outro	01	11

Fonte: Autoria própria

Observemos agora a representação proporcional dos dados (gráfico 19). Visualmente podemos perceber que a distribuição de funções é similar nos dois locais. As funções de repórter (mais de 77% no RN e mais de 85% no DF) e de assessor (mais de 77% no RN e quase 73% no DF) foram as que tiveram mais marcações. Em seguida vem a função de editor (mais de 52% no RN e 50% no DF) e de pauteiro (quase 48% no RN e mais de 33% no DF).

As opções menos marcadas foram: apresentador (mais de 28% no RN e mais de 13% no DF), fotojornalista (quase 21% no RN e mais de 13% no DF), chefe de redação (quase 18% no RN e mais de 15% no DF), gestor ou similar (quase 9% no RN e mais de 13% no DF) e professor de Jornalismo (quase 9% no RN e pouco mais que 9% no DF).

Gráfico 19: Funções desempenhadas pelos jornalistas ao longo da carreira



Fonte: Autoria própria

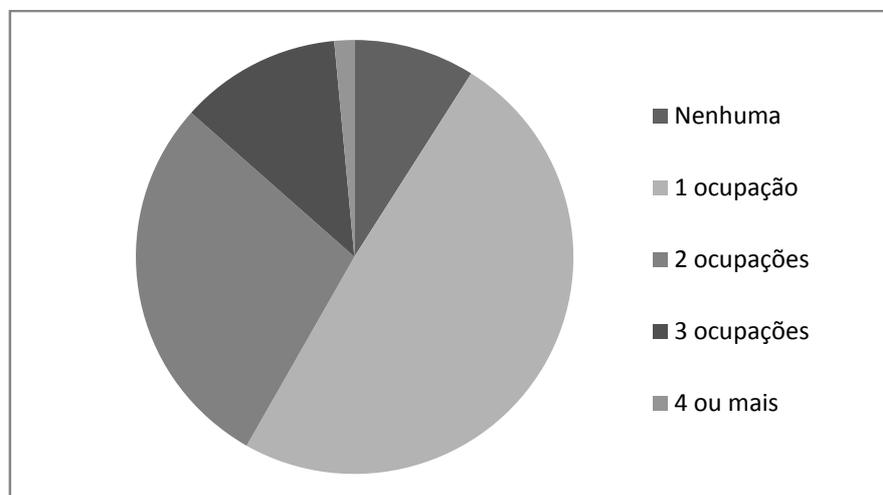
No Rio Grande do Norte, o que escolheu "outro" citou "diagramador". No Distrito Federal, citaram cinco vezes "analista de mídias sociais"; algumas respostas tinham equivalentes na lista: "diretor de TV", "coordenador de equipes", "coordenação de política substituta", correspondentes a gestor; "redatora", equivalente à opção repórter e produtor de conteúdo; "editor", correspondente a

editor de conteúdo; e ainda "colunista" e "administração de sistemas de gerenciamento de conteúdo".

Um dado peculiar é que 4% no RN e 2% no DF disseram que nunca trabalharam em nenhuma instituição (gráfico 17), mas nessa questão (gráfico 19) a proporção dos que disseram que nunca exerceram nenhuma função jornalística é menor (1,5% no RN e 0,3% no DF), o que nos leva a crer, pela diferença, que há pessoas que desempenharam funções jornalísticas durante sua formação (nas disciplinas ou em projetos da faculdade, por exemplo) e consideram isso como experiência profissional.

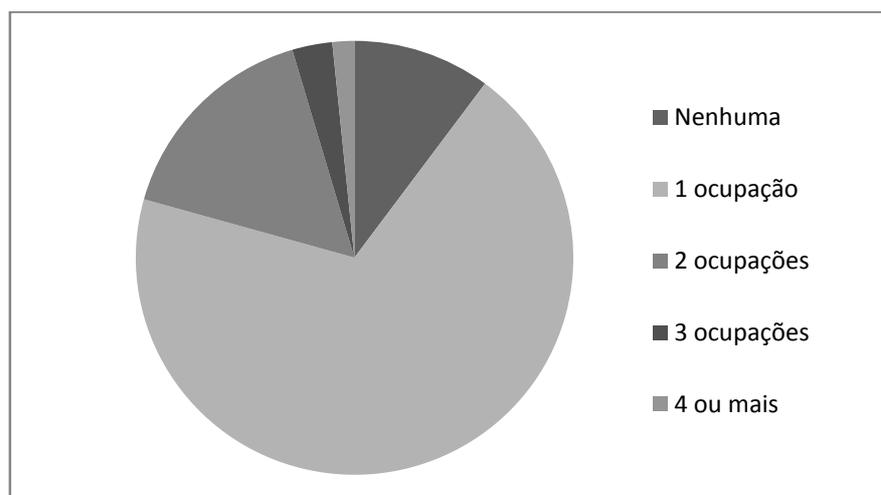
A próxima pergunta, "quantas ocupações você tem no momento (como jornalista)?", era obrigatória e foi respondida por todos. O termo ocupação foi escolhido em detrimento a emprego por causa dos variados e complexos tipos de vínculos, temática que abordaremos nas próximas questões. Optamos por não perguntar em quais empresas atuam no momento para garantir o anonimato da pesquisa.

Gráfico 20: Quantidade de ocupações como jornalista no RN



Fonte: Autoria própria

Gráfico 21: Quantidade de ocupações como jornalista no DF



Fonte: Autoria própria

Os dados obtidos no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal, respectivamente, foram: nenhuma ocupação como jornalista, seis e 31; uma ocupação, 33 e 211; duas ocupações, 19 e 49; três ocupações: 8 e 9; quatro ou mais ocupações: 1 e 5. Ou seja, quase 91% dos potiguares e quase 90% dos brasilienses da nossa amostra estão trabalhando no momento.

Como podemos observar (gráficos 20 e 21), no Distrito Federal há uma expressiva fatia de jornalistas com apenas uma ocupação: 211 pessoas, o que corresponde a quase 69% do total; esse mesmo dado, no Rio Grande do Norte, corresponde a quase 49% do total. Se considerarmos apenas os dados dos que estão trabalhando no momento (61 jornalistas do RN e 274 no DF), temos em dados aproximados: uma ocupação 54% dos potiguares e 77% dos brasilienses, duas ocupações 31% RN e 18% DF, três ocupações 13% RN e 3% DF, quatro ou mais ocupações 2% RN e 2% DF.

Aglutinando as opções, dentre os que estão ativos temos uma quantidade ainda mais expressiva de pessoas que tem pelo menos dois empregos: no RN são 46%, enquanto que no DF são 23%, exatamente a metade. Acreditamos que isso tem relação direta com a questão da remuneração, conforme debateremos futuramente.

É curioso observar que as 37 pessoas (cerca de 9% do RN e 10% do DF) que responderam "nenhuma ocupação jornalística" se consideraram "jornalistas atuantes" na pergunta-triagem, apesar de não terem nenhuma ocupação

jornalística no momento. Prevendo esse tipo de resposta, desenhamos o questionário com a possibilidade de redirecionamento a uma questão extra, que apareceria apenas para pessoas nessa situação: "por quais motivos você não tem nenhuma ocupação como jornalista no momento?".

Havia a recomendação de que era possível marcar mais de uma opção e também fazer observações. As opções eram: estou procurando emprego, estou me dedicando exclusivamente aos estudos, não tenho interesse em trabalhar como jornalista no momento, estou aposentado e outro.

No Rio Grande do Norte três pessoas disseram estar em busca de emprego, uma apenas estudando e uma aposentada. Já no Distrito Federal a maioria disse estar em busca de oportunidades (22 pessoas), sete apenas estudando, uma aposentada e duas não tem interesse em trabalhar no momento como jornalistas.

Havia ainda a opção "outros", que foi utilizada por uma pessoa do Rio Grande do Norte, que comentou: "mercado de jornal impresso está no fim, assessoria em baixa". De certa forma essa informação procede, tendo em vista que os jornais impressos na capital potiguar foram se extinguindo nos últimos anos e na atualidade há apenas um, Tribuna do Norte, jornal ligado aos políticos da família Alves. Em consequência das demissões em massa, os postos de trabalho de assessoria se tornaram mais disputados.

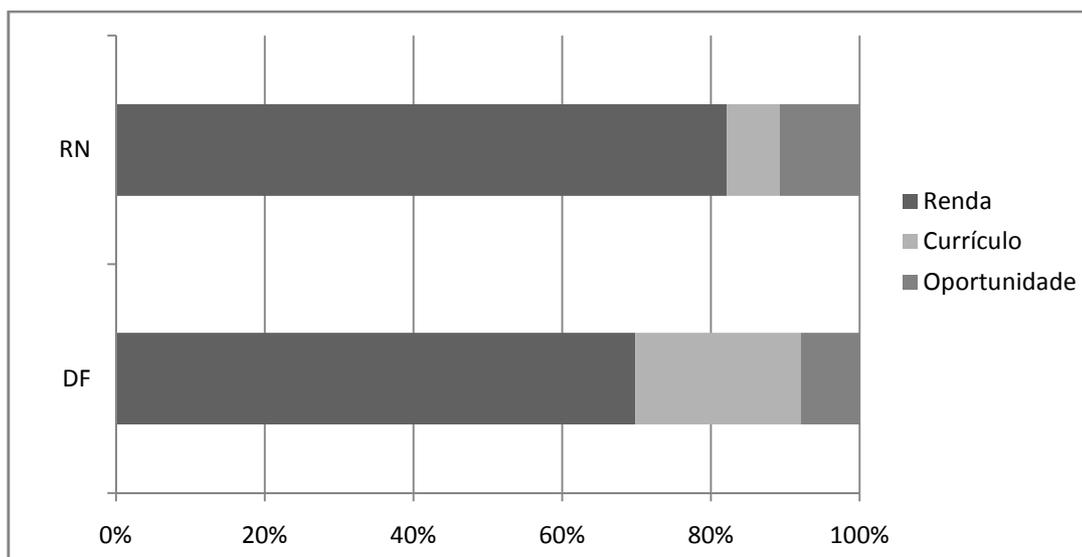
Quatro pessoas do Distrito Federal marcaram "outros", com os seguintes comentários: "as empresas privadas estão demitindo todo mundo. Eles fazem a gente trabalhar de PJ [Pessoa Jurídica] por um tempo e depois mandam embora"; "estou estudando para concursos"; "tive problemas com a primeira empresa que trabalhei após formado e pedi demissão da segunda para estudar. Comecei a trabalhar como *freelancer*, mas fui demitido da última empresa por um problema externo e fui forçado a encerrar contrato com o cliente"; "trabalhava em parceria com órgãos públicos".

A opção "não tenho interesse em trabalhar como jornalista no momento" foi disponibilizada para possíveis desistentes da profissão, apesar de que acreditamos que provavelmente pessoas nessa condição a princípio não iriam querer responder o questionário.

As próximas duas questões foram exclusivas para quem respondeu que tem dois ou mais empregos (28 do RN e 63 do DF, 91 pessoas no total), que conforme apresentamos corresponde a quase 46% dos jornalistas com emprego no RN e cerca de 23% dos brasilienses empregados.

Na primeira questão, "por que você tem mais de uma ocupação como jornalista?" foi dada a orientação: escolha a opção que mais se aproxima. A opção "para melhorar a renda" foi escolhida por 23 pessoas do RN (mais de 82% dos que responderam essa questão) e 44 do DF (quase 70%); "para ter experiências diversas no currículo" por dois do RN (pouco mais de 7%) e 14 do DF (pouco mais de 22%) e "para não perder nenhuma oportunidade" por três do RN (cerca de 11%) e cinco do DF (cerca de 8%) (gráfico 22).

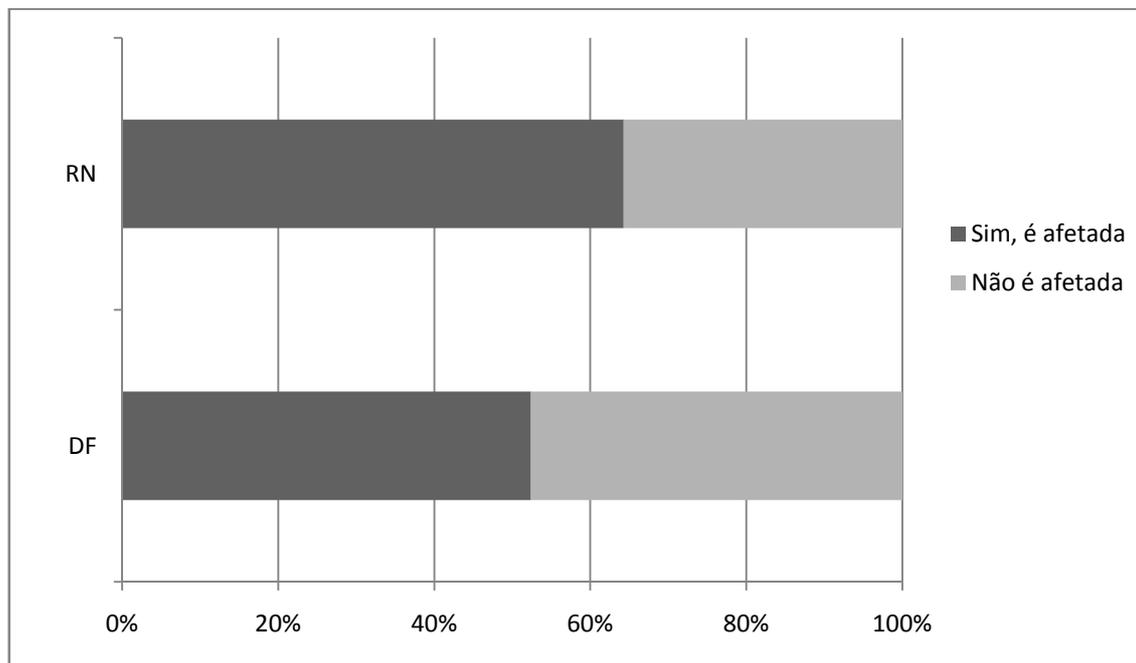
Gráfico 22: Motivos pelos quais os jornalistas têm múltiplas ocupações



Fonte: Autoria própria

Outra pergunta complementar foi feita: você acha que a qualidade do seu trabalho é afetada pelo fato de você ter mais de uma ocupação? (gráfico 23). Desconfiávamos que a resposta seria majoritariamente positiva. No RN foram 18 "sim" (mais de 64%) e 10 "não" (quase 36%); no DF 33 "sim" (mais de 52%) e 30 "não" (quase 48%).

Gráfico 23: Opinião sobre a qualidade do trabalho diante das múltiplas ocupações jornalísticas



Fonte: Autoria própria

Ou seja, mais da metade da amostra, nos dois locais, acreditam que a qualidade do trabalho fica prejudicada diante da dupla ocupação. Uma mulher do Distrito Federal, casada, com filhos, entre 30 e 34 anos, fez o seguinte comentário: "muitas vezes, a qualidade do trabalho é afetada pela falta de tempo para ficar com a família e ter mais horas de lazer". Por meio dessa fala já suscitamos assuntos tratadas pela pesquisa que virão nas questões seguintes: qualidade de vida, lazer, satisfação com o trabalho.

A partir deste ponto, teve início a seção "sobre o emprego atual", que foi disponibilizado apenas para quem disse que tem um ou mais empregos, ou seja, um total de 335 pessoas (61 são do RN e 274 do DF). Foi enfatizado que era para serem consideradas todas as ocupações atuais como jornalista.

A primeira pergunta dessa seção foi a respeito do vínculo nas ocupações jornalísticas. Era possível marcar mais de uma opção devido aos múltiplos empregos. Queríamos ter acesso a informações sobre os vínculos menos tradicionais, pois acreditávamos que seria a maneira mais viável de entender as condições de trabalho, em detrimento a focar em tipo de veículo ou qualquer outra abordagem.

As opções dadas foram: carteira assinada como jornalista/contrato CLT, carteira assinada em outra função (mas exerce o jornalismo), concursado como jornalista, concursado em outra função (mas exerce o jornalismo), sem contrato/contrato informal ou verbal, terceirizado, estagiário, *freelancer* e outro. Foram 80 marcações de potiguares e 321 de brasilienses. Os resultados quantitativos podem ser observados abaixo (tabela 13):

Tabela 13: Tipos de vínculos nas ocupações

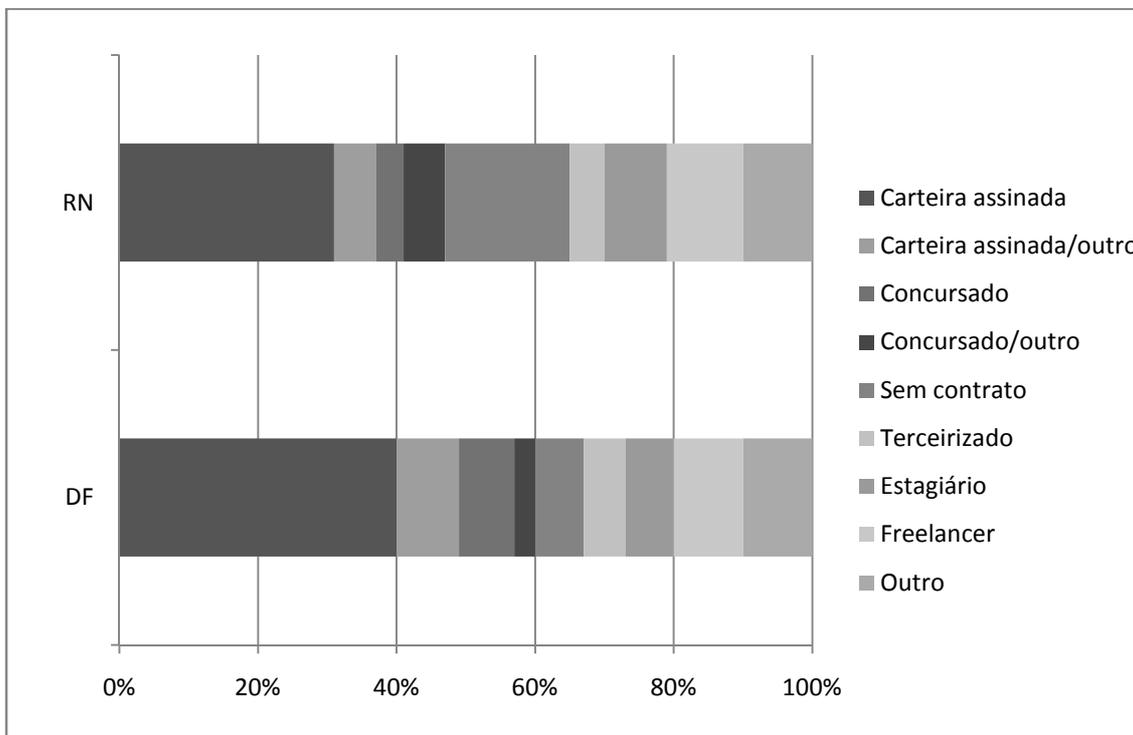
Função	RN	DF
Carteira assinada como jornalista/contrato CLT	25	127
Carteira assinada em outra função, mas exerce jornalismo	05	30
Concursado como jornalista	03	27
Concursado em outra função, mas exerce jornalismo	05	10
Sem contrato, contrato informal ou verbal	14	21
Terceirizado	04	18
Estagiário	07	22
<i>Freelancer</i>	09	31
Outro	08	35

Fonte: Autoria própria

De início podemos ver uma preponderância de marcações em carteira assinada como jornalista em ambos os locais (31% RN e 40% DF, aproximadamente), e também observamos que o percentual de vínculos irregulares é bem maior no RN. A segunda opção mais marcada dentre os potiguares foi "sem contrato" (quase 18%, e 7% no DF), enquanto que no DF foi *freelancer* (quase 10%, sendo que 11% no RN).

Depois vem carteira assinada em outra função, com 6% no RN e 9% no DF; estagiário, com 9% no RN e 7% no DF; concursado como jornalista, 4% no RN e 8% no DF; terceirizado, com 5% no RN e 6% no DF; concursado em outra função, com 6% no RN e 3% no DF. A opção "outros" foi marcada por 10% dos potiguares e 10% dos brasilienses. Podemos observar essa distribuição proporcional no gráfico 24.

Gráfico 24: Distribuição dos tipos de vínculos



Fonte: Autoria própria

As pessoas que marcaram a opção "outra" mencionaram variados vínculos. No Rio Grande do Norte foram citados: cargos comissionados (seis vezes), micro empreendedor individual (MEI) (uma vez) e empresário (uma vez). No Distrito Federal foram citados mais de uma vez: cargo comissionado (13 vezes), contratos de PJ (cinco vezes), proprietários de negócios (quatro vezes), sócio cotista (três vezes), contrato como professor de Jornalismo (duas vezes).

Foram citados uma vez: blogueiro autônomo, bolsista de pesquisa, carteira assinada como assessor de comunicação, consultor, contrato pela minha empresa de comunicação (autocontrato), MEI, professor voluntário e contrato internacional - com contrato regido por regras de outro país, portanto não segue os direitos trabalhistas vigentes.

Aglutinamos os tipos de vínculos citados em três grandes categorias: vínculos formais; vínculos formais, mas com desvio de função, portanto irregulares; e vínculos precários. Além disso, uma quarta categoria foi criada para os que não se enquadram nessas três categorias. Queríamos ter um panorama

geral dessa questão, mesmo sabendo que há casos específicos em cada tipo de vínculo. Nosso critério é, portanto, do ponto de vista dos direitos trabalhistas do jornalista.

1) São vínculos formais aqueles que são regidos pelas leis trabalhistas específicas de jornalista. Portanto, se enquadram aqui quem possui carteira assinada como jornalista/contrato CLT e quem é concursado como jornalista.

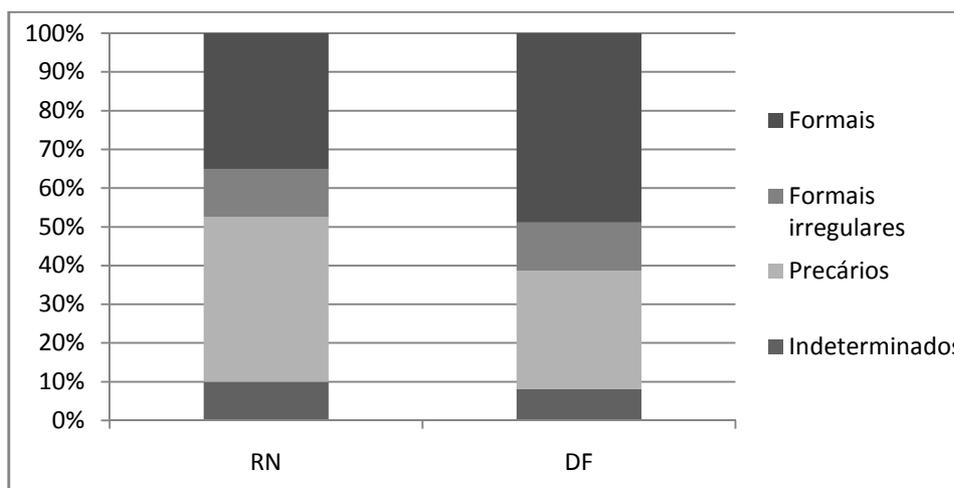
2) São vínculos formais, mas irregulares, aqueles que apresentam desvio de função, pois se tem os direitos trabalhistas, mas não as especificidades do regime do jornalista, apesar do desempenho desse trabalho em específico. Enquadram-se aqui as opções "carteira assinada em outra função" e "concursado em outra função".

3) São vínculos precários aqueles em que não há garantias e obrigações trabalhistas, como as opções: "sem contrato, com contrato informal ou verbal", "terceirizado" e "*freelancer*". Os citados na opção "outros" também são considerados trabalhadores precarizados: cargos comissionados, MEI, PJ, sócio-cotista, autocontrato, autônomos, bolsistas, consultores, considerando que estes estão em menor ou maior escala de precarização.

4) Ficaram de fora dessa estatística e, portanto, chamaremos de "indeterminados", os estagiários e os citados na opção "outro" que não podemos categorizar: proprietários, empresário, professor voluntário e contrato internacional. Os dois que se disseram contratados como professor de Jornalismo e outro contratado como assessor foram considerados como vínculos formais na contagem.

Optamos por deixar os estagiários de fora dessas três categorias porque essa função está no limiar entre elas. Se por um lado eles são oficializados, com contratos assinados pela empresa e pela Universidade, com seguro de vida, tudo seguindo Lei específica, por outro sabemos que são subutilizados, explorados, trabalham sem supervisão adequada e geralmente fazem o serviço de um jornalista formado. Na maioria dos casos com os quais nos deparamos na pesquisa exploratória, o estágio servia como máscara para mão-de-obra barata.

Gráfico 25: Categorias de vínculos empregatícios



Fonte: Autoria própria

Feita essa divisão, obtivemos os seguintes quantitativos na amostragem dos jornalistas empregados⁷⁴ com relação às suas ocupações (gráfico 25): 35% são vínculos formais no RN e 49% no DF (28 e 157 pessoas); 12,5% dos vínculos são formais irregulares no RN e 12,5% no DF (10 e 40 pessoas); 42,5% são vínculos precários no RN e 30,5% no DF (34 e 98 pessoas); os inconclusivos somam 10% no RN e 8% no DF (oito e 26 pessoas).

A segunda pergunta da seção foi pensada para investigarmos se é comum o desvio e acúmulo de funções sem remuneração apropriada ou extra. "Você exerce a função que está no seu contrato ou carteira de trabalho?" foi respondida por todos do universo de empregados que responderam o questionário (335 pessoas, 61 do RN e 274 do DF).

Foi dada a seguinte orientação: se você tem mais de um emprego, lembre de diferenciá-los caso seja necessário. Podemos observar o quantitativo de respostas na tabela 14 abaixo:

⁷⁴ Cálculos feitos com base nas 80 marcações de potigüares e 321 de brasilienses nessa questão.

Tabela 14: Cumprimento da função prevista no contrato ou carteira de trabalho

Função	RN	DF
Sim	42	195
Não	08	37
Não tenho contrato/carteira assinada	08	35
Outro	03	07

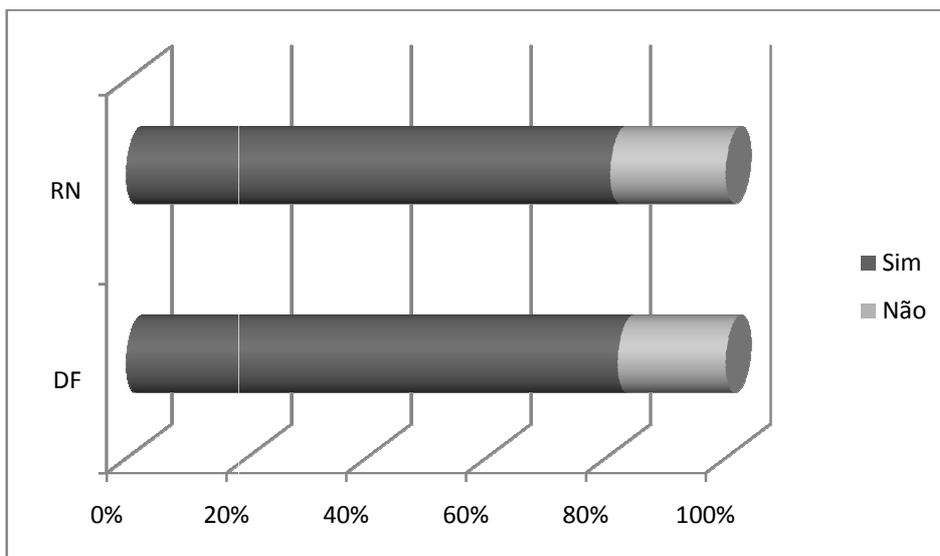
Fonte: Autoria própria

As amostras do RN e do DF resultaram no seguinte quantitativo, respectivamente e em valores aproximados: sim, cumpro o que está no contrato/carteira de trabalho: 42 (69%) e 195 (71%); não, não cumpro: oito (13%) e 37 (13,5%); não tenho contrato/carteira assinada (não se aplica): oito (13%) e 35 (13%); e outro: três (5%) e sete (2,5%).

Os que marcaram "outro", em nossa opinião, o fizeram porque sentiram necessidade de enfatizar algum detalhe devido a situações complexas de trabalho. Os comentários dos brasilienses foram: "aos finais de semana há desvio de função"; "exerço a do contrato e acumulo outras"; "não, exatamente", "minhas atividades vão além das descritas em contrato"; "sim e outras"; "várias funções além do jornalismo"; "sim, em um dos serviços, no outro é prestação de serviço, comprovado por meio de nota"; já os comentários dos potiguares foram: "exerço a que está no contrato e mais outra"; "exerço mais funções do que está acordado em contrato"; "sou concursado na esfera pública".

Assim, as primeiras oito especificações da opção "outro" citadas serão consideradas como equivalentes a "não", já que há desvio de função, a penúltima como "sim" e a última será desconsiderada. Analisando apenas os "sim" e "não" (total de 291 respostas), temos uma amostra total de 238 (quase 82%) e 53 (cerca de 18%), respectivamente. No Rio Grande do Norte 42 (quase 81%) sim e 10 (cerca de 19%) não, e no Distrito Federal 196 (82%) sim e 43 (18%) não (gráfico 26).

Gráfico 26: "Você exerce a função que está no seu contrato ou carteira de trabalho?"



Fonte: Autoria própria

A questão seguinte foi uma aglutinação de várias perguntas em um quadro intitulada "no emprego atual...", no qual se devia marcar apenas uma das opções: sim, não ou depende do emprego (dde)⁷⁵ (figura 5). Lembramos que estas questões ficaram disponíveis apenas para os que estão trabalhando no momento (61 jornalistas do RN e 274 no DF).

Foi apresentada a seguinte nota: se você tem mais de um emprego e as respostas são diferentes para cada um, marque "dde". Ressaltamos que quem marca essa opção vive as duas situações (de sim e não); na maioria das questões ela significa uma baixa proporção, porém em algumas tem expressividade no resultado. Optamos por não oferecer mais questões a essas pessoas com duplo vínculo para não deixar o questionário ainda mais extenso. Destrincharemos a seguir as 11 questões aglutinadas, todas com porcentagens arredondadas.

⁷⁵Como explicamos anteriormente, essa opção contempla quem tem mais de um vínculo e situações diferentes em cada um.

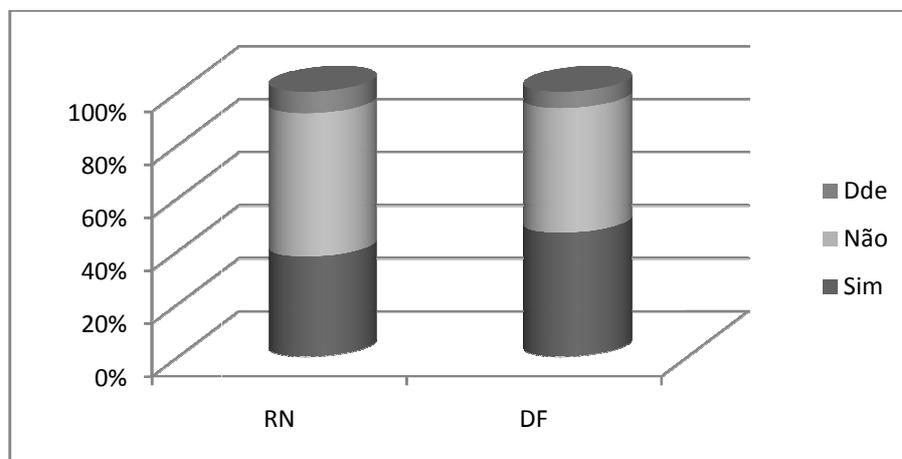
Figura 5: Aglutinação de questões com relação às ocupações atuais como jornalista

No emprego atual: *
 Se você tem mais de um emprego e as respostas são diferentes para cada um marque "DDE" (depende do emprego).

	Sim	Não	DDE
Trabalho mais horas do que o combinado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há exigência de produção ou meta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há demandas online (email, whatsapp etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há preocupação com a saúde dos funcionários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há boas condições de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me sinto confortável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me sinto valorizado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me sinto estável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Posso crescer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me relaciono bem com colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me relaciono bem com chefes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Captura de tela/Autoria própria

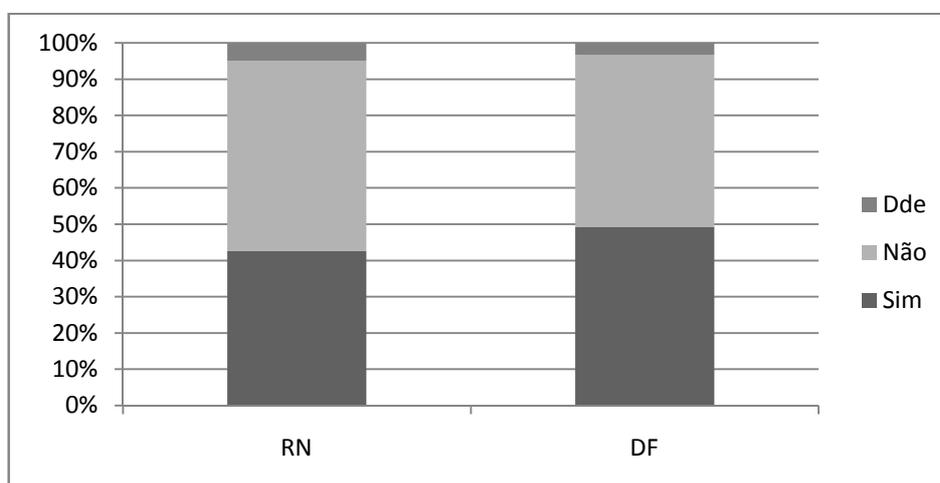
Gráfico 27: Trabalho mais horas do que o combinado?



Fonte: Autoria própria

Perguntados se trabalham mais horas do que o combinado em contrato, carteira de trabalho ou similar, no Rio Grande do Norte obtivemos 23 sim (38%), 33 não (54%) e cinco dde (8%), enquanto que no Distrito Federal 128 sim (47%), 129 não (47%) e 17 dde (6%) (gráfico 27). É expressiva a quantidade de jornalistas que trabalham mais horas do que o combinado, nos dois locais. Se considerarmos a proporção de ddd, no Distrito Federal passa de 50% os profissionais que passam por isso em algum vínculo, enquanto que Rio Grande do Norte chega a 44%.

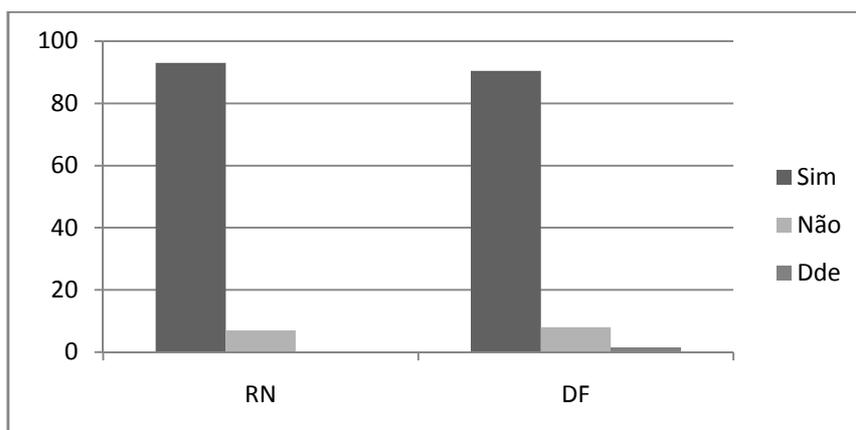
Gráfico 28: Há exigência de produção ou meta em meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

No intuito de vermos se eles trabalham sob pressão de meta, perguntamos se existe alguma exigência de produção. Disseram sim 26 do RN (43%) e 135 do DF (49%), enquanto que disseram não 32 do RN (52%) e 130 do DF (48%) e marcaram "depende do emprego" três do RN (5%) e nove do DF (3%) (gráfico 28). Ou seja, praticamente metade da amostra está exposta a esse tipo de pressão.

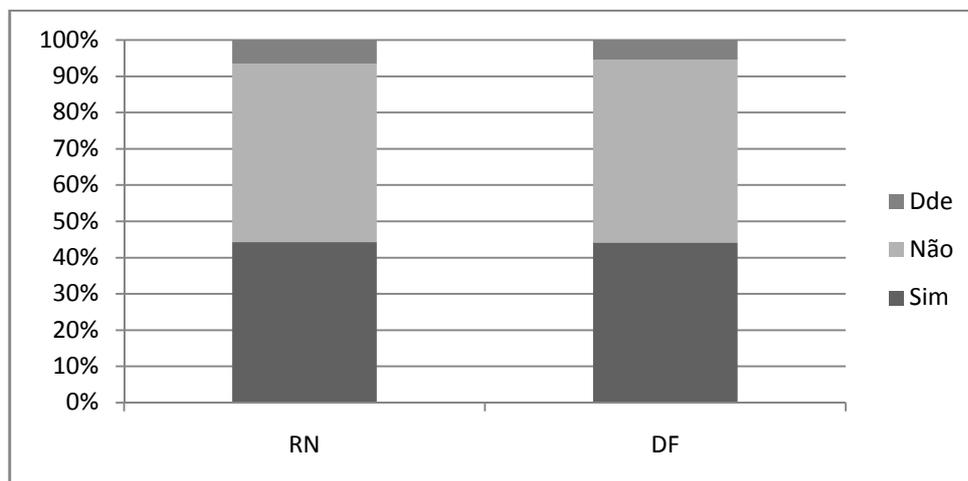
Gráfico 29: Há demandas *online* extra em meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

Outro tipo de pressão que verificamos foi a necessidade de estar online, mesmo fora de horário de trabalho (gráfico 29). A respeito da existência de demandas online (email, WhatsApp⁷⁶ etc.), o resultado foi: "sim, há demandas online" foi opção de 57 potiguares (93%) e 248 brasilienses (90,5%), "não há" foi marcado por quatro potiguares (7%) e 22 brasilienses (8%), dde foi marcado por quatro brasilienses (1,5%) e nenhum potiguar.

Gráfico 30: Há preocupação com a saúde dos funcionários em meu trabalho?

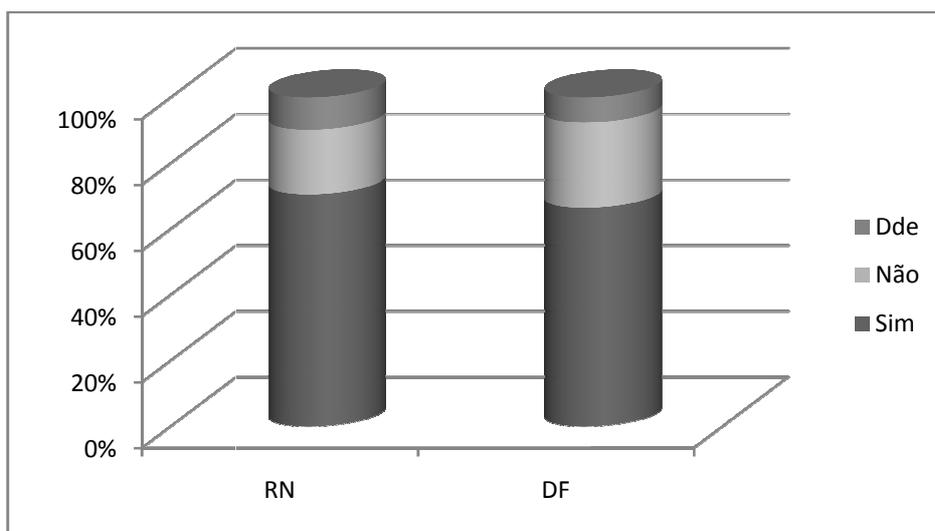


Fonte: Autoria própria

⁷⁶ Essas duas ferramentas foram as mais citadas na fase de pré-teste e por isso utilizadas aqui para exemplificação.

Perguntados se acreditam que há preocupação por parte do empregador com a saúde dos funcionários nas atuais ocupações, 27 jornalistas do RN (44%) e 121 do DF (44%) disseram que sim, 30 do RN (49%) e 138 do DF (50%) disseram que não, quatro do RN (7%) e 15 do DF (6%) marcaram dde (gráfico 30). Ou seja, aproximadamente a metade acredita que sim e a metade acredita que não, em ambos os locais.

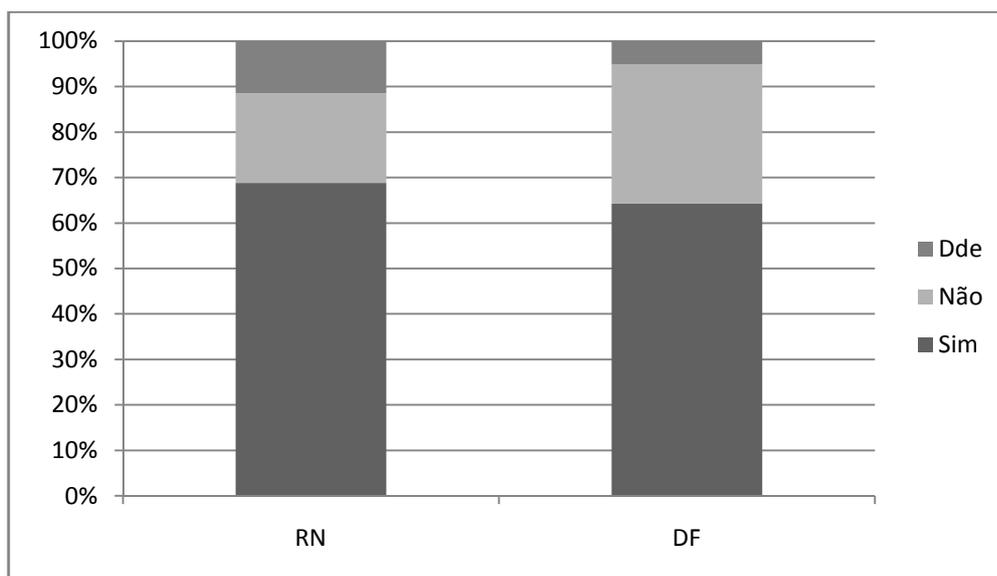
Gráfico 31: Há boas condições de trabalho?



Fonte: Autoria própria

Há boas condições de trabalho? Diante desse questionamento, 70% (43) dos entrevistados potiguares e 66% (182) dos brasilienses responderam que sim, 20% (12) do RN e 26% (71) do DF acham que não, 10% (seis) do RN e 8% (21) do DF marcaram dde (gráfico 31). Ou seja, ao todo 30% dos potiguares e 34% dos brasilienses não veem boas condições de trabalho em algum de seus vínculos. A questão foi generalista de propósito, pois queríamos introduzir o conceito de condições de trabalho no questionário.

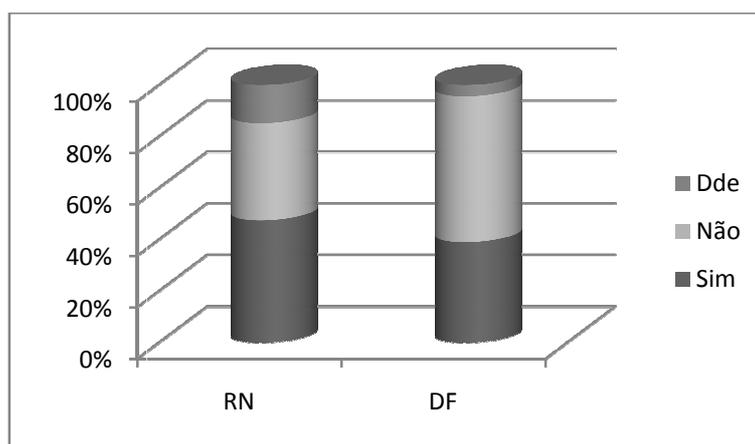
Gráfico 32: Sinto-me confortável em meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

Perguntados sobre conforto no trabalho (gráfico 32), no RN 42 responderam positivamente (69%), enquanto no DF foram 176 (64%); no RN 12 (20%) responderam negativamente, já no DF foram 84 (31%); e a opção dde foi escolhida por sete (11%) dos jornalistas potiguares e 14 (5%) dos brasilienses.

Gráfico 33: Sinto-me valorizado no meu trabalho?



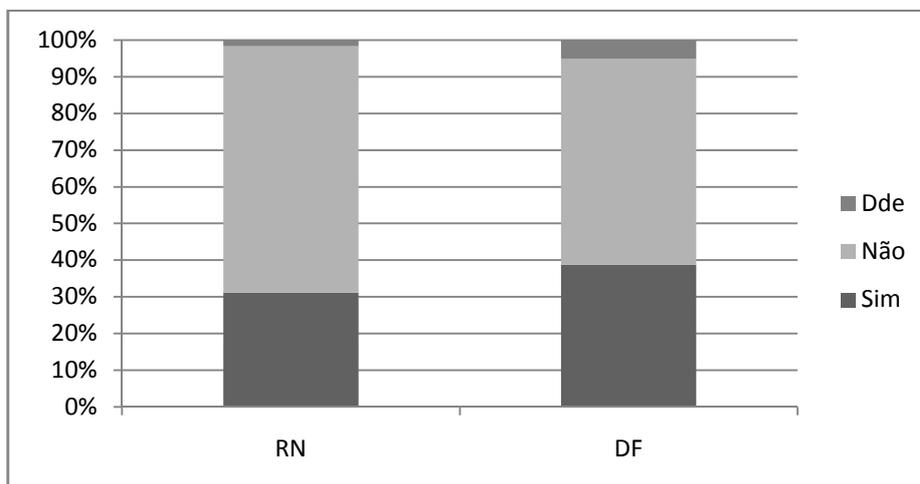
Fonte: Autoria própria

A pergunta foi feita de forma geral - sem especificar o tipo de conforto - propositalmente, pois queríamos ver o sentimento em geral acerca desse quesito. Podemos ver que a maior parte se sente confortável, em ambos os locais, mas

não podemos desprezar a porcentagem total de 31% no RN e 36% no DF de jornalistas que se sentem desconfortáveis em pelo menos uma de suas ocupações.

Sobre o sentimento de valorização no trabalho (gráfico 33), obtivemos o seguinte resultado. Responderam positivamente 47% (29 jornalistas) no RN e 39% (107 jornalistas) no DF, enquanto que responderam negativamente 38% (23) no RN e 57% (155) no DF. A opção dde foi marcada por 15% (nove) no RN e 4% (12) no DF. Podemos ver que a insatisfação é bem maior no DF; ao todo, 61% dos brasilienses não se sentem valorizado em pelo menos um de seus trabalhos, enquanto que esse mesmo índice entre os potiguares é 53%.

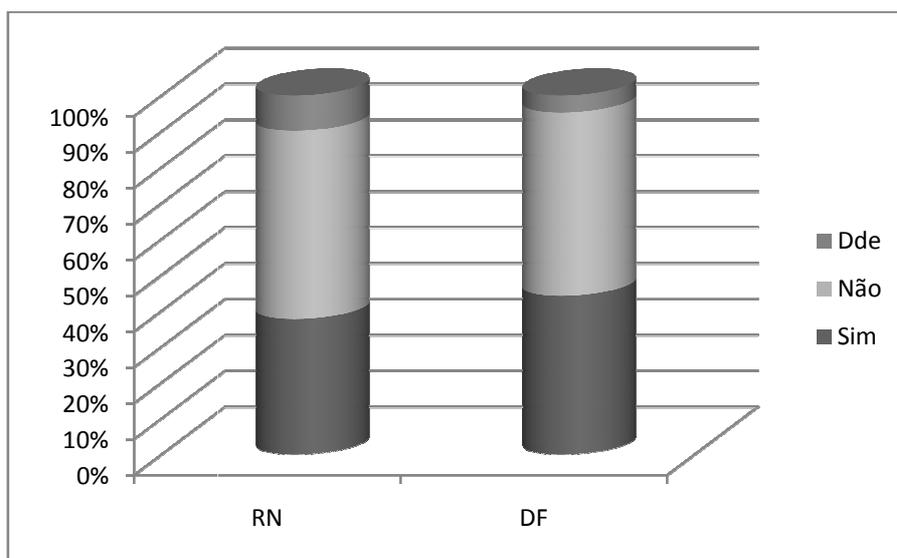
Gráfico 34: Sinto-me estável no meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

A respeito da sensação de estabilidade (gráfico 34), 31% (19) no RN e 39% (106) no DF disseram que se sentem estáveis, 67% (41) no RN e 56% (154) no DF não se sentem estáveis, enquanto que 2% (1) dos potiguares e 5% (14) dos brasilienses indicaram que depende do vínculo. Ou seja, considerando a soma dos vínculos, apenas 33% dos potiguares se sentem estáveis em algum dos vínculos, enquanto que 44% dos brasilienses estão nessa situação.

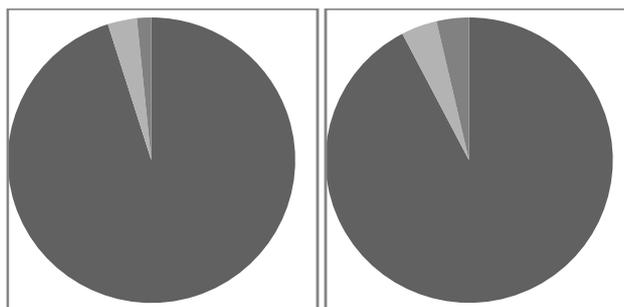
Gráfico 35: Posso crescer no meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

Sobre as possibilidades de crescimento na empresa (gráfico 35), acham que podem crescer 38% (23) do RN e 44% (121) do DF; acreditam que não há chances 52% (32) do RN e 51% (140) do DF; indicaram que essa resposta depende do vínculo 10% (seis) do RN e 5% (13) do DF.

Gráfico 36: Relaciono-me bem com meus colegas?
(à esquerda dados do RN e à direita do DF)

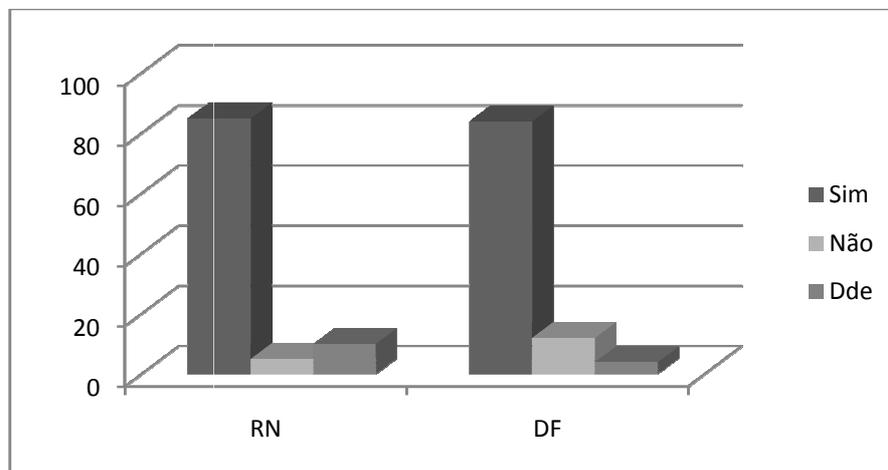


Em azul: sim, vermelho: não, verde: dde
Fonte: Autoria própria

A respeito do bom relacionamento com colegas no emprego (gráfico 36), 95% (58 jornalistas) do RN e 92% (253 jornalistas) do DF disseram que sim, se dão bem com os pares; 3% (dois) do RN e 4% (11) do DF disseram que não; 2% (um) do RN e 4% (10) do DF demonstraram que depende do vínculo em questão.

Podemos ver que uma maioria expressiva se dá bem com seus pares nos ambientes de trabalho, e que o resultado foi quase igual nos dois locais.

Gráfico 37: Relaciono-me bem com meus chefes?



Fonte: Autoria própria

Já com relação ao bom relacionamento com os chefes (gráfico 37), os resultados foram um pouco diferentes: 85% (52) do RN e 84% (230) do DF disseram que sim, se relacionam bem com os superiores; 5% (três) do RN e 12% (32) do DF disseram que não; e 10% (seis) do RN e 4% (12) do DF disseram que depende do vínculo.

A próxima questão também era uma aglutinação de perguntas, com questões diversas ligadas à qualidade de vida no trabalho e também a elementos importantes das condições de trabalho, baseados no que discorremos anteriormente. Podemos observar o desenho da questão na figura 6.

A primeira questão se referia à ginástica laboral (gráfico 38), considerada por alguns autores como uma demonstração equivocada de que a instituição se preocupa com a qualidade de vida no trabalho, como é o caso de Ferreira (2012). Mesmo cientes disso, incluímos essa opção por acharmos que de qualquer forma é um esforço para com essa questão.

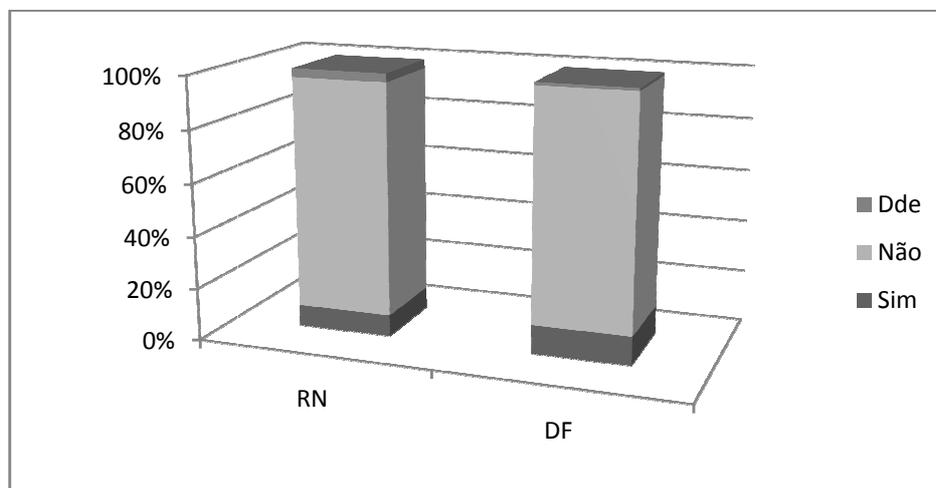
Figura 6: Aglutinação de questões com relação à saúde e às condições de trabalho do jornalista

No emprego: *
 Se você tem mais de um emprego e as respostas são diferentes para cada um marque "DDE" (depende do emprego).

	Sim	Não	DDE
Há ginástica laboral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há ambulatório médico ou similar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há material de trabalho e equipamentos adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há níveis de ruído e temperatura adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há estrutura física adequada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há mobília (mesa e cadeira) adequada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O ambiente é seguro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O ambiente é limpo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Captura de tela/autoria própria

Gráfico 38: Há ginástica laboral no meu trabalho?

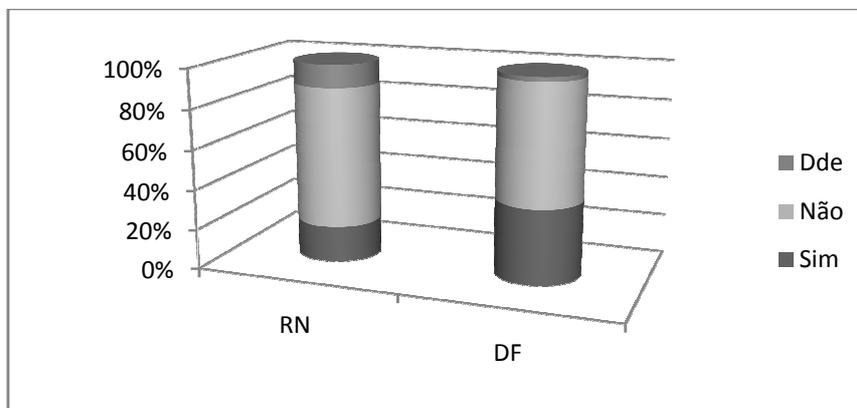


Fonte: Autoria própria

Disseram que têm esse tipo de exercício no ambiente de trabalho 8% (cinco) dos potiguares e 11% (30) dos brasilienses; responderam que não têm 89% (54) da amostra do RN e 88% (241) da amostra do DF; marcaram dde 3% (dois) do RN e 1% (três) do DF. Ou seja, têm ginástica laboral em pelo menos um

dos vínculos 11% dos jornalistas potiguares e 12% dos brasilienses, um resultado praticamente igual.

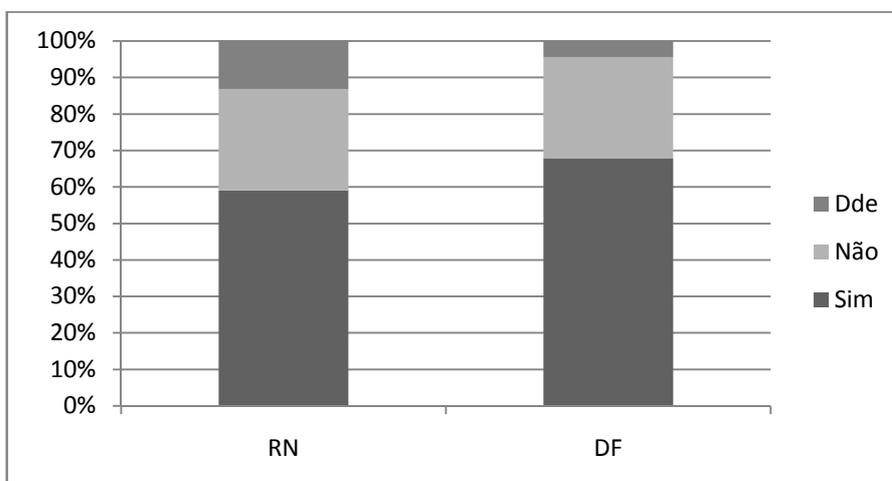
Gráfico 39: Há ambulatório médico ou similar em meu ambiente de trabalho?



Fonte: Autoria própria

Perguntados se há ambulatório médico ou similar no trabalho (gráfico 39), 18% (11) do RN e 38% (103) do DF disseram que sim; 71% (43) do RN e 60% (165) do DF que não; e 11% (sete) do RN e 2% (seis) do DF disseram que depende do vínculo. Ou seja, considerando o pior cenário, 82% dos potiguares e 62% dos brasilienses frequentam trabalhos que não dispõem desse serviço, uma diferença razoável entre os dois locais.

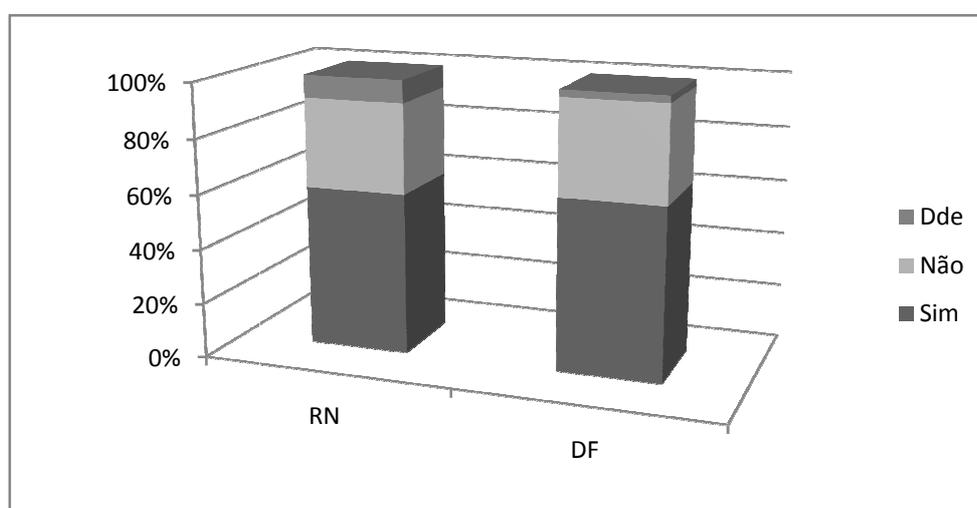
Gráfico 40: Há material de trabalho e equipamentos adequados em meu ambiente de trabalho?



Fonte: Autoria própria

Com relação à disponibilidade de material de trabalho e equipamentos adequados (gráfico 40), 59% (36) do RN e 68% (186) do DF disseram que há, 28% (17) do RN e 28% (76) do DF disseram que não e 13% (oito) do RN e 4% (12) do DF disseram que depende do trabalho. Ou seja, podemos considerar que 41% dos potiguares e 32% dos brasilienses da amostra estão expostos a trabalhos que não têm adequação desses itens, na percepção dos jornalistas.

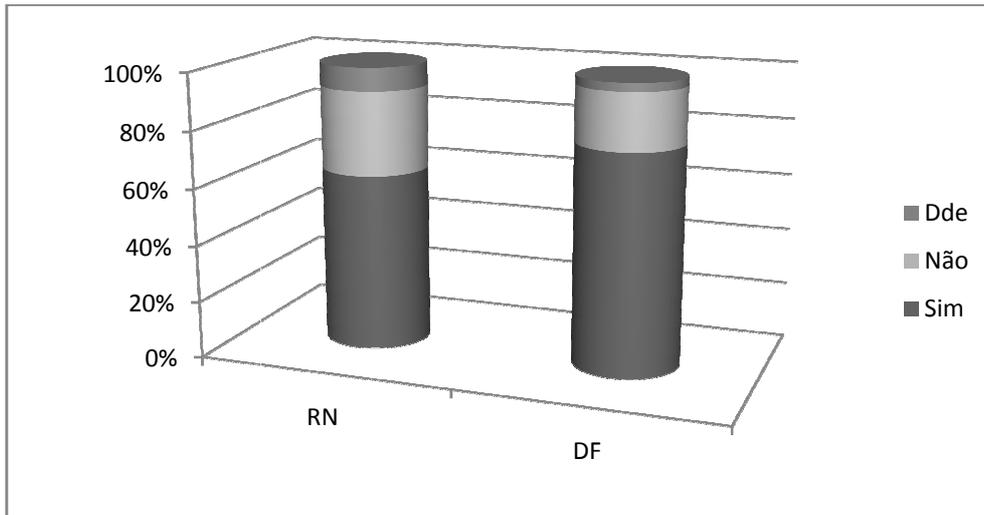
Gráfico 41: Há níveis de ruído e temperatura adequados em meu ambiente de trabalho?



Fonte: Autoria própria

Respondendo se há níveis de ruído e temperatura adequados no trabalho (gráfico 41), RN 59% (36) disseram que sim, 33% (20) que não e 8% (cinco) que depende do vínculo; já no DF, esses números foram, respectivamente: 63% (172), 35% (95) e 2% (sete), valores bem aproximados nos dois locais. Se considerarmos os que marcaram dde, podemos ver que 41% no RN e 37% no DF não têm essas condições em pelo menos um dos vínculos, uma proporção considerável.

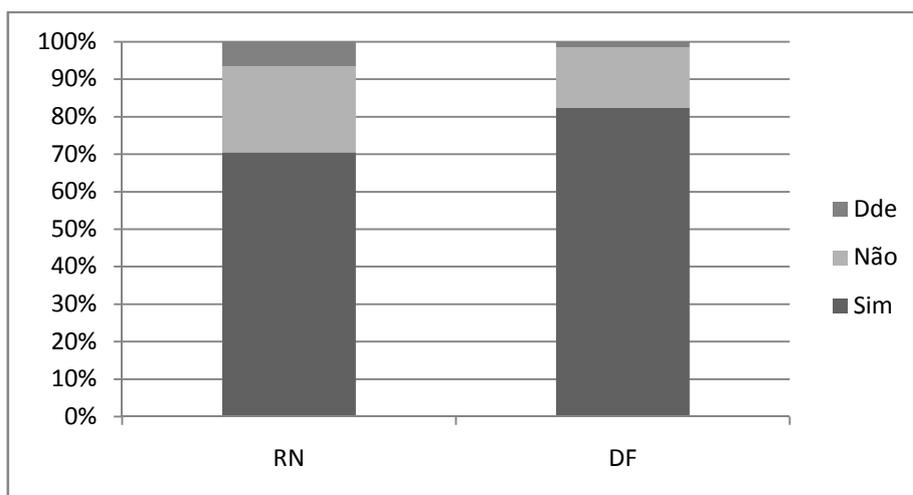
Gráfico 42: Há estrutura física adequada em meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

No âmbito da estrutura física (gráfico 42), 62% (38 jornalistas) do RN e 77% (212) do DF consideram que sim, ela é adequada, enquanto que 30% (18) do RN e 20% (54) do DF acham que não e 8% (cinco) do RN e 3% (oito) do DF indicaram que depende do vínculo. Ou seja, 15% a mais no DF, em comparação ao RN, indicaram que tem essa condição adequada. Quando consideramos as marcações de dde, temos 38% no RN e 23% no DF de jornalistas que atuam sem estrutura física adequada em pelo menos um vínculo.

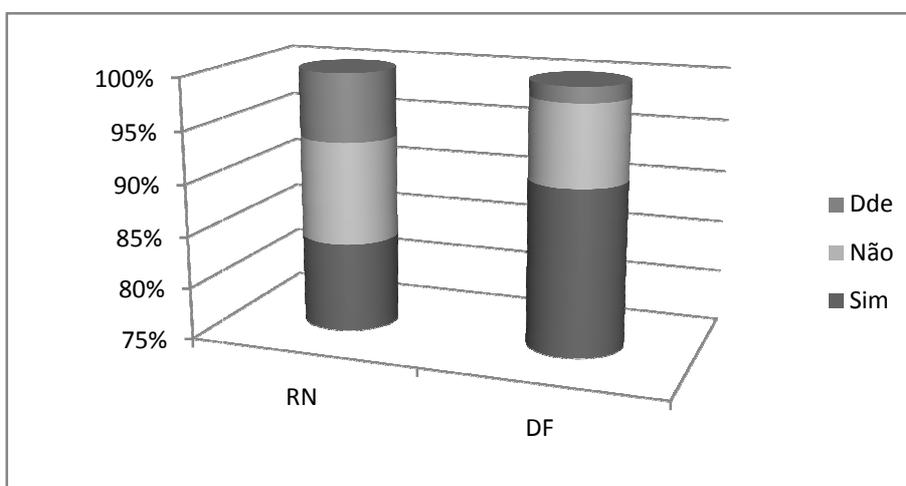
Gráfico 43: Há mobília adequada em meu trabalho?



Fonte: Autoria própria

Respondendo se há mobília (mesa, cadeira etc.) adequada (gráfico 43), o resultado foi: 70,5% (43) do RN e 82,5% (226) do DF disseram que sim, 23% (14) do RN e 16% (44) do DF que não e 6,5% (quatro) do RN e 1,5% (quatro) do DF marcaram dde. Surpreendentemente a maioria, nos dois locais, tem esses artigos mínimos quando pensamos em estrutura física. Entretanto quase 30% no RN e quase 18% no DF não dispõem disso em pelo menos um vínculo, resultado ainda expressivo.

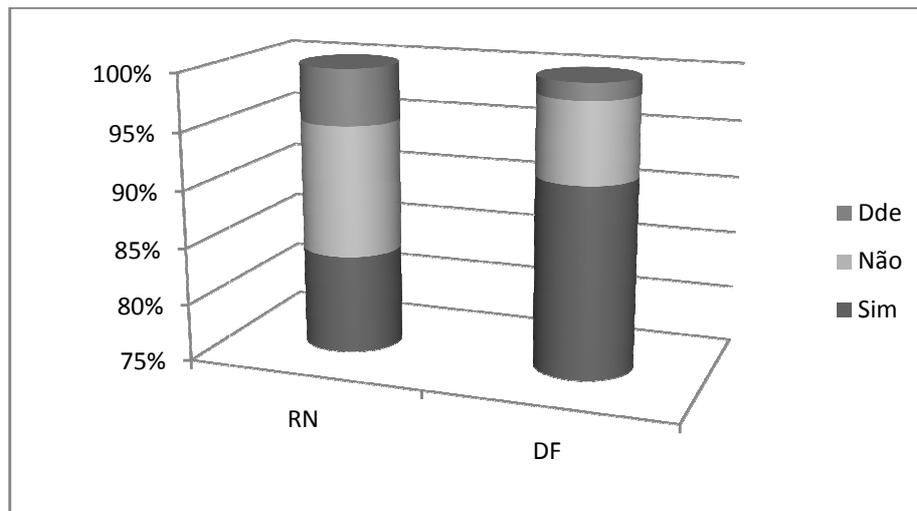
Gráfico 44: O ambiente de trabalho é seguro?



Fonte: Autoria própria

No âmbito da segurança física do local de trabalho (gráfico 44), 84% (51 jornalistas) do RN e 91% (249) do DF indicaram que sim, consideram o ambiente de trabalho seguro, 10% (seis) do RN e 8% (21) do DF que não e 6% (quatro) do RN e 1% (quatro) do DF marcaram dde. Ou seja, considerando pelo menos um dos vínculos, 16% dos jornalistas no RN e 9% no DF trabalham em locais que não consideram seguros. Apesar de ser minoria, não é um dado a ser desprezado.

Gráfico 45: O ambiente de trabalho é limpo?



Fonte: Autoria própria

Com relação à limpeza do ambiente de trabalho (gráfico 45), o resultado que obtemos foi: 84% (51) o RN e 92% (251) no DF consideram o local de trabalho adequadamente limpo, 11% (sete) do RN e 7% (19) do DF responderam negativamente e 5% (três) do RN e 1% (quatro) do DF marcaram dde. Em suma, apenas 8% dos jornalistas brasileiros e 16% dos jornalistas potiguares frequentam pelo menos um ambiente sujo de trabalho.

Figura 7: Aglutinação de questões com relação a realização, relevância, objetivos, prazer e estresse no trabalho

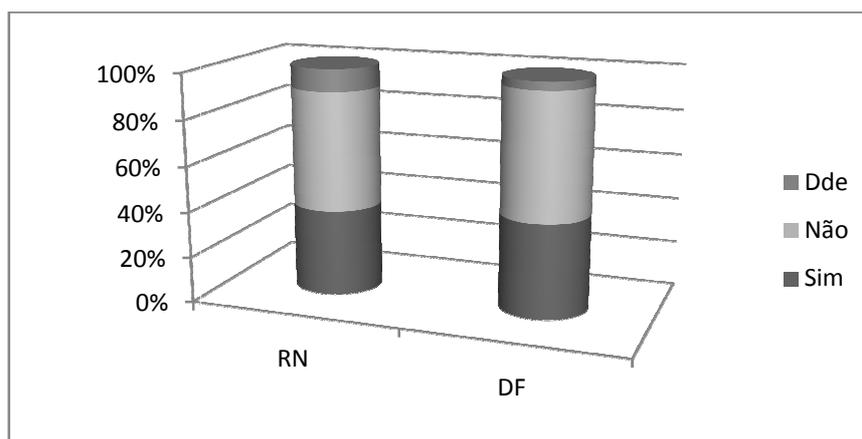
Atualmente: *
 Se você tem mais de um emprego e as respostas são diferentes para cada um marque "DDE" (depende do emprego).

	Sim	Não	DDE
Me sinto realizado profissionalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meu trabalho é relevante para a sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho objetivos profissionais a curto, médio e longo prazo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto prazer em trabalhar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me sinto estressado por causa do trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Captura de tela/autoria própria

A próxima aglutinação de questões se referiu aos sentimentos do trabalhador com relação ao trabalho atual: realização profissional, relevância, objetivos profissionais, prazer em trabalhar e estresse (figura 7).

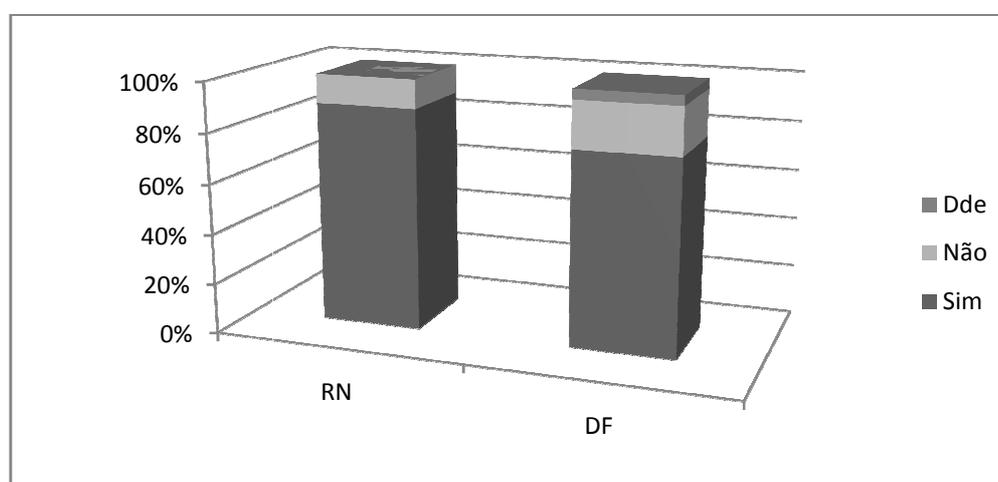
Gráfico 46: Sinto-me realizado profissionalmente?



Fonte: Autoria própria

A primeira pergunta, sobre a sensação de realização profissional (gráfico 46), teve 38% (23) no RN e 41% (113) do DF de respostas positivas, 52% (32) no RN e 55% (151) do DF de respostas negativas e 10% (seis) no RN e 4% (dez) no DF de marcações dde. Ou seja, mais da metade dos jornalistas em ambos os locais não se sente realizado profissionalmente no momento.

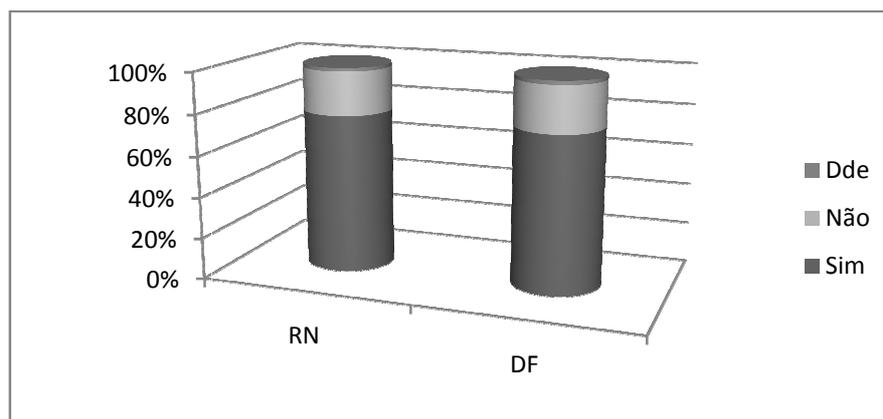
Gráfico 47: Meu trabalho é relevante para a sociedade?



Fonte: Autoria própria

Perguntados se acreditam que seus trabalhos jornalísticos são relevantes para a sociedade (gráfico 47), 88,5% (54) do RN e 77% (212) do DF acham que sim, 11,5% (sete) do RN e 19% (51) do DF acham que não; nenhum no RN marcou dde, enquanto que no DF 4% (11) marcaram.

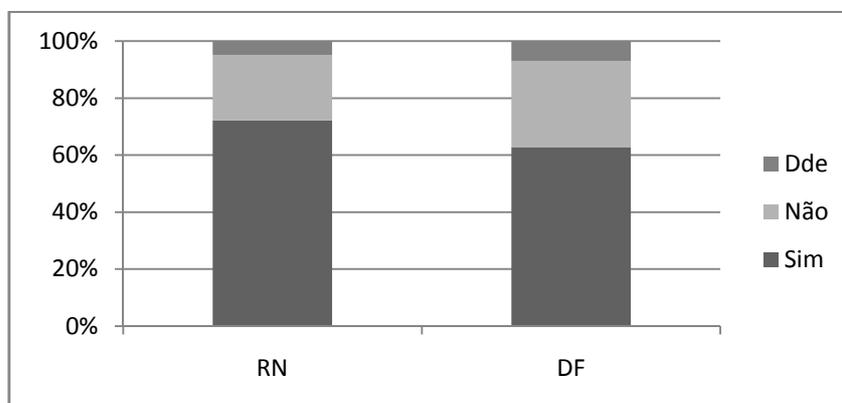
Gráfico 48: Tenho objetivos profissionais a curto, médio e longo prazo?



Fonte: Autoria própria

Com relação a objetivos profissionais a curto, médio e longo prazo (gráfico 48), 77% (47) do RN e 76% (208) do DF indicaram que têm, 21% (13) do RN e 22% (61) do DF que não têm e 2% (um) do RN e 2% (cinco) do DF indicaram que depende do vínculo. Ou seja, mais de um quinto nos dois locais não tem planejamento futuro nem a curto, nem em longo prazo.

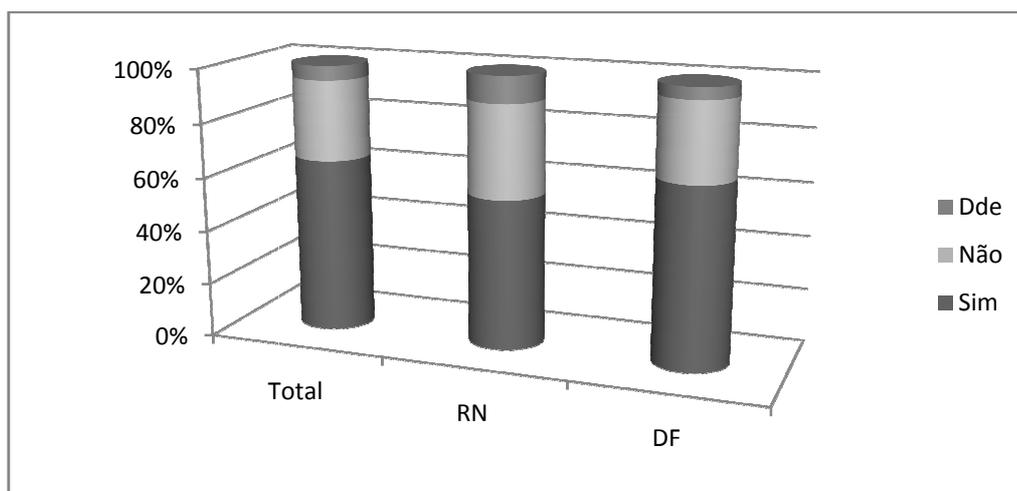
Gráfico 49: Sinto prazer em trabalhar?



Fonte: Autoria própria

Diante do tema "prazer em trabalhar" (gráfico 49), 72% (44) dos jornalistas do RN e 63% (172) do DF responderam que sim, sentem prazer; 23% (14) do RN e 30% (83) do DF não sentem; e marcaram "dde" 5% (três) do RN e 7% (19) do DF. Considerando os dde, verificamos que 28% dos jornalistas potiguaros e 37% dos brasilienses não têm prazer em trabalhar em ao menos um dos vínculos.

Gráfico 50: Sinto-me estressado por causa do trabalho?



Fonte: Autoria própria

A última questão dessa aglutinação foi sobre a autopercepção de estresse por causa do trabalho (gráfico 50). 56% (34) dos jornalistas do RN e 67% (183) do DF disseram que se sentem estressados por causa do trabalho; 34% (21) do RN e 29% (79) do DF que não se sentem; e 10% (seis) do RN e 4% (12) do DF que depende do vínculo. Considerando os que marcaram dde, vemos que 66% no RN e 71% no DF se sentem estressados em pelo menos um dos vínculos jornalísticos.

Finalizando essa seção, disponibilizamos um espaço para observações diversas, tendo em vista que as três questões aglutinadas não tinham espaço para esclarecimentos específicos. Os comentários mais relevantes foram:

Comentário 1: mulher, entre 30 e 34 anos, casada, branca, entre 11 e 15 anos de profissão: *"Algumas redações não se preocupam com o bem estar dos funcionários. As escalas saem com pouca antecedência e permitem pouca*

mobilidade. A saúde do trabalhador só é mensurada quando o número de atestados começa a aumentar. O estresse pouco importa para os chefes que esquecem o quanto é importante cuidar da saúde".

Comentário 2: homem, entre 20 e 24 anos, solteiro, branco, entre 1 e 5 anos de profissão: *"Claro, nenhum emprego é perfeito. Me sinto realizado no momento porque me formei há pouco tempo, mas não sei se essa situação vai se manter por muito tempo".*

Comentário 3: mulher, entre 25 e 29 anos, solteira, preta, entre 6 e 10 anos de profissão: *"É criado, no ambiente em que trabalho, um espaço de competição constante. Há a dualidade em "vestir a camisa da empresa" e ser melhor do que o colega de trabalho. A pressão é constante. Sinto que trabalhar em grupo fica à margem da imposição de ser melhor do que os outros profissionais, inclusive da mesma empresa".*

Comentário 4: mulher, entre 20 e 24 anos, solteira, preta, entre 1 e 5 anos de profissão: *"Estagiário não tem voz nem pra lutar por seus direitos. Como não há vínculo posso facilmente ser explorada e para não perder o emprego me calo".*

Comentário 5: mulher, entre 25 e 29 anos, casada, entre 6 e 10 anos de profissão: *"Estou buscando trabalhar em outro ramo e me qualificar para tal".*

Comentário 6: mulher, entre 35 a 39 anos, casada, branca, entre 11 e 15 anos de profissão: *"Há anos no mercado em função de chefia, digo com propriedade: hoje, quem está empregado se sujeita a qualquer tipo de abuso, uma vez que não há opções no mercado. Quem ganha os melhores salários (como eu) vira refém de um sistema perverso no qual não se respeitam direitos básicos. Essa é a realidade de quem vive em redação. A categoria é fraca; o sindicato, inepto; e o patronato esmaga cada vez mais os funcionários".*

Comentário 7: entrevistado do Distrito Federal, entre 35 e 39 anos, solteiro, branco, entre 11 e 15 anos de profissão: *"Sou professor de jornalismo porque paga melhor o Mercado de Educação para formar jornalistas do que o Mercado Noticioso de atuar na atividade fim (reportagem). A atividade meio (assessoria) é bem atraente no privado e no público. (...) Sempre me assusta a hora extra na profissão: ponto crucial pra mim (não admito trabalhar de graça ou além do estipulado previamente). E isso acontece, principalmente, na reportagem*

(que é uma área de quem curte status e fortes emoções). Na assessoria, isso é mais de boa (galera já com filho e que quer tudo mais rotineiro e planejado)".

Comentário 8: mulher, entre 25 e 29 anos, casada, parda, entre 1 e 5 anos de profissão: "Trabalho na [instituição pública] e é comum que as chefias impeçam absolutamente a movimentação de pessoal, ainda que o setor em que o profissional se encontra não tenha demanda de trabalho suficiente para manter toda a equipe ocupada. Muitos da atividade-fim se sentem intensamente desvalorizados e desmotivados, já que a o pedido recorrente de liberação sem permuta gera também desgaste no relacionamento".

Comentário 9: mulher, entre 20 e 24 anos, solteira, branca, entre 1 e 5 anos de profissão: "Vejo muitas campanhas para jornalistas, mas as pessoas se esquecem dos estagiários. Sofremos com MUITO trabalho, já que as redações estão enxutas e pagar por um estagiário sai muito mais barato. Nem mesmo o Sindicato nos ajuda com alguma dúvida".

Quem possui pelo menos um emprego ou vínculo continuou com questões exclusivas, respondendo sobre a temática da remuneração a partir desse ponto. A primeira questão oferecia faixas salariais e os jornalistas deveriam escolher apenas uma (tabela 15). Foi pedido que se considerassem todos os empregos e a renda bruta (sem benefícios como vale alimentação, transporte etc.).

Tabela 15: Faixa salarial dos entrevistados

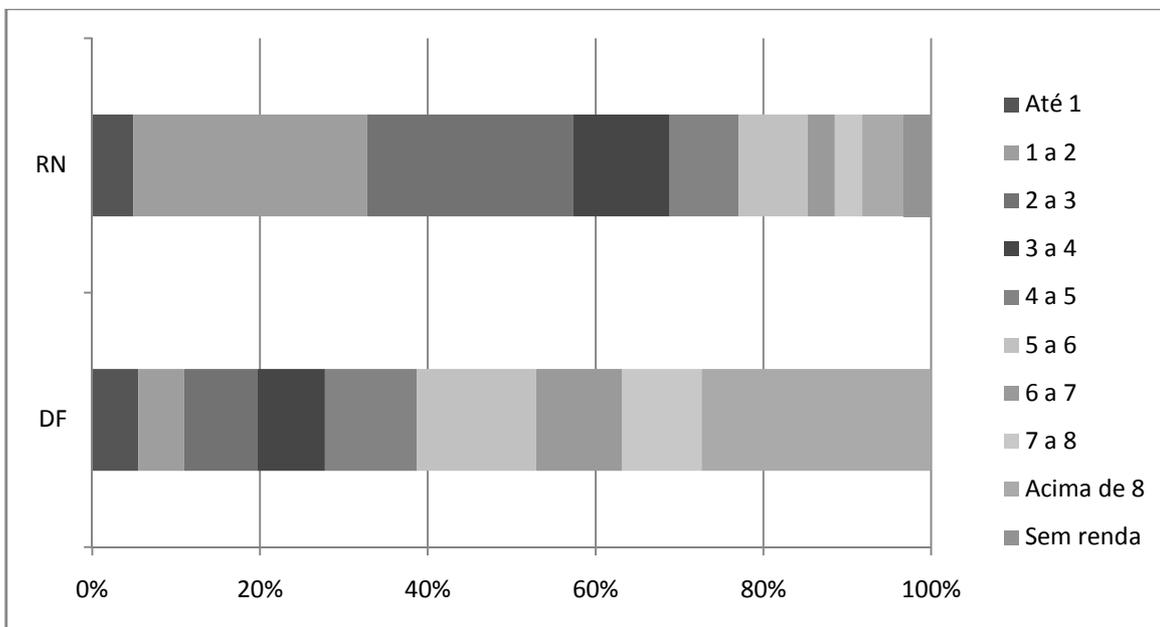
Faixa salarial	RN	DF
Até R\$ 880	03	15
R\$ 881 a R\$ 1.760	17	15
R\$ 1.761 a R\$ 2.640	15	24
R\$ 2.641 a R\$ 3.520	07	22
R\$ 3.521 a R\$ 4.400	05	30
R\$ 4.401 a R\$ 5.280	05	39
R\$ 5.281 a R\$ 6.160	02	28
R\$ 6.161 a R\$ 7.040	02	26
Acima de R\$ 7.040	03	75
Não tenho renda	02	00

Fonte: Autoria própria

Optamos por não considerar pisos salariais nessa questão devido à diferença expressiva entre eles nos dois locais; assim, utilizamos como métrica o salário mínimo nacional vigente, que em 2016 era R\$ 880, dando opções

compatíveis com até oito salários mínimos. É possível visualizar proporcionalmente os dados pelo gráfico 51.

Gráfico 51: Rendimentos dos jornalistas convertidos em salários mínimos



Fonte: Autoria própria

Os resultados obtidos foram: até R\$ 880: 5% (três) no RN e 5% (15) no DF; de R\$ 881 a R\$ 1.760: 29% (17) no RN e 5% (15) no DF; de R\$ 1.761 a R\$ 2.640: 25% (15) no RN e 9% (24) no DF; de R\$ 2.641 a R\$ 3.520: 11% (sete) no RN e 8% (22) no DF; de R\$ 3.521 a R\$ 4.400: 8% (cinco) no RN e 11% (30) no DF; R\$ 4.401 a R\$ 5.280: 8% (cinco) no RN e 15% (39) no DF; de R\$ 5.281 a R\$ 6.160: 3% (dois) no RN e 10% (28) no DF; de R\$ 6.161 a R\$ 7.040: 3% (dois) no RN e 9% (26) no DF; acima de R\$ 7.040: 5% (três) no RN e 28% (75) no DF. Não tenho renda: 3% (dois) no RN e nenhum no DF.

Visualmente já percebemos diferenças extremas. Mais da metade dos potiguares (62%) ganha até três salários mínimos, enquanto que esse mesmo dado entre os brasilienses corresponde a apenas 19%. A faixa intermediária, de três a seis salários mínimos, soma 27% no RN e 34% no DF. Os rendimentos mais altos, entre seis mínimos e mais de oito, somam apenas 11% no RN e 47% no DF, quase metade da amostra. Ou seja, a maioria dos potiguares está

concentrada entre os menores salários e a maioria dos brasilienses está concentrada entre os maiores salários.

Nos índices nacionais (MICK; LIMA, 2013), temos: 2,9% recebem até um salário mínimo, proporção um pouco menor do que a que encontramos no RN (5%) e DF (5%); 11,3% de um a dois mínimos, o que destoa bastante dos 29% no RN e 5% no DF; 14,3% de dois a três mínimos, bem menos que os 25% no RN e mais que os 9% no DF; 15,6% de três a quatro mínimos, enquanto temos 11% no RN e 8% no DF; 15,8% de quatro a cinco mínimos, quanto temos 8% no RN e 11% no DF. Entre cinco e dez salários mínimos, o dado nacional é de 25%, enquanto que no RN é 19% e no DF é 62%. Em suma, os dados do RN estão muito aquém dos nacionais e os do DF muito além em termos de salários.

Na questão seguinte, perguntamos: você tem outros benefícios? Foi solicitado que se considerassem todos os empregos e era possível marcar várias opções. A distribuição de respostas se deu da seguinte forma (tabela 16):

Tabela 16: Benefícios não salariais

Benefício	RN	DF
Auxílio alimentação	16	183
Plano de saúde	18	127
Auxílio transporte	08	67
Auxílio-creche ou similar	06	30
Nenhum	32	69
Outro	02	04

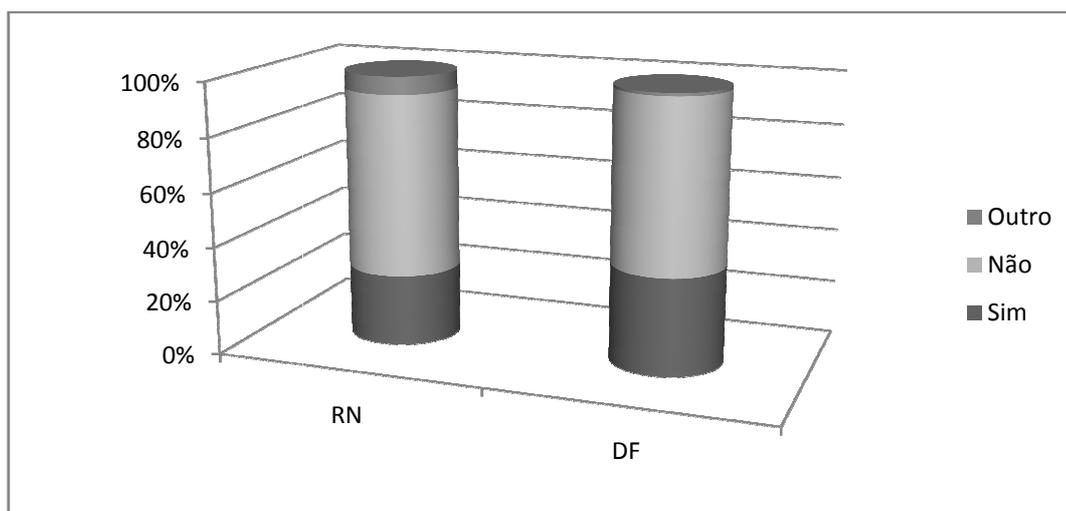
Fonte: Autoria própria

O resultado foi: nenhum benefício extra: 52% (32) no RN e 25% (69) no DF; auxílio alimentação 26% (16) no RN e 68% (183) no DF; plano de saúde 29,5% (18) no RN e 46% (127) no DF; auxílio transporte 13% (oito) no RN e 24,5% (67) no DF; auxílio-creche ou similar 10% (seis) no RN e 11% (30) no DF; marcaram exclusivamente a opção "outro" 3% (dois) no RN e 1,5% (quatro) no DF.

Na opção "outro" foram citados: participação nos lucros, auxílio educação, ajuda financeira da família, auxílios do MEI, auxílio moradia, vale cultura, banco de horas, bolsa para pós-graduação, ajuda mensalidade escolar filhos, bolsa para filhos estudarem.

Perguntamos se os jornalistas acham as remunerações atuais justas (gráfico 52), pedindo para considerar todas as fontes de renda oriundas de trabalho jornalístico. Os resultados foram: 26% (16) do RN e 36% (98) do DF acham que sim, é justa; 67% (41) do RN e 63% (173) do DF acham que não; 7% (quatro) do RN e 1% (três) do DF marcaram "outro". Ou seja, a porcentagem que acha injusta é parecida nos dois lugares.

Gráfico 52: Você acha sua remuneração atual justa?



Fonte: Autoria própria

Dentre os comentários obtidos na opção "outro", destacamos os três abaixo:

Comentário 1: potiguar, mulher, entre 35 e 39 anos, casada, entre 11 e 15 anos de profissão, salário entre R\$ 3.521 a R\$ 4.400 (entre 4 e 5 salários mínimos) com auxílio-creche e plano de saúde: *"Diante do contexto de mercado, sim"*.

Comentário 2: potiguar, homem, entre 25 e 29 anos, solteiro, entre 1 e 5 anos de profissão, salário de até R\$ 880 (um salário mínimo) sem outros benefícios: *"É justa se considerar minha quantidade de trabalho, mas não chega a ser o piso salarial para jornalistas no RN"*.

Comentário 3: brasiliense, homem, entre 55 e 59 anos, em união estável, entre 6 e 10 anos de profissão, salário acima de R\$ 7.040 (acima de oito salários

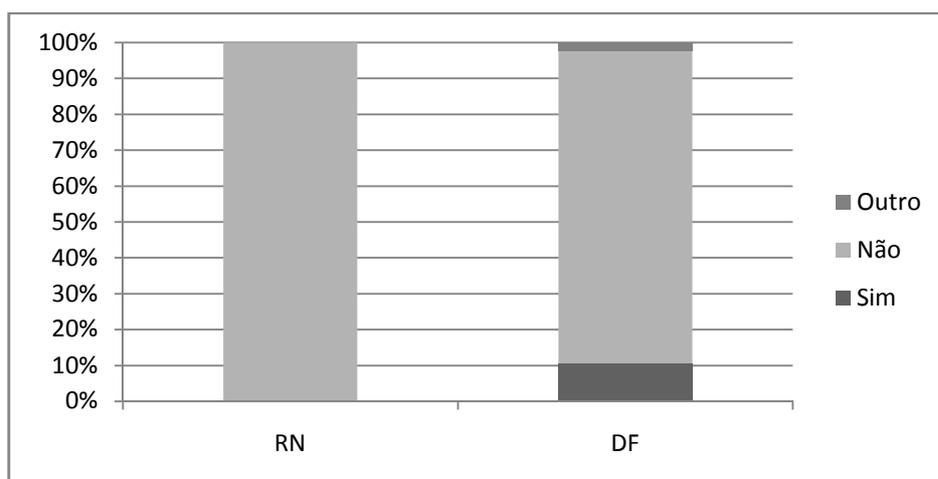
mínimos) com plano de saúde, auxílio alimentação e auxílio transporte: *"Pode sempre melhorar"*.

Demais comentários obtidos: "ainda não acertamos"; "não tenho como avaliar, pois minha renda não provém do jornalismo"; "o contrato deveria ser CLT e não cotista"; e "para o Dieese o salário mínimo deveria ser mais de 4 mil reais".

Chama atenção no primeiro comentário o fato da jornalista potiguar, experiente, ganhar até cinco salários mínimos e achar justo considerando a prática de mercado; realmente o salário dela está na faixa com menos pessoas. No segundo comentário vemos um jornalista potiguar iniciante conformado em receber menos que o piso salarial de jornalista. Já no terceiro comentário temos um jornalista brasiliense menos experiente que a do primeiro comentário que ganha mais do que o valor máximo de nossa faixa salarial estipulada enfatizando que poderia ganhar mais.

Em seguida, perguntamos se eles acham que em geral os jornalistas do estado/distrito são bem remunerados (gráfico 53). Os resultados foram: 11% (29) do DF marcaram sim, enquanto ninguém do RN marcou essa opção; 100% (61) do RN e 87% (239) do DF marcaram não; e 2% (seis) do DF marcaram "outro", com nenhuma marcação do RN. Ou seja, a totalidade da amostra potiguar acha que os jornalistas do RN são mal remunerados, e uma maioria expressiva do DF.

Gráfico 53: Você acha que os jornalistas do seu estado/distrito são bem remunerados?



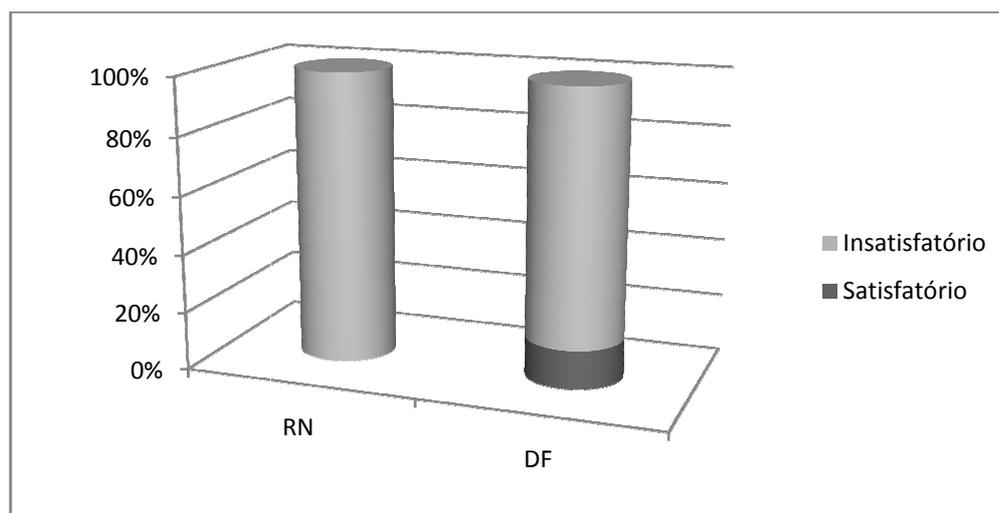
Fonte: Autoria própria

Comentários obtidos dentre os que marcaram a opção "outro": "desconheço outras formas de remuneração"; "não sei dizer"; "depende do cargo, função e indicação"; "considerando a realidade país afora, sim. a maioria está lotada em órgão público, seja como concursado ou comissionado. ainda assim, não é o suficiente para o nível de demandas e o ritmo e ou estrutura de trabalho"; "dependendo da área de atuação, sim. assessores e produtores/repórter/apresentador de TV ganham salário, em média, acima do mercado" e "depende da empresa e do tipo de trabalho".

Em complementação à questão anterior, perguntamos aos jornalistas a opinião acerca dos pisos salariais (gráfico 54). Frisamos os valores, que eram R\$ 1.370 (piso único) no Rio Grande do Norte e R\$ 2.247 no Distrito Federal (cinco horas), pisos vigentes à época do desenvolvimento do questionário, no ano de 2016. Oferecemos as opções: satisfatório, insatisfatório e outro.

Inicialmente obtivemos no Rio Grande do Norte 58 insatisfatório, três marcaram outro e não houve nenhuma marcação em satisfatório. Com relação à opção "outro", no Rio Grande do Norte as observações foram: "ridículo" (duas vezes) e "é vergonhoso"; assim, vamos considerar para efeitos de análise como equivalentes a "insatisfatório".

Gráfico 54: O que você acha do piso de jornalista do seu estado/distrito?



Fonte: Autoria própria

No Distrito Federal foram 34 satisfatório, 231 insatisfatório e nove outro. No Distrito Federal, quatro ressalvas podem ser consideradas equivalentes à opção insatisfatório: "imoral", "inaceitável", "piso de fome" e "patético"; e uma como "satisfatório": "suficiente".

Considerando essas peculiaridades, temos a seguinte representação: no Rio Grande do Norte, 100% (61) acham o piso insatisfatório; no Distrito Federal, 13% (35) consideram satisfatório, 86% (235) acham insatisfatório e 1% (quatro) marcaram "outro". Destacamos abaixo algumas observações:

Comentário 1: brasiliense, mulher, entre 25 e 29 anos, solteira, entre 1 e 5 anos de profissão, salário entre R\$ 1.761 e R\$ 2.640 com plano de saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte e participação nos lucros: *"Apesar de, na teoria, nossa jornada ser de cinco horas diárias, devido à localização no furação político, trabalhamos muito além disso. Já cheguei a trabalhar três fins de semana por mês, folgando apenas um"*.

Comentário 2: brasiliense, mulher, entre 30 e 34 anos, entre 11 e 15 anos de profissão, salário acima de R\$ 7.040 com auxílio-creche e auxílio alimentação: *"O problema não é o piso em si. Se os locais pagassem o piso, por pior que eu ache que seja, vá lá. Mas a maioria nem o piso paga. É indecente, assim como em outras profissões"*.

Comentário 3: brasiliense, homem, entre 35 e 39 anos, entre 11 e 15 anos de profissão, salário acima de R\$ 7.040 com plano de saúde, auxílio alimentação e auxílio transporte: *"Patético. A diarista que trabalha aqui em casa ganha mais trabalhando 5 dias da semana sem dar plantão"*.

Na questão seguinte, perguntamos se os jornalistas acreditam que a maioria ganha exatamente o piso, mais que o piso ou menos que o piso em sua respectiva região, mantendo a opção "outro" para casos não previstos. O resultado está expresso abaixo (tabela 17):

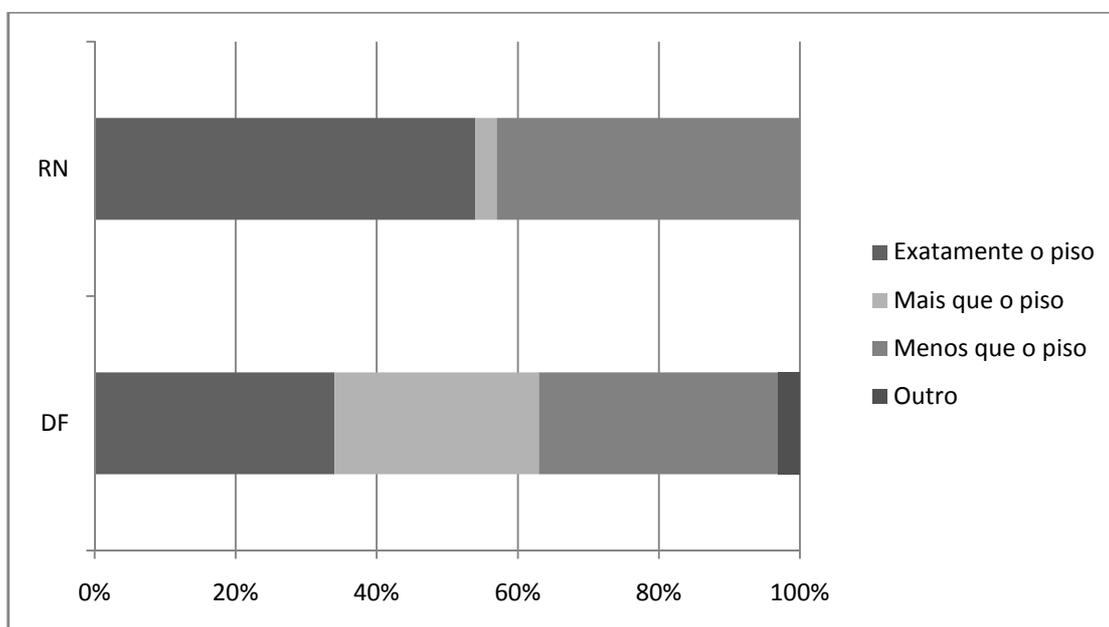
Tabela 17: Opinião sobre o salário que normalmente se recebe no RN e no DF

	RN	DF
Exatamente o piso	33	93
Mais que o piso	02	81
Menos que o piso	26	92
Outro	00	08

Fonte: Autoria própria

Acham que normalmente se recebe exatamente o piso 54% (33) no RN e 34% (93) no DF; mais que o piso 3% (dois) no RN e 29% (81) no DF; menos que o piso, 43% (26) no RN e 34% (92) no DF. E marcaram a opção "outro" apenas oito pessoas do DF, equivalente a 3%. Os que marcaram a opção "outro" disseram que não sabem avaliar (seis vezes), "acredito que haja muita discrepância entre salários... muitos não chegam ao piso e outros ganham muito acima" e "tem quem ganhe menos e quem ganhe mais".

Gráfico 55: Opinião sobre o salário que normalmente se recebe no RN e no DF



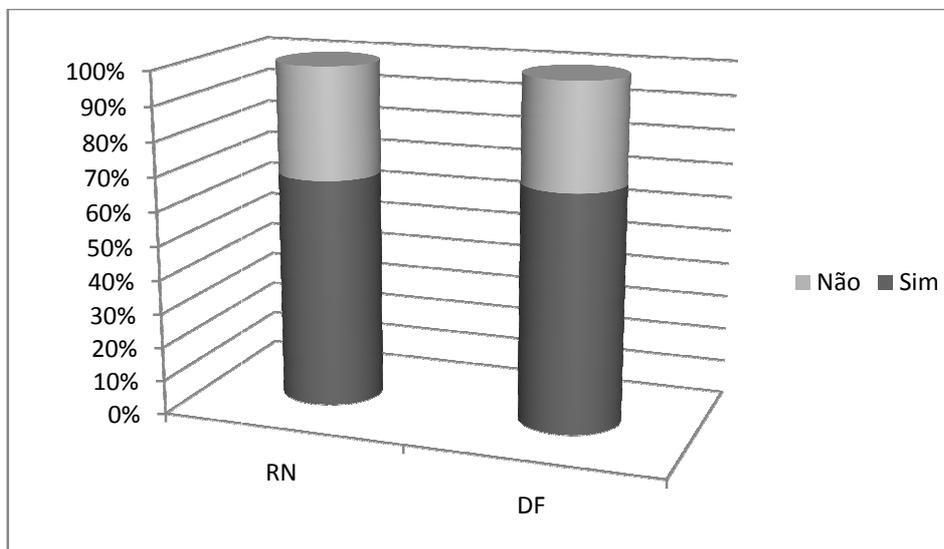
Fonte: Autoria própria

Visualmente (gráfico 55) podemos perceber que há muita diferença entre os resultados dos dois locais. Os potiguares estão, em sua maioria, concentrados em apenas duas opções, "exatamente o piso" e "menos que o piso", enquanto dentre os brasilienses há mais equilíbrio entre as três opções, com praticamente um terço da amostra em cada uma.

Em seguida fizemos a seguinte pergunta: você é responsável financeiramente pela sua família? (gráfico 56) Com essa questão, queríamos saber se os jornalistas participam da vida financeira de suas famílias. Obtivemos o seguinte resultado: 67% (41) no RN e 69% (190) no DF marcaram "sim -

parcialmente ou totalmente" e 33% (20) no RN e 31% (84) no DF marcaram "não - não contribuo com despesas além das minhas".

Gráfico 56: Você é responsável financeiramente pela sua família?



Fonte: Autoria própria

Depois veio a pergunta: em média quantas horas por dia você trabalha como jornalista? Oferecemos as opções "até cinco horas", "entre cinco e sete horas", "entre sete e dez horas" e "mais de 10 horas" e obtivemos o seguinte resultado (tabela 18):

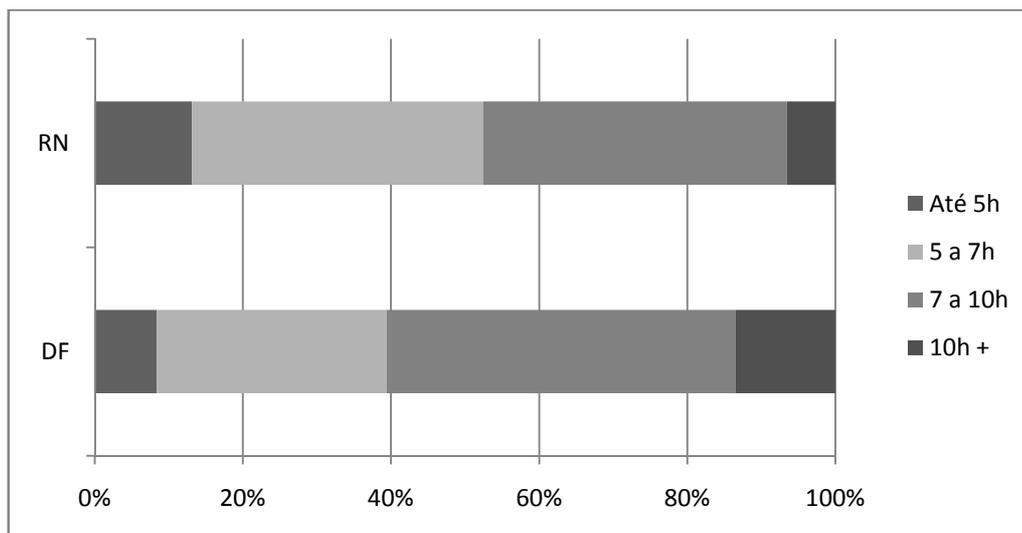
Tabela 18: Em média quantas horas por dia você trabalha como jornalista?

	RN	DF
Até 5 horas	08	23
Entre 5 e 7 horas	24	85
Entre 7 e 10 horas	25	129
Mais de 10 horas	04	37

Fonte: Autoria própria

Marcaram "até cinco horas" 13% (08) no RN e 8% (23) no DF, "entre cinco e sete horas" 39% (24) no RN e 31% (85) no DF, "entre sete e dez horas" 41% (25) no RN e 47% (129) no DF e "mais de dez horas" 7% (quatro) no RN e 14% (37) no DF. Observemos a divisão proporcional entre essas faixas de carga horária no gráfico 57 abaixo:

Gráfico 57: Carga horária de trabalho jornalístico



Fonte: Autoria própria

Observemos as pessoas que estão nos dois extremos desses. Primeiramente, os 41 jornalistas (quatro no RN e 37 no DF) que estão na faixa de mais de dez horas de trabalho diário: 56% são mulheres, 49% solteiros, 44% têm entre 20 e 29 anos, 46% têm apenas um emprego, 46% tem remuneração acima de R\$ 7.040 e 54% têm até dez anos de profissão⁷⁷. Já os jornalistas que estão na faixa de até cinco horas de trabalho diário, que são 31 (oito do RN e 23 do DF): 61% são mulheres, 65% solteiros, 42% entre 20 e 29 anos, 90% têm apenas um emprego, 45% ganham até dois salários mínimos e 65% têm até dez anos de profissão⁷⁸.

⁷⁷ Dados dessa amostra: 23 mulheres, 18 homens; 20 solteiros, 16 casados, 4 divorciados ou separados e 1 em união estável; 11 têm entre 25-29, 7 entre 20-24 anos, 7 entre 35-39 anos, 4 entre 30-34, 4 entre 40-44 anos, 3 entre 45-49 anos, 2 entre 50-54 anos e 3 entre 55-59 anos; 19 têm 1 emprego, 15 têm 2, 5 têm 3, 2 têm 4 ou mais; 19 ganham acima de R\$7.040, 6 entre R\$3.521-R\$4.400, 6 entre R\$5.281-R\$6.160, 4 entre R\$6.161-R\$7.040, 3 entre R\$4.401-R\$5.280, 2 entre R\$881-R\$1.760 e um entre R\$1.761-R\$2.640; 16 têm entre 1-5 anos de profissão, 6 entre 6-10, 6 entre 11-15, 5 entre 16-20, 4 mais de 30, 3 entre 21-25 e 1 entre 26-30.

⁷⁸ Dados dessa amostra: 19 mulheres, 12 homens; 20 solteiros, 7 casados, 3 divorciados ou separados, 1 união estável; 8 entre 20-24 anos, 7 entre 30-34 anos, 5 entre 25-29 anos, 4 entre 40-44 anos, 3 entre 30-39 anos, 3 entre 35-39 anos, 2 entre 45-49 anos e 2 entre 55-59 anos; 28 têm uma ocupação e 3 têm 2; 9 ganham até R\$880, 5 entre R\$881-R\$1.760, 4 acima de R\$7.040, 4 entre \$4.401-R\$5.280, 2 entre R\$5.281-R\$6.160, 2 entre R\$1.761-R\$2.640, 2 entre R\$2.641-R\$3.520, 1 entre R\$6.161-R\$7.040, um entre R\$3.521-R\$4.400 e 1 não tem renda; 13 têm entre 1-5 anos de profissão, 7 entre 6-10, 3 entre 11-15, 2 menos de 1, 2 entre 26-30, 2 entre 21-25, 1 entre 16-20 e 1 mais de 30 anos.

O que mais destoa nesses dois extremos é a quantidade de empregos e remuneração. Como era de se esperar, os que trabalham menos horas têm em sua maioria (90%) apenas um emprego e os que trabalham mais em sua maioria (54%) têm dois ou mais empregos. A faixa salarial é oposta e proporcional, pois os que trabalham mais horas são os que ganham mais.

Esperávamos que dentre os que trabalham mais de dez horas haveria uma preponderante concentração de jornalistas com quatro ou mais vínculos, para que acumulassem essas horas, entretanto o observado é que ainda boa parte tem apenas uma ocupação (46%) ou duas (37%); apenas 12% têm três e 5% têm quatro ou mais ocupações. Uma peculiaridade é que cruzando os dados dos que cumprem essa carga horária excessiva e com os que têm os mais altos salários, dois terços têm apenas um vínculo.

5.3 Dados sobre saúde

Iniciamos aqui uma seção de perguntas voltadas principalmente à temática de saúde. O conjunto de questões foi disponibilizado para todos os respondentes - não somente para os que têm emprego, como na seção anterior. A primeira pergunta, "para você, o que é qualidade de vida?", foi a única totalmente aberta até este ponto do questionário; ela não era obrigatória. Foi dada a seguinte instrução: por favor, responda com uma palavra ou frase.

Obtivemos 49 respostas válidas no Rio Grande do Norte e 283 no Distrito Federal. As respostas foram muito semelhantes nas duas localidades, e por causa disso iremos aglutiná-las e pensá-las unificadas. Ao lidar com o total de respostas, adotamos o critério de identificar as palavras citadas no mínimo cinco vezes. Assim, foram citadas mais de 50 vezes cada: tempo (106 vezes), trabalho (85), saúde (63) e viver (58). Citadas pelo menos 15 vezes estão: família (49 vezes), lazer (44), equilíbrio (27), condições (20), bem-estar (19), salário (17), estabilidade (16) e livre (15).

Abaixo disso, estão: tranquilidade (14 vezes), mental (12), realizar (12), prazer (11), descansar (11), felicidade (11), viajar (10), social (10), satisfação (10), emocional (9), dinheiro (9), conforto (9), conciliar (7), paz (7), dignidade (7),

Comentário 3: *"Conciliar saúde, família e trabalho sem que a atenção igualitária aos três seja prejudicada".*

Comentário 4: *"Conseguir equilibrar a profissão e vida pessoal, fazendo o que se gosta".*

Comentário 5: *"Conseguir manter equilibrados, simultaneamente e de forma constante, todos os campos da vida que me são caros, isto é, desempenhar com satisfação e reconhecimento a profissão que escolhi, sem que deteriore meus valores éticos, sem que comprometa o essencial da minha intimidade e saúde, seja ela física, psíquica ou emocional. Que minha ocupação assegure, inclusive, seja o principal fator de manutenção desses níveis de bem-estar, uma vez que, para mim, ser jornalista ainda carrega seu traço mais idealista".*

Comentário 6: *"Conseguir sair do trabalho e realmente descansar. Não ficar o tempo todo monitorando sites, agências, preocupados com os furos alheios. Não se preocupar se a reportagem que foi feita terá consequências drásticas a você, como sofrer um processo".*

Comentário 7: *"Conseguir viver do meu trabalho confortavelmente, poder ter lazer e férias".*

Comentário 8: *"Desempenhar as tarefas com tranquilidade e sentir prazer no que faz".*

Comentário 9: *"Desligar-me dos plantões".*

Comentário 10: *"É o bem-estar biopsicossocial".*

Comentário 11: *"É ser remunerado adequadamente pelo bom serviço desempenhado, conseguindo se sustentar e ter um padrão de vida aceitável para um profissional de nível superior".*

Comentário 12: *"É ter meios de segurança material (como condições de pagar moradia, alimentação, impostos, estudos etc.), aliada a um bem-estar mental (ambiente de trabalho respeitoso e realizações pessoais mais subjetivas como família, amigos, sexualidade etc.)".*

Comentário 13: *"Estabilidade, ter o que comer, onde morar, um trabalho legal".*

Comentário 14: *"Felicidade ao ir trabalhar e mais tempo com a minha família".*

Comentário 15: *"Não sofrer com o estresse".*

Comentário 16: *"Não ter que viver só para trabalhar apesar de gostar muito da minha profissão".*

Comentário 17: *"Para mim, para se ter qualidade de vida é necessário principalmente estar satisfeito e sentindo-se bem com o trabalho que exercemos e aliado a isso ter momentos reservados ao lazer".*

Comentário 18: *"Poder levar uma vida equilibrada entre trabalho, alimentação, exercício e descanso".*

Comentário 19: *"Poder respirar".*

Comentário 20: *"Sentir-me realizado segundo os meus critérios de objetivos e metas pessoais e profissionais, aliando-se a isso sentir-me bem segundo meus valores éticos e morais, além de realizado em minha profissão e relacionamento com as pessoas".*

Comentário 21: *"Ter a menor jornada com a maior remuneração possível, além de estabilidade e benefícios (FGTS, INSS, previdência privada, plano de saúde)".*

Comentário 22: *"Ter condições de trabalhar com satisfação, valorização, condições básicas de saúde, e condições financeiras para se viver com dignidade".*

Comentário 23: *"Ter condições de trabalho".*

Comentário 24: *"Ter folgas nos finais de semana e feriados, realizar viagens, poder fazer exercício e trabalhar só um expediente".*

Comentário 25: *"Ter momentos para se desligar do trabalho".*

Comentário 26: *"Ter tempo e condição financeira para fazer o que eu quero. Consegui isso no jornalismo. Mas não é a regra. Trabalham como loucos e não têm tempo nem pra adoecer".*

Comentário 27: *"Ter vida além do trabalho".*

Comentário 28: *"Trabalhar com o que gosto, em um ambiente agradável e sendo bem remunerada para isso".*

Comentário 29: "Trabalhar com salubridade, carga horária comercial e com direito ao descanso nos fins de semana e feriado, o que não acontece por conta dos recorrentes plantões e ou atividades nos fins de semana e nos feriados".

Comentário 30: "Trabalhar em ambiente e com atividade que sejam flexíveis e que permita crescer dentro da empresa ou que permita acumular outros empregos. Basicamente é trabalhar com o que se gosta e ter liberdade de deixar o emprego, caso se queira".

Comentário 31: "Um ambiente de trabalho sem tanta pressão e constantes assédios morais".

A questão seguinte foi uma aglutinação de oito afirmações intitulada "sobre minha saúde". Era possível escolher entre as opções sim, não e outro (figura 9). Almejávamos entender como os jornalistas cuidam da própria saúde, qual a autopercepção sobre isso, como consideram a própria qualidade de vida, se realizam atividade física, se fumam e se têm doenças originadas a partir do labor.

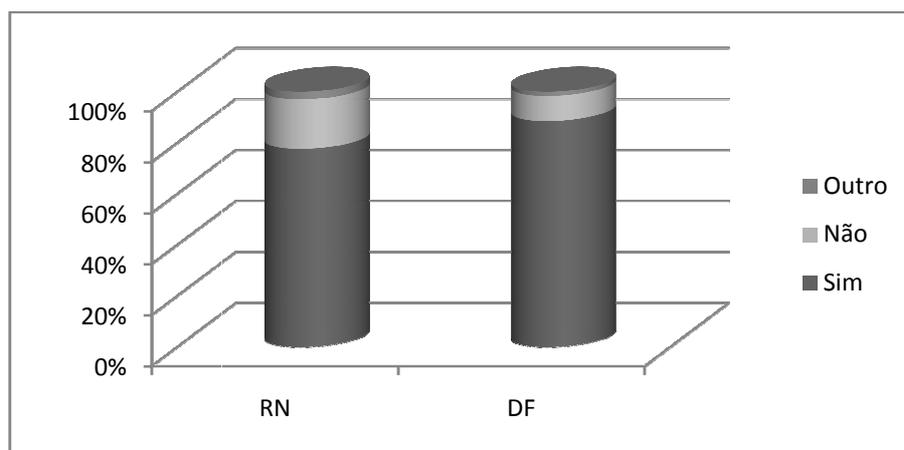
Figura 9: Aglutinação de perguntas sobre a saúde dos jornalistas

Sobre minha saúde: *	Sim	Não	Outro
Sou preocupado com a saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho uma boa saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho uma boa qualidade de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Faço atividade física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fumo regularmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Me sinto esgotado mentalmente com frequência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho alguma doença devido ao trabalho como jornalista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fui diagnosticado com uma doença relacionada ao trabalho como jornalista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Autoria própria

A primeira afirmação era: sou preocupado com a saúde (gráfico 58). O resultado obtido foi: 78% (52) no RN e 88% (270) no DF confirmaram; 19% (13) no RN e 10% (30) no DF negaram; 3% (dois) no RN e 2% (cinco) no DF marcaram "outro". Ou seja, uma maioria se diz preocupada com a própria saúde, especialmente no DF, onde há 10% a mais de afirmações.

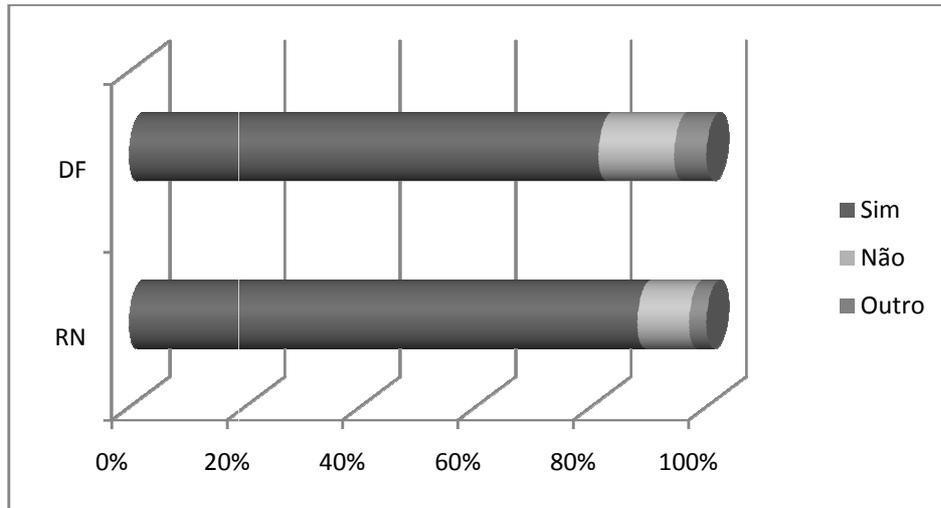
Gráfico 58: Sou preocupado com a saúde



Fonte: Autoria própria

A afirmação seguinte foi "tenho uma boa saúde" (gráfico 59), confirmada por 88% (59) dos potiguares e 81% (248) dos brasilienses; negada por 9% (seis) do RN e por 13% (40) do DF; e com 3% (dois) de marcações em "outro" no RN e 6% (17) no DF. O resultado dessa afirmação foi semelhante à questão anterior, com leve acréscimo no dado potiguar e leve decréscimo no dado brasiliense.

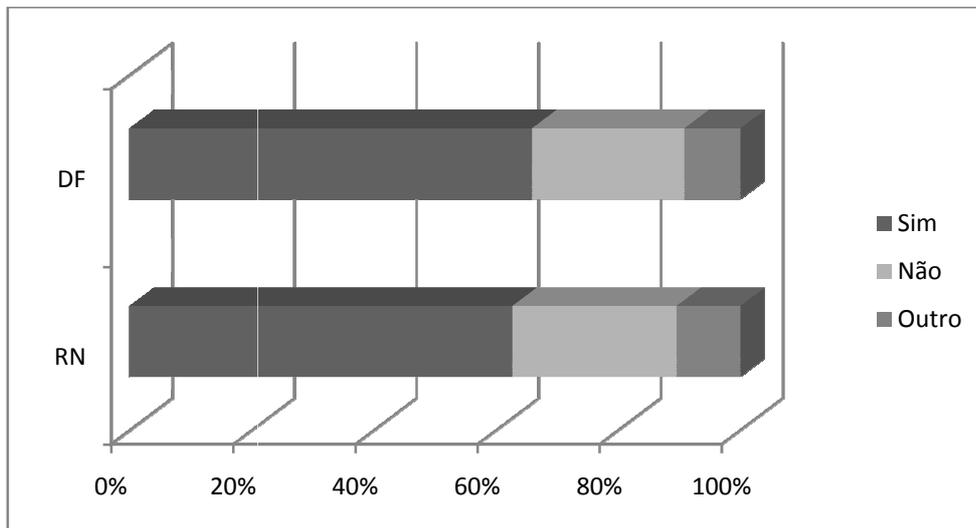
Gráfico 59: Tenho uma boa saúde



Fonte: Autoria própria

Em seguida, a afirmação foi "tenho uma boa qualidade de vida" (gráfico 60), confirmada por 63% (42) no RN e 66% (201) no DF; negada por 27% (18) no RN e 25% (76) no DF; e com 10% (sete) no RN e 9% (28) no DF de marcações em "outro".

Gráfico 60: Tenho uma boa qualidade de vida

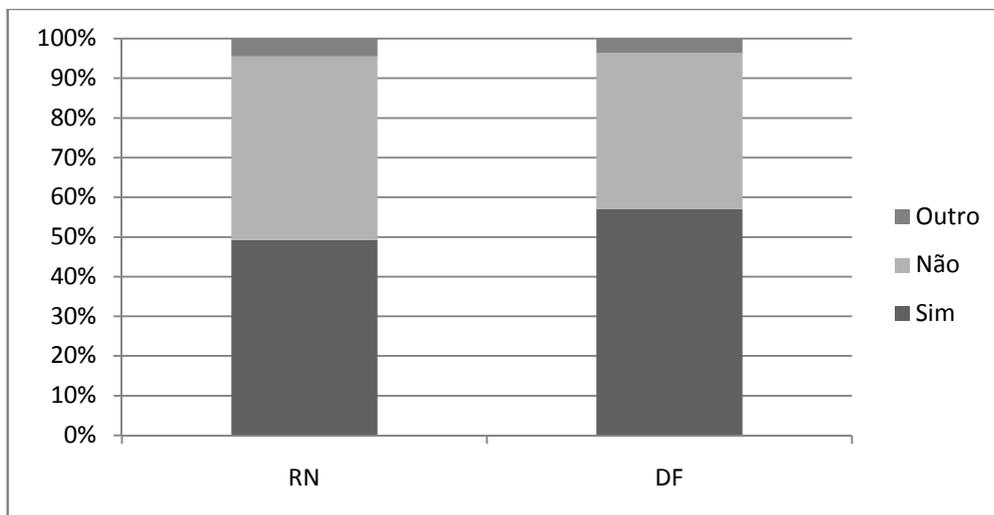


Fonte: Autoria própria

A afirmação "faço atividade física" (gráfico 61) foi confirmada por 49% (33) no RN e 57% (174) no DF; negada por 46% (31) do RN e 39% (120) do DF; e

com 5% (três) do RN e 4% (11) no DF de marcações em "outro". Ou seja, cerca de metade da amostra, em ambos os locais, realiza atividade física.

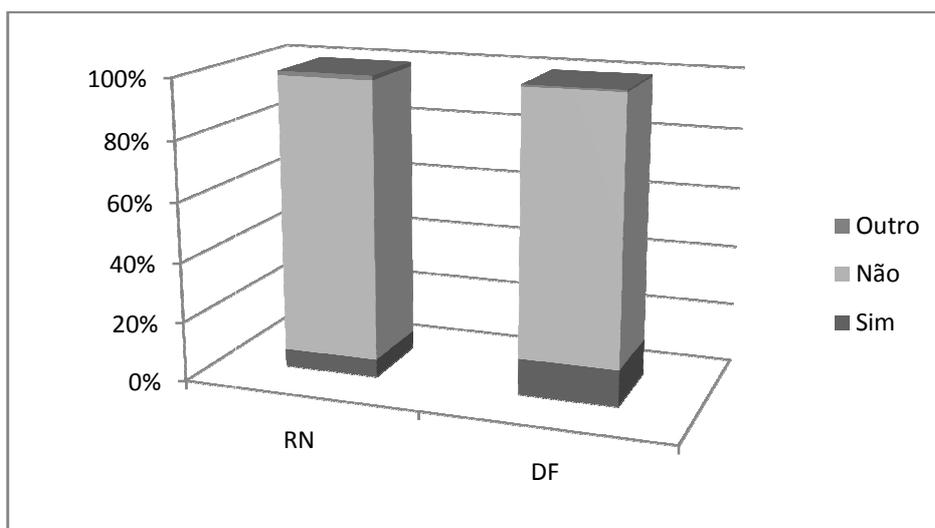
Gráfico 61: Faço atividade física



Fonte: Autoria própria

"Fumo regularmente" (gráfico 62) foi uma afirmação corroborada por 6% (quatro) dos jornalistas do RN e 12% (37) do DF; negada por 93% (62) do RN e 87% (266) do DF; enquanto que escolheram a opção "outro" 1% (um) no RN e 1% (dois) no DF.

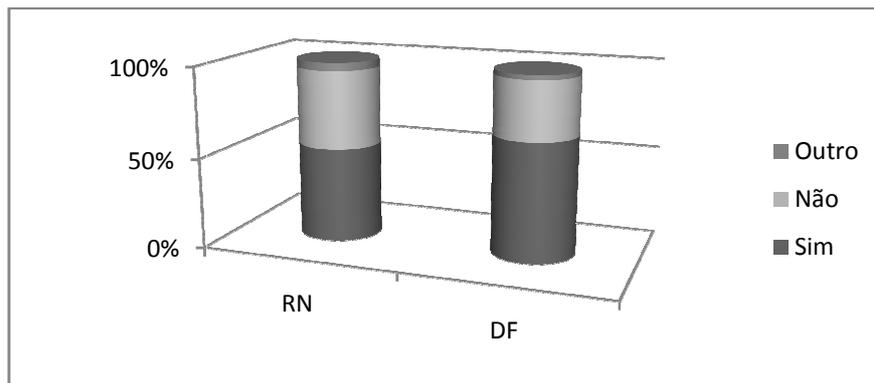
Gráfico 62: Fumo regularmente



Fonte: Autoria própria

A próxima afirmação, "sinto-me esgotado mentalmente com frequência" (gráfico 63), foi confirmada por 52% (35) do RN e 65% (199) do DF; negada por 43% (29) do RN e 32% (98) do DF; e marcada como "outro" por 5% (três) do RN e 3% (oito) do DF.

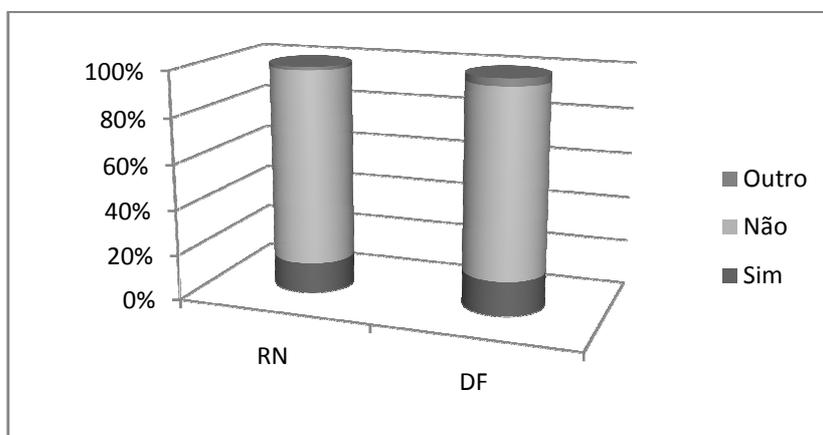
Gráfico 63: Sinto-me esgotado mentalmente com frequência



Fonte: Autoria própria

A penúltima afirmação, "tenho alguma doença devido ao trabalho como jornalista" (gráfico 64), foi confirmada por 13% (nove) dos jornalistas do RN e 15% (46) do DF; negada por 85% (57) do RN e 82% (249) do DF; e marcada como "outro" por 2% (um) do RN e 3% (10) do DF. O resultado foi pouco expressivo e será complementado com a afirmação a seguir.

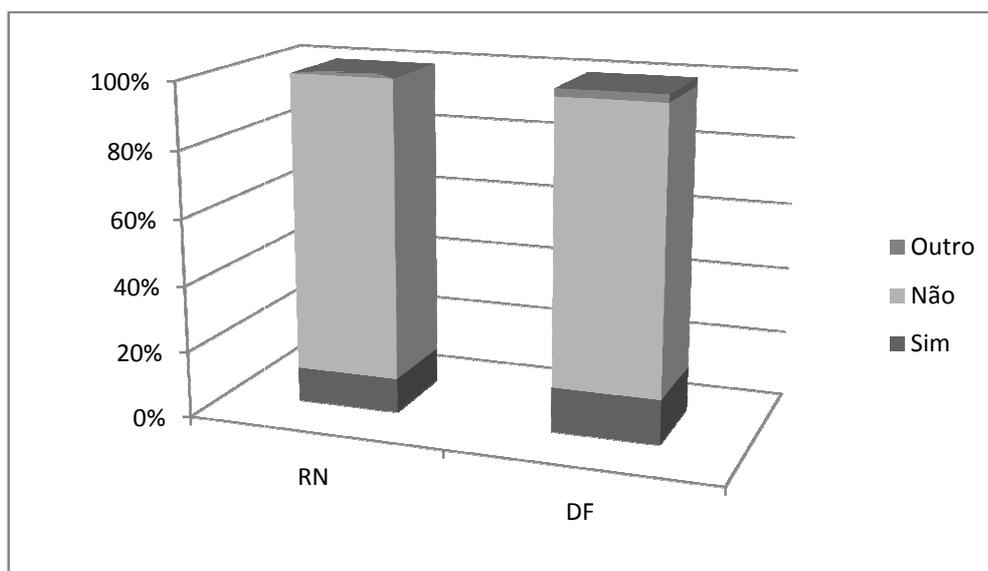
Gráfico 64: Tenho alguma doença devido ao trabalho como jornalista



Fonte: Autoria própria

Por fim, a afirmação "fui diagnosticado com uma doença relacionada ao trabalho como jornalista" (gráfico 65) foi confirmada por 10% (sete) do RN e 13% (41) do DF; negada por 90% (60) do RN e 85% (257) do DF; e escolhida como "outro" por 2% (sete) do DF. Os dados dessas duas últimas afirmações serão essenciais para as questões que virão a seguir.

Gráfico 65: Fui diagnosticado com uma doença relacionada ao trabalho como jornalista



Fonte: Autoria própria

A próxima questão também foi uma aglutinação de oito afirmações intitulada "trabalhando como jornalista eu já..." (figura 10) sobre acidente de trabalho, assédio, desistência e equilíbrio com a vida pessoal. Era possível escolher entre as opções sim, não e outro.

Figura 10: Aglutinação de perguntas sobre acidente de trabalho, assédio, desistência e equilíbrio com a vida pessoal

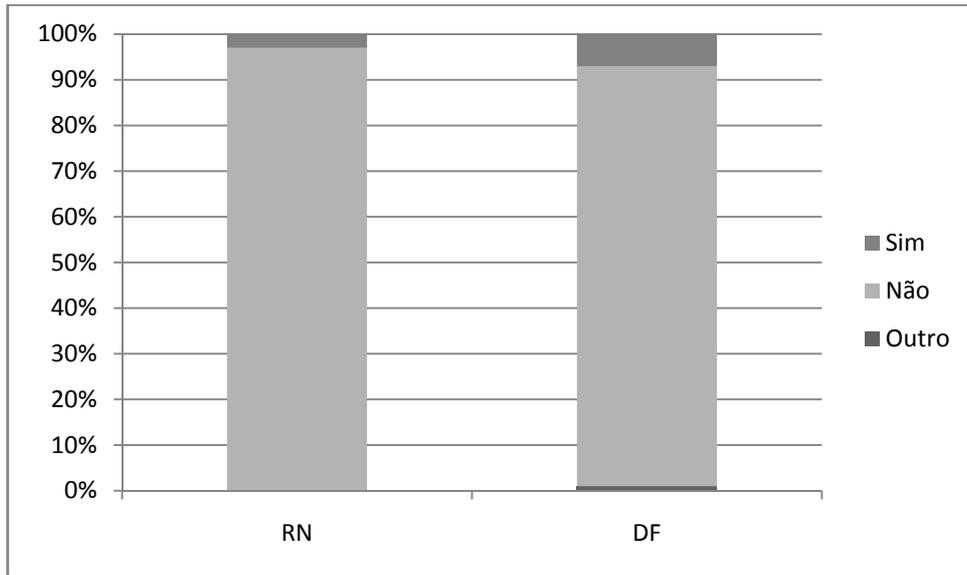
Trabalhando como jornalista eu já: *

	Sim	Não	Outro
Sofri acidente de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presenciei assédio moral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sofri assédio moral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presenciei assédio sexual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sofri assédio sexual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desisti de desejos da vida pessoal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pensei seriamente em desistir da profissão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tive problemas para equilibrar a vida pessoal com a profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Autoria própria

A primeira afirmação, "sofri acidente de trabalho" (gráfico 66), foi confirmada por 3% (dois) do RN e 7% (21) do DF; negada por 97% (65) do RN e 92% (283) do DF; e marcada como "outro" por menos de 1% (um) do DF. Vemos que é pouco expressivo o resultado em ambos os lugares e especialmente no RN.

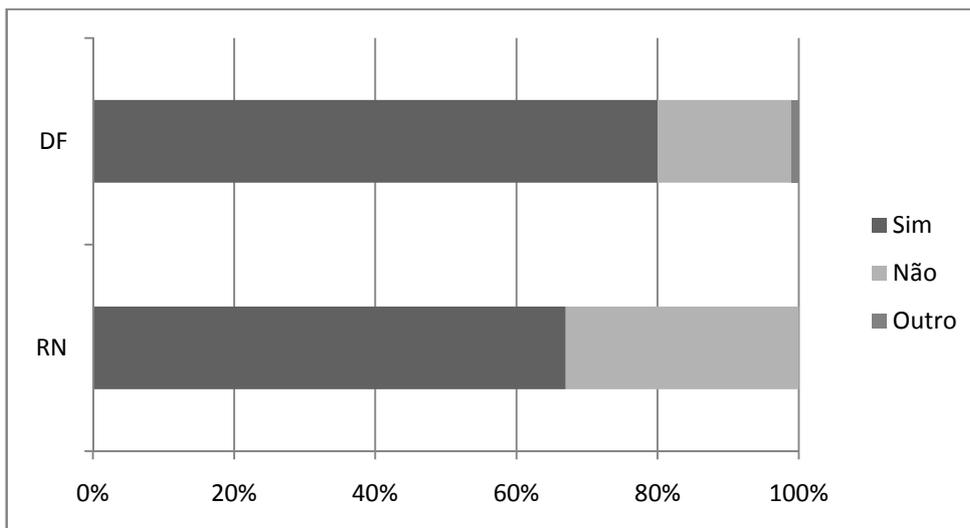
Gráfico 66: Sofri acidente de trabalho



Fonte: Autoria própria

A segunda afirmação, "presenciei assédio moral" (gráfico 67), foi confirmada por 67% (45) dos jornalistas do RN e 80% (247) dos do DF; foi negada por 33% (22) do RN e 19% (57) do DF; e marcada como "outro" por apenas 1% (uma pessoa) do DF. Como percebemos, proporcionalmente há muito mais casos dentre os jornalistas brasileiros.

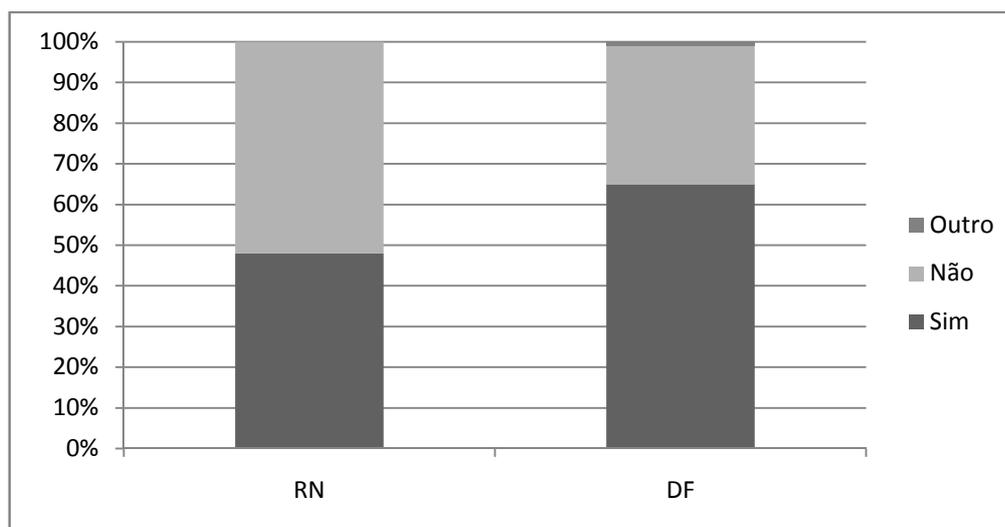
Gráfico 67: Presenciei assédio moral



Fonte: Autoria própria

Complementando a questão anterior, "sofri assédio moral" (gráfico 68) foi uma afirmação confirmada por 48% (32) do RN e 65% (197) do DF; negada por 52% (35) do RN e 34% (105) do DF; e marcada como "outro" por 1% (três) do DF. Como era de se esperar, a quantidade que sofreu assédio moral foi menor do que a estatística dos que presenciaram. A diferença entre os dois locais se manteve, com mais casos dentre os brasilienses.

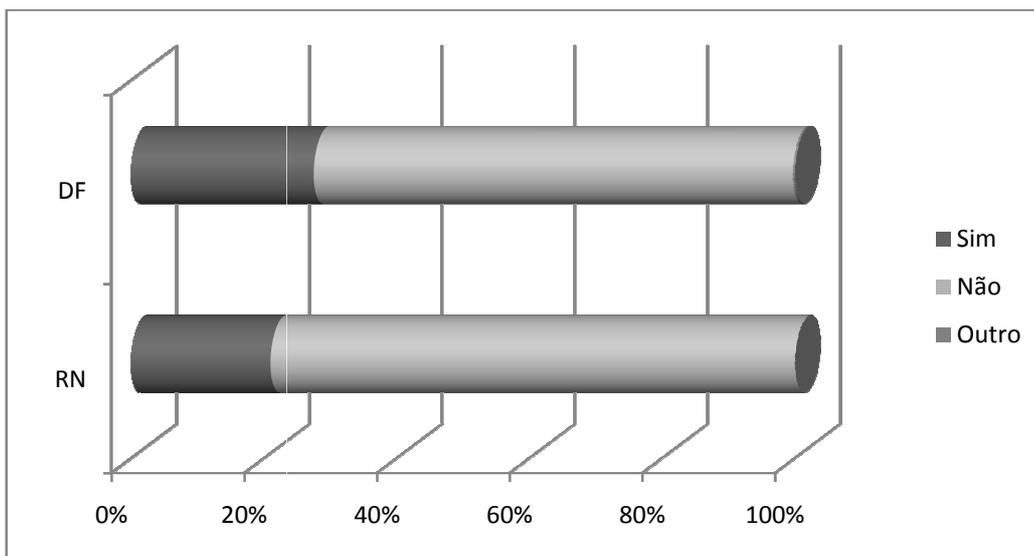
Gráfico 68: Sofri assédio moral



Fonte: Autoria própria

Em seguida, a afirmação "presenciei assédio sexual" (gráfico 69) foi confirmada por 21% (14) do RN e 28% (84) do DF; negada por 79% (53) do RN e 71% (220) do DF; e escolhida como "outro" por menos de 1% (um) do DF. Novamente há mais casos (7% a mais) de assédio dentre os brasilienses.

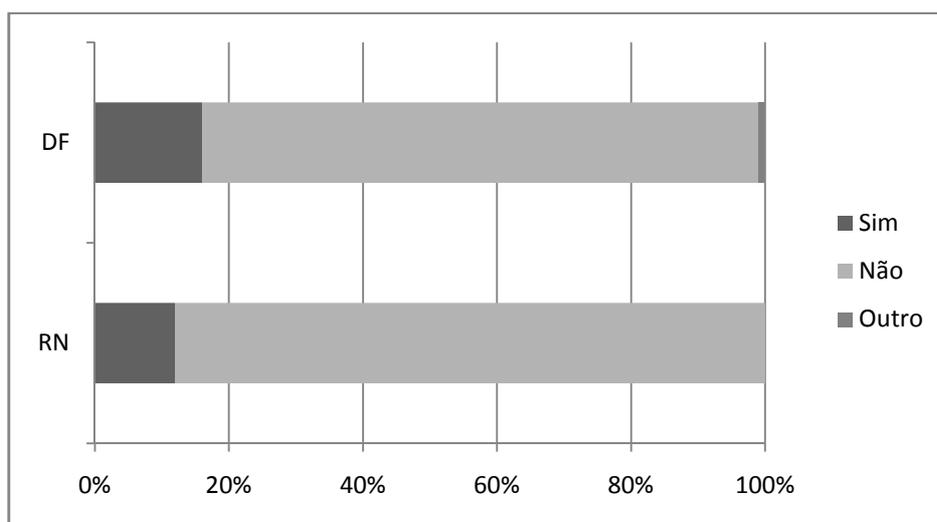
Gráfico 69: Presenciei assédio sexual



Fonte: Autoria própria

Como complemento, a afirmação "sofri assédio sexual" (gráfico 70) foi confirmada por 12% (oito) da amostra do RN e por 16% (50) dos brasilienses; negada por 88% (59) do RN e 83% (254) do DF; e teve apenas 1% (um) de marcação em "outro", feita por um jornalista do DF. Como no caso de assédio moral, a proporção dos que presenciaram é maior do que as que passaram pela situação.

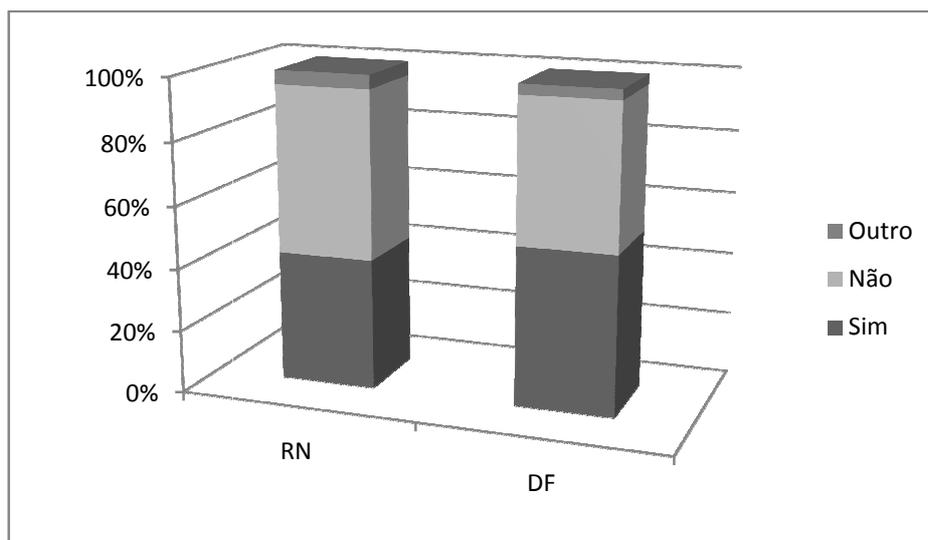
Gráfico 70: Sofri assédio sexual



Fonte: Autoria própria

Em seguida havia a afirmação "desisti de desejos da vida pessoal" (gráfico 71), por meio da qual gostaríamos de saber se os jornalistas abriram mão de sonhos devido à profissão que escolheram. 42% (28) dos potiguares e 51% (155) dos brasilienses disseram que sim; 54% (36) da amostra do RN e 46% (140) do DF disseram que não; 4% (três) do RN e 3% (dez) do DF marcaram "outro".

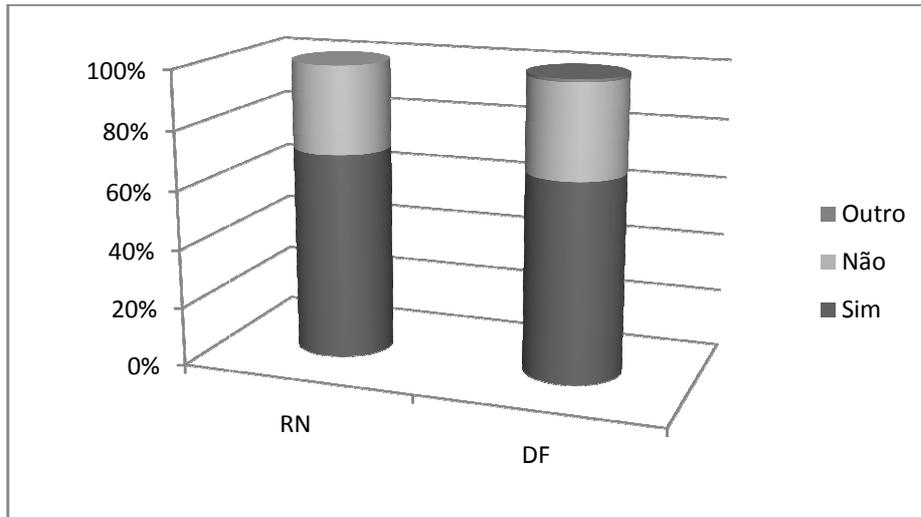
Gráfico 71: Desisti de desejos da vida pessoal



Fonte: Autoria própria

A penúltima afirmação, "pensei seriamente em desistir da profissão" (gráfico 72), foi confirmada por 70% (47) no RN e 68% (206) no DF; negada por 30% (20) no RN e 31% (96) no DF; e optaram pela opção "outro" 1% (três) no DF. O resultado foi bastante semelhante nos dois locais e demonstra uma preponderância de pessoas que já cogitaram desistir da profissão.

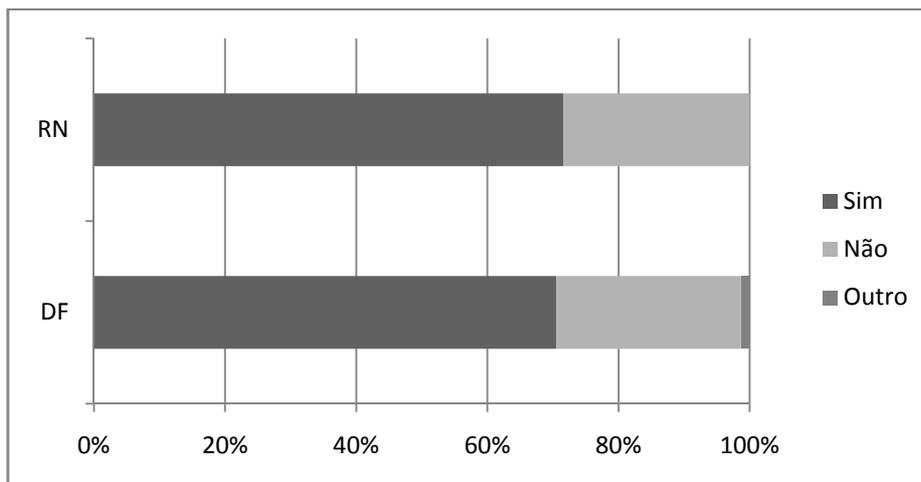
Gráfico 72: Pensei seriamente em desistir da profissão



Fonte: Autoria própria

Por fim, tivemos a afirmação "tive problemas para equilibrar a vida pessoal com a profissional" (gráfico 73), que teve 72% (48) no RN e 71% (215) no DF de confirmações; 28% (19) no RN e 28% (86) no DF de negações; e 1% (quatro) marcações em "outro", todas do DF. Ou seja, mais de dois terços dos entrevistados, em ambos os locais, assume que já teve algum tipo de problema em dosar vida profissional em meio à vida pessoal.

Gráfico 73: Tive problemas para equilibrar a vida pessoal com a profissional



Fonte: Autoria própria

Finalizando as duas aglutinações de perguntas, disponibilizamos um espaço para observações diversas, uma questão facultativa. Obtivemos os seguintes comentários:

Comentário 1: *"A convenção coletiva é uma peça de ficção".*

Comentário 2: *"Acumulei durante 20 anos escolhas erradas em termos de saúde e qualidade de vida para continuar na profissão".*

Comentário 3: *"Após entrar no novo emprego fui diagnosticada com crises de ansiedade. Nervosismos que parecem fantasmas e tem consequências bem físicas como vômitos, calafrios e choro".*

Comentário 4: *"Atualmente sou freela. Em janeiro deste ano [2016], abri mão de um contrato CLT é tudo o mais na redação de um jornal porque um dos chefes fazia assédios morais constantes com todos da equipe. Desde quando ele assumiu a chefia, houve uma "debandada" da equipe, pois trabalhar com ele era insustentável. Houve baixa em série na produção de conteúdo, desmotivação... era comum ver alguém chorando pelos cantos. Além disso, sempre foi comum, inclusive em outras redações do DF, a prática de funcionários fazendo horas extras (muitas vezes, 14 horas diárias), plantões seguidos sem uma folga semanal, trabalho direto sem pausa para almoço/lanche entre outros absurdos que vez ou outra chegam até o Ministério Público, que precisa intervir. Após intervenção, a situação se normaliza por um período e logo as práticas ilegais voltam a ocorrer".*

Comentário 5: *"Desemprego e baixos salários na área. Só com indicação consegue os melhores cargos".*

Comentário 6: *"Empresas que terceirizam para os ministérios sempre fazem assédio moral. A maioria dos gestores diretos não sabe trabalhar e não sabe fazer, mas ocupam grandes vagas pela amizade. Alguns gestores nem formados em comunicação eles são, mas continuam mandando em equipes com jornalistas e publicitários, cometendo assédio moral. Inclusive grandes empresas conhecidas que atuam forte nas contas dos ministérios".*

Comentário 7: *"Enfrentei problemas de saúde de ordem psíquica durante um duro processo de assédio moral e problemas pessoais. O pior de tudo foi*

enfrentar isso em um sindicato. Ainda hoje, passados 2 anos, estou me recuperando...".

Comentário 8: *"Estou fazendo tratamento de um câncer, fui exonerada do gabinete no terceiro ciclo de quimioterapia; o [atual] trabalho sem vínculo algum manteve o contrato verbal e ajuda no tratamento".*

Comentário 9: *"Hoje as empresas deixam de contratar profissionais para contratar estagiários. Isso quando não contrata por indicação".*

Comentário 10: *"Me incomoda o sistema machista entre chefes e subordinadas. Ambos os lados aceitam os abusos".*

Comentário 11: *"O assédio moral parece ser um modus operandi da profissão, bem como o acúmulo de dinheiro por parte de uma grande figura, que repassa migalhas aos funcionários".*

Comentário 12: *"Onde trabalho, exigem muitos deslocamentos, o que atrapalha o planejamento de uma rotina diária".*

Comentário 13: *"Perdi o amor que tinha pela profissão. Se fosse mais corajosa já teria abandonado o barco há muito tempo. Se bem que não é apenas uma questão de coragem".*

Comentário 14: *"Ser jornalista atualmente é para os fortes. Baixíssimos salários, dias instáveis, chuva de assédio moral, pouquíssimas oportunidades e baixa motivação".*

Comentário 15: *"Trabalhei em uma empresa com um chefe altamente abusador das mais diversas formas. Por fim, tive de processar a empresa para poder receber meu salário e ainda descobri que o antigo chefe estava tentando estragar minha imagem no mercado de trabalho".*

A pergunta seguinte, "você acha que já teve/tem alguma dessas doenças/condições?", era obrigatória e oferecia a possibilidade de marcar mais de uma opção, dentre: dores na cabeça; dores nas costas, pescoço, braços ou pernas; lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) ou outros distúrbios osteomusculares; gastrite; fadiga visual e similares; insônia; depressão; ansiedade; palpitações; Síndrome de *Burnout*; alcoolismo; "outra"; e "não, nenhuma".

As lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) são também chamadas de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) (ROSA; FERREIRA; BACHION, 2000), mas optamos por manter a nomenclatura mais popular e ainda utilizada no senso comum. Ressaltamos que estas condições foram apontadas como doenças laborais e também apontadas como possíveis diante do exercício jornalístico, como apontamos anteriormente. O resultado quantitativo está expresso abaixo (tabela 19):

Tabela 19: Doenças e condições apontadas pelos jornalistas

Doença/condição	RN	DF
Dores na cabeça	54	234
Dores nas costas, pescoço, braços ou pernas	51	248
L.E.R. e similares	29	116
Gastrite	30	123
Fadiga visual e similares	34	142
Insônia	33	166
Depressão	13	104
Ansiedade	45	236
Palpitações	15	65
Síndrome de <i>Burnout</i>	03	17
Alcoolismo	03	13
Outro	02	11
Não, nenhuma	00	09

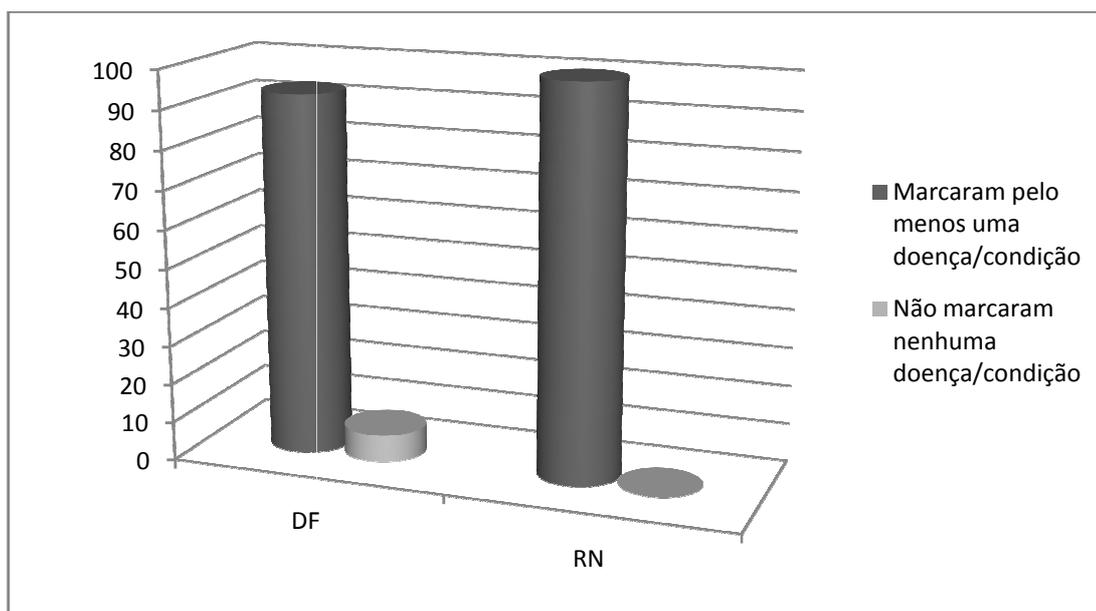
Fonte: Autoria própria

A opção "outro" disponibilizava um campo a ser preenchido. Os jornalistas responderam: hipertensão arterial (duas vezes), estresse⁸¹ (duas vezes), Síndrome do pânico (duas vezes), Síndrome de *Crohn*, *Alopecia Areata*, T.O.C., tendinite⁸², desmaios, perda parcial de audição, desvio de tireóide e resistência insulínica.

⁸¹ A temática do estresse foi abordada em questão anterior, por isso não foi repetida nessa oportunidade.

⁸² A tendinite poderia ter se enquadrado na opção "lesões por esforços repetitivos (L.E.R.) ou outros distúrbios osteomusculares".

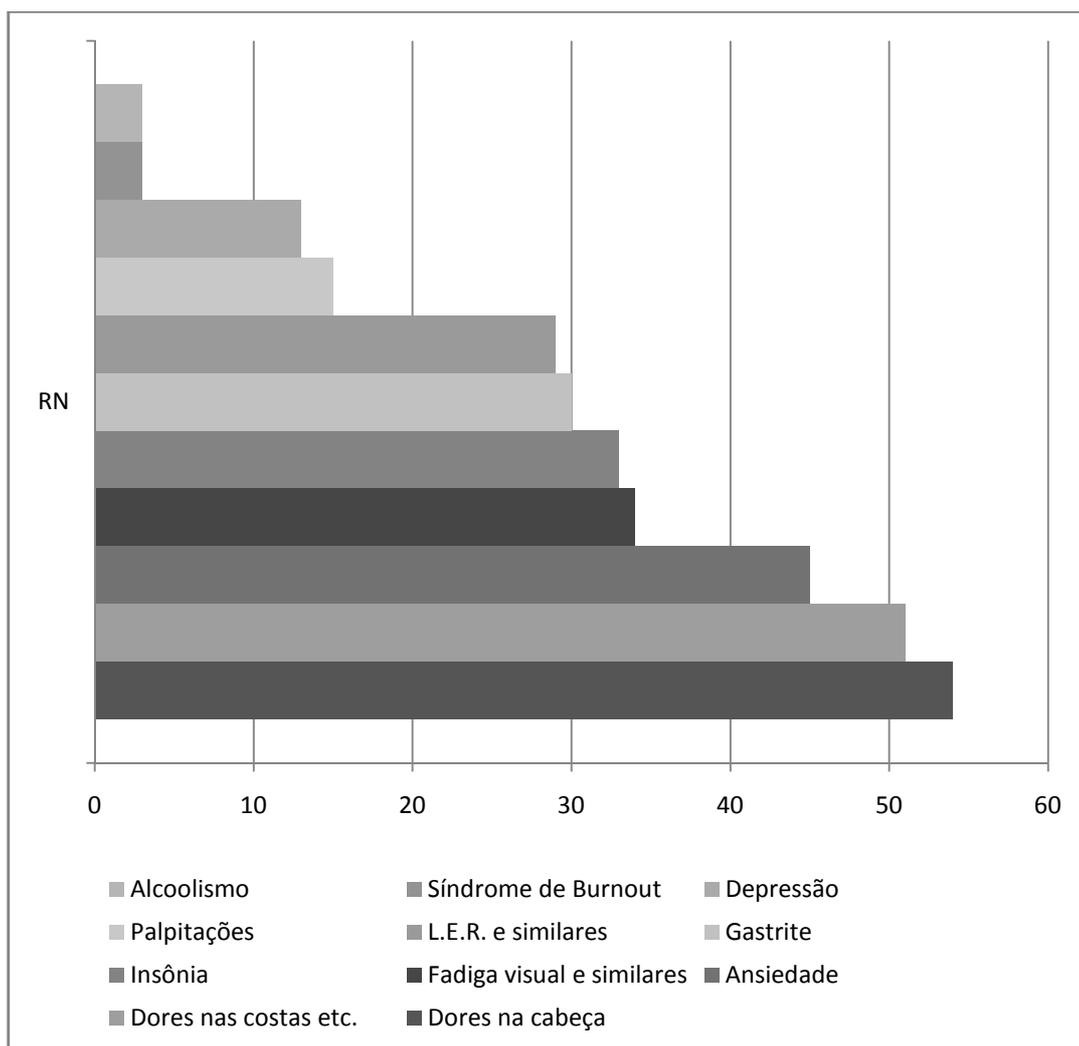
Gráfico 74: Jornalistas que marcaram doenças ou condições na listagem oferecida



Fonte: Autoria própria

Se considerarmos apenas dois grupos, um com os que marcaram no mínimo uma doença/condição e outro com os que alegaram que não têm nenhuma, temos no primeiro grupo um total de 363 pessoas (67 do RN, 296 do DF) e no segundo apenas nove pessoas, todas do DF. Ou seja, quase 98% dos entrevistados marcaram no mínimo uma doença ou condição; separando por região, 100% dos jornalistas do Rio Grande do Norte fizeram marcações, enquanto que no Distrito Federal a porcentagem foi de quase 93% (gráfico 74).

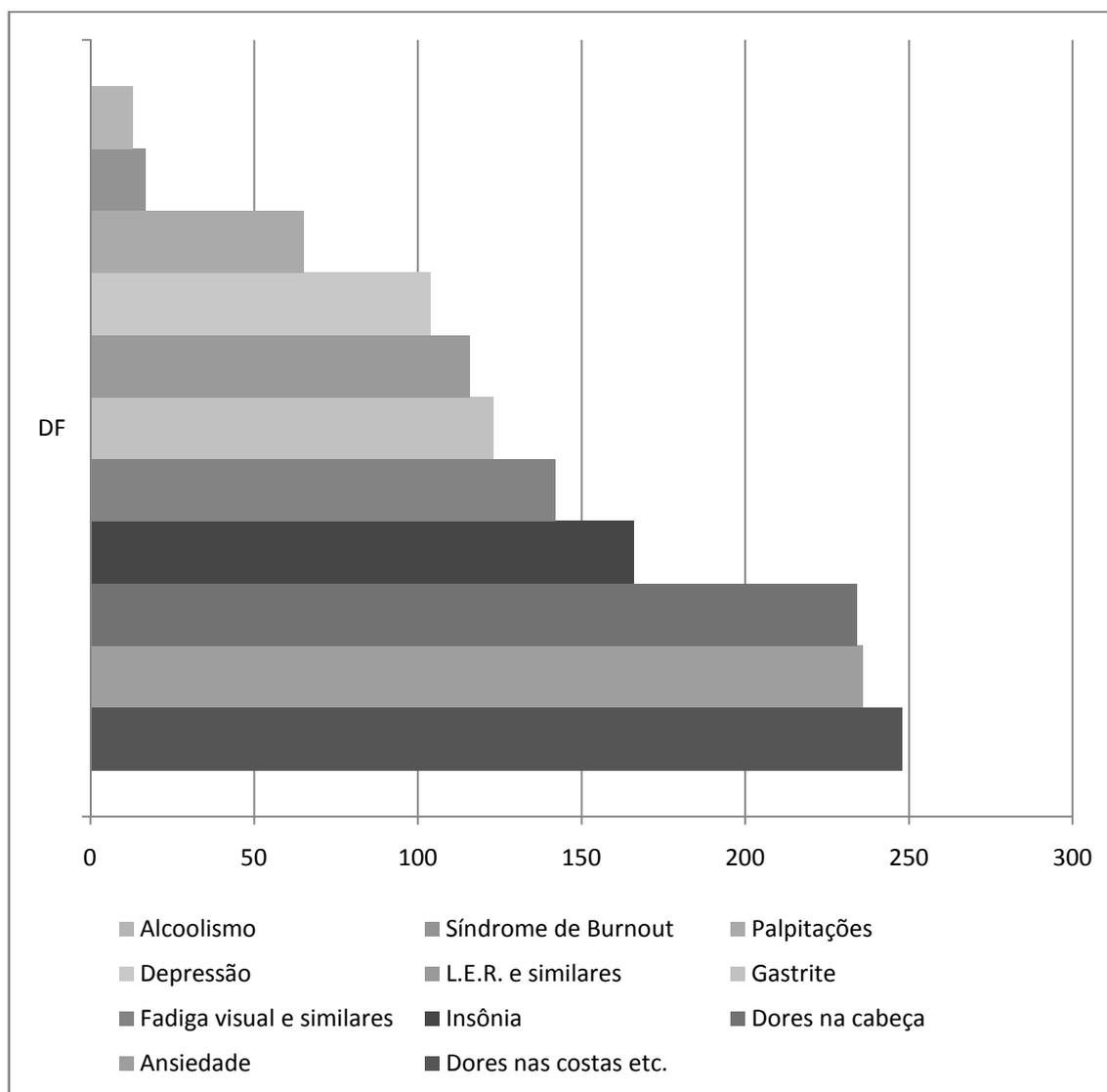
Gráfico 75: Marcações das doenças/condições citadas - amostragem do RN



Fonte: Autoria própria

Considerando apenas as marcações nas doenças e condições citadas, ou seja, desprezando os dados de quem marcou "outro" e de quem alega não ter nenhuma das condições citadas (total de 7%), temos dois gráficos ascendentes, um com os dados do RN (gráfico 75) e outro com os dados do DF (gráfico 76).

Gráfico 76: Marcações das doenças/condições citadas - amostragem do DF



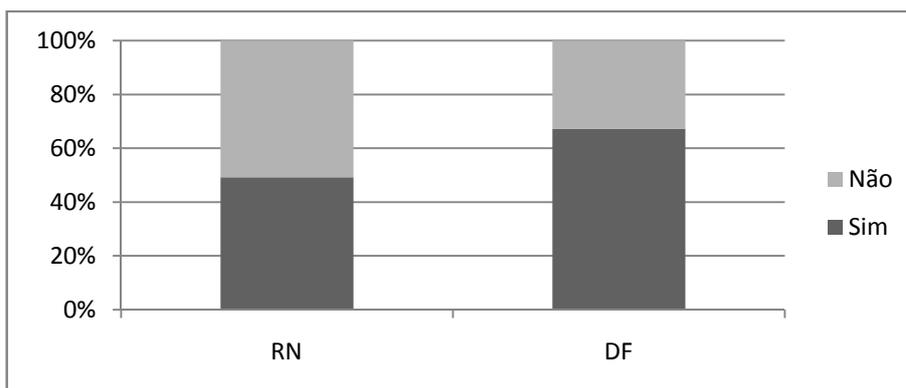
Fonte: Autoria própria

Ao todo, foram 310 marcações feitas por jornalistas potiguares e 1.464 por jornalistas brasilienses nas doenças e condições elencadas. Dentre essas marcações, no RN as que prevaleceram foram: dores na cabeça, opção de 80,5% (54) da amostra potiguar total; dores nas costas etc., marcado por 76% (51) da amostra; e ansiedade, marcado por 67% (45) dos potiguares.

As três opções mais marcadas por brasilienses foram as mesmas, invertendo apenas a ordem: dores nas costas etc., com 81% (248); ansiedade, com 77% (236); e dores na cabeça, com 77% (234) da amostra do DF.

Em seguida foram disponibilizadas duas questões optativas, voltadas apenas a quem marcou pelo menos uma doença/condição, 67 no RN e 293 no DF, amostra considerada. A primeira, "esta doença/condição foi diagnosticada por um médico?" (gráfico 77) obteve marcações "sim" em 49% (33) do RN e 67% (197) do DF; e "não" em 51% (34) do RN e 33% (96) do DF.

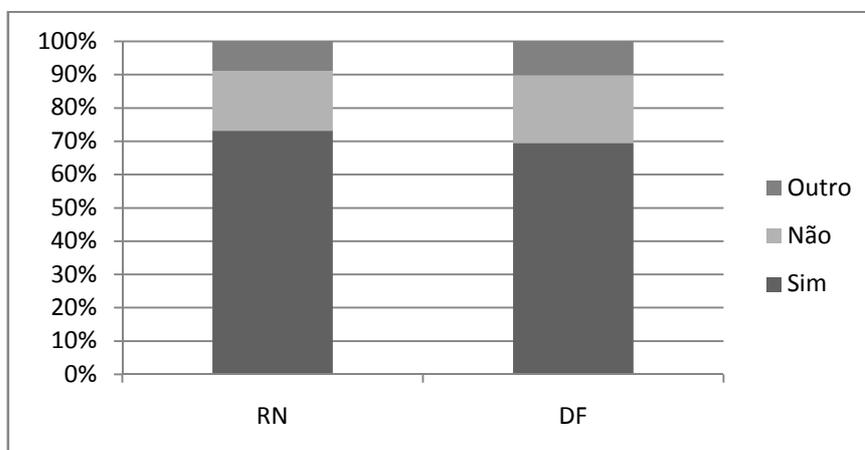
Gráfico 77: Esta doença/condição foi diagnosticada por um médico?



Fonte: Autoria própria

Na segunda questão optativa, "você acha que essa doença/condição é relacionada ao trabalho como jornalista?", (gráfico 78) obtivemos "sim" em 73% (49) do RN e 70% (205) do DF; "não" em 18% (12) do RN e 20% (60) do DF; e "outro" em 9% (seis) do RN e 10% (30) do DF. Novamente nos indagamos por que anteriormente a maioria expressiva da amostra disse não ter doenças ligadas ao exercício jornalístico.

Gráfico 78: Você acha que essa doença/condição é relacionada ao trabalho jornalístico?



Fonte: Autoria própria

As pessoas que marcaram a opção "outro" em sua maioria fizeram ressalvas devido a acreditarem que somente algumas doenças/condições marcadas têm relação com o trabalho. No Rio Grande do Norte houve quatro comentários nesse sentido e no Distrito Federal, 21. Os demais comentários trataram de outros vieses com relação às doenças ocupacionais:

Comentário 1: *"Qualquer trabalho poderia gerar tais sintomas".*

Comentário 2: *"Algumas são apenas potencializadas pelo trabalho".*

Comentário 3: *"Atualmente, ando sentindo sintomas da L.E.R. e tenho certeza que é devido ao excesso de trabalho nos dois empregos".*

Comentário 4: *"Em parte. Tenho Transtorno de Ansiedade Generalizada e com certeza o estresse da redação, sem mencionar a instabilidade/preocupação com o futuro profissional".*

Comentário 5: *"Mais pelo estresse que eu sentia pela falta de equilibrar os horários e a vida pessoal com o profissional".*

Comentário 6: *"Não posso dizer que é relacionada apenas ao trabalho como jornalista, pois existem também fatores genéticos. Mas posso afirmar que a profissão contribuiu para o início da doença".*

Comentário 7: *"Não sei exatamente, o câncer e a depressão levam a diversas doenças psicossomáticas, mas a síndrome do túnel do carpo foi por atividade repetitiva, datilografia e digitação".*

Comentário 8: *"O desvio de tireóide, segundo a médica endocrinologista foi resultado do estresse diário no trabalho"*

Comentário 9: *"O país acaba com o cidadão brasileiro".*

Comentário 10: *"Sim, depressão causada por assédio moral e pressão excessiva da empresa e chefe direto. Assim que foi diagnosticada minha depressão, me demitiram."*

Comentário 11: *"Só a L.E.R."*

5.4 Dados sobre convicções

Na última seção de perguntas, intitulada "minhas convicções" (figura 11), apresentamos uma aglutinação de seis perguntas obrigatórias com temáticas relacionadas a sindicalização, participação política e questões de gênero. Esse conjunto de questões foi disponibilizado para toda a amostra.

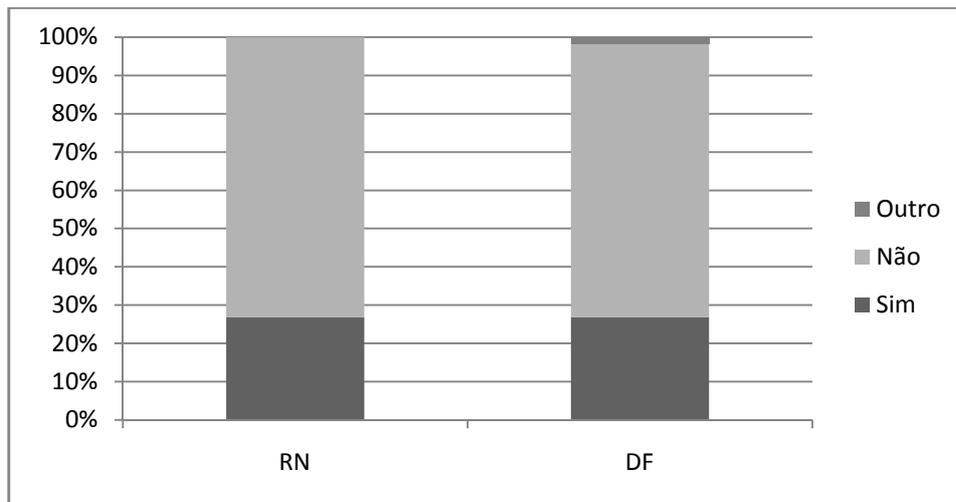
Figura 11: Aglutinação de perguntas sobre sindicalização, política e questões de gênero

Minhas convicções: *			
	Sim	Não	Outro
Sou sindicalizado como jornalista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanho o trabalho da FENAJ	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou filiado a um partido político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participo de grupo político, ideológico, movimento social ou similar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Minha identificação ideológica/política já atrapalhou no trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já fui discriminado por questões ligadas à sua identidade de gênero ou à orientação sexual no trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Autoria própria

A primeira afirmação, "sou sindicalizado como jornalista" (gráfico 79), teve 27% (18) de afirmações no RN e também 27% (82) no DF; 73% (49) de negações no RN e 71% (218) no DF; e 2% (cinco) marcações como "outro", todas do DF. Podemos ver que nem um terço da amostra é sindicalizada como jornalista.

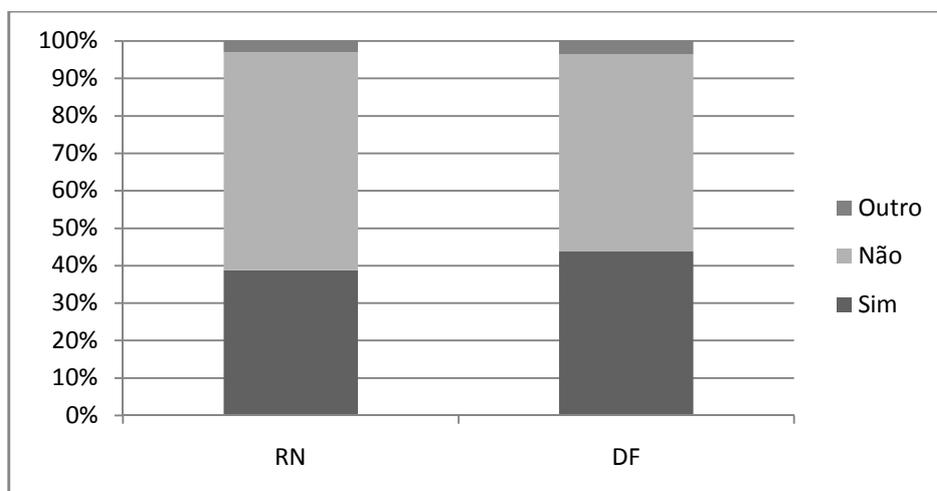
Gráfico 79: Sou sindicalizado como jornalista



Fonte: Autoria própria

A afirmação seguinte foi "acompanho o trabalho da FENAJ" (gráfico 80). Gostaríamos de saber se os jornalistas ao menos estavam acompanhando os acontecimentos nacionais em volta da profissão por meio de seu órgão máximo. Vale ressaltar que a sede da Federação é em Brasília. O resultado foi: 39% (26) do RN e 44% (134) do DF disseram que sim; 58% (39) do RN e 52% (160) do DF disseram que não; 3% (dois) do RN e 4% (11) do DF marcaram "outro". Ou seja, há mais jornalistas acompanhando o trabalho da FENAJ do que sindicalizados em seu estado/distrito.

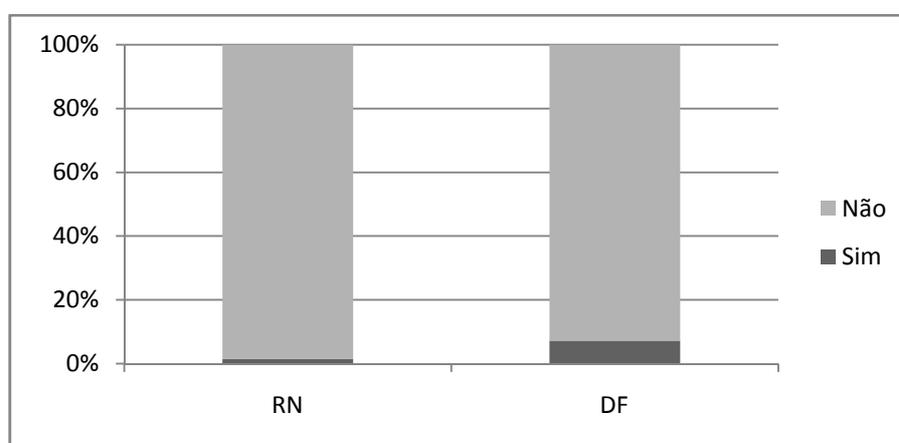
Gráfico 80: Acompanhamento o trabalho da FENAJ



Fonte: Autoria própria

Em seguida veio a afirmação "sou filiado a um partido político" (gráfico 81), corroborada por apenas 1% (um) dos jornalistas do RN e 7% (22) dos do DF, negada por 99% (66) do RN e 93% (283) do DF, sem nenhuma marcação em "outro". Destacamos aqui a fraquíssima adesão às filiações em partidos políticos. Mick e Lima (2013) apontam o índice nacional: apenas 7,8% dos jornalistas brasileiros são filiados a algum partido.

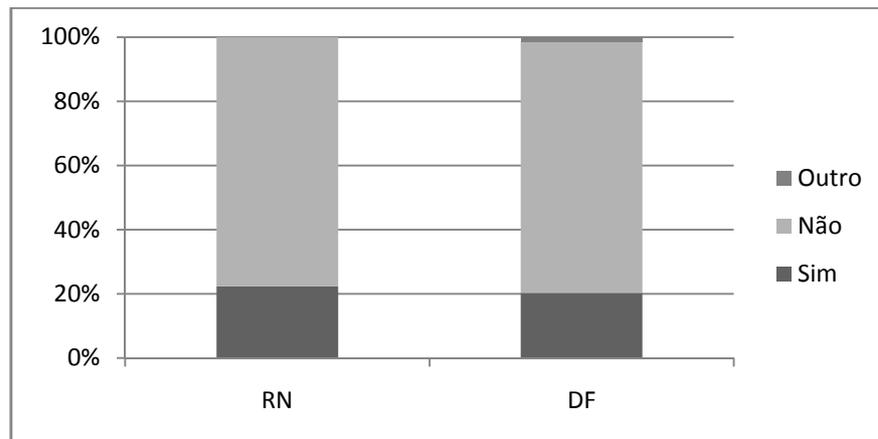
Gráfico 81: Sou filiado a um partido político



Fonte: Autoria própria

Houve mais expressão de resultado na afirmação seguinte, "participo de grupo político, ideológico, movimento social ou similar" (gráfico 82), que foi confirmada por 22% (15) dos jornalistas do RN e 20% (62) do DF, negada por 78% (52) do RN e 78% (239) do DF e marcado como "outro" por 2% (quatro) do DF.

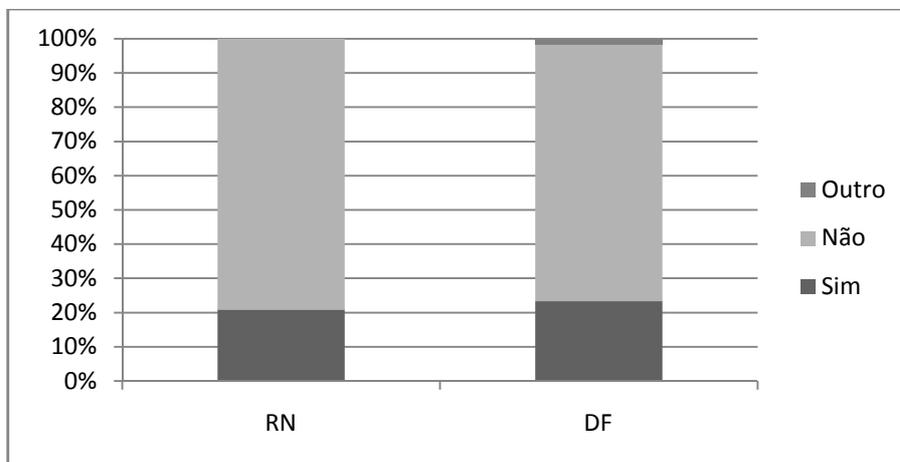
Gráfico 82: Participo de grupo político, ideológico, movimento social ou similar



Fonte: Autoria própria

A penúltima afirmação, "minha identificação ideológica ou política já atrapalhou no trabalho" (gráfico 83), foi confirmada por 21% (14) do RN e 23% (71) do DF, negada por 79% (53) do RN, 75% (229) do DF e marcada como "outro" por 2% (cinco) do DF.

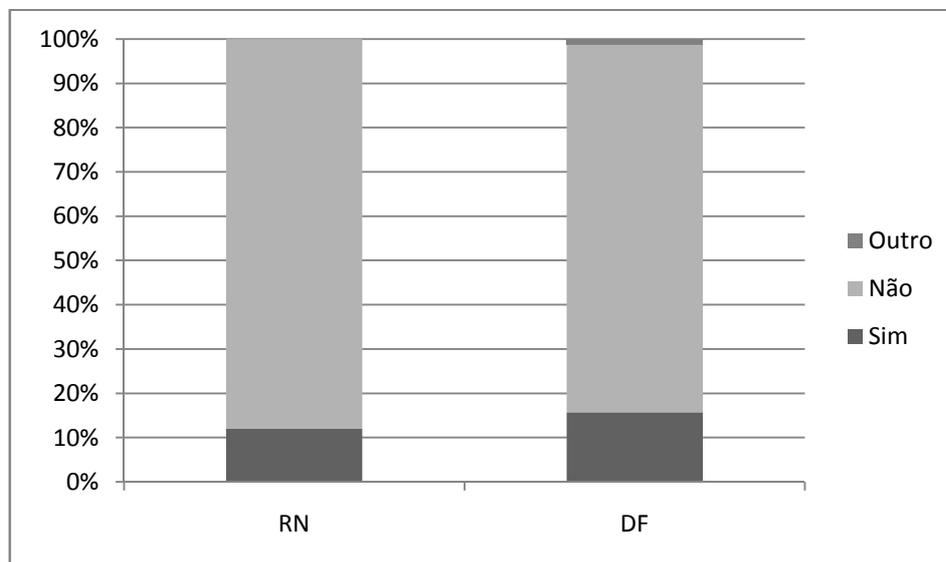
Gráfico 83: Minha identificação ideológica/política já atrapalhou no trabalho



Fonte: Autoria própria

Por fim, a afirmação "já fui discriminado no trabalho por questões ligadas à minha identidade de gênero ou à minha orientação sexual" (gráfico 84) foi confirmada por 12% (oito) da amostra do RN e 16% (48) da do DF, negada por 88% (59) do RN e por 83% (253) do DF e teve 1% (quatro) de marcações em "outro", todas do DF.

Gráfico 84: Já fui discriminado por questões ligadas à minha identidade de gênero ou orientação sexual no trabalho



Fonte: Autoria própria

Finalizando o questionário, na última página estava: "você se interessaria em participar de entrevista presencial sobre os temas tratados nesse questionário?". Também solicitamos que deixassem email e telefone para contatos, caso fossem aceitar conceder uma possível entrevista. Tivemos 20 "sim" do RN e 93 do DF; 44 "não" do RN e 200 do DF; três marcações "outro" do RN e 12 do DF. Vale ressaltar que a maioria dos jornalistas que marcaram a opção "outro" estariam dispostos, a depender da situação: "A depender do dia/horário" (seis vezes), "talvez" (três vezes), "sim, a depender das condições".

Alguns justificaram por que não podiam; outros enfatizaram que poderiam apenas se não fossem identificados:

Comentário 1: *"Não neste momento. Mas torço muito por melhorias na profissão em quase todos os aspectos abordados pela pesquisa".*

Comentário 2: *"Não tenho tempo".*

Comentário 3: *"Prefiro não apresentar disponibilidade para entrevista presencial, pois meus horários e são bem complexos".*

Comentário 4: *"Adoraria, mas certamente perderia meu emprego :)".*

Comentário 5: *"Se não houver identificação pública".*

Comentário 6: *"Se ajudar, sim. Mas desde que não seja identificada".*

No fechamento do questionário agradecemos pela contribuição e disponibilizamos um espaço para as considerações finais dos jornalistas: "se desejar, utilize o espaço abaixo para observações (críticas, sugestões etc.)". Houve muitas mensagens de agradecimento, parabenização pela iniciativa da pesquisa e desejos de boa sorte.

Houve comentários sobre a própria pesquisa: "Nunca vi algo do tipo sendo pesquisado na nossa área!", "Esta é uma pesquisa necessária", "Pesquisa muito importante para mostrar o cenário da profissão", "Pesquisa importante para o exercício da profissão", "O tema é fundamental para sabermos como está a realidade da nossa profissão".

Também foram feitas sugestões para o questionário: "Poderia haver graduações nas respostas e não apenas sim e não"; "Nas opções outros, poderia abrir espaço para especificarmos o que seria"; "Senti falta de perguntas sobre situações relacionadas a racismo"; "Seria interessante incluir problemas religiosos além de problemas de gênero, pois alguns jornalistas já presenciaram excessos relacionados à intolerância religiosa"; "Acho que a relação com a figura do "chefe" ficou um pouco vaga. Dentro de uma redação, temos chefes (coordenadores, subeditores, editores). A minha relação pode ser boa com um e ruim com outro. Achei que as opções de respostas disponíveis não contemplavam essa natureza da redação e afetaram a amplitude e precisão das respostas.

Também houve reflexões sobre a profissão e outras opiniões. Destacamos abaixo algumas observações:

Comentário 1: "Acho extremamente importante publicizar o padrão de trabalho e a qualidade de vida do jornalista brasileiro. Quase sempre as demandas são infinitamente superiores às oportunidades de crescimento no setor da comunicação.

Comentário 2: "Apesar de ser apenas um estagiário, confesso que acho o trabalho de jornalista no RN um pouco estressante, principalmente pelo fato da maioria dos chefes cobrarem muito e remunerarem pouco seus funcionários. Já fui alvo de assédio moral em mais de uma empresa, como também, já vi colegas sofrerem com o mesmo problema e se sentirem desmotivados para trabalhar".

Comentário 3: "Não tinha noção de que as doenças que tinha estão associadas a profissão. O questionário me fez refletir a respeito. Além disto, achei muito importante a questão das perspectivas a curto, médio e longo prazo na profissão. Irei pensar no assunto. Obrigada".

Comentário 4: "Não sou filiada ao sindicato dos jornalistas em função da partidarização. Fiquei excluída".

Comentário 5: "Fazemos parte do sofrimento de todo povo brasileiro (indiferença). Significa o retorno da classe rica e a pobreza continuada, infelizmente".

Comentário 6: "A precariedade do trabalho é algo a se considerar".

Comentário 7: "Se possível, manter em sigilo :)".

Comentário 8: "Gostaria de participar, mas tenho medo de retaliação. Muita gente sofre assédio moral e não tem coragem de denunciar. Quando eu falei da depressão, as chefias ficaram loucas e agiram rápido, me demitindo por outro motivo, uma semana depois".

5.5 Reflexões sobre os dados

Em termos de dados demográficos, é notável que em Brasília a amostra tem idade mais avançada em comparação aos potiguares entrevistados; mesmo assim, há uma predominância de jovens nos dois mercados. Há uma expressiva preponderância de mulheres jornalistas, mais de 60% nos dois locais, similar à proporção nacional de 63,7% (MICK; LIMA, 2013) e bem superior à população em geral, cuja proporção é de 51% (IBGE, 2010).

Apesar de observarmos essa expressiva preponderância de mulheres na profissão, há de se destacar que essa característica outrora era o inverso, pois o jornalismo foi por muito tempo uma profissão masculina praticamente estrita. De acordo com Rocha e Woitowicz (2017), a gradual inserção das mulheres no jornalismo teve início na década de 1950, com a expansão dos cursos superiores. Entretanto, elas associam a crescente feminização da profissão ao processo de precarização do trabalho:

Contraditoriamente, se hoje as mulheres são maioria no jornalismo (representam cerca de dois terços do mercado profissional), isso não se reflete em condições de igualdade no exercício da profissão. Disparidades salariais, jornada de trabalho, acesso a auxílios, cargos de maior prestígio, tempo de escolarização, entre outros aspectos denunciam relações desiguais no mercado profissional, que são acentuadas quando articuladas com questões de raça (ROCHA; WOITOWICZ, 2017, p. 10).

As autoras apontam a pesquisa de Pontes (2017), que investigou as estatísticas de mulheres jornalistas no país, a partir dos dados gerais apresentados por Mick e Lima (2013). O autor identificou que as mulheres invariavelmente ganham menos que os homens, em todas as funções e faixas etárias. "Ainda têm menos acesso a benefícios e não gozam da mesma recompensa no mesmo cargo e/ou empresa que seus colegas homens, o que demonstra desigualdades estruturais de gênero presentes no trabalho jornalístico brasileiro" (PONTES, 2017, p. 01).

Ao final do questionário, nos foi revelado que 12% (RN) e 16% (DF) já foram discriminados no trabalho por questões ligadas à identidade de gênero ou à orientação sexual. Uma parcela pequena, mas que mesmo assim deve ser considerada.

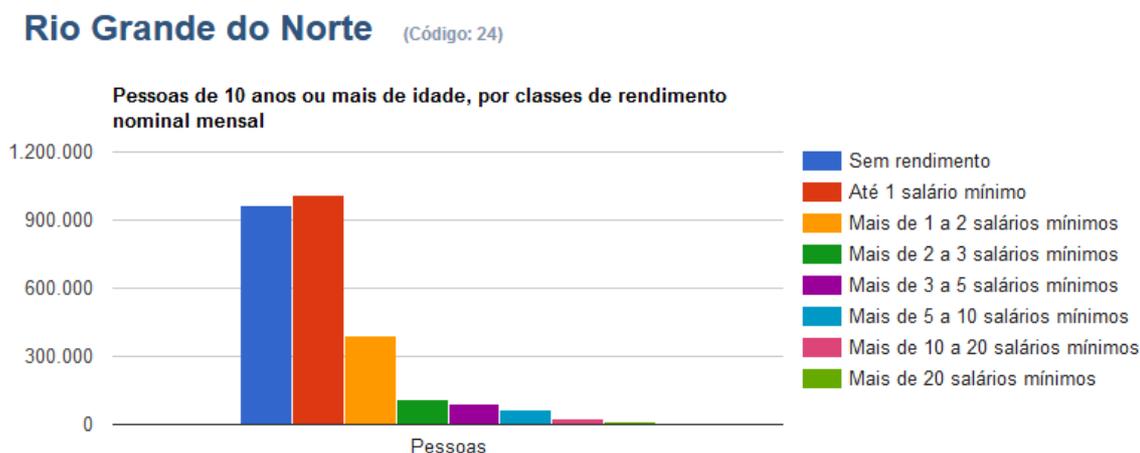
Com relação ao estado civil, vemos uma compatibilidade com os índices nacionais em ambos os locais. Buscamos verificar se havia fundamento ou se era um mito a ideia de que há um predomínio de solteiros entre os jornalistas. Os dados colhidos contrariaram esse senso comum e também algumas pesquisas, como é o caso da de Heloani (2005), que discorreu sobre a dificuldade do jornalista em constituir família. Não levantamos, nesse ponto, a questão dos jornalistas que constituem famílias e não têm tempo adequado para se dedicarem a elas.

Quanto a raça ou cor, percebemos diferenças razoáveis entre os brasilienses e os potiguares: muito mais autodeclarados brancos no DF e mais autodeclarados pretos no RN. Quando comparamos os números nacionais com os dados obtidos em nossa pesquisa, observamos que os jornalistas do DF e do RN fogem às estatísticas nacionais.

A quantidade de jornalistas potiguares autodeclarados brancos de quase 48% se assemelha ao dado da população geral de 47,7% (IBGE, 2010) e se distancia da estatística de jornalistas brasileiros de 72,2% (MICK; LIMA, 2013), enquanto que os brasilienses, cerca de 58%, estão entre as duas porcentagens. Também fazemos essa relação dentre os autodeclarados negros (somatória de pretos e pardos): no país são 50,7%, já entre os jornalistas brasileiros são 23,7%, enquanto que no RN são cerca de 47% e no DF aproximadamente 37%.

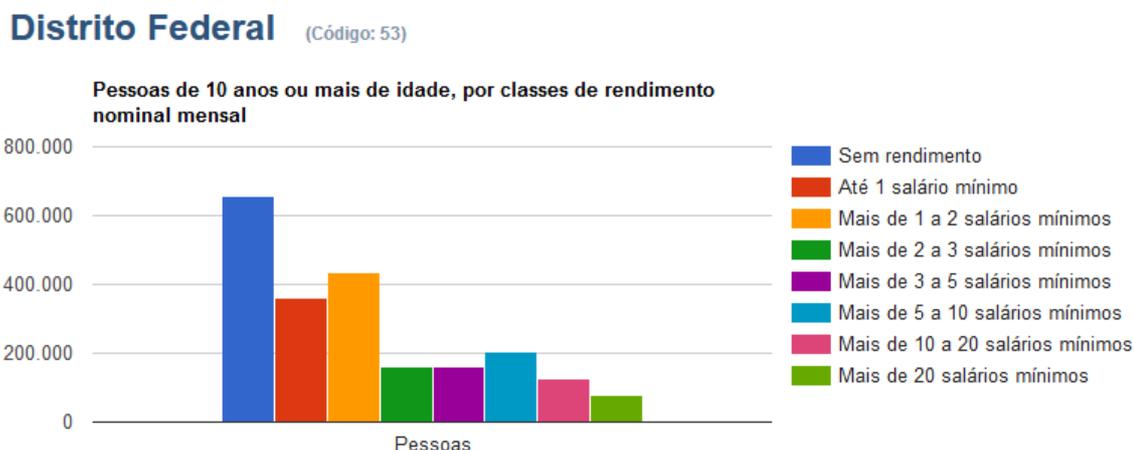
Como no Brasil a desigualdade racial está relacionada às classes sociais, podemos relacionar esse desvio da média ao fato do Rio Grande do Norte ter uma população bem menos abastada do que a do Distrito Federal, conforme demonstram as figuras 12 e 13. Nelas podemos visualizar como a discrepância entre as colunas de rendimentos é mais acentuada no Rio Grande do Norte. Vale salientar que o censo considerou em sua estatística 3.168.030 de pessoas residentes no RN e 2.570.160 pessoas no DF na altura do Censo.

Figura 12: Rendimento no Rio Grande do Norte, segundo o Censo 2010



Fonte: Adaptação de IBGE (2010)

Figura 13: Rendimento no Distrito Federal, segundo o Censo 2010



Fonte: Adaptação de IBGE (2010)

Quase dois terços (mais de 63%) da população do RN vive com até um salário mínimo, enquanto no DF menos da metade (cerca de 39%) está nessa faixa de rendimento. Essa diferença fica ainda mais explícita quando observamos as últimas faixas salariais, pois no DF as colunas são mais equilibradas entre si, quando comparamos com os dados potiguares.

Buscamos saber também sobre a origem dos jornalistas, pois há um mito de que Brasília é a terra das oportunidades para jornalistas e, portanto, teria maioria composta por pessoas de outros estados. É notável a diferença entre os resultados, já que no Rio Grande do Norte quase 84% dos jornalistas atuantes são nativos, enquanto que no Distrito Federal é pouco mais de 61%, quase dois terços. Ou seja, um terço dos jornalistas que atuam em Brasília são de outros estados.

Devemos isso a diversos fatores, sendo um deles a característica do Distrito Federal concentrar jornalistas políticos de todo país, que permanecem em Brasília durante os mandatos dos senadores e deputados federais. Outro fator é a constituição de Brasília, cidade fundada há menos de 60 anos que somente desde o ano de 2012 teve maioria dos moradores composta por cidadãos que nasceram no local (CORREIO BRAZILIENSE, 2012), e ainda resguardando a característica de ser uma cidade de oportunidades.

Partindo para a questão da escolaridade dos jornalistas, dividimos as amostras em três grandes grupos. No primeiro, composto pelos que atuam sem graduação (graduação incompleta ou em andamento), estão 18% dos potiguares e 9% dos brasilienses. No segundo grupo, com os que atuam apenas com a graduação (ensino superior completo, especialização ou MBA incompleto/em andamento, mestrado incompleto/em andamento), há 49% dos potiguares e 61% dos brasilienses.

No terceiro e último grupo, no qual estão os que já concluíram alguma pós-graduação (especialização ou MBA completo, mestrado completo, doutorado incompleto/em andamento, doutorado completo), há a concentração de 33% dos potiguares e 30% dos brasilienses. Ou seja, 18% dos potiguares e 9% dos brasilienses atuam sem formação - ao menos completa.

Consideramos que esta quantidade de jornalistas não formados é expressiva, principalmente no Rio Grande do Norte, e pode refletir a quantidade de estagiários atuando nas instituições, tendo em vista que os que estão nessa situação marcaram a opção "ensino superior incompleto ou em andamento".

Também pode indicar uma prática comum especialmente no mercado potiguar, como verificamos na pesquisa exploratória, de empregar jornalistas ainda estudantes em postos de trabalho que deveriam ser ocupados por graduados, o que não necessariamente é um estágio, pois este último segue regras como a obrigatoriedade de se ter um professor universitário como orientador de estágio e ainda um jornalista profissional supervisor no local de trabalho.

Esse número pode, ainda, indicar pessoas que se consideram jornalistas sem terem passado pela formação universitária específica, já que a não obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional se instaurou em 2009, como discutimos anteriormente.

Outro dado peculiar é que no estado potiguar há 10% a mais de jornalistas cursando ou diplomados em pós-graduação (55%), em comparação ao Distrito Federal (45%), sendo que neste último há uma maior oferta de faculdades e

cursos de pós-graduação⁸³ e, pensando em níveis financeiros, os do distrito teriam mais poder aquisitivo para pagar cursos em universidades particulares.

Cursaram ou cursam a graduação em Jornalismo 95% dos brasilienses e 94% dos potiguares, logo podemos observar que a predominância de jornalistas que cursaram a graduação específica em Jornalismo é bastante expressiva e proporcional nos dois locais.

Os poucos jornalistas potiguares que estão fora dessa estatística fizeram ou fazem graduação em outro curso da Comunicação Social, o que na realidade local é algo bem próximo, tendo em vista que até 2012 existia o reingresso automático entre as habilitações do curso de Comunicação Social da UFRN⁸⁴. No RN há menor diversidade dentre os que não cursaram Jornalismo, provavelmente devido ao tamanho da amostra.

Dessa amostra, cerca de 10% no DF e 22% no RN fizeram também outros cursos superiores, quantidade expressiva. Elencamos quatro hipóteses para pensar sobre essa dupla formação: estas pessoas querem tentar outra carreira fora do Jornalismo e estão se preparando; elas já vêm de outra carreira, mas buscaram o Jornalismo depois; estão complementando o conhecimento para atuar como jornalistas; ou estão complementando a formação com outra habilitação em Comunicação para melhorar a formação e poder se adequar ao perfil de jornalista polivalente.

Estão estudando no momento 46% dos potiguares e 30% dos brasilienses. Observamos que no estado potiguar há muito mais estudantes (uma diferença de 16% em comparação ao DF) (gráfico 15), quase 8% a mais com "graduação incompleta ou em andamento" (gráfico 11) e também 10% a mais cursando ou já diplomados em pós-graduação (gráfico 12).

Partindo para as questões com foco na experiência profissionais dos jornalistas, percebemos que os brasilienses têm uma média maior de anos de atuação como jornalista. Cerca de 80% da amostra potiguar tem de zero a dez

⁸³ Inclusive o primeiro curso de doutorado em Comunicação no Rio Grande do Norte abriu a sua primeira turma no ano de 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁸⁴ Até a época da realização desta pesquisa empírica no Rio Grande do Norte só havia duas faculdades de Jornalismo no estado, o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (que também tinha as habilitações em Radialismo e Publicidade & Propaganda na altura) e o curso homônimo na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (que tinha também a habilitação em Radialismo).

anos de experiência profissional, enquanto que as mesmas faixas no DF concentram 62%. O outro extremo também é notável, já que a faixa dos que têm mais de 30 anos de profissão no RN corresponde a 1,5% e no DF 7,5%.

Unindo as oito categorias⁸⁵ em três maiores: iniciantes, intermediários e veteranos, as diferenças ficam ainda mais visíveis. A faixa de iniciantes na profissão, com até cinco anos de experiência⁸⁶, corresponde a quase 54% no RN e pouco mais de 39% no DF, o que é compatível com a diferença de faixa etária da amostra nos dois locais, como discutimos anteriormente (gráficos 4 e 5).

A quantidade de pessoas na zona intermediária, entre seis e 20 anos de profissão⁸⁷, corresponde a menos de 36% no RN e quase 47% no DF. Os que estão na maturidade profissional, a partir de 21 anos de exercício profissional⁸⁸, no RN são pouco mais de 10% e no DF quase 14%. Ou seja, entre a amostragem de brasilienses há uma gama também proporcional de veteranos se observamos as idades dos entrevistados.

Vale destacar que a idade de aposentadoria de um jornalista nem sempre obedeceu à regra geral da população. Em 1959 o então presidente Juscelino Kubitschek decretou a Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que dava aposentadoria especial aos jornalistas profissionais quando estes completavam trinta anos de serviço, ou seja, cinco a menos que a população. Esse benefício foi revogado pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Bachur (2010), apesar de não existir mais essa legislação específica para o jornalista, ainda é possível requerer aposentadoria especial baseando-se nas Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e nº 9.032, de 28 de abril de 1995, sendo preciso comprovar o tempo de trabalho e também "exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício" (BRASIL, 1995).

⁸⁵ Menos de um ano, entre um e cinco anos, entre seis e dez anos, entre 11 e 15 anos, entre 16 e 20 anos, entre 21 e 25 anos, entre 26 e 30 anos e mais de 30 anos.

⁸⁶ Categorias "menos de um ano" e "entre 1 e 5 anos".

⁸⁷ Categorias "entre 6 e 10 anos", "entre 11 e 15 anos" e "entre 16 e 20 anos".

⁸⁸ Categorias "entre 21 e 25 anos", "entre 26 e 30 anos" e "mais de 30 anos".

No entendimento do autor, é possível que o jornalista se aposente com 25 anos de serviço, de maneira integral, sem aplicação do fator previdenciário e sem idade mínima porque:

Como se sabe, atualmente exige-se do jornalista um número crescente de horas de trabalho em frente a terminais de vídeo, o que causa desgaste físico e mental. As coberturas jornalísticas têm-se tornado mais realistas e, por conseqüência, mais perigosas, como nos casos das coberturas ao vivo de conflitos mundiais e de manifestações sociais no Brasil, como greves, paralisações e invasões, situações nas quais os jornalistas enfrentam adversidades e expõem-se a riscos de morte e invalidez (BACHUR, 2010, p. 01).

Voltando aos nossos dados, se considerarmos os jornalistas ainda graduandos, que no RN são 18% e no DF 9%, mesmo considerando as peculiaridades dessa amostra, como discutimos anteriormente, podemos perceber que a quantidade destes extrapola o número de jornalistas com menos de um ano de experiência, o que nos leva a crer que antes de se formarem estes já saem com alguns anos de experiência profissional, característica peculiar dos estudantes de Jornalismo.

Em outras graduações é comum que os estudantes façam no máximo um breve estágio curricular durante o curso, porém entre os jornalistas é usual que se passe por vários estágios durante o período de graduação. Mick e Lima (2013) apontam na pesquisa que 76,3% dos jornalistas brasileiros foram estagiários.

No ano de 2013 o Ministério da Educação (MEC) instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo e deu dois anos como prazo para as faculdades se adaptarem. Entre as recomendações estava a regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, ou seja, estágio obrigatório. Como as medidas passaram a vigorar no ano de 2016, esta pesquisa foi aplicada justamente na época de transição para as novas regras.

Também observamos que a maioria dos brasilienses e potiguares passou por no mínimo duas e no máximo cinco empresas até então em suas carreiras (75% no RN e 62% no DF). Como vimos, a maioria expressiva de nossos entrevistados possui no máximo dez anos de profissão, logo é coerente este resultado. Também podemos concluir que o fato da maior proporção de pessoas

que passaram por mais de seis empresas ser do DF (26%, contra 12% no RN) se deve à faixa etária mais elevada, como discutimos anteriormente.

Uma peculiaridade nessa questão é a expressão das pessoas que não trabalharam em nenhuma instituição como jornalistas, mas mesmo assim se consideram dessa forma, 4% no RN e 2% no DF. Muito possivelmente seja parte das pessoas que marcaram "menos de um ano" de experiência como jornalista na questão anterior (gráfico 16).

Nesse ponto da pesquisa nos indagamos novamente: o que faz as pessoas se considerarem jornalistas nos dias de hoje, se não há a exigência do diploma? Não seria a tarimba do mercado de trabalho? A formação ainda prevalece como decisivo nessa questão? Em breve retornaremos a essas indagações.

Perguntados sobre o porquê da troca de empregos, os brasilienses e potiguares preferiram as opções "melhor salário" e "oportunidade de crescimento" antes de "estabilidade" e "melhor ambiente de trabalho", resultado que nos dá uma ideia do que os jornalistas priorizam.

Com relação às funções jornalísticas que já desempenharam, pudemos notar uma distribuição de funções parecida nos dois locais. As funções com mais marcações foram: repórter (77% no RN e 85% no DF), assessor (77% no RN e 73% no DF), editor (52% no RN e 50% no DF) e pauteiro (48% no RN e 33% no DF); enquanto que as menos marcadas foram: apresentador (28% no RN e 13% no DF), fotojornalista (21% no RN e 13% no DF), chefe de redação (18% no RN e 15% no DF), gestor ou similar (9% no RN e 13% no DF) e professor de Jornalismo (9% no RN e 9% no DF).

Percebemos no RN os jornalistas têm ligeiramente mais diversidade de experiências em suas trajetórias, e isso se intensifica se considerarmos que a idade média dos entrevistados é menor. Já era esperado que a função mais marcada nos dois locais fosse repórter, pois geralmente é uma das frentes de trabalho pelas quais um jornalista recém-formado passa. No DF há uma porcentagem 10% maior de jornalistas (85%, em comparação a 77% no RN) que já foram repórteres, em comparação ao RN.

Temos que considerar, nesse contexto, que em Brasília existem muito mais veículos de Comunicação e ainda sucursais e correspondentes de todo país, logo

os postos de trabalho como repórter são mais diversificados. Essa lógica também se aplica à função de assessor, tanto de imprensa quanto de Comunicação⁸⁹, pois em Brasília ficam as sedes de grandes instituições nacionais como Banco do Brasil, Caixa Econômica e Correios, entre outras, além de toda a estrutura de ministérios, Câmara Legislativa e Senado por ser capital federal do Brasil. Sendo assim, considerando que no RN mais de 77% dos entrevistados têm experiência em assessoria, a porcentagem de 73% no DF se torna proporcionalmente muito menor.

O repórter é, para Traquina (2004), a figura máxima do Jornalismo, no imaginário popular, é a função mais antiga e mais tradicional. Já a assessoria, é uma das possibilidades jornalísticas mais recentes dentre as elencadas em nossa lista. Popularizou-se no Brasil na década de 1980, no contexto da redemocratização do país.

Chaparro (2011) conta que, naquela época, houve a ruptura entre a assessoria de imprensa e suas raízes nas relações públicas, o que culminou em um modelo de assessoria de imprensa jornalística única no mundo, pois não é comum nos outros países que jornalistas ocupem esses postos de trabalho.

A ocupação jornalística nesse segmento foi tão forte que, de acordo com pesquisa feita pelo Dieese no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo em 1995, cerca de um terço dos jornalistas profissionais brasileiros com carteira assinada, à época, atuavam fora das redações, direto nas fontes (CHAPARRO, 2011).

Mick e Lima (2013) indicam que, à época na pesquisa, 54,5% dos jornalistas brasileiros tinham seu trabalho principal na mídia (veículos de comunicação, produtoras de conteúdo etc.), 40,3% fora da mídia (assessoria de imprensa e comunicação ou outras funções que usam conhecimento jornalístico) e 5,2% em docência (formação superior ou outras áreas de conhecimento). Eles ressaltam, entretanto, a peculiaridade jornalística de sobreposição de empregos:

⁸⁹Consideramos a assessoria de comunicação uma atividade mais ampla, pois é um cargo relacionado à gestão de equipe. Assessoria de imprensa é um termo mais restrito e se refere ao trabalho feito junto às fontes.

Como há parcela significativa da categoria com mais de um emprego em funções jornalísticas, os profissionais distribuem-se nas seguintes combinações de atividades: 45,8% trabalham exclusivamente em mídia, com um ou mais empregos; 33,6% trabalham exclusivamente em funções jornalísticas fora da mídia, com um ou mais empregos; 12,2% trabalham ao mesmo tempo em funções jornalísticas na mídia e fora da mídia (contingente mais suscetível aos conflitos éticos relacionados ao duplo emprego envolvendo atividades profissionais paralelas, em fontes e veículos); 4,4% acumulam trabalho na mídia ou fora da mídia com atividades de docência; e 4% são exclusivamente docentes (MICK; LIMA, 2013, p. 49-50).

Em pesquisa realizada anteriormente (BULHÕES, 2014), investigamos justamente sobre o contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa em Natal-RN. Identificamos que, na altura, a maioria dos jornalistas potiguares (53%) tinha seu principal emprego na mídia, enquanto que 42% eram fora da mídia e 5% em docência. Mais da metade dos entrevistados potiguares tinham, à época, dois empregos ou mais.

Após repórter e assessor, as funções mais marcadas foram a de editor e de pauteiro. Pouco mais da metade dos entrevistados potiguares e brasilienses já foram editores, função que necessita de maturidade profissional, enquanto que quase metade no RN e 33% no DF passou pela pauta, função que exige menos experiência.

Há bastante diferença de resultado na função de apresentador, pois mais que o dobro de potiguares têm com essa experiência, proporcionalmente (mais de 28% no RN e mais de 13% no DF). Também há bastante diferença com relação à função de fotojornalista (quase 21% no RN e mais de 13% no DF). Já nas funções de chefe de redação (quase 18% no RN e mais de 15% no DF), gestor (quase 9% no RN e pouco mais de 13% no DF) e professor de Jornalismo (quase 9% no RN e pouco mais que 9% no DF) os resultados foram similares nos dois lugares.

Com relação à quantidade de ocupações ou vínculos - não necessariamente empregos, pois nem todos são formalizados -, há muitas discrepâncias entre os dois locais. Quase 91% dos potiguares e 90% dos brasilienses da nossa amostra estão trabalhando no momento. Destes, têm apenas uma ocupação 54% dos potiguares e 77% dos brasilienses; têm duas

ocupações 31% RN e 18% DF; três ocupações 13% RN e 3% DF; e quatro ou mais ocupações 2% RN e 2% DF. Ou seja, têm dois empregos ou mais 46% dos potiguares e 23% dos brasilienses, exatamente a metade.

É interessante destacar esse dado porque na maioria das profissões é esperado que se tenha apenas uma ocupação e que esta seja suficiente para o sustento. Como a legislação prevê a possibilidade do jornalista poder trabalhar cinco horas em um vínculo, em teoria há a facilidade de acúmulo de empregos. E, ainda, algumas ocupações jornalísticas permitem o trabalho sem expediente fixo, seja ele por ser externo, por ser *home office* ou por ser por demanda.

O texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na "Seção XI - dos jornalistas profissionais", deixa claro:

Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite. Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição (BRASIL, 1943, p. 01).

Quando a legislação foi criada, uma prática comum era o jornalista trabalhar de fato seis dias na semana, ou seja, entre 30 e até 42 horas semanais. Há muitos anos várias empresas contratam estipulando um salário de 30 horas semanais acrescido das horas extras. É uma forma, inclusive, de minimizar processos trabalhistas.

Apesar da possibilidade de trabalhar legalmente até sete horas por dia como jornalista, no Rio Grande do Norte esta prática é incomum, como identificamos anteriormente na pesquisa exploratória. Geralmente se paga apenas o piso salarial referente a cinco horas diárias, o que pudemos verificar que não acontece em Brasília, onde geralmente se contrata jornalistas por sete horas, o que também não corresponde às horas reais trabalhadas, como veremos em questões mais adiante.

A maioria dos 9% no RN e 10% no DF que indicaram estar sem nenhuma ocupação no momento está nessa situação em função do desemprego, em busca

de oportunidades, ou estudando para concursos, nesse último caso estão especialmente dos brasilienses.

Vale ressaltar que o mercado de concursos do Distrito Federal é muito amplo. Pessoas de todo país vêm fazer provas na capital em busca de oportunidades, justamente pela concentração de sedes de grandes instituições, como mencionamos anteriormente. Há uma indústria em torno dos concursos e muitos profissionais passam a se dedicar exclusivamente em pleitear as vagas.

Os que disseram que têm dois ou mais empregos alegaram que essa situação é devido à renda, principalmente (82% do RN e 70% do DF), e em segundo plano para ter mais experiências (7% no RN e 22% no DF) e para não perder oportunidades (11% no RN e 8% no DF). Como era de se esperar, uma maioria expressiva indicou que tem duplicidade de empregos devido a questões financeiras, mais de quatro quintos dos potiguares e mais de três quintos dos brasilienses. Ou seja, há uma clara indicação de salário insuficiente.

A dupla ocupação visando o incremento do currículo, opção dada frente à necessidade do profissional multitarefa, foi escolhida por um quinto dos brasilienses, porém teve resultado bem menos expressivo dentre os potiguares. A terceira opção, que versava sobre oportunidade - pensando na possibilidade de demissão em um dos vínculos - foi escolhida por pouquíssimos jornalistas em ambos os locais.

É importante ressaltar que mais de 64% dos potiguares e 52% dos brasilienses diz que a qualidade do seu trabalho é afetada pela duplicidade de ocupações. O dado foi mais expressivo no RN, possivelmente por ser uma amostra com mais sobreposição de ocupações, como vimos anteriormente.

Com relação aos tipos de vínculos dos jornalistas empregados, a opção mais marcada foi "carteira assinada como jornalista", com 31% no RN e 40% no DF. Em segundo lugar veio "sem contrato", com 18% no RN e 7% no DF e *freelancer* com quase 10% no DF e 11% no RN. Depois vieram "carteira assinada em outra função" (6% RN, 9% DF), "estagiário" (9% RN, 7% DF), "concursado como jornalista" (4% RN, 8% DF), "terceirizado" (5% RN, 6% DF), "concursado em outra função" (6% RN, 3% DF) e "outros" (10% RN, 10% DF).

Pela observação da distribuição dos vínculos vemos um grande distanciamento nas características desses dois mercados jornalísticos. Na pesquisa exploratória já havíamos observado a expressividade de jornalistas com contratos informais no RN e a preferência por ser *freelancer* ou até Pessoa Jurídica (PJ) no Distrito Federal, informações que se confirmaram na pesquisa quantitativa.

Os jornalistas que marcaram a opção "outro" mencionaram variados vínculos: cargos comissionados, micro empreendedor individual (MEI), empresariado em geral, contratos de PJ, sócio cotista, bolsista de pesquisa, consultor, autocontrato etc., sobre os quais discorreremos a seguir.

Na pesquisa exploratória identificamos que há quem trabalhe nos órgãos públicos com sede em Brasília como consultores por projeto, um tipo de contrato temporário regido por edital que não produz vínculo trabalhista e requer somente produto final.

Há uma expressiva quantidade de jornalistas em Brasília que assinam contratos seguidos e fazem dessa a sua profissão, que muitas vezes é uma fachada para contratar serviço especializado sem pagar direitos trabalhistas, tendo em vista que alguns órgãos exigem dos contratados um expediente normal.

Em alguns Ministérios é comum encontrar jornalistas contratados via empresas terceirizadas com carteira assinada constando que fazem trabalho administrativo. Dessa forma, não precisam seguir a carga horária específica de jornalista.

Também há os cargos comissionados ou em comissão, que oficialmente não são considerados vínculos empregatícios (TST, 2012), apesar de muitas vezes representarem na sociedade empregos cobiçados e de prestígio. Não oferecem por completo os direitos trabalhistas e muito menos as especificidades da legislação jornalística. É bastante comum que os assessores de comunicação e imprensa de órgãos públicos sejam contratados dessa forma. Muitas vezes serve de moeda de troca em questões políticas.

Em Natal, não é incomum encontrar jornalistas que atuam como tal, mas que têm carteira assinada como assistentes administrativos, para que recebam apenas um salário mínimo, fugindo não somente da carga horária especial, mas

também do piso salarial - que, vale salientar, não é tanto distante do salário mínimo, como em Brasília.

Há ainda, no âmbito de universidades e da administração pública, órgãos que contratam jornalistas formados como bolsistas prestadores de serviço ou bolsistas pesquisadores, também sem nenhuma cobertura trabalhista específica, para desempenharem trabalho jornalístico usual. Muitas vezes eles atuam em projetos temporários ou mesmo em equipes compostas por jornalistas concursados e bolsistas de graduação, sendo essa última uma forma mais precária do que o estágio, pois não segue a Lei do Estágio, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Micro Empreendedor Individual (MEI) e Pessoa Jurídica (PJ) são quase equivalentes, têm a mesma natureza de contrato. Também são semelhantes a quem se denomina empresário. São pessoas físicas por trás de registros como empresa, contratados dessa forma para que o empregador não tenha que pagar os direitos trabalhistas. O trabalhador consegue emitir notas fiscais desse serviço, sem nenhum tipo de vínculo com o contratado.

O MEI é mais restrito, pois o faturamento anual declarado é de no máximo R\$ 81 mil. Nesse caso o processo de abertura de empresa é simplificado, não há muitos impostos e não há sócios. PJ é a denominação genérica, pode se referir ao registro de MEI ou ao de Micro Empresas (ME), sendo este último voltado a negócios um pouco maiores, com receita bruta anual de até R\$ 360 mil.

Este é o caso de pequenas empresas de assessoria e de gerenciamento de mídias sociais abertas por jornalistas que, muitas vezes, se comportam como participantes de uma cooperativa. Nesse âmbito ainda há o autocontrato, quando a pessoa cria um perfil Pessoa Jurídica e se contrata como Pessoa Física para garantir os próprios direitos trabalhistas.

O contrato como PJ por vezes é uma preferência do trabalhador, conforme casos encontrados em Brasília durante a pesquisa exploratória. São profissionais com altos rendimentos que julgam ser mais vantajoso receber o valor bruto pelo serviço e pagar, da forma que preferir, cobertura equivalente aos benefícios trabalhistas que iria receber. Dessa forma, ele paga menos impostos. Em Natal é mais comum o MEI, já figurando o outro extremo: o trabalho executado recebe

uma remuneração bem aquém de um piso de jornalista ou mesmo do salário mínimo, seja esse rendimento mensal ou por serviço.

Também identificamos o sócio cotista, vínculo no qual o empregado se torna sócio do negócio, com parcela diminuta e não representativa nos lucros e, muitas vezes, um baixo salário fixo combinado. É mais um artifício para se eximir do pagamento de direitos trabalhistas. Esse tipo de prática é muito comum entre os advogados iniciantes e, no meio jornalístico, é encontrado em pequenas empresas de prestação de serviço jornalístico.

A partir da aglutinação dos tipos de vínculos, observamos que 35% dos jornalistas potiguares e 49% dos brasilienses têm vínculos formais; 12,5% da amostra do RN e 12,5% da amostra do DF tem vínculos formais, mas com desvio de função, portanto irregulares; e 42,5% dos potiguares e 30,5% dos brasilienses têm vínculos precários. Os inconclusivos somam 10% no RN e 8% no DF.

Percebemos, logo de cara, que no Rio Grande do Norte há mais vínculos precários (42,5%) do que formais regulares (35%) e formais irregulares (12,5%). Já no Distrito Federal quase metade tem vínculo formal regular (49%), seguido por precário (30,5%) e por último formal irregular (12,5%).

Diante de todos os motivos que podemos pensar para justificar essa grande diferença, temos que considerar, ainda, que se no RN o acúmulo de empregos é mais forte do que no DF, esses empregos secundários têm mais chance de terem vínculos precários.

Se considerarmos ainda que apenas os vínculos formais são de fato apropriados e representam condições ideais, e que os dois outros tipos podem ser considerados irregulares, e ainda desprezando os dados inconclusivos, temos uma ainda mais alarmante porcentagem. Utilizando essa lógica, na amostra do Rio Grande do Norte cerca de 39% dos vínculos são ideais e mais de 61% são irregulares. Já no Distrito Federal, os regulares são mais de 53% e os irregulares aproximadamente 47%. Provavelmente essa seja a maior diferença entre os mercados dos dois locais.

Dessa amostra de empregados, cerca de 19% no RN e 18% no DF dizem não cumprir o que está no contrato ou carteira de trabalho. O resultado em ambas as cidades foi praticamente igual: cerca de quatro quintos cumpre o que está

acordado em termos de função e um quinto exerce funções extra, não remuneradas e não previstas em contratos ou carteira de trabalho.

É uma proporção considerável, inclusive se entendermos certas práticas como naturalizadas. Por exemplo, já é comum que os jornalistas trabalhem em multifunções, sendo responsáveis por textos, fotos, vídeos, *briefing* de infográficos etc. para as diferentes plataformas - rádio, TV, site, impresso etc. e em diferentes estágios da cadeia produtiva - pauta, produção, redação, edição etc. Também é naturalizado que alguns jornalistas tenham que dirigir carros empresariais quando realizam alguma cobertura jornalística.

É expressiva a quantidade de jornalistas que trabalham mais horas do que o combinado. No Distrito Federal mais de 50% dos profissionais passam por isso em algum vínculo, enquanto que Rio Grande do Norte chega a 44%. Trabalham sob pressão de meta ou produção em pelo menos um dos vínculos 48% dos potiguares e 52% dos brasilienses. Outro tipo de pressão que verificamos foi a necessidade de estar online, mesmo fora de horário de trabalho, situação vivida por 93% dos potiguares e 92% dos brasilienses, o que indicam que esses jornalistas estão hiperconectados.

Metade da amostra acredita que em seus vínculos não há preocupação, por parte do empregador, com a saúde dos trabalhadores. Cerca de um terço está exposto a pelo menos um vínculo no qual não tem boas condições de trabalho e não se sente confortável. A insatisfação é bem maior no DF; ao todo, 61% dos brasilienses e 53% dos potiguares não se sentem valorizados. Dois terços não se sentem estáveis. Vale ressaltar que no DF há uma porcentagem maior de trabalhadores com vínculos ideais, sendo assim a sensação de estabilidade aparentemente não tem tanta relação com a precariedade do vínculo.

Mais da metade da amostra tem a sensação que não consegue crescer em pelo menos um dos trabalhos. Consideramos que há duas hipóteses antagônicas: não podem avançar porque não há essa possibilidade no vínculo, devido à precariedade da função, ou não podem crescer porque já estão no melhor lugar possível dentro da instituição. Têm bom relacionamento com os colegas jornalistas de todos os vínculos 95% dos potiguares e 92% dos brasilienses, já com os chefes essa proporção passa para 85% e 84%, respectivamente.

Têm ginástica laboral em pelo menos um dos vínculos apenas 11% dos jornalistas potiguares e 12% dos brasilienses. Ambulatório médico ou similar ausente em ao menos um dos vínculos é a realidade de 82% dos potiguares e 62% dos brasilienses.

Atuam sem estrutura física adequada 38% no RN e 23% no DF, sem material de trabalho e equipamento adequados 41% dos potiguares e 32% dos brasilienses, sem mobília adequada 30% no RN e 18% no DF, com níveis de ruído e temperatura inadequados 41% no RN e 37% no DF, sem limpeza adequada 8% dos jornalistas brasilienses e 16% dos jornalistas potiguares e sem segurança 16% dos jornalistas no RN e 9% no DF.

Mais da metade dos jornalistas em ambos os locais não se sente realizado profissionalmente no momento. 88,5% no RN e 77% no DF acreditam que todos os seus trabalhos jornalísticos são relevantes para a sociedade. Aqui podemos evocar a ideia de missão do jornalista: apesar de todas as expressões negativas nas outras questões, nessa os jornalistas demonstram que acreditam na relevância da profissão.

Esse dado é mais expressivo no RN, local no qual os índices de condições de trabalho se mostraram piores na pesquisa, e isso pode nos ajudar a entender por que esses profissionais potiguares se mantêm na profissão; certamente não é só por questão de sobrevivência, há algo mais envolvido.

Mais de um quinto da amostra não tem planejamento profissional futuro. 28% dos potiguares e 37% dos brasilienses não têm prazer em trabalhar em ao menos um dos vínculos. Sentem-se estressados em pelo menos um dos vínculos jornalísticos 66% dos potiguares e 71% dos brasilienses.

Com relação aos salários, mais da metade dos potiguares (62%) ganha até três salários mínimos, enquanto que esse mesmo dado entre os brasilienses corresponde a apenas 19%. A faixa intermediária, de três a seis salários mínimos, soma 27% no RN e 34% no DF.

Os rendimentos mais altos, entre seis mínimos e mais de oito, somam apenas 11% no RN e 47% no DF, quase metade da amostra. Entre cinco e dez salários mínimos, o dado nacional é de 25% (MICK; LIMA, 2013), enquanto que no RN é 19% e no DF é 62%. A maioria dos potiguares está concentrada entre os

menores salários e a maioria dos brasilienses está concentrada entre os maiores salários e, além disso, os dados do RN estão muito aquém do nacional e os do DF muito além em termos de salários.

Mais da metade dos potiguares não tem benefício extra ao salário, enquanto que esse mesmo dado no DF é de 25%. Mais de dois terços dos brasilienses recebem auxílio alimentação, enquanto que menos de um terço dos potiguares recebe. Dois terços dos jornalistas participam da vida financeira de suas famílias. Acham as próprias remunerações injustas 67% dos potiguares e 63% dos brasilienses. Todos os potiguares e 87% dos brasilienses acham que os jornalistas do estado distrito são mal remunerados.

Todos os potiguares e 86% dos brasilienses acham o piso de jornalista insatisfatório. Vale ressaltar que os valores vigentes eram R\$ 1.370 (piso único) no Rio Grande do Norte e R\$ 2.247 no Distrito Federal (cinco horas). A maioria dos potiguares (97%) acha que no estado se ganha exatamente o piso (54%) ou menos que o piso (43%). Já entre os brasilienses há um equilíbrio entre quem acha que se ganha exatamente o piso (34%), mais que o piso (29%) ou menos (34%).

Durante a pesquisa exploratória, muitas fontes potiguares relataram a prática do mercado de se pagar menos que o piso ao jornalista e, em troca, deixar o expediente com horário livre (sob demanda), especialmente no caso de assessores de comunicação e imprensa. Também ouvimos relatos dentre brasilienses que dificilmente se ganha o valor exato ou menor do que o piso; o senso comum de que o jornalista ganha mais em Brasília se confirma, pelo menos em comparação à realidade potiguar.

Com relação à carga horária, podemos perceber uma concentração maior de jornalistas na faixa das sete às dez horas de trabalho diário, em ambos os lugares (41% no RN e 47% no DF. Também podemos ver que há muito mais casos de pessoas que trabalham mais de dez horas por dia no DF (14%), exatamente o dobro do que no RN (7%), em proporção. Considerando que a carga horária ideal para um jornalista seja de cinco a sete horas, como previsto em legislação, apenas 52% no RN e 39% no DF estão nessa faixa - e notamos aqui que há 13% a mais de brasilienses nessa condição.

Segundo Mick e Lima (2013), quase metade dos jornalistas brasileiros trabalha mais de oito horas por dia. "Apenas 11,6% têm jornadas de até 5 horas, coincidentes com a legislação. Trabalham entre 5 e 8 horas diárias 43,3% dos jornalistas. Trabalham entre 8 e 12 horas diárias 40,3% e acima de 12 horas 4,8%" (MICK; LIMA, 2013, p. 45-46).

Em nossa amostra, os que trabalham mais horas são os que ganham mais. Quase todos que têm a menor carga horária têm apenas uma ocupação jornalística. Já os que estão no outro extremo dos dados, e trabalham mais horas, em sua maioria (54%) têm dois ou mais empregos.

Esperávamos que dentre os que trabalham mais de dez horas haveria uma preponderante concentração de jornalistas com quatro ou mais vínculos, para que acumulassem essas horas, entretanto o observado é que quase metade tem apenas uma ocupação. Uma peculiaridade é que cruzando os dados dos que cumprem essa carga horária excessiva e com os que têm os mais altos salários, dois terços têm apenas um vínculo. Ou seja, os super salários exigem também muitas horas de trabalho.

As questões sobre saúde dos jornalistas foram disponibilizadas para todos os respondentes do questionário. Perguntados sobre o que é qualidade de vida, os jornalistas de ambos os locais responderam de forma muito semelhante. As palavras tempo, trabalho, saúde, viver, família, lazer e equilíbrio foram as mais citadas. Percebemos que os jornalistas têm uma visão de mundo semelhante tanto no DF quanto no RN.

A maioria da amostra (78% no RN e 88% no DF) se diz preocupada com a própria saúde, especialmente no DF, onde há 10% a mais de afirmações. 88% dos potiguares e 81% dos brasilienses dizem ter uma boa saúde; 63% do RN e 66% do DF dizem ter uma boa qualidade de vida. 49% no RN e 57% no DF realiza atividade física com regularidade.

A maioria não fuma regularmente (apenas 6% no RN e 12% no DF são fumantes), imagem contrária à que se tinha do jornalista em décadas passadas. Há relatos de que nos anos 1970 as redações eram lugares onde se fumava e bebia livremente (SOBRAL; BULHÕES, 2018).

O esgotamento mental é realidade de mais da metade dos jornalistas (52% do RN e 65% do DF), com maior expressividade dentre os brasilienses. Apenas 13% (RN) e 15% (DF) afirmam ter alguma doença devido ao trabalho como jornalista e 10% (RN) e 13% (DF) foram diagnosticados com uma doença relacionada ao trabalho como jornalista. Apenas 3% (RN) e 7% (DF) já sofreram acidentes de trabalho.

Disseram que já presenciaram assédio moral 67% dos jornalistas potiguares e 80% dos jornalistas do DF e que já sofreram 48% e 65%, respectivamente. Pensamos em duas possibilidades: em Brasília a prática do assédio moral é mais comum ou os jornalistas do local estão mais atentos à temática. Não por acaso o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) lançou em 2016 uma cartilha sobre o tema, como mencionamos anteriormente. "O assédio moral parece ser um *modus operandi* da profissão", disse uma entrevistada do Distrito Federal com idade entre 25 e 29 anos.

Relataram que já presenciaram assédio sexual 21% no RN e 28% no DF, e já que passaram por isso 12% e 16%, respectivamente. Investigando a amostra que sofreu assédio sexual, verificamos que mais de 91% são mulheres e apenas 7% homens, com representação de todas as faixas de idade. Como sabemos, as mulheres estão muito mais suscetíveis a assédios sexuais devido ao machismo enraizado em nossa cultura, e no contexto do jornalismo a prática não é incomum.

Em todo o país está cada vez mais comum o relato de jornalistas mulheres que passam por essa situação não somente com chefes e colegas de trabalho, mas também com as fontes. Um dos casos que se destacou no ano de 2016 envolveu o cantor brasileiro Biel e uma repórter do Portal IG, que a constrangeu e assediou sexualmente durante uma entrevista e respondeu judicialmente (PORTAL IG, 2016).

Quase metade dos potiguares e pouco mais que a metade dos brasilienses abriram mão de planos da vida pessoal por não conseguirem conciliar com a profissão e 70% dos potiguares e 68% dos brasilienses já cogitaram deixar a profissão. 72% no RN e 71% no DF têm problemas para equilibrar a vida pessoal com a profissional.

Quase 98% dos entrevistados (100% dos potiguares e 93% dos brasilienses) disseram que têm pelo menos uma doença ou condição dentre as que listamos como possíveis de se desenvolver como resultado do trabalho jornalístico. Na amostra do RN, as que prevaleceram foram dores de cabeça (80,5%), dores nas costas (76%) e ansiedade (67%); na do DF foram dores nas costas (81%), ansiedade (77%) e dores de cabeça (77%).

Dentre os que marcaram ao menos uma doença ou condição, 49% dos potiguares e 67% dos brasilienses disseram que foram diagnosticadas por médicos e 73% e 70%, respectivamente, acredita que elas têm relação com o trabalho jornalístico.

Nesse ponto, nos questionamos se os jornalistas sabem que muitas dessas são doenças reconhecidamente laborais ou se realmente pensam que ficaram com elas devido a problemas além do trabalho, tendo em vista que nas questões anteriores pouquíssimos indicaram ter doenças devido ao trabalho jornalístico (gráficos 64 e 65). Ou, por outro lado, se isso é marca da reflexividade da qual trata a etnometodologia, pois os entrevistados podem ter feito essas relações causais apenas quando foram perguntados sobre isso, refletindo de imediato sobre o assunto.

Partindo para os dados sobre as convicções dos jornalistas, menos de um terço dos entrevistados, 27% em ambos os locais, é sindicalizado como jornalista. 39% no RN e 44% no DF acompanham o trabalho da FENAJ. A falta de organização coletiva enquanto classe é uma das peculiaridades dos jornalistas e o índice de filiação é bem semelhante ao dado nacional: segundo Mick e Lima (2013), apenas 25,2% dos jornalistas brasileiros são filiados aos respectivos sindicatos de jornalistas.

Apenas 1% no RN e 7% no DF são filiados a partidos políticos, enquanto que 22% (RN) e 20% (DF) participam de algum grupo político, ideológico, movimento social ou similar; e 21% (RN) e 23% (DF) afirmam que a identificação ideológica ou política já atrapalhou no trabalho. Há o mito de que os jornalistas são imparciais, e um dos elementos para isso é a não demonstração pública de opiniões, inclusas aí as visões políticas. Destacamos que a maior expressão de filiados brasilienses, em comparação aos potiguares, se dá pela forte

concentração de políticos em Brasília; muitas vezes membros e militantes dos partidos são assessores de imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase de conclusão do texto final desta tese coincidiu com a eleição e a posse de um Presidente da República: Jair Bolsonaro, que fez toda sua campanha concentrada fortemente nas mídias sociais, que municiaram durante meses uma crescente militância. A imprensa tradicional brasileira que não aderiu ao movimento bolsonarista e os seus jornalistas foi alvo preferencial da ampla e articulada rede, que atacou de forma sistemática seus adversários e também quem não era ou se tornou aliado, de todos os matizes políticos e ideológicos.

Por conseguinte, veículos de comunicação historicamente insuspeitos, conservadores e, conseqüentemente, muitos de seus profissionais, foram chamados de "comunistas", "esquerdistas", entre outras classificações feitas pejorativamente. As respostas a qualquer crítica ao então candidato e suas propostas foram alvos de ataques imediatos, inclusive por meio da disseminação de *fake news*, em uma rede que a cada dia foi se ampliando e se tornando um fator fundamental para o resultado da eleição.

Evidentemente, a história dessa eleição presidencial no Brasil - com seus desdobramentos nas eleições para governadores, Câmara Federal e Senado, além das Assembleias Legislativas nos estados - teve influência de vários outros fatores, não apenas das mídias sociais. Entretanto, não cabe aqui essa discussão mais abrangente.

Mesmo após as eleições a mídia tradicional, que abriga grande parte dos jornalistas profissionais brasileiros e cujas condições de trabalho foram discutidas esta pesquisa, continuou sendo alvo preferencial de parcela significativa do novo governo e de seus seguidores na rede.

A pressão de ataques frontais à imprensa tradicional (e à que se coloca como independente) não é uma novidade da última eleição presidencial. Podemos identificá-la no contexto da ditadura militar de Getúlio Vargas, especialmente no Estado Novo (1937-1945), ou mesmo durante os governos do PT, período no qual foi montada uma estrutura jornalística por meio de blogs e sites para contestar essa mídia tradicional - posteriormente materializada no

Partido da Imprensa Golpista (PIG). E isso muito antes de se iniciar o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

E o que isso tem a ver com esta tese? Tudo, pois a tensão e o estresse decorrentes de ameaças pessoais e o esforço para tentar fazer o que se convencionou chamar de jornalismo, o mais objetivo possível, seguindo protocolos reconhecidos em todo o mundo, isso tudo contribui para precarizar ainda mais as condições de trabalho aqui analisadas. E, como sabemos, o estresse é uma doença ocupacional associada ao exercício jornalístico que tende a deteriorar a saúde do trabalhador (HELOANI, 2005; REIMBERG, 2015). Essas questões nos interessam sobretudo quando todos esses fatores continuam presentes, mesmo após as primeiras semanas do novo governo.

"Novo governo desrespeita jornalistas e ameaça liberdade de imprensa", diz a nota da FENAJ em 02 de janeiro de 2019. Não por acaso, em 2018 os casos de agressões a jornalistas cresceram 36,36%, em relação ao ano de 2017 (FENAJ, 2019). Aliado a esse problema, está a decisão governamental anunciada logo no princípio de janeiro de 2019 de cortar dezenas de cargos no serviço público, ocupados por meio de funções gratificadas ou prestação de serviços via agências de comunicação e publicidade, o que afeta uma porcentagem significativa de jornalistas em Brasília.

Finalizada no mês de janeiro de 2017, a pesquisa empírica deste trabalho apontaria alguns resultados diferentes, se tivesse sido realizada no decorrer de 2018, quando as pesquisas eleitorais passaram a indicar que o então candidato Jair Bolsonaro tinha grande chance de ser eleito presidente do Brasil. Além disso, haveria o conhecimento mais efetivo do pensamento da campanha bolsonarista sobre a mídia, disseminado pelas mídias sociais.

O resultado dessa pesquisa empírica, da mesma forma, poderia ter outras indicações, se tivesse alcançado a reforma trabalhista aprovada durante o governo do então presidente Michel Temer e implantada ao final de 2017. Entretanto o trabalho total, incluindo as pesquisas, teve um tempo máximo de realização (2015 a 2018) e seus resultados estão aqui expostos.

Ressaltamos que o ofício de jornalista sempre foi precarizado. Mesmo após a profissionalização, as questões salariais e outras condições de trabalho

continuaram sendo apontadas como problemáticas. Como vimos na pesquisa, há profissionais muito bem remunerados e que trabalham poucas horas por dia, especialmente em Brasília, mas são poucos os privilegiados. Também destacamos que os problemas apontados não são exclusivos da profissão de jornalista, nem queremos dizer que é a profissão mais precarizada de todas, mas cabe à nossa pesquisa discorrer apenas sobre essa seara.

Em nossa pesquisa, essencialmente descritiva, investigamos acerca da influência das condições de trabalho na vida dos jornalistas. Constatamos que a precarização da profissão é uma realidade das redações e dos outros ambientes de trabalho desse profissional. Caracterizamos a profissão e as condições de trabalho, mapeamos os indicadores de precarização, investigamos sobre a profissionalização da profissão e buscamos entender por meio da pesquisa empírica como se dá o trabalho do jornalista em meio a esses contextos, tanto no RN quanto no DF, acreditando que estes podem representar os jornalistas do país.

A pesquisa também não deixou de ser comparativa, uma vez que os dados empíricos se referem aos dois locais, que têm extremas diferenças sociais. Apresentamos distanciamentos e similaridades entre os jornalistas das duas cidades, em representação ao estado e ao distrito como um todo. Constatamos que em essência, os jornalistas carregam os mesmos valores e as mesmas características nos dois lugares, porém as condições de trabalho são muito destoantes e extremas.

Como vimos, mais da metade dos potiguares (62%) ganha até três salários mínimos, contra a porcentagem de 19% dos brasilienses. Enquanto isso, quase metade dos brasilienses (47%) ganha mais de seis salários mínimos, enquanto no RN são 11%. No que diz respeito aos vínculos formais, metade (49%) dos brasilienses possui, enquanto os potiguares somam um terço (33%). Os profissionais que possuem duas ocupações ou mais são 46% dos potiguares e apenas 23% dos brasilienses, o que representa o dobro.

O arcabouço metodológico nos ajudou a focar no jornalista como protagonista de sua própria realidade. A etnometodologia prega que a linguagem em comum de um grupo revela uma realidade social. Acreditamos que, guiados

pela postura da etnometodologia e nos utilizando da análise da conversa, da entrevista em profundidade e da aplicação de questionário, atingimos o objetivo.

Byung-Chul Han (2018) acredita que vivemos na era do cansaço e da auto-exploração. O trabalhador, na busca incessante por rendimento e produtividade, se explora ao máximo, resultando em adoecimento, principalmente psíquico. Baseando-nos nesse autor e no resultado da pesquisa, isso pode ser observado na atualidade com profissionais cuja principal moeda de troca é o intelecto, estando inclusos nessa categoria os jornalistas, pois eles se submetem a condições extremas de trabalho visando não somente o sustento, mas o posicionamento no mercado, o incremento do currículo, o capital social, entrando assim no jogo de poderes da profissão.

Conforme discutimos no Capítulo 1, acreditamos que no Brasil as más condições de trabalho são comuns desde os primórdios do ofício de jornalista, tendo em vista o histórico da profissionalização. Vimos, por meio da trajetória da profissionalização da categoria, que esse ofício não era a ocupação principal de quem exercia. Pudemos averiguar também que, em função da colonização, a profissão se desenvolveu apenas a partir da chegada da família real portuguesa, ou seja, tardiamente quando comparado ao resto do mundo.

Ainda nesse capítulo, foi possível rastrear a evolução legislativa e as funções jornalísticas, de organização de classe e de ensino universitário através das décadas. Vimos que a profissão só foi regulamentada em 1938 e que em 2009 houve a "queda do diploma", que já completa uma década. Essa queda agravou as más condições de trabalho, tendo em vista que representou uma desprofissionalização, desregulamentação e demérito para os jornalistas diplomados. A queda do diploma afetou principalmente a identidade jornalística e tornou o exercício profissional mais flexível, segundo autores como Dias (2013) e Silveira (2010). Assim, o processo de profissionalização ainda não foi concluído no Brasil.

Como vimos no Capítulo 2, é complexa a identidade do jornalista. Há uma concepção romântica em torno da profissão que faz com que a imagem pública do jornalista seja de herói, guardião da verdade, membro da elite e detentor de poder. A realidade operacional de precarização e más condições de trabalho, que

contradizem essa concepção, não são reveladas pelos profissionais aos demais membros da sociedade. O jornalista, desse modo, passa a ser também responsável pela perpetuação da imagem de *glamour* que se tem no senso comum.

Com relação à indagação que fizemos a partir da ideia de Arendt (2005) sobre se o jornalismo atual é obra ou labor, acreditamos que o jornalismo passeia entre os dois, porque nem todos conseguem fazer um trabalho intelectual que sirva de obra posterior de fato. A maioria realiza um labor que serve apenas de moeda de troca para a sobrevivência.

Heloani (2005) aponta que as carreiras jornalísticas são curtas. Em nosso entendimento, os jornalistas adoecem e não chegam à maturidade das carreiras devido à intensidade com que trabalham, especialmente nos primeiros anos, época com mais desgastes e piores condições. O autor também explana a carga de trabalho excessiva, as horas extras não pagas e a desunião de classe, tudo isso observado também em nossa amostra.

Seguindo os preceitos de Ferreira (2012), constatamos que as condições de trabalho, deixam muito a desejar para a maioria dos jornalistas da nossa amostra, sobretudo nos seguintes aspectos: os equipamentos arquitetônicos, ambiente físico, instrumental, matéria prima, suporte organizacional e também a organização do trabalho, as relações sócio-profissionais, o reconhecimento, o crescimento pessoal, o elo entre trabalhador e a vida social.

A visão contra-hegemônica do autor prega que a qualidade de vida no trabalho tem que alcançar as dimensões: vigilância, saúde e segurança; assistência psicossocial aos trabalhadores; e promoção de bem-estar no trabalho. Essas três searas não são o foco dos empregadores dos jornalistas que entrevistamos.

Das oito categorias de QVT elencadas por Walton (1973), a maioria também não é alcançada, sendo que "relevância social do trabalho na vida" é exacerbada no caso dos jornalistas, já que muitos depositam em seu trabalho todo seu tempo e energia disponíveis, não sobrando para outras searas da vida. As três categorias de QVT elencadas por Heloani (2005), de remuneração justa e adequada; de ambiente de trabalho seguro e saudável, com espaço total de vida;

e de crescimento e integração social, também não são as ideais para a maioria de nossos entrevistados.

Heloani (2005) aponta que os trabalhadores qualificados sobrevivem às demissões aglomerando funções, chegando ao ponto de um trabalhador desempenhar função e resultados equivalentes a um grupo inteiro. É o que acontece com alguns jornalistas, especialmente na iniciativa privada, que aglomeram funções sem remuneração extra devido ao enxugamento das redações e também por causa da evolução da tecnologia, conforme pudemos constatar pelas respostas dos questionários.

O avanço dos aparatos tecnológicos aglutinou mais ferramentas ao Jornalismo, exigindo do profissional agora uma multifuncionalidade que muitas vezes não é desenvolvida satisfatoriamente em sua formação acadêmica - isto é, quando tratamos de um jornalista com diploma. Na atualidade, o jornalista muitas vezes produz conteúdo para variados suportes e tem a preocupação de repercutir esse material em plataformas multimídia de forma diferenciada para cada meio. Logo, a tecnologia que chegou para facilitar o trabalho é a mesma que leva o jornalista a ter acúmulo de funções e, conseqüentemente, mais atribuições.

Por meio das entrevistas em profundidade apresentadas no Capítulo 4, pudemos testar nosso questionário para aprimorá-lo para a fase quantitativa, desenvolvida no Capítulo 5. Em ambas as fases, percebemos muito críticas às condições de trabalho, a paixão pela profissão, a adesão ao que o mercado impõe como prática jornalística e a diferença em termos de remuneração no Distrito Federal e no Rio Grande do Norte.

Acreditamos que a precarização de trabalho se materializa especialmente nos vínculos. Como vimos, uma parcela representativa dos jornalistas atua sob regimes de trabalho com vínculos precários. Outros dados bastante marcantes são os que se referem à saúde dos jornalistas. Por meio da estratégia de buscar compreender a autopercepção da saúde dos entrevistados, inferimos que uma maioria expressiva tem condições e doenças que pela literatura são relacionadas ao exercício profissional. Não podemos garantir, contudo, que se tratam de doenças diagnosticadas oficialmente por meio de laudos médicos.

A saúde dos jornalistas já é pauta antiga dos sindicatos da classe, porém há pouca movimentação por parte dos empregadores e dos próprios jornalistas para minimizar esses danos psicológicos e físicos que acreditamos serem oriundos das condições de trabalho apresentadas.

Ao fim, constatamos que nossas hipóteses de trabalho foram confirmadas. Sim, há peculiaridades nas condições de trabalho do jornalista que influem em sua vida. O exercício do jornalismo é um trabalho intelectual extenuante e, por isso, sua legislação sempre teve especificidades, como a jornada diária habitual de cinco horas e a aposentadoria especial (nesse caso, benefício já extinto), como mencionamos. Entretanto, a maioria trabalha muito mais que isso, trazendo consequências para a saúde.

Constatamos que as condições de trabalho têm muito mais impacto na vida das jornalistas mulheres. Apesar de serem maioria, elas ganham menos, trabalham mais, estão mais suscetíveis a assédio, têm menos chances de chegar a cargos de chefia e têm mais responsabilidades familiares. Durante a pesquisa exploratória ouvimos relatos até de ameaças de desemprego no caso de gravidez. A entrevistada E4 diz: "Se eu fosse homem, eu poderia ter tido oportunidades que eu não tive, poderia ter tido promoções que eu demorei mais a ter e eu podia ser melhor remunerada. Atualmente, se eu fosse homem, eu tenho certeza que eu ganharia mais".

A pergunta ainda fica: por que os jornalistas se submetem a condições de trabalho tão precarizadas? Acreditamos que, em parte, é devido à paixão pela profissão, pois o prazer em praticar o Jornalismo compensa mais do que os desgastes provocados pelo exercício profissional nessas condições. Também, por questões de sobrevivência, pois a maioria não se vê realizando outro trabalho ou acha que não tem habilidades para tanto. Evocamos ainda as ideias de missão jornalística (RIBEIRO, 2001), tribo (TRAQUINA, 2004) e adesão (TRAVANCAS, 2011).

Ressaltamos que a problemática apresentada não se esgota com essa pesquisa. Por isso mesmo, apontamos questões que podem vir a ser desenvolvidas a partir de algumas conclusões sobre as quais não nos foi possível aprofundar:

- ✓ Sabendo que a precarização do trabalho jornalístico afeta mais as mulheres, em que medida isso pode ser combatido?
- ✓ Como a organização de classe pode ajudar o jornalista a não ser refém da precarização laboral nas empresas?
- ✓ Os jornalistas empreendedores são exceções ou há um modelo possível que possa ser adotado em larga escala por profissionais de jornalismo?
- ✓ Qual o real impacto da não obrigatoriedade do diploma na precarização do trabalho?
- ✓ Em que medida o estresse e a ansiedade são condições associadas ao exercício jornalístico?
- ✓ Assim como a precarização afeta os trabalhadores, como incide sobre os jornalistas aposentados?
- ✓ Como as mudanças no Direito trabalhista e previdenciário dos últimos dois anos afetaram a profissão de jornalista?
- ✓ Como o aumento da violência contra jornalistas e da diminuição da liberdade de imprensa observados no último ano impactaram a profissão?
- ✓ Em que medida a observação dos desistentes pode nos ajudar a entender os que permaneceram na profissão?

Ao término deste trabalho, assim, acreditamos que várias questões foram respondidas sobre o tema da pesquisa, mas muitas outras começaram a se revelar e podem ser exploradas em futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ABI. **História**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/>>.

Acesso em 05 jan. 2017.

ABREU, Diego. **STF derruba exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista**. Publicado em 17 jun. 2009. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1198310-5598,00-STF+DERRUBA+EXIGENCIA+DE+DIPLOMA+PARA+EXERCICIO+DA+PROFISAO+DE+JORNALISTA.html>>. Acesso em 07 jan. 2017.

ACCARDO, Alain. **Les journalistes précaires**. Paris: Le Mascaret, 1998.

AGÊNCIA BRASIL. **População de Portugal continua a diminuir, mesmo com aumento da natalidade**. Publicado em 07 nov. 2017. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/populacao-de-portugal-continua-diminuir-mesmo-com-aumento-da>>. Acesso em 14 dez. 2017.

AGÊNCIA SENADO. **Propostas de lei no Congresso valorizam o exercício da profissão de jornalista**. Publicado em 05 abr. 2016. Disponível em:

<<http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/04/propostas-de-lei-no-congresso-valorizam-o-exercicio-da-profissao-de-jornalista>>. Acesso em 08 jan. 2017.

AGOSTINHO, Milena Rodrigues; OLIVEIRA, Mônica Celestina; PINTO, Maria Eugênia Bresolin; BALARDIN, Giuliano Uhlein; HARZHEIM, Erno. Autopercepção da saúde entre usuários da Atenção Primária em Porto Alegre, RS. **R. Bras. Med. Fam. e Comun.**, Florianópolis, v. 5, n. 17, p. 9-15, jan./dez. 2010.

AGUIAR, Ronan. **Stress e violência no lead da notícia**. Brasília: FENAJ, 1996.

ANDRINGA, Diana. **Jornalismo**: uma profissão em mudança. Anais do VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **The human condition**. 2. Ed. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

ARENDT, Hannah. Trabalho, obra, ação. Trad. Adriano Correia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 7, v. 2, 2005, p. 175-201.

BACHUR, Tiago Faggioni. **A aposentadoria do jornalista profissional**. Publicado em 01 set. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17361/a-aposentadoria-do-jornalista-profissional>>. Acesso em 16 dez. 2018.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BBC. **Brasil é 1º em mortes de jornalistas nas Américas, diz ONG**. Publicado em 12 fev. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140212_jornalistas_brasil_df_dg>. Acesso em 28 abr. 2016.

BODENMÜLLER, Luiza; FONSECA, Bruno; VIANA, Natalia. **A revoada dos passaralhos**. Demissões em massa nos grandes jornais acontecem de forma sucessiva e tornam os jornalistas mais inseguros, vulneráveis, explorados – e com menor liberdade de expressão. 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/revoada-dos-passaralhos/>>. Acesso em 22 jan. 2019.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, pp. 19-42.

BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. **Revista Comunicação & Educação**, ano X, n. 3, pp. 288-296, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 1.177, de 12 de junho de 1962.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1177-12-junho-1962-353211-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 51.218, de 22 de agosto de 1961.** Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=113476&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 05 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 53.263, de 12 de dezembro de 1963.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53263-12-dezembro-1963-393221-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** 1943b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5480-13-maio-1943-415541-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 05 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 65.912, de 19 de dezembro de 1969.** 1969b. Disponível

em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65912-19-dezembro-1969-407422-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.037, de 10 de novembro de 1944.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7037-10-novembro-1944-416323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 05 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 910, de 30 de Novembro de 1938.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 04 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.** Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94621&norma=119426>>. Acesso em 07 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9032.htm>. Acesso em 22 jan. 2019.

BULHÕES, Juliana. **Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa**: o ethos, a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN. (Dissertação). Natal: UFRN, 2014.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. Condições de trabalho do jornalista: o que revela a pesquisa empírica. **Vozes e Diálogo**, v. 16, p. 137-149, 2017.

BULHÕES, Juliana; SOBRAL, Gustavo Leite. O uso de biografias e autobiografias de jornalistas na construção da história do jornalismo brasileiro. **Temática**, v. 12, p. 206-221, 2016.

BULHÕES, Juliana; SOBRAL, Gustavo Leite. Rachel de Queiroz, jornalista. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 14, p. 39-50, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 206/2012**. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=553109>>. Acesso em 08 jan. 2017.

CASTRO, Alexandre. **Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização**: Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros. Covilhã: BOCC, 2013.

CCPJ. **Carteira Profissional de Jornalista**. Disponível em:
<<http://www.ccpj.pt/CarteiraProfissionaldeJornalista.htm>>. Acesso em 19 jul. 2017.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011, pp. 03-21.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Orgs. Zélia Leal Adghirni, Fábio Henrique Pereira e Dione Oliveira Moura. Série Jornalismo e Sociedade, v. 3. Florianópolis: Insular, 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. **Pela primeira vez, Brasília tem maioria da população de brasilienses**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/05/13/interna_cidadesdf,302114/pela-primeira-vez-brasilia-tem-maioria-da-populacao-de-brasilienses.shtml>. Publicado em 13 de maio 2012. Acesso em 14 dez. 2018.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

CRESPO, Miguel; AZEVEDO, Joana; SOUSA, João; CARDOSO, Gustavo; PAISANA, Miguel. **Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma Profissão em Transformação**. Lisboa: Obercom, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DIAS, Robson. Ora, sim; ora, não: o diploma de Jornalismo em várias fases do processo de profissionalização da atividade jornalística no Brasil. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, jul./dez. de 2013.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, pp. 37-57, 2011.

DUARTE, Ana Maria. **Precariedade e identidades**: questões para uma problemática. In: Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho. Universidade do Minho, 2004.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa no Brasil. In: DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011, pp. 51-75.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008, pp. 62-83.

EUROPEAN JOURNALISM OBSERVATORY. **Portugal perde 1218 jornalistas em 7 anos**. 2014. Disponível em: <http://pt.ejo.ch/jornalismo/portugal-perde-1218-jornalistas-em-7-anos?utm_source=hoje.li&utm_medium=referral&utm_campaign=email>. Acesso em 18 jul. 2017.

FAC. **Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília completa 50 anos**. Publicada em 18 out. 2013. Disponível em: <<http://fac.unb.br/50anos>>. Acesso em 02 jan. 2017.

FENAJ. **Carteiras nacional e internacional**. 2018. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/carteiras-nacional-e-internacional/>>. Acesso em 20 nov. 2018.

FENAJ. **Estatuto**. Publicado em agosto de 2010. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/10/estatuto_fenaj.pdf>. Acesso em 05 jan. 2017.

FENAJ. **FENAJ cobra da ECT respeito à jornada de 5 horas dos jornalistas nacionalmente**. Publicado em 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4308>>. Acesso em 29 mar. 2016.

FENAJ. **História do Conselho Federal dos Jornalistas**. 2017a. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/historia-do-conselho-federal-dos-jornalistas/>>. Acesso em 07 jan. 2017.

FENAJ. **Relatório da FENAJ mostra crescimento da violência contra jornalistas**. Publicado em 17 jan. 2019. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/relatorio-da-fenaj-mostra-crescimento-da-violencia-contra-jornalistas/>>. Acesso em 17 jan. 2019.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2016**. Brasília: Fenaj, 2017b.

FERREIRA, Mário César. **Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2012.

FIDALGO, Joaquim Notas sobre O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 11, 2007, pp. 37-56.

FÍGARO, Roseli. Jornalismo e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Revista Parágrafo**, v. 2, n. 2, 2014.

FÍGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FÍGARO, Roseli. Trabalho comunicacional: aspectos de comunicação e trabalho como atividade humana e como mercadoria. Apresentação. **Eptic**, v. 17, n. 1, pp. 64-66, 2015.

FIGUEIRA, João. O ensino do jornalismo em tempos de mudança ou como a Universidade deve suplantar o Super-Homem. **Mediapolis**, n. 3, v. 1, 2016.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, jan. a dez. 2008.

GARCIA, José Luís; MARMELEIRA, José; MATOS, José Nuno. Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de atividades. In: REBELO, José (Org.). **As novas gerações de jornalistas em Portugal**. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLEZ, Sarita. **Pressão do tempo no webjornalismo**: uma análise sobre a identidade do webjornalista na produção de hard news em um contexto de convergência. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2017.

GRANDO, Carolina Pompeo. **Elementos para um estudo da construção do ethos jornalístico**: análise da seção editorial de Carta Capital. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

GROHMANN, Rafael. **Os discursos dos jornalistas *freelancers* sobre o trabalho**: comunicação mediações e recepção. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Marcos. Sociologia do jornalismo: o caso Brasil. In: NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Trad. Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2a. ed.. Petrópolis: Vozes, 2018.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impacto na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório 12/2003.

HELOANI, José Roberto. Vivendo no limite: quem são nossos formadores de opinião? **Revista da USP**, São Paulo, n.65, p. 148-168, março/maio 2005.

HELOANI, Roberto. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, v. 12, n. 22, pp. 171-198, 2006.

HERBERT, John. **Practising Global Journalism**: Exploring Reporting Issues Worldwide. Boston: Focal Press, 2001.

HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, pp. 321-392.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Na Fundação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil Cásper Líbero Gera o Conceito de Jornalismo Moderno. **Revista PJ:BR**, n. 3, v. 1, 2004.

HOHLFELDT, Antonio. Correio e Gazeta: comparações e influências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, ano V, n. 2 pp. XX - XX jul./ dez. 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>>. Acesso: 20 jan. 2017.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio; RUELLAN, Denis. Introdução: mudanças e permanências do jornalismo. In: MOURA, Dione; PEREIRA, Fábio; ADGHIRNI, Zélia. **Mudanças e Permanências do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

LIMA, Samuel Pantoja. **A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros**. In: Anais do III Mejor - Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo: os silêncios do Jornalismo. Florianópolis, 2015.

LIMA, Samuel; MICK, Jacques. **Quem são os funcionários do Banco do Brasil?** Perfil sociodemográfico, político e do trabalho (2014). Brasília, 2015.

LIPP, M. **Manual do inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Uma história marcada por censura e resistência**. *Jornal da USP*, Ano XXIII, n. 831, 2008.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.

MAIA, Kênia; FEMINA, Cleber. Os valores profissionais dos estudantes da UFRN: comunicação corporativa, entretenimento e jornalismo. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 2, n. 11, p. 82-94, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro**: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821). In: Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 2007.

MELO, Cíntia de Freitas; COUTINHO, Clara. Um olhar à Lei de Imprensa: perspectiva histórica, social e constitucional da mídia e da Lei 5.250/67. **Revista do CAAP**, v. 1, n. 1, 2009.

MENDES, Renato Rocha. **A primeira licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979)**: contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo. (Dissertação de Mestrado) Universidade Nova de Lisboa, 2011.

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Publicado em 2013. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/projet/metodologia/>>. Acesso em 03 jan. 2017.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MOLINA, Matias. **A História dos Jornais no Brasil**: da Era Colonial à Regência (1500-1840), V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORAES, Vaniucha. Memórias, biografias e histórias de jornalistas. **Tomó**, n. 25, jul. a dez 2014.

MOURA, Cláudia Peixoto. **O curso de Comunicação Social no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.

NOGUEIRA, João Vicente. **A Síndrome de *Burnout* na rotina dos jornalistas**. (Monografia). Trabalho de conclusão do curso de Comunicação social - Jornalismo do Centro Universitário do sul de Minas. Varginha, 2012.

OIT. **Mulheres no trabalho**: tendências 2016. Sumário. Organização Internacional do Trabalho: Genebra, 2016.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **A profissionalização do jornalista via ensino:** argumentos mobilizados em defesa da formação escolar específica. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profissão jornalista:** um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UNESP, Bauru, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique. Conversando com jornalistas: a perspectiva do interacionismo simbólico. In: MAROCCO, Beatriz (Org.). **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa.** Porto Alegre: Libretos, 2012, pp. 31-45.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado:** o jornalismo como profissão. Covilhã (Portugal): Biblioteca Online das Ciências da Comunicação, 2004.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 81-94, 2010.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Jornalismo no Brasil:** a gênese de uma profissão. In: Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

PETRARCA, Fernanda Rios. Narrativas de vida, representações e identidades profissionais no jornalismo. **Revista Enfoques**, v. 8, p. 8-27, 2009.

PNUD. **Brasília.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/brasil_df>. Acesso em 27 abr. 2016b.

PNUD. **Natal**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/natal_rn>. Acesso em 27 abr. 2016a.

PONTES, F. S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, v. 20, n.1, 2017.

PORTAL G1. **Brasil tem mais de 207 milhões de habitantes, segundo IBGE**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-mais-de-207-milhoes-de-habitantes-segundo-ibge.ghtml>>. Acesso em 14 dez. 2017.

PORTAL IG. **Tudo sobre a denúncia de assédio contra Biel**. Publicado em 9 jun. 2016. Disponível em: <<https://gente.ig.com.br/2016-06-09/tudo-sobre-a-denuncia-de-assedio-contra-biel.html>>. Acesso em 27 out. 2018.

QUEIROZ, Geraldo; FREDERICO, Nicolau; LORDÃO, Rejane; GURGEL, Tarcísio (Orgs.). **Memórias**: Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza. Natal: EduFRN, 2015.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais**: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RENAULT, David. **A convergência tecnológica e o novo jornalista**. In: Anais do Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo, 2013.

RIBEIRO, Eduardo; BARONCELLI, Wilson. **A epopéia do jornalismo**: Um compromisso com a sociedade, com a civilização e com a História. Publicado em 2008. Disponível em: <<http://www.jornalistasecia.com.br/edicoespecial07.htm>>. Acesso em 05 jan. 2017.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta**: condições e contradições do trabalho jornalístico. 3. ed. São Paulo: Olho D'água, 2001.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. **O processo de feminização do jornalismo**: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017.

ROSA, Débora Pereira; FERREIRA, Débora Benchimol; BACHION, Maria Márcia. Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: situação na construção civil em Goiânia. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 2, n. 1, 2000.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das Fontes**: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2009.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2014**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116763>>. Acesso em 08 jan. 2017.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92006>>. Acesso em 08 jan. 2017.

SILVA, Cláudio Marcos. **A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejotização**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo, trabalho e sobretrabalho. **Esferas**, v. 1, p. 11-18, 2013.

SILVEIRA, José Ricardo. **O jornalista na comunicação das organizações**: cultura profissional e autopercepção. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SINDICATO DOS JORNALISTAS. **Estatuto do Jornalista**. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalistas.eu/?n=26>>. Acesso em 18 jul. 2017.

SINDICATO DOS JORNALISTAS. **Historial da Casa da Imprensa**. 2002a.
Disponível em: <<http://www.jornalistas.eu/?n=453>>. Acesso em 18 jul. 2017.

SINDICATO DOS JORNALISTAS. **Marcos históricos na vida do SJ**. 2002b.
Disponível em: <<http://www.jornalistas.eu/?n=485>>. Acesso em 19 jul. 2017.

SINDJORCE. **Pesquisa do Sindjorce alerta sobre condição de trabalho nas redações**. Publicado em 18 out. 2010. Disponível em:
<<http://www.sindjorce.org.br/blog/sindjorce-noticias/categoria/sem-categoria/pesquisa-do-sindjorce-alerta-sobre-condicao-de-trabalho-nas-redacoes>>. Acesso em 14 set. 2014.

SINJORBA. **Saúde dos jornalistas**. Disponível em:
<<http://www.sinjorba.org.br/entrevista04.php>>. Acesso em 14 set. 2015.

SJPDF. **Assédio moral**: uma violência que não pode ser silenciada. Cartilha.
Brasília: SJPDF, 2016.

SOBRAL, Gustavo Leite (Org.); BULHÕES, Juliana (Org.). **Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte**. Natal-RN: Caravela Selo Cultural, 2018.

SOBRAL, Gustavo Leite; BULHÕES, Juliana. A biografia como fonte documental para pesquisas sobre história do jornalismo: impressões a partir de Chatô, o rei do Brasil. **Temática**, v. 13, p. 222-236, 2017.

SOBRAL, Gustavo Leite; BULHÕES, Juliana. Rubem Braga, jornalista: o cronista repórter. **Leituras do Jornalismo**, v. 2, p. 85-98, 2016.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os jornalistas portugueses (1933-1974): uma profissão em construção**. Lisboa: Livros Horizontes, 2003.

SPAGNUOLO, Sérgio. **O silêncio dos passaralhos**: Um panorama sobre as demissões de jornalistas brasileiros desde 2012. 12 jun. 2015. Disponível em:
<<https://medium.com/volt-data-lab/o-sil%C3%A0ncio-dos-passaralhos-7e9897ff1ecc#.74ieu3fxy>>. Acesso em 29 mar. 2016.

SPAGNUOLO, Sérgio. **Ocorrência de "passaralhos" no Brasil alcança maior patamar desde 2012**. 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/volt-data-lab/passaralhos-2017-feced1e5b0d8>>.

TENGARRINHA, José. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Minerva, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**: uma comunidade transnacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2011.

TST. **Ocupante de cargo em comissão não tem direito a aviso prévio e multa de 40% do FGTS**. 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/1751800>. Acesso: 22 jan. 2017.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo. **Os jornalistas nos anos 30/40**: elite do Estado Novo. Coimbra: Minerva, 2003.

WALTON, Richard. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, v. 15, 1973.

WATSON, Rod; GASTALDO, Édison. **Etnometodologia e análise da conversa**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Alzira Alves; ROCHA, Dora (Orgs.). **Elas ocuparam as redações:** depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ACCARDO, Alain. **A estranha ética dos jornalistas.** Publicado em maio de 2000. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=277>>. Acesso em 28 mar. 2016.

ACCARDO, Alain. **Journalistes précaires, journalistes au quotidien.** Marseille: Agone, 2007.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia.** Trad. Jacob Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, ano XVIII, n. 34, pp. 19-40, 2015.

ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda; LERNER, Kátia. Comunicação e saúde: um olhar e uma prática de pesquisa. **Revista Eco-Pós**, v.1, n. 1, pp.79-92, janeiro-julho 2007.

ARAÚJO, Inesita Soares de. **Comunicação e Saúde:** trajetória, panorama e desafios atuais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo Feminino e Jornalismo Feminista:** aproximações e distanciamentos. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 337-358, 2013.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Famecos**, Porto Alegre, n. 37, 2008.

BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo; MARTINO, Luiz Claudio (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 07 jan. 2017.

BRASIL. **Lista de doenças relacionadas ao trabalho**. Portaria n.º 1.339/GM, de 18 de novembro de 1999. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRUTSCHER, Sônia Maria. **Análise da atuação da Enfermagem no ambulatório**: a distância entre ser e dever ser. Brasília: Editora da Unb, 2000.

BULHÕES, Juliana; PINHEIRO, Elton; PEDREIRA, Vinícius; BELTRAME, Vanessa; DAVID, Hadassa. **Crise, precarização e mudanças estruturais no Jornalismo**: reflexões sobre práticas jornalísticas atuais. In: Anais do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Campo Grande, 2015.

BURKHARDT, Fabiano. **Jornalistas free-lancers**: trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristine Machado de. Imprensa e mulher: pioneirismo e trajetórias de jornalistas profissionais norte-rio-grandenses (1960-1980). **Quipus**, ano 4, n. 1, 2015.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Jornalismo**: linguagem dos conflitos. São Paulo: Edição do autor, 2014.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Questões para um jornalismo em crise**. Florianópolis: Insular, 2015.

COLÓQUIO INTERNACIONAL MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO JORNALISMO, 2., 2013, Natal. **Anais**. Natal: UFRN, 2013. 600 p.

COLÓQUIO INTERNACIONAL MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO JORNALISMO, 3., 2015, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2015. 614 p.

COMUNIQUE-SE. **Repórteres fotográficos denunciam precarização da área e trabalho análogo ao da escravidão**. Publicado em 13 abr. 2016. Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/destaque-home/80774-reporteres-fo>>. Acesso em 25 abr. 2016.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**: teorias e métodos. Covilhã: Labcom, 2011.

CUNHA, Maria Jandyra C. (Org.). **Todos temos que lembrar**: a lição e a missão do jornalista. Brasília: Editora Unb, 2013.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Elizabeth Costa (Org.). **Doenças relacionadas ao trabalho**: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

DIEESE. **A saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva no Brasil**. Relatório nº 76, de maio de 2015. São Paulo: Dieese, 2015.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. São Paulo: Summus, 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Souza. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FENAJ. **História do Conselho Federal dos Jornalistas**. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/historia-do-conselho-federal-dos-jornalis.tas/>>. Acesso em 07 jan. 2017.

FENAJ. **Proposta de substitutivo ao projeto de lei que cria o CFJ**. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/proposta-de-substitutivo-ao-projeto-de-lei-que-cria-o-cfj/>>. Acesso em 07 jan. 2017.

FENAJ. **Saúde no trabalho na pauta dos jornalistas**. Publicado em 02 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=652>>. Acesso em 29 mar. 2016.

FENAJ. **Sindicato do Rio Grande do Sul promove seminário sobre saúde do jornalista**. Publicado em 19 maio 2014. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4100>>. Acesso em 29 mar. 2016.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2014**. Brasília: FENAJ, 2015.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2015**. Brasília: FENAJ, 2016.

FERNANDES, Rita de Cássia P. Precarização do trabalho e os distúrbios musculoesqueléticos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, pp. 153-167, 2011.

FERRAZ, Marilourdes. **A presença da mulher nas redações**. Recife: IAC, 1999.

FERREIRA, Camila Lopes; PILATTI, Luiz Alberto. Jornada de trabalho e qualidade de vida do trabalhador: transformações na quantidade e qualidade do trabalho. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 4, n. 2, 2012.

FERREIRA, M. C.; NASTRI, M. V. S. Qualidade de vida no trabalho sob a ótica dos trabalhadores. **Laborativa**, v. 2, n. 1, pp. 61-65, 2013.

FERREIRA, Mário César et al (Orgs.). **Qualidade de vida no trabalho: questões fundamentais e perspectivas de análise e intervenção**. Brasília: Paralelo 15, 2013.

FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da Comunicação: no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

FÍGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho: estudo de recepção - o mundo do trabalho como mediação da comunicação**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

FÍGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; BULLA, Olívia. **O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista**. In: Anais do III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo. Florianópolis, 2015.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FONSECA, Tania Mara. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Ministério do Trabalho**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do Jornalismo. 3. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Saúde do trabalhador na pauta de discussão da VIII Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde. **Comunicação e Sociedade**, v. 27, n. 45, 2006.

GOMEZ, Carlos Minayo; MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PENA, Paulo Gilvane Lopes (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

GONZÁLEZ, Sarita. **Mulheres em tempo real**: questões sobre a dupla jornada feminina entre o trabalho de webjornalista e a maternidade. In: Anais do Encontro de Pesquisa em Comunicação, 2015.

GRAFOLIN, Tâmela. **Os jornalistas e a Síndrome de *Burnout***. Blog Volto para lembrar. Publicado em 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://votoparalembrar.blogspot.com.br/2012/01/os-jornalistas-e-sindrome-de-burnout.html>>. Acesso em 28 mar. 2016.

GROHMANN, Rafael. **Vida de Frila**: os discursos dos jornalistas *freelancers* sobre o trabalho. In: Anais do 2º Encontro de GTs - Comunicon, 2012.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Em Tese**, v. 1, n. 1, pp. 149-168, 2003.

- GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Orgs.). **Trabalho flexível, empregos precários?** Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Edusp, 2009.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 13-20, 2011.
- HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral:** a violência perversa no cotidiano. Trad. Maria Helena Kühner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- HOHENBERG, John. **O jornalista profissional:** guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa. Trad. Eduardo Pinto. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.
- HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (Orgs.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo:** ensaios multidisciplinares. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros.** Publicado em 01 jul. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_do_u.shtm>. Acesso: 20 jan. 2017.
- ILO. **Women at Work:** Trends 2016. Geneva: International Labour Office, 2016.
- JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo.** Rio de Janeiro: São José, 1960.
- JORGE, Thaïs de Mendonça. **Mutação no jornalismo:** como a notícia chega à internet. Brasília: UnB, 2013.
- JORGE, Thaïs de Mendonça. **Notícia em fragmentos:** análise de conteúdo no Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

JORGE, Thaís de Mendonça; RAMALHO, Alzimar; RIBEIRO, Laís Di Giorno.

Mulheres no comando de redações: questões sobre a influência das mulheres jornalistas no processo de seleção de notícias. In: Anais do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto:** uma vida de repórter. São Paulo: companhia das Letras, 2006.

LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy; MANNA, Nuno. **A “crise” do Jornalismo:** o que ela afirma, o que ela esquece. In: Anais do Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto, 2013.

LERNER, Kátia. **Investigando o Conceito de Saúde no Contexto do Jornalismo:** Alguns Desafios Teórico-Methodológicos. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014.

LERNER, Kátia; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Saúde e jornalismo:** interfaces contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

LIMA, Nísia Trindade et al (Orgs.). **Saúde e democracia:** história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalismo e suas crises:** um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES e-Working Paper nº 107/2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação.** 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy et al (Orgs.). **Epistemologia, investigação e formação científica em Comunicação.** Rio do Sul: Unidavi, 2012.

MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em Comunicação:** olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo**: a saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: Jornalismo como produção social da segunda natureza. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MAROCCO, Beatriz (Org.). **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

MIOZZO, Júlia. **As 10 profissões mais estressantes, de acordo com pesquisa**. InfoMoney. Publicado em 09 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/carreira/emprego/noticia/3796690/profissoes-mais-estressantes-acordo-com-pesquisa>>. Acesso em 28 mar. 2016.

MORAES, Nilson Alves. Comunicação e saúde: entre sentidos, interesses e estratégias. **Revista Eco-Pós**, v. 10, n. 1, janeiro-julho 2007, pp. 64-78.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O suicídio do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, n. 847, 2015.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Trad. Sérgio Grossi Porto. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

NASCIMENTO, Jéssica. **WhatsApp fora da jornada de trabalho pode gerar hora extra**. Publicado em 22 jun. 2015. Disponível em:

<<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/06/22/whatsapp-fora-da-jornada-de-trabalho-pode-gerar-hora-extra.htm>>. Acesso em 29 mar. 2016.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

PAULINO, Fernando Oliveira (Org.). **Comunicação e saúde**. Brasília: Casa das Musas, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**: identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

PEREIRA, Fábio Henrique. Três estatutos, uma identidade: comparação das carreiras profissionais de jornalistas, assessores de imprensa e professores de jornalismo em Brasília. In: RENAULT, David et al (Orgs.). **Muito além dos meios**: comunicação organizacional - desafios e interfaces. Brasília: Editora Unb, 2014.

PEREIRA, Fábio Henrique; MAIA, Kênia Beatriz Ferreira. **Quando o jornalista se sente ameaçado**. Repertório de legitimação do grupo após o fim da obrigatoriedade do diploma. In: Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

PEREIRA, Fábio Henrique; NEVES, Laura Maria. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 35-50, dez. 2013.

PESSONI, Arquimedes. **A ComSaúde como espaço de discussão interdisciplinar**. In: Anais do Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, São Bernardo do Campo, 2006.

PESSONI, Arquimedes. **Contribuições da ComSaúde na construção do conhecimento em Comunicação para a Saúde resgate histórico e tendências dessa linha de pesquisa**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005.

PITTA, Aurea M. da Rocha (Org.). **Saúde & comunicação: visibilidades e silêncios**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **A conta dos passaralhos**: mais de mil demitidos em cerca de 50 redações. Publicado em 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/noticia/em-a-conta-dos-passaralhos-em-mais-mil-demitidos-em-cerca-50-redacoes>>. Acesso em 29 mar. 2016.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Não tá fácil**: passaralho de um lado, pistolagem do outro. Publicado em 13 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/noticia/nao-ta-facil-passaralho-lado-pistolagem-outro>>. Acesso em 29 mar. 2016.

PORTAL IMPRENSA. **Repórter de jornal é a pior profissão de 2015, aponta pesquisa de site americano**. Publicado em 16 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/internacional/71796/report>>. Acesso em 29 mar. 2016.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **A Psicodinâmica do Trabalho como referência para a análise do trabalho do jornalista**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 2012a.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Centralidade no trabalho do jornalista, sentidos e discursos**. In: Anais do 11^º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, 2013.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. Cotidiano jornalístico: sentidos do trabalho e condições organizacionais. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 2, n. 2, 2013.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **O Direito do Jornalista à Saúde no Trabalho**. In: Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Rio de Janeiro, 2011.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Organização do trabalho no jornalismo: centralidade e subjetividade em tempos de flexibilidade**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, 2013.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Prazer e sofrimento no trabalho do jornalista**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Quando o trabalho do jornalista é cenário para o assédio moral**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA NETO, Manoel Pereira et al. **Mulher e Imprensa no Rio Grande do Norte: do manuscrito ao impresso**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Revista Polifonia**, v. 8, n. 08, 2004.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro: Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SADIR, Maria Angélica; BIGNOTTO, Márcia Maria; LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Paideia**, v. 20, n. 45, pp. 73-81, 2010.

SAMPAIO, José Jackson Coelho; RUIZ, Erasmo Miessa; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira (Orgs.). **Trabalho, saúde e subjetividade**. Fortaleza: Inesp/Eduece, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Concordância dos tempos? O trabalho, o mercado, a política. *Revista Eptic*, v. 17, n. 1, pp. 76-91, 2015.

SILVA, Juremir Machado. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Luiz Martins. O Jornalismo de trauma e o trauma do Jornalismo. *Panorama*, v. 7, p. 17-20, 2017.

SINDIJORPR. **Assédio no jornalismo**: ajude a combater. Curitiba: SindijorPR, 2014.

SINDIJORPR. **Saúde do jornalista**: um assunto sempre em pauta. Publicado em 28 nov. 2014. Disponível em: <<http://sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/5605/saude-do-jornalista-um>>. Acesso em 29 mar. 2016.

SINDJORS. **Encontro com jornalistas marca início das atividades de GT Saúde**. Publicado em 21 maio 2014. Disponível em: <<http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php/item/200-encontro-com-jorn>>. Acesso em 29 mar. 2016.

SJPDF. **Depois de ajuizar ação contra a EBC, jornalista sofre assédio moral dentro da empresa**. Publicado em 30 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/2837-depois-de-ajuizar->>. Acesso em 24 abr. 2016.

SJPDF. **Jornalismo de Brasília**: impressões e vivências. Brasília: Lantana Comunicação, 1993.

SJPDF. **Sindicato lança Coletivo de Mulheres Jornalistas**. Publicado em 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/2827-sindicato-lanca-co>>. Acesso em 29 mar. 2015.

SPARLING, Gretchen B. **Predicting burnout in high-school journalism teachers**: an exploratory study. Thesis (Master of Arts - Journalism) - University of North Texas, 2011.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Apontamentos sobre o conceito de qualidade de vida: revisões, cruzamentos e possibilidades críticas. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 3, n. 2, 2011.

TAVEIRA, Izabela Maria Rezende; LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; FERREIRA, Mário César. **Qualidade de vida no trabalho**: estudos e metodologias brasileiras. Curitiba: CRV, 2015.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a Tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Volume 1. 2. ed.. Florianópolis: Insular, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. A aventura de uma geração. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

VENTURA, Zuenir. **Minhas histórias dos outros**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

VIEIRA FILHO, Geraldo. **Complexo de Clark Kent**: são super-homens os jornalistas? São Paulo: Summus, 1991.

WALTS, Igor. O "jornalista sentado" e condições de produção: considerações sobre práticas profissionais na comunicação em rede. **Leituras do Jornalismo**, ano 2, v. 2, n. 4, 2015.

APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
tendo sido convidada(o) a participar como voluntária(o) da pesquisa de doutorado **SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO JORNALISTA BRASILEIRO**, uma pesquisa que utilizará entrevistas individuais para a coleta de dados, orientada pelo Prof. Dr. **DAVID RENAULT**, recebi da doutoranda **JULIANA BULHÕES ALBERTO DANTAS**, responsável pela pesquisa, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades, os seguintes aspectos:

- Que o objetivo da pesquisa é investigar sobre a saúde e a qualidade de vida no trabalho (QVT) do jornalista brasileiro, tomando como recorte os profissionais que atuam nas cidades de Brasília-DF e Natal-RN;
- Que esse estudo começou em março de 2015 e terminará até fevereiro de 2019;
- Que participarão deste estudo outros jornalistas que atuam no Distrito Federal e no Rio Grande do Norte;
- Que meu nome não será divulgado na pesquisa, se eu assim desejar; neste caso, o resultado de minha participação será identificado por um pseudônimo que poderei ajudar a escolher, bem como nomes de empresas que citei;
- Que poderão ser utilizados trechos da minha fala nas publicações acadêmicas;
- Que as conversas serão gravadas em áudio e somente a doutoranda e o respectivo orientador terão acesso;
- Que, sempre que eu desejar, me será fornecido esclarecimento sobre cada uma das etapas da pesquisa;

Que, a qualquer momento, eu poderei me recusar a continuar participando da pesquisa e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Finalmente, tendo eu compreendido tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos e das minhas responsabilidades, compreendendo a importância da minha participação para a realização dessa pesquisa, DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO OBRIGADA(O) A PARTICIPAR.

Assinatura da(o) participante voluntária(o) da pesquisa

Endereço: _____
Telefone para contato: () _____
Observações sobre identificação na pesquisa: _____

Assinatura da responsável pela pesquisa
_____, ____ de ____ de 2016.